



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1259

Sexta-feira - 14 de Junho de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos	8
Arroio Trinta.....	9
Atalanta.....	9
Biguaçu	10
Bom Retiro	11
Braço do Trombudo	12
Caçador.....	21
Camboriú.....	21
Campo Alegre	40
Capinzal	49
Catanduvas.....	50
Concórdia	51
Cordilheira Alta	54
Coronel Martins.....	56
Corupá	56
Curitibanos	57
Faxinal dos Guedes.....	58
Forquilha.....	59
Fraiburgo.....	59
Garopaba.....	61
Garuva	63
Gaspar	63
Governador Celso Ramos	65
Guaramirim.....	65
Herval d'Oeste	66
Ibiam	67
Ilhota	68
Imbituba	69
Ipumirim	89
Irineópolis	91
Itaiópolis	92
Itapiranga.....	92
Itapoá	93
Joaçaba.....	94
Lages.....	97
Lebon Regis.....	109
Leoberto Leal.....	110
Luzerna	111
Maravilha.....	111
Marema	112
Massaranduba.....	115
Meleiro	118
Navegantes.....	120
Nova Trento	123
Orleans	123
Palhoça	126
Papanduva.....	126
Porto Belo.....	130

Porto União.....	130
Rio do Sul.....	132
Santa Rosa do Sul	139
Santa Terezinha do Progresso	139
São Bento do Sul.....	141
São Domingos.....	143
São José.....	144
São Lourenço do Oeste.....	146
São Pedro de Alcântara.....	152
Schroeder	153
Siderópolis	164
Timbé do Sul	164
Timbó	167
Três Barras	182
Tunápolis	183
Vidal Ramos.....	185
Videira.....	190
Vitor Meireles.....	195
Xavantina	196

Associações

EGEM	196
------------	-----

Consórcios

CIDEMA.....	196
-------------	-----

Água Doce

PREFEITURA

Lei N° 2.198/2013

LEI N° 2.198/2013 - DE 07 DE JUNHO DE 2013

“DECLARA-SE DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE DE VISTA ALEGRE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública, para todos os fins de direito a Associação de Moradores da Comunidade de Vista Alegre, inscrita no CNPJ sob n. 02.189.268/0001-49, com sede na Linha Vista Alegre, interior do Município de Água Doce - Santa Catarina.

Art. 2º. A entidade de que trata o artigo anterior, deverá atender o que prevê na Lei n. 91/35 de 28 de agosto de 1935, regulamentada

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

por meio do Decreto 50.517 de 2 de maio de 1961.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de junho de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.199/2013

LEI Nº 2.199/2013 - DE 07 DE JUNHO DE 2013

"DECLARA-SE DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO VÊNETA LA MONTANARA DO MUNÍCIPIO DE ÁGUA DOCE - SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública, para todos os fins de direito a Associação Vêneta La Montanara, inscrita no CNPJ sob n. 80.628.019/0001-16, com sede no interior do Município de Água Doce - Santa Catarina.

Art. 2º. A entidade de que trata o artigo anterior, deverá atender o que prevê na Lei n. 91/35 de 28 de agosto de 1935, regulamentada por meio do Decreto 50.517 de 2 de maio de 1961.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de junho de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 036/2013

DECRETO Nº 036/2013 - DE 29 DE MAIO DE 2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.148, de 27 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.148 de 27 de novembro de 2012, um crédito adicional no valor de R\$120,00 (cento e vinte reais), para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica criado e suplementado, no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE
08.242.0045.2.061 PROGRAMA BPC - ESCOLA
3.3.90.00.0.1.0052/19Aplicações Diretas R\$ 120,00
TOTAL R\$ 120,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0052 -Transferências de Convênios da União, destinado ao Programa BPC - E scola.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 29 de maio de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 037/2013

DECRETO Nº 037/2013 - DE 03 DE JUNHO DE 2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.148, de 27 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.148 de 27 de novembro de 2012, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 63.795,71 (sessenta e três mil e setecentos e noventa e cinco reais e setenta e um centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação do superávit da Educação exercício 2012.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.90.00.00.03.0197/147 e 148 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0025.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO
3.3.90.00.00.03.0197/147 Aplicações Diretas R\$ 43.795,71

12.365.0033.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.90.00.00.03.0197/148 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
TOTAL R\$ 63.795,71

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit exercício anterior verificado nas rubricas de recursos Próprios - Impostos Educação.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de junho de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 038/2013

DECRETO Nº 038/2013 - DE 03 DE JUNHO DE 2013

"ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18º da Lei nº 2.148, de 27 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.148 de 27 de novembro de 2012, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção da limpeza pública.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa 3.3.90.00.00.01.0000/99 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO
15.452.0047.2.040 MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA
3.3.90.00.00.01.0000/99 Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
TOTAL R\$ 25.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica autorizado a anular o seguinte elemento despesa:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO
15.452.0047.2.040 MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA
3.1.90.00.00.01.0000/97 Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
TOTAL R\$ 25.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de junho de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Portaria 146/2013

PORTARIA Nº 146/2013 04 de junho de 2013
"EXONERA DO CARGO DE SECRETÁRIO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Exonerar do cargo de Secretário de Saúde e Promoção Social, o servidor, Valter Valentin Rampazzo, brasileiro, inscrito sob CPF o nº 400.955.259-04, a partir de 04/06/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 04 de junho de 2013
NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

Portaria 147/2013

PORTARIA Nº 147/2013 04 de junho de 2013
"NOMEAR PARA O CARGO DE SECRETÁRIO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Nomear para o cargo de Secretário de Saúde e Promoção

Social, o servidor, Orlando Favero, brasileiro, inscrito sob CPF o nº 422.350.229-87, a partir de 04/06/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 04 de junho de 2013
NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

Portaria 148/2013

PORTARIA Nº 148/2013 04 de junho de 2013
"DELEGA ATRIBUIÇÕES A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Fica conferido delegação de atribuições para o servidor Edione T. Balestrin Fioreze, matrícula nº 100 e Orlando Favero inscrito sob CPF 422.350.229-87, brasileiro, Secretário de Saúde e Promoção Social para a finalidade específica de ser responsável pelos CPNJ 11430.533/0001-20 e CNPJ 13612.607/0001-74 e de assinar pelas contas:

1- Nº 24510-0 e Agência 0207-0

2- Nº 66773-0 e Agência 0207-0

3- Nº 79590-9 e Agência 0207-0

4- Nº 8131-0 e Agência 0207-0

com os poderes de:

I- Solicitar saldos e extratos;

II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;

III- Cancelar Cheques;

IV- Baixar Cheques;

V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;

VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;

VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;

VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;

IX- Emitir comprovantes;

X- Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico;

XI- Abrir contas de depósito;

XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;

XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;

XIV- Autorizar aplicações financeiras;

XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;

XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;

XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;

XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;

XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;

XX- Encerrar contas de depósito;

XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;

XXII- Requisitar talonários de cheques;

XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;

XXIV- Emitir cheques;

XXV- Retirar cheques devolvidos;

junto aos estabelecimentos bancários cujas contas sejam de titularidade e responsabilidade do Fundo Municipal Saúde a partir de 04/06/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 04 de junho de 2013
NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

Portaria 149/2013

PORTARIA Nº 149/2013 07 de Junho de 2013
"DESISTENCIAS DE TESTE SELETIVO."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Deferir o pedido de desistência de teste seletivo 004/2013, de Carmen Guisleni da Fonseca, referente ao cargo de Professor de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 04/06/2013 até 04/06/2014.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo 03/06/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de Junho de 2013

NOVELLI SGANZERLA	ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito	Diretor do Dpto de RH.

Portaria 150/2013

PORTARIA Nº 150/2013 07 de junho de 2013
"CONTRATA POR TEMPO DETERMINADO PROFESSOR DE 1º AO
5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Contratar por tempo determinado, Ione Quellmatz Bortolon, inscrita sob CPF 656.894.109-34, aprovada no teste seletivo 004/2013, no cargo de Professor de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 03/06/2013 até 31/12/2013, podendo ser prorrogado obedecendo a previsão legal, mediante nova portaria.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo 03/06/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de junho de 2013

NOVELLI SGANZERLA	ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito	Diretor do Dpto de RH.

Portaria 151/2013

PORTARIA Nº 151/2013 07 de junho de 2013
"CONTRATA POR TEMPO DETERMINADO PROFESSOR DE 1º AO
5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Contratar por tempo determinado, Salete Parenti, inscrita sob CPF 824.989.209-78, aprovada no teste seletivo 004/2013, no cargo de Professor de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 03/06/2013 até 31/12/2013, podendo ser prorrogado obedecendo a previsão legal, mediante nova portaria

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo 03/06/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de junho de 2013
NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

Portaria 152/2013

PORTARIA Nº 152/2013 07 de junho de 2013
"CONTRATA POR TEMPO DETERMINADO PROFESSOR DE 1º AO
5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Contratar por tempo determinado, Juliana Pereira de Souza Katschor, inscrita sob CPF 031.961.689-48, aprovada no teste seletivo 004/2013, no cargo de Professor de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 03/06/2013 até 31/12/2013, podendo ser prorrogado obedecendo a previsão legal, mediante nova portaria

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo 03/06/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de junho de 2013
NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

Portaria 153/2013

PORTARIA Nº 153/2013 07 de junho de 2013
"CONTRATA POR TEMPO DETERMINADO PROFESSOR DE 1º AO
5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Contratar por tempo determinado, Dayane de Moraes, inscrita sob CPF 031.961.689-48, aprovada no teste seletivo 004/2013, no cargo de Professor de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 03/06/2013 até 31/12/2013 , podendo ser prorrogado

obedecendo a previsão legal, mediante nova portaria .
Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo 03/06/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de junho de 2013
NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

Portaria 154/2013

PORTARIA Nº 154/2013 07 de Junho de 2013
"DESISTENCIAS DE TESTE SELETIVO."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Deferir o pedido de desistência de teste seletivo 004/2013 , de Andréa Tonial, referente ao cargo de Professor de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 04/06/2013 até 31/12/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo 03/06/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de Junho de 2013
NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

Portaria 155/2013

PORTARIA Nº 155/2013 07 de junho de 2013
"CONTRATA POR TEMPO DETERMINADO PROFESSOR DE 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Contratar por tempo determinado, Luci Mara Anssolin Luchese, inscrita sob CPF 006.461.699-12, aprovada no teste seletivo 004/2013, no cargo de Professor de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 03/06/2013 até 31/12/2013, podendo ser prorrogado obedecendo a previsão legal, mediante nova portaria.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo 03/06/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de junho de 2013
NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

Portaria 156/2013

PORTARIA Nº 156/2013 07 de junho de 2013
"CONTRATA POR TEMPO DETERMINADO PROFESSOR DE 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Contratar por tempo determinado, Marisete Kochem, inscrita sob CPF 035.341.109-43, aprovada no teste seletivo 004/2013, no cargo de Professor de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 03/06/2013 até 31/12/2013, podendo ser prorrogado obedecendo a previsão legal, mediante nova portaria

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo 03/06/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de junho de 2013
NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

Portaria 157/2013

PORTARIA Nº 157/2013 07 de junho de 2013
"CONTRATA POR TEMPO DETERMINADO PROFESSOR DE 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Contratar por tempo determinado, Janice Aparecida Gonçalves dos Santos, inscrita sob CPF 062.390.719-43 , aprovada no teste seletivo 004/2013, no cargo de Professor de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 03/06/2013 até 31/12/2013, podendo ser prorrogado obedecendo a previsão legal, mediante nova portaria.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo 03/06/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de junho de 2013
NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

Portaria 158/2013

PORTARIA Nº 158/2013 07 de junho de 2013
"CONTRATA POR TEMPO DETERMINADO PROFESSOR DE 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Contratar por tempo determinado, Maíra Ramos, inscrita sob CPF 019.988.579-64, aprovada no teste seletivo 004/2013, no cargo de Professor de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 03/06/2013 até 31/12/2013, podendo ser prorrogado obedecendo a previsão legal, mediante nova portaria

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo 03/06/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de junho de 2013

NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

Portaria 159/2013

PORTARIA Nº 159/2013 07 de junho de 2013

“CONTRATA POR TEMPO DETERMINADO PROFESSOR DE 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Contratar por tempo determinado, Carmelina Alves Paz, inscrita sob CPF 034.992.979-30, aprovada no teste seletivo 004/2013, no cargo de Professor de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 03/06/2013 até 31/12/2013, podendo ser prorrogado obedecendo a previsão legal, mediante nova portaria

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo 03/06/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de junho de 2013

NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

Portaria 160/2013

PORTARIA Nº 160/2013 07 de junho de 2013

“CONTRATA POR TEMPO DETERMINADO PROFESSOR DE 6º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Contratar por tempo determinado, Juliano Cecconello, inscrito sob CPF 005.899.709-17, aprovado no teste seletivo 004/2013, no cargo de Professor de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental - Educação Física, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 03/06/2013 até 31/12/2013, podendo ser prorrogado obedecendo a previsão legal, mediante nova portaria

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

com efeito retroativo 03/06/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de junho de 2013

NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

Portaria 161/2013

PORTARIA Nº 161/2013 07 de junho de 2013

“CONTRATA POR TEMPO DETERMINADO PROFESSOR DE 6º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Contratar por tempo determinado, Daniela Tineli, inscrita sob CPF 055.595.739-06, aprovada no teste seletivo 004/2013, no cargo de Professor de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental - Educação Física, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 03/06/2013 até 31/12/2013, podendo ser prorrogado obedecendo a previsão legal, mediante nova portaria.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo 03/06/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de junho de 2013

NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

Portaria 162/2013

PORTARIA Nº 162/2013 07 de Junho de 2013

“DESISTENCIAS DE TESTE SELETIVO.”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Deferir o pedido de desistência de teste seletivo 004/2013, de Clarice Aparecida de Oliveira, referente ao cargo de Agente Operacional de Manutenção de Limpeza, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 04/06/2013 até 04/06/2014.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo 03/06/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de Junho de 2013

NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

Portaria 163/2013

PORTARIA Nº 163/2013 de 10 de junho de 2013

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA.”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas

atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionário (a) Cristiano Savaris da Silva , ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento e Compras, Licitações e Convênios, a partir de 10/06/2013 ate 09/07/2013, período 12/13.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 10 de junho de 2013

NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

Portaria 164/2013

PORTARIA Nº 164/2013 de 10 de junho de 2013

“DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA SER RESPONSÁVEL PELO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONVÊNIOS”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Designar a funcionária CAMILA RAQUEL MACAGNAN, inscrita sob CPF 048.074.679-64, para ser responsável pelo Departamento de Compras, Licitações e Convênios, enquanto o funcionário Cristiano Savaris da Silva , ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento e Compras, Licitações e Convênios, estiver em férias, no período de 10/06/2013 ate 09/07/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 10 de junho de 2013

NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

Portaria 165/2013

PORTARIA Nº 165/2013 07 de Junho de 2013

“DESISTÊNCIA TÁCITA DE TESTE SELETIVO 004/2013”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Desclassifica Olíria Kanopf da Cruz, classificada em 3º lugar no teste seletivo 004/2013, no cargo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza convocada em 03/06/2013, por desistência tácita, pois não apresentou a documentação no prazo assinalado na convocação.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de Junho de 2013

NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

Portaria 166/2013

PORTARIA Nº 166 /2013 de 11 de Junho de 2013;

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA.”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionário (a) Luiz Dalla Valle , ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional, a partir de 10/06/2013 a 09/07/2013, período 12/13.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo 10/06/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 11 de Junho de 2013

NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

Portaria 167/2013

PORTARIA Nº 167 /2013 de 11 de Junho de 2013;

“EXONERAÇÃO POR APOSENTADORIA DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO DAHIR PUTTON DO CARGO EFETIVO DE AGENTE OPERACIONAL ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Exonerar do cargo efetivo de Agente Operacional o funcionário público DAHIR PUTTON, casado, inscrito no CPF 197.661.909-25, por motivo de ter sido concedida a aposentadoria a partir de 11/06/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 11 de Junho de 2013

NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto Nº 057/2013

DECRETO Nº 057/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 225.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 -SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01 -SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01.04.122.0001.2.003-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 20.000,00

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.1.002-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 80.000,00

06 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.451.0007.1.022-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 125.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.009-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 80.000,00

04.01.13.392.0003.1.009-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 15.000,00

04.01.13.391.0003.1.008-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 5.000,00

06 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.17.511.0005.1.017-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 35.000,00

06.01.15.543.0008.1.037-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 50.000,00

06.01.26.782.0008.1.032-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 40.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 13 de Junho de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Decreto Nº 058/2013

DECRETO Nº 058/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 46.446,45 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.1.002-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 46.446,45

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro 46.446,45

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 13 de Junho de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Portaria Nº 296/2013

PORTARIA Nº 296/2013

Concede Licença p/Tratamento de Saude.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA P/TRATAMENTO DE SAUDE, ao servidor efetivo, ILTON NICOLAU PAULI, ocupante do cargo de ZELADOR, a contar de 06 de junho de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 14 de junho de 2013.

Portaria Nº 297/2013

PORTARIA Nº 297/2013

Concede Licença Premio.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, ao servidor efetivo, JOÃO ROBERTO MULLER, ocupante do cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 13 de junho de 2013, referente ao período aquisitivo de fevereiro/2007 a fevereiro/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 13 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 14 de junho de 2013.

Portaria Nº 298/2013

PORTARIA Nº 298/2013
Prorroga Contratação temporaria.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de MAURICIO GUERRA ALVES, ocupante do cargo temporario de FARMACEUTICO BIOQUIMICO, a partir de 13 de junho de 2013 a 12 de julho de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 13 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 14 de junho de 2013.

Arroio Trinta

PREFEITURA

Tomada de Preços Nº 0001/2013 - Pavimentação Asfáltica

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2013

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços nº 0001/2013.

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ADEQUAÇÃO AO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DE TRECHOS DA RUA PADRE AUGUSTINHO COM 3.459,63M², TRAVESSA SANTO ABATTI COM 1.161,20M² E RUA PASQUAL NAVA COM 785,00M², SENDO UMA ÁREA TOTAL A PAVIMENTAR DE 5.405,83M², DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 1001547-72/2012/ MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, CONVÊNIO Nº 779508/2012, TUDO DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E QUANTITATIVOS ANEXADOS A ESTE EDITAL (GRAVADOS EM CD).

Regimento: Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00h do dia 03/07/2013.

Abertura dos Envelopes: Às 10:00h do dia 03/07/2013.

Retirada do Edital: O Edital e Anexos deverão ser retirados na Prefeitura, junto ao Departamento de Licitações, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de expediente.

Edital no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Valor máximo global estipulado para a obra é de R\$ 343.060,00 (trezentos e quarenta e três mil e sessenta reais).

Arroio Trinta - SC, 12 de junho de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

Lei N.º 1321/2013

LEI N.º 1321/2013

"Autoriza a auxiliar no pagamento de transporte escolar para alunos residentes no Município e dá outras providências".

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal de Atalanta - SC

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a auxiliar no pagamento do transporte de alunos residentes no Município, que frequentam cursos fora do Município.

§ 1º - Serão beneficiados os alunos que estão cursando o nível superior (3º grau) e cursos profissionalizantes.

§ 2º - Para receber o auxílio previsto no caput deste artigo o aluno deverá apresentar junto à Secretaria Municipal de Educação os seguintes documentos no início de cada semestre:

- a) Certidão de nascimento ou casamento;
- b) Calendário escolar do curso que frequenta;
- c) Comprovante de residência;
- d) Atestado de matrícula;
- e) Atestado de frequência;
- f) Comprovante de abertura de conta bancária em seu nome ou de seu responsável, especificando o número da agência e o número da conta.

§ 3º - Entende-se por aluno, aquele que recebe instrução e/ou educação por meio de um professor, em estabelecimento de ensino.

Art. 2º - Fica estabelecido, que o Município, para cumprir o disposto no art. 1º da presente Lei, participará com até 100% (cem por cento) do custo mensal ou semestral do transporte pago pelo aluno.

Art. 3º - O auxílio de que trata esta Lei será creditado diretamente na conta corrente do aluno beneficiário ou de seu responsável, mediante cumprimento do disposto do § 2º do

art. 1º, e apresentação dos comprovantes das despesas com passagens relativas ao itinerário do curso que frequenta.

Parágrafo Único - A comprovação de que trata o caput deste artigo deverá ser apresentada mensalmente ou semestralmente, respectivamente, observada a natureza organizacional do curso.

Art. 4º - O percentual será fixado por meio de decreto, conforme as dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação no

DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009, de 15 de abril de 2009.

Art. 6º - Fica revogada a Lei nº 1043/2008 de 30 de abril de 2008, e demais disposições em contrário.

Atalanta, SC, 12 de junho de 2013.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto Nº 078/2013

DECRETO Nº 078 /2013 DE: 29 DE MAIO DE 2013.

Abre Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária para 2013

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em Exercício, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3275/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 204.344,29 (duzentos e quatro mil, trezentos e quarenta e quatro reais e vinte e nove centavos) por conta do Superávit Financeiro de 2012, apurado na fonte de recurso 0.3.00.000000, a dotação abaixo indicada:

26. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
	Devolução de Recursos de	
2601.28.845.0000.0006	Convênios	204.344,29
3.3.20.00/0.3.00.000000	Transferências à União	204.344,29

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 29 de maio de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Reg. publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Portaria 003/2013 - FMS

PORTARIA SMS nº. 03/2013

DEFINE CRITÉRIOS PARA PRESCRIÇÃO DE MEDICAMENTOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Leandro Adriano de Barros, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 116, incisos I e V, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina,

CONSIDERANDO a orientação do Ministério Público Federal (Recomendação nº 31/2011) e Ministério Público Estadual (Recomendação nº 0007/2009), onde o médico responsável pelo paciente terá que justificar que nenhum medicamento constante da Relação Nacional de Medicamentos (RENAME) tem eficácia no tratamento;

CONSIDERANDO que o Órgão Público, por força de lei, deve adquirir seus medicamentos pelo princípio ativo e não por nome

comercial (TJSC - Apelação Civil nº 2008.031028-0).

RESOLVE:

Art. 1º. A Relação Nacional de Medicamentos (RENAME) deverá ser tomada como base para prescrição médica, salvo sob a devida justificativa documentada quanto à sua indispensabilidade.

Art. 2º. Fica vedado o acesso de Representantes Comerciais de Laboratórios de Medicamentos às dependências das unidades de saúde de Biguaçu, bem como outras empresas que tenham fins semelhantes.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, SC, 11 de junho de 2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário da Saúde do Município de Biguaçu

Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REPUBLICAÇÃO DO PP 09/2013 FUNREBOM

Devido à falta de empresas interessadas no PP 09/2013 FUNREBOM, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE NOTE BOOKS PARA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO CORPO DE BOMBEIROS DE BIGUAÇU", fica republicada a mesma para a seguinte data:

Recebimento dos envelopes de documentação e Propostas de Preços: dia 27/06/2013, até 15:45 horas.

Abertura dos envelopes de documentação e proposta de preços: dia 27/06/2013, às 16:00 horas.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 103/2013 FMAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA O USO DO PRONATEC.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:30 horas, do dia 27 junho, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 27 junho, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 12 de junho de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

29ª Convocação Para o Processo Seletivo - Sesau - Edital 001/2012

29ª Convocação para o Processo Seletivo - SESAU - edital 001/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo SESAU edital 001/2012, abaixo relacionados para comparecerem na Secretaria Municipal da Saúde de Biguaçu, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras, Biguaçu/SC (ao lado da Policlínica Municipal), até o dia 17/06/2013, munidos de Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO,



ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ CONSIDERADO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, os candidatos assinarão contrato e iniciarão suas atividades.

Biguaçu, 12 de junho de 2013.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário da Saúde

Cargo - Lotação 1016 - Enfermeiro - Da Família - ESF
16 - Maria Angélica Maurício

Cargo - Lotação 1033 - Enfermeiro II
11 - Caroline Andrade Machado
12 - Luciana Vanda Silva

Cargo - Lotação 1225 - Psicólogo
06 - Anelise Dias Osseyran

Cargo - Lotação 2070 - Técnico de Enfermagem - Da Família - ESF
47 - Stephanie Rocha do Livramento
48 - Aline Teixeira
49 - Fernanda dos Santos Gorges

Cargo - Lotação 2083 - Técnico de Enfermagem
09 - Ana Paula Quirino Barreiros

Bom Retiro

PREFEITURA

601.06.13 - P. Lic. Trat. Saude Jucelene G. S. Abreu
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 601/13 de 13.06.13
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 10 de junho de 2013, a funcionária Jucelene Goedert Santos de Abreu, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 06, do quadro de Pessoal Efetivo do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de junho de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

602.06.13 - P. Férias Sivaldo a. Alexandre
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 602/13 de 13.06.13
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) ao funcionário Sivaldo Antonio Alexandre, Ocupante do cargo de Calceteiro - Padrão I - Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar de 10 de junho com término no dia 09 de julho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de junho de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

603.06.13 - P. Férias Eliane L. Silva
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 603/13 de 13.06.13
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) a funcionária Eliane Leandro da Silva, Ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem Socorrista - Padrão I - Nível 3, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 085/2013 de 13 de junho de 2013, para gozá-las a contar de 01 de junho com término no dia 30 de junho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de junho de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Portaria 127/2013

PORTARIA Nº 127/2013

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei nº 009/99 de 17.11.09, etc

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores Fabio Dalmarco, Desenhista, nomeado pela Portaria nº 162/94, de 08.06.1994, Luciane Bertlli Kniss, Professora, nomeada pela Portaria nº 011/2005, de 10.02.2005, e Marina Solange Georg Erbs, Telefonista, nomeada pela Portaria 061/2002, de 01.04.2002, para sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão Sindicante destinada a apurar o fato comunicado no Ofício Secret. Obras/Agricultura nº 021/2013, que acompanha a presente, em razão da denúncia de que o médico veterinário não está cumprindo corretamente os horários inerentes ao desempenho de sua função, uma vez que por diversas oportunidades não justificou sua ausência durante o horário de seu expediente, realizando saídas freqüentes para atendimentos de clientes particulares em sua clínica situada no município, desrespeitando ordens de preenchimento e entrega dos relatórios exigidos, confundindo a conferência do cumprimento dos horários de trabalho, bem como, tem comercializado de modo particular medicamentos adquiridos em estabelecimentos comerciais privados e de seu próprio estabelecimento em seu horário de expediente, confundindo os municípios que não sabem quando o mesmo está no exercício da função pública ou efetuando um atendimento particular, ainda descreve a denúncia que o médico veterinário recebe nas instalações da Secretaria da Agricultura vendedores e representantes comerciais visando a obtenção de produtos para a sua clínica particular, o que implica, em tese, em infração ao disposto no art.78, incisos I, IX e X, da Lei 09/99.

Art. 2º - Os integrantes da Comissão ora nomeada ficam dispensados de suas atividades normais, durante o período que se dedicarem aos trabalhos sindicantes, até a conclusão do relatório final.

Art. 3º - O prazo para conclusão da Sindicância não excederá a 60 (sessenta) dias, nos termos do disposto no artigo 101, do Estatuto dos Servidores Públicos de Braço do Trombudo.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 11 de junho de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Portaria 128/2013

PORTARIA Nº 128/2013

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei nº 009/99 de 17.11.09, etc

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores Fabio Dalmarco, Desenhista, nomeado pela Portaria nº 162/94, de 08.06.1994, Luciane Bertlli Kniss, Professora, nomeada pela Portaria nº 011/2005, de

10.02.2005, e Marina Solange Georg Erbs, Telefonista, nomeada pela Portaria 061/2002, de 01.04.2002, para sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão Sindicante destinada a apurar o fato comunicado pelo Ofício Secret. Saúde nº028/2013, apurando a autoria e responsabilidade das multas aplicadas a viatura do Município de Braço do Trombudo, com placa: MIV-0885.

Art. 2º - Os integrantes da Comissão ora nomeada ficam dispensados de suas atividades normais, durante o período que se dedicarem aos trabalhos sindicantes, até a conclusão do relatório final.

Art. 3º - O prazo para conclusão da Sindicância não excederá a 60 (sessenta) dias, nos termos do disposto no artigo 101, do Estatuto dos Servidores Públicos de Braço do Trombudo.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 11 junho de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Portaria 129/2013

PORTARIA 129/2013

RETIFICA PORTARIA

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar o parágrafo único do art.1º da portaria 055/2009 de 03.03.2009, que passa a ter a seguinte redação: Ficará a cargo do servidor indicado no inciso III a coordenação dos trabalhos da comissão.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 3º da Lei 0597/2008 de 09 de julho de 2008.

Braço do Trombudo 11 de junho de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ata de Registro de Preço 3/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/8

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013****Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 15/03/2013****Válido até: 15/03/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material esportivo para práticas de esportes de crianças e adultos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	BOLA DE FUTEBOL DE SALÃO OFICIAL, PESO 410/440GRS, DIÂMETRO DE 61/64CM, TERMOTEC COMPOSIÇÃO PU ULTRA 100%, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, DE ACORDO COM AS NORMAS DA CBFS, 8 GOMOS, 1ª LINHA COM GARANTIA DE FÁBRICA. (9792)	UND	JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Penalty	0	177,2000	1
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PENALTY	0	177,7000	2
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	Penalty-max 1i	0	178,3000	3
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PENALTY	0	178,3000	4
2	BOLA DE FUTEBOL DE SALÃO OFICIAL, PESO 350/380grs, DIÂMETRO DE 55/59cm, TERMOTEC COMPOSIÇÃO PU, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, DE ACORDO COM AS NORMAS DA CBFS, 8 GOMOS, 1ª LINHA COM GARANTIA DE FÁBRICA. (9793)	UND	FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	Penalty-max 2i	0	114,6000	1
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Penalty	0	114,8000	2
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PENALTY	0	115,3000	3
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PENALTY	0	115,3000	4
3	BOLA DE FUTEBOL DE SALÃO OFICIAL, PESO 300/350grs, DIÂMETRO DE 50/55cm, TERMOTEC COMPOSIÇÃO PU, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, DE ACORDO COM AS NORMAS DA CBFS, 8 GOMOS, 1ª LINHA COM GARANTIA DE FÁBRICA. (9794)	UND	COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PENALTY	0	92,3000	1
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Penalty	0	92,6000	2
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	Penalty-max 1i	0	93,0000	3
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PENALTY	0	93,3000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 15/03/2013 Válido até: 15/03/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material esportivo para práticas de esportes de crianças e adultos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	BOLAS DE HANDEBOL ADULTAS PROFISSIONAL, COMPOSIÇÃO DE PU, PESO = 325-400 GRAMAS, CIRCUNFERÊNCIA = 54-56 CM CÂMARA = BUTIL, MIOLO REMOVÍVEL, COSTURADA. APROVADA DE ACORDO COM AS NORMAS DA CBH. (9795)	UND	FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	Penalty-h2l	0	125,2000	1
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PENALTY	0	125,4000	2
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Penalty	0	126,6000	3
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PENALTY	0	127,3000	4
5	BOLA OFICIAL DE HANDEBOL, TAMANHO INFANTIL, COSTURADA, COM 32 GOMOS, CONFECCIONADA COM PU ULTRA GRIP. BOLA OFICIAL DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL (CBHB) E APROVADA PELA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE HANDEBOL (IHF). INDICADA PARA USO SEM COLA. DIÂMETRO: 49 - 51 CM PESO: 230 - 270 G CÂMARA: CÂMARA AIRBILITY CONSTRUÇÃO: COSTURADA MATERIAL: PU ULTRA GRIP MIOLO: MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO (9796)	UND	FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	Penalty-suecia	0	97,7500	1
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Penalty	0	97,9500	2
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PENALTY	0	97,9600	3
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PENALTY	0	97,9600	4
6	CONJUNTO DE CAMISA E CALÇÃO TAMANHO GG DE LINHA EM TECIDO ELANCA 100% POLIÉSTER COM ESTAMPA NUMERADA DE 2 A 11, E ESTAMPADO O SÍMBOLO DA CME DE BRAÇO DO TROMBUDO, E O BRASÃO DA PREFEITURA; (9797)	JG	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PLACAR	0	39,4000	1
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PROTEXTIL	0	39,6000	2
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	SCLAN	0	39,6000	3
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Lance	0	39,6000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 15/03/2013 Válido até: 15/03/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material esportivo para práticas de esportes de crianças e adultos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	CONJUNTO DE CAMISA E CALÇÃO TAMANHO G DE LINHA EM TECIDO ELANCA 100% POLIÉSTER COM ESTAMPA NUMERADA DE 2 A 11, E ESTAMPADO O SÍMBOLO DA CME DE BRAÇO DO TROMBUDO, E O BRASÃO DA PREFEITURA; (9798)	JG	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PLACAR	0	39,4000	1
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Lance	0	39,6000	2
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	SCLAN	0	39,6000	3
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PROTEXTIL	0	39,6000	4
8	CONJUNTO DE CAMISA E CALÇÃO TAMANHO M DE LINHA EM TECIDO ELANCA 100% POLIÉSTER COM ESTAMPA NUMERADA DE 2 A 11, E ESTAMPADO O SÍMBOLO DA CME DE BRAÇO DO TROMBUDO, E O BRASÃO DA PREFEITURA; (9799)	JG	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PLACAR	0	39,4000	1
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PROTEXTIL	0	39,6000	2
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	SCLAN	0	39,6000	3
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Lance	0	39,6000	4
9	CONJUNTO DE CAMISA E CALÇÃO TAMANHO P ADULTO DE LINHA EM TECIDO ELANCA 100% POLIÉSTER COM ESTAMPA NUMERADA DE 2 A 11, E ESTAMPADO O SÍMBOLO DA CME DE BRAÇO DO TROMBUDO, E O BRASÃO DA PREFEITURA; (9800)	JG	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PLACAR	0	39,4000	1
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PROTEXTIL	0	39,6000	2
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	SCLAN	0	39,6000	3
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Lance	0	39,6000	4
10	CONJUNTO DE CAMISA E CALÇÃO TAMANHO P INFANTIL DE LINHA EM TECIDO ELANCA 100% POLIÉSTER COM ESTAMPA NUMERADA DE 2 A 11, E ESTAMPADO O SÍMBOLO DA CME DE BRAÇO DO TROMBUDO, E O BRASÃO DA PREFEITURA; (9801)	JG	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PLACAR	0	39,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 15/03/2013 Válido até: 15/03/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material esportivo para práticas de esportes de crianças e adultos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	SCLAN	0	39,6000	2
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Lance	0	39,6000	3
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PROTEXTIL	0	39,6000	4
11	MEIAS DE FUTSAL ADULTA, 38,4% POLIPROPILENO, 32,5% POLIAMIDA, 17,2% ALGODÃO, 11,6% ELASTODIENO E 0,5% ELASTANO. (9802)	PAR	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	STADIUM	0	9,3500	1
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Stadium	0	9,4000	2
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	KANXA	0	9,5500	3
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	SCLAN	0	9,9600	4
12	MEIAS DE FUTSAL ADULTA, 38,4% POLIPROPILENO, 32,5% POLIAMIDA, 17,2% ALGODÃO, 11,6% ELASTODIENO E 0,5% ELASTANO. (9803)	PAR	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	STADIUM	0	9,3500	1
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Stadium	0	9,6500	2
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	SCLAN	0	9,9600	3
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	KANXA	0	9,9600	4
13	CALÇA DE GOLEIRO, 100% POLIESTER, ESTOFAMENTO NAS COXAS E TAMANHO G. (9804)	UND	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PLACAR	0	67,9000	1
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	KANXA	0	68,1000	2
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	SCLAN	0	68,9300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013** **Data do Registro: 15/03/2013** **Válido até: 15/03/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material esportivo para práticas de esportes de crianças e adultos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	CALÇA DE GOLEIRO, 100% POLIESTER, ESTOFAMENTO NAS COXAS E TAMANHO P INFANTIL. (9805)	UND	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PLACAR	0	67,9000	1
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	SCLAN	0	68,9300	2
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	KANXA	0	68,9300	3
15	PARES DE REDES PARA FUTEBOL SOCIETY. MALHA TRANÇADA DE 15X15 CM. NOS CERRADOS QUE EVITAM O DESGASTE. TAMANHO DO FIO: 4 MM. (9806)	PAR	COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	REDESPORT	0	179,5000	1
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PANGUE	0	179,7000	2
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Master	0	179,9000	3
16	PARES DE REDE MALHA PARA FUTSAL TRANÇADA DE 12X12 CM. NOS CERRADOS QUE EVITAM O DESGASTE. TAMANHO DO FIO: 4 MM. COMPOSIÇÃO: EM POLIPROPILENO COM PROTEÇÃO UV. DIMENSÕES APROXIMADAS (LXAXP): 3,20X2,10X1 M. (9807)	PAR	COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	REDESPORT	0	159,3000	1
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Master	0	159,5000	2
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	REDESPORT	0	159,9000	3
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PANGUE	0	159,9000	4
17	BOLA DE SUÍÇO COSTURADA A MÃO. CÂMARA EM LÁTEX. APROVADA PELA FIFA. COMPOSIÇÃO: 100% POLIURETANO TERMOPLÁSTICO. CIRCUNFERÊNCIA: 67 CM. GARANTIA DO FABRICANTE: CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. (9808)	UND	COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PENALTY	0	92,3000	1
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PENALTY	0	92,5000	2
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	Penalty	0	92,9000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 15/03/2013 Válido até: 15/03/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material esportivo para práticas de esportes de crianças e adultos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Penalty	0	93,3000	4
18	CONJUNTO COM 8 BOLAS DE BOCHAS, PESO 1.400KGS A 1430KGS COM DIÂMETRO DE 126MM NAS CORES AZUIS E AMARELA. (9809)	CJ	COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	SINAL BLU	0	349,7000	1
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	BLUMENAU	0	349,9000	2
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	B.LOPES	0	349,9000	3
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	RIOS	0	349,9000	4
19	BOLA PROFISSIONAL DE HANDEBOL, TAMANHO MASCULINO, COSTURADA, COM 32 GOMOS, CONFECCIONADA COM PU. BOLA OFICIAL DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL (CBHB) E APROVADA PELA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE HANDEBOL (IHF). DIÂMETRO: 58-60CM PESO: 425 - 475 G CÂMARA: CÂMARA BUTIL CONSTRUÇÃO: COSTURADA MATERIAL: PU MIOLO: MIOLO REMOVÍVEL (9810)	UND	COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PENALTY	0	132,5000	1
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	Penalty-suecia	0	132,7000	2
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PENALTY	0	133,3000	3
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Penalty	0	133,5000	4
20	CALÇA DE GOLEIRO, 100% POLIESTER, ESTOFAMENTO NAS COXAS E TAMANHO GG. (9811)	UND	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME (9061)	PLACAR	0	68,7000	1
			JOSÉ PAULO BITENCOURT ME (9060)	Lance	0	68,9000	2
			FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME (9062)	SCLAN	0	68,9300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013** **Data do Registro: 15/03/2013** **Válido até: 15/03/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material esportivo para práticas de esportes de crianças e adultos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	KANXA	0	68,9300	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013 **Data do Registro: 15/03/2013** **Válido até: 15/03/2014**

Objeto da Compra: Aquisição de material esportivo para práticas de esportes de crianças e adultos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2013

PROCESSO Nº 6/2013

(9060) - JOSÉ PAULO BITENCOURT ME

(9061) - GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME

(9062) - FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME

(9063) - COMERCIAL ROPAGI LTDA

Braço do Trombudo, 15 de Março de 2013.

Caçador

PREFEITURA

Resolução Nº 10 CMAS

Resolução 10/2013 de 11 de junho de 2013

Dispõe sobre o Plano de Ação para Co-Financiamento do Governo Federal Sistema Único da Assistência Social ano 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011, nos Artigos. 1º e 4º, e em consonância com a Lei federal nº 8.742/93;

CONSIDERANDO os preceitos da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, da Política Nacional da Assistência Social - PNAS e NOB/SUAS.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do dia 11 de junho de 2013, Ata nº 208, onde o Órgão Gestor da Política Municipal de Assistência Social apresentou ao Conselho Municipal de Assistência Social para sua apreciação o Plano de Ação para o Co-Financiamento do Governo Federal Sistema Único da Assistência Social 2013.

Resolve:

Art. 1º Aprovar por unanimidade o Plano de Ação para o Co-Financiamento do Governo Federal Sistema Único de Assistência Social ano 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 11 de junho de 2013.

MARIA DE LOURDES ROMAN ROSS CERATTI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução Nº 11 CMAS

Resolução 11/2013 de 11 de junho de 2013

Dispõe sobre o Termo de Aceite: Serviço de Acolhimento institucional para Jovens e Adultos com deficiência em residência inclusiva.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011, nos Artigos. 1º e 4º, e em consonância com a Lei federal nº 8.742/93;

CONSIDERANDO os preceitos da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, da Política Nacional da Assistência Social - PNAS e NOB/SUAS.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do dia 11 de junho de 2013, Ata nº 208, apresentado ao Conselho Municipal de Assistência Social para sua apreciação o Termo de Aceite: Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com deficiência em residência inclusiva.

Resolve:

Art. 1º Rejeitar por unanimidade o Termo de Aceite: Serviço de acolhimento institucional para Jovens e Adultos com deficiência em residência inclusiva.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 11 de junho de 2013.

MARIA DE LOURDES ROMAN ROSS CERATTI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Aviso Licitação Pe 02-2013 Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Eletrônico nº 02/2013 - FMS

TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRESERVATIVOS MASCULINOS 52 E 55mm PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA EM CAMPANHAS DE PREVENÇÃO AS DST/HIV/AIDS

ENTREGA DAS PROPOSTAS: pelo site www.cidadecompras.com.br, a partir desta data encerrando-se o prazo de entrega às 16h00min do dia 27/06/2013.

ABERTURA DA SESSÃO: às 16h05min do dia 27 (vinte e sete) de junho de 2013. Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br e na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Site Rua Brasília, 1.111, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, dás 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 11 de junho de 2013.

LUZIA MICHELINA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Saúde

Resumo Ata Habilitação TP 01-2013 Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESUMO ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TP 01/2013 - F MS

Empresas que protocolaram proposta:

LAJETEC LAJES E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, neste ato representada pelo Sr. Davi Pulkow,

FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, sem representante presente,

CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA, sem representante presente,

CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA, sem representante presente,

Em continuidade ao procedimento, foram abertos os envelopes das proponentes para análise da documentação de habilitação, os documentos foram vistos pela Comissão. Após análise da documentação a Comissão verificou que as empresas apresentaram a documentação de acordo com o estabelecido no Edital sendo habilitadas.

Como nem todos os representantes encontram-se presentes abre-se o prazo legal de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso. Caçador/SC, 12 de junho de 2013.

Camboriú

PREFEITURA

Decreto N.º 1.640/2013

DECRETO N.º 1.640/2013

Autoriza uso de bem público municipal para a instalação de indústria, aplicando-se a Lei n.º 961/1993 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei n.º 961 de 29 de

março de 1993 e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo Empresário Individual LEANDRO MOTTA MADEIREIRO - ME, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.189.246/0001-28, que solicita uma área de terras de propriedade do Município para abrigar suas instalações físicas e, por conseguinte, para dar início de suas atividades;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 21 de janeiro de 2013, que analisou a documentação do Empresário Individual LEANDRO MOTTA MADEIREIRO - ME e emitiu parecer favorável referente a autorização do uso de bem público, indicando uma área para a instalação deste;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida ao Empresário Individual LEANDRO MOTTA MADEIREIRO - ME, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.189.246/0001-28, para instalação e início de suas atividades, autorização de uso do imóvel de propriedade do Município, adiante descrito:

I - uma área localizada no Distrito Industrial, com área total de 1.620,00 m², representada pela ÁREA 27, com as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao OESTE com a Avenida dos Empresários, onde mede em duas linhas, partindo com 14,14 metros e segue com 30,00 metros; fundos ao LESTE com a Área 28, onde mede 40,00 metros; estrema ao NORTE com a Área 29/31, onde mede 41,75 metros; estrema ao SUL com a Avenida do Progresso, onde mede 31,75 metros.

Art. 2º A autorização de uso da área descrita no artigo 1º será por período indeterminado, podendo converter-se em doação definitiva após 05 (cinco) anos de atividade do Empresário Individual, demonstrada a solidez do empreendimento, nos termos da Carta Consulta apresentada pelo Empresário Individual beneficiado, bem como em razão de avaliação a ser realizada pela diretoria do Centro Industrial de Camboriú - CIC, após o decurso do referido prazo, que levará em conta:

I - disposição que vincule o imóvel à finalidade industrial proposta;
II - obediência aos prazos para início e término da construção e funcionamento do empreendimento;
III - atendimento ao número mínimo de empregos que serão criados conforme promessa na Carta Consulta.

Art. 3º Se o Empresário Individual beneficiado com a autorização de uso não se instalar na forma requerida no prazo de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período, caso exista interesse do Município, ou ainda, cessar suas atividades, perderá todos os benefícios concedidos, inclusive a utilização do imóvel de propriedade do Município.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, caso o Empresário Individual beneficiado não cumpra as exigências previstas neste decreto e/ou estiver ocupando o imóvel para outros fins não previstos na Carta Consulta, será estipulado pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, para efeito de indenização e por meio do devido processo legal, um valor mensal a título de aluguel até o cumprimento das disposições da Carta Consulta ou até que o imóvel seja revertido e reincorporado ao Município.

Art. 4º Se o Empresário Individual perder os benefícios concedidos ou cessar suas atividades não terá direito a qualquer indenização por parte da municipalidade, resguardada a possibilidade de retirada de todos os bens móveis e imóveis existente sobre a área compreendida pela respectiva autorização de uso.

Art. 5º Fica facultado à Diretoria do Centro Industrial de Camboriú realizar inspeções de avaliação, a qualquer tempo, destinadas ao levantamento das atividades que estão sendo desenvolvidas.

Art. 6º O Empresário beneficiado com a autorização de uso estará isento do pagamento de IPTU, referente ao imóvel descrito no artigo 1º, pelo período de 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 7º Todas as obras de infraestrutura realizadas na área prevista neste Decreto serão de inteira responsabilidade do Empresário Individual, sem ônus para o Município, de modo que este deverá obedecer as leis municipais de ordenamento territorial.

Parágrafo único. O Empresário Individual beneficiado fica responsável por dotar-se da infraestrutura adequada, sendo sua responsabilidade a instalação de:

I - abastecimento de água;

II - rede de distribuição de energia elétrica;

III - rede telefônica;

IV - sistema de escoamento de água pluviais;

V - vias de circulação no torno do seu imóvel em condições de tráfego permanente, obedecendo ao determinado para o local quanto às medidas de ruas e calçadas;

VI - limpeza e preparação do terreno para a instalação de sua planta industrial.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 03 de junho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.641/2013

DECRETO N.º 1.641/2013

Autoriza uso de bem público municipal para a instalação de indústria, aplicando-se a Lei n.º 961/1993 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei n.º 961 de 29 de março de 1993 e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Empresa OUROGRAN COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.126.383/0001-76, que solicita uma área de terras de propriedade do Município para abrigar suas instalações físicas e, por conseguinte, para dar início de suas atividades;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 21 de janeiro de 2013, que analisou a documentação da Empresa OUROGRAN COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA - ME e emitiu parecer favorável referente a autorização do uso de bem público, indicando uma área para a instalação desta;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a Empresa OUROGRAN COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.126.383/0001-76, para instalação e início de suas atividades, autorização de uso do imóvel de propriedade do Município, adiante descrito:

I - uma área localizada no Distrito Industrial, com área total de 1.620,00 m², representada pela ÁREA 28, com as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao LESTE com a Rua dos Trabalhadores, onde mede duas linhas, com 14,14 metros e segue com 30,00 metros; fundos ao OESTE com a Área 27, onde mede 40,00 metros; estrema ao NORTE com a Área 30, onde mede 41,75 metros; estrema ao SUL com a Avenida do Progresso, onde mede 31,75 metros.

Art. 2º A autorização de uso da área descrita no artigo 1º será por período indeterminado, podendo converter-se em doação definitiva após 05 (cinco) anos de atividade da empresa, demonstrada a solidez do empreendimento, nos termos da Carta Consulta apresentada pela empresa beneficiada, bem como em razão de avaliação a ser realizada pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú - CIC, após o decurso do referido prazo, que levará em conta:

I - disposição que vincule o imóvel à finalidade industrial proposta;
II - obediência aos prazos para início e término da construção e funcionamento do empreendimento;
III - atendimento ao número mínimo de empregos que serão criados conforme promessa na Carta Consulta.

Art. 3º Se a empresa beneficiada com a autorização de uso não se instalar na forma requerida no prazo de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período, caso exista interesse do Município, ou ainda, cessar suas atividades, perderá todos os benefícios concedidos, inclusive a utilização do imóvel de propriedade do Município.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, caso a empresa beneficiada não cumpra as exigências previstas neste decreto e/ou estiver ocupando o imóvel para outros fins não previstos na Carta Consulta, será estipulado pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, para efeito de indenização e por meio do devido processo legal, um valor mensal a título de aluguel até o cumprimento das disposições da Carta Consulta ou até que o imóvel seja revertido e reincorporado ao Município.

Art. 4º Se a empresa perder os benefícios concedidos ou cessar suas atividades não terá direito a qualquer indenização por parte da municipalidade, resguardada a possibilidade de retirada de todos os bens móveis e imóveis existente sobre a área compreendida pela respectiva autorização de uso.

Art. 5º Fica facultado à Diretoria do Centro Industrial de Camboriú realizar inspeções de avaliação, a qualquer tempo, destinadas ao levantamento das atividades que estão sendo desenvolvidas.

Art. 6º A empresa beneficiada com a autorização de uso estará isenta do pagamento de IPTU, referente ao imóvel descrito no artigo 1º, pelo período de 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 7º Todas as obras de infraestrutura realizadas na área prevista neste Decreto serão de inteira responsabilidade da empresa, sem ônus para o Município, de modo que esta deverá obedecer as leis municipais de ordenamento territorial.

Parágrafo único. A empresa beneficiada fica responsável por dotar-se da infraestrutura adequada, sendo sua responsabilidade a instalação de:

- I - abastecimento de água;
- II - rede de distribuição de energia elétrica;
- III - rede telefônica;
- IV - sistema de escoamento de água pluviais;

V - vias de circulação no torno do seu imóvel em condições de tráfego permanente, obedecendo ao determinado para o local quanto às medidas de ruas e calçadas;

VI - limpeza e preparação do terreno para a instalação de sua planta industrial.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 03 de junho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.642/2013

DECRETO N.º 1.642/2013

Autoriza uso de bem público municipal para a instalação de indústria, aplicando-se a Lei n.º 961/1993 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei n.º 961 de 29 de março de 1993 e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Empresa MASSAS ITALIANA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.648.417/0001-28, que solicita uma área de terras de propriedade do Município para abrigar suas instalações físicas e, por conseguinte, para dar início de suas atividades;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 21 de janeiro de 2013, que analisou a documentação da Empresa MASSAS ITALIANA LTDA - ME e emitiu parecer favorável referente a autorização do uso de bem público, indicando uma área para a instalação desta;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a Empresa MASSAS ITALIANA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.648.417/0001-28, para instalação e início de suas atividades, autorização de uso do imóvel de propriedade do Município, adiante descrito:

I - uma área localizada no Distrito Industrial, com área total de 1.503,00 m², representada pela ÁREA 30, com as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao LESTE com a Rua dos Trabalhadores, onde mede 36,00 metros; fundos ao OESTE com a Área 29/31, onde mede 36,00 metros; estrema ao NORTE com a Área 32, onde mede 41,75 metros; estrema ao SUL com a Área 28, onde mede 41,75 metros.

Art. 2º A autorização de uso da área descrita no artigo 1º será por período indeterminado, podendo converter-se em doação definitiva após 05 (cinco) anos de atividade da empresa, demonstrada a solidez do empreendimento, nos termos da Carta Consulta apresentada pela empresa beneficiada, bem como em razão de avaliação a ser realizada pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú - CIC, após o decurso do referido prazo, que levará em conta:

I - disposição que vincule o imóvel à finalidade industrial proposta;

II - obediência aos prazos para início e término da construção e funcionamento do empreendimento;

III - atendimento ao número mínimo de empregos que serão criados conforme promessa na Carta Consulta.

Art. 3º Se a empresa beneficiada com a autorização de uso não se instalar na forma requerida no prazo de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período, caso exista interesse do Município, ou ainda, cessar suas atividades, perderá todos os benefícios concedidos, inclusive a utilização do imóvel de propriedade do Município.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, caso a empresa beneficiada não cumpra as exigências previstas neste decreto e/ou estiver ocupando o imóvel para outros fins não previstos na Carta Consulta, será estipulado pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, para efeito de indenização e por meio do devido processo legal, um valor mensal a título de aluguel até o cumprimento das disposições da Carta Consulta ou até que o imóvel seja revertido e reincorporado ao Município.

Art. 4º Se a empresa perder os benefícios concedidos ou cessar suas atividades não terá direito a qualquer indenização por parte da municipalidade, resguardada a possibilidade de retirada de todos os bens móveis e imóveis existente sobre a área compreendida pela respectiva autorização de uso.

Art. 5º Fica facultado à Diretoria do Centro Industrial de Camboriú realizar inspeções de avaliação, a qualquer tempo, destinadas ao levantamento das atividades que estão sendo desenvolvidas.

Art. 6º A empresa beneficiada com a autorização de uso estará isenta do pagamento de IPTU, referente ao imóvel descrito no artigo 1º, pelo período de 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 7º Todas as obras de infraestrutura realizadas na área prevista neste Decreto serão de inteira responsabilidade da empresa, sem ônus para o Município, de modo que esta deverá obedecer as leis municipais de ordenamento territorial.

Parágrafo único. A empresa beneficiada fica responsável por dotar-se da infraestrutura adequada, sendo sua responsabilidade a instalação de:

I - abastecimento de água;

II - rede de distribuição de energia elétrica;

III - rede telefônica;

IV - sistema de escoamento de água pluviais;

V - vias de circulação no torno do seu imóvel em condições de tráfego permanente, obedecendo ao determinado para o local quanto às medidas de ruas e calçadas;

VI - limpeza e preparação do terreno para a instalação de sua planta industrial.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 03 de junho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.643/2013

DECRETO N.º 1.643/2013

Autoriza uso de bem público municipal para a instalação de indústria, aplicando-se a Lei n.º 961/1993 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei n.º 961 de 29 de março de 1993 e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Empresária Individual KARLA DE SOUZA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.584.008/0001-10, que solicita uma área de terras de propriedade do Município para abrigar suas instalações físicas e, por conseguinte, para dar início de suas atividades;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 21 de janeiro de 2013, que analisou a documentação da Empresária Individual KARLA DE SOUZA - ME e emitiu parecer favorável referente a autorização do uso de bem público, indicando uma área para a instalação desta;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à Empresária Individual KARLA DE SOUZA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.584.008/0001-10, para instalação e início de suas atividades, autorização de uso do imóvel de propriedade do Município, adiante descrito:

I - uma área localizada no Distrito Industrial, com área total de 1.503,00 m², representada pela ÁREA 32, com as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao LESTE com a Rua dos Trabalhadores, onde mede 36,00 metros; fundos ao OESTE com a Área 29/31, onde mede 36,00 metros; estrema ao NORTE com a Área 34, onde mede 41,75 metros; estrema ao SUL com a Área 30, onde mede 41,75 metros.

Art. 2º A autorização de uso da área descrita no artigo 1º será por período indeterminado, podendo converter-se em doação definitiva após 05 (cinco) anos de atividade da Empresária Individual, demonstrada a solidez do empreendimento, nos termos da Carta Consulta apresentada pela Empresária Individual beneficiada, bem como em razão de avaliação a ser realizada pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú - CIC, após o decurso do referido prazo, que levará em conta:

I - disposição que vincule o imóvel à finalidade industrial proposta;

II - obediência aos prazos para início e término da construção e funcionamento do empreendimento;

III - atendimento ao número mínimo de empregos que serão criados conforme promessa na carta consulta.

Art. 3º Se a Empresária Individual beneficiada com a autorização de uso não se instalar na forma requerida no prazo de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período, caso exista interesse do Município, ou ainda, cessar suas atividades, perderá todos os benefícios concedidos, inclusive a utilização do imóvel de propriedade do Município.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, caso a Empresária Individual beneficiada não cumpra as exigências previstas neste decreto e/ou estiver ocupando o imóvel para outros fins não previstos na Carta Consulta, será estipulado pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, para efeito de indenização e por meio do devido processo legal, um valor mensal a título de aluguel até o cumprimento das disposições da Carta Consulta ou até que o imóvel seja revertido e reincorporado ao Município.

Art. 4º Se a Empresária Individual perder os benefícios concedidos ou cessar suas atividades não terá direito a qualquer indenização por parte da municipalidade, resguardada a possibilidade de retirada de todos os bens móveis e imóveis existente sobre a área compreendida pela respectiva autorização de uso.

Art. 5º Fica facultado à Diretoria do Centro Industrial de Camboriú realizar inspeções de avaliação, a qualquer tempo, destinadas ao levantamento das atividades que estão sendo desenvolvidas.

Art. 6º A Empresária Individual beneficiada com a autorização de uso estará isenta do pagamento de IPTU, referente ao imóvel descrito no artigo 1º, pelo período de 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 7º Todas as obras de infraestrutura realizadas na área prevista neste Decreto serão de inteira responsabilidade da Empresária Individual, sem ônus para o Município, de modo que esta deverá obedecer as leis municipais de ordenamento territorial.

Parágrafo único. A Empresária Individual beneficiada fica responsável por dotar-se da infraestrutura adequada, sendo sua responsabilidade a instalação de:

I - abastecimento de água;

II - rede de distribuição de energia elétrica;

III - rede telefônica;

IV - sistema de escoamento de água pluviais;

V - vias de circulação no torno do seu imóvel em condições de tráfego permanente, obedecendo ao determinado para o local quanto às medidas de ruas e calçadas;

VI - limpeza e preparação do terreno para a instalação de sua planta industrial.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 03 de junho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.644/2013

DECRETO N.º 1.644/2013

Autoriza uso de bem público municipal para a instalação de indústria, aplicando-se a Lei n.º 961/1993 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei n.º 961 de 29 de março de 1993 e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Empresária Individual ERELI MAFRA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.038.775/0001-32, que solicita uma área de terras de propriedade do Município para abrigar suas instalações físicas e, por conseguinte, para dar início de suas atividades;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 21 de janeiro de 2013, que analisou a documentação da Empresária Individual ERELI MAFRA - ME e emitiu parecer favorável referente a autorização do uso de bem público, indicando uma área para a instalação desta;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a Empresária Individual ERELI MAFRA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.038.775/0001-32, para instalação e início de suas atividades, autorização de uso do imóvel de propriedade do Município, adiante descrito:

I - uma área localizada no Distrito Industrial, com área total de 1.503,00 m2, representada pela ÁREA 37, com as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao OESTE com a Avenida dos Empresários, onde mede 36,00 metros; fundos ao LESTE com a Área 38, onde mede 36,00 metros; estrema ao NORTE com a Área 39, onde mede 41,75 metros; estrema ao SUL com a Área 35, onde mede 41,75 metros.

Art. 2º A autorização de uso da área descrita no artigo 1º será por período indeterminado, podendo converter-se em doação definitiva após 05 (cinco) anos de atividade da Empresária Individual, demonstrada a solidez do empreendimento, nos termos da Carta Consulta apresentada pela Empresária Individual beneficiada, bem como em razão de avaliação a ser realizada pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú - CIC, após o decurso do referido prazo, que levará em conta:

I - disposição que vincule o imóvel à finalidade industrial proposta;

II - obediência aos prazos para início e término da construção e funcionamento do empreendimento;

III - atendimento ao número mínimo de empregos que serão criados conforme promessa na carta consulta.

Art. 3º Se a Empresária Individual beneficiada com a autorização de uso não se instalar na forma requerida no prazo de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período, caso exista interesse do Município, ou ainda, cessar suas atividades, perderá todos os benefícios concedidos, inclusive a utilização do imóvel de propriedade do Município.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, caso a Empresária Individual beneficiada não cumpra as exigências previstas neste decreto e/ou estiver ocupando o imóvel para outros fins não previstos na Carta Consulta, será estipulado pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, para efeito de indenização e por meio do devido processo legal, um valor mensal a título de aluguel até o cumprimento das disposições da Carta Consulta ou até que o imóvel seja revertido e reincorporado ao Município.

Art. 4º Se a Empresária Individual perder os benefícios concedidos ou cessar suas atividades não terá direito a qualquer indenização por parte da municipalidade, resguardada a possibilidade de retirada de todos os bens móveis e imóveis existente sobre a área compreendida pela respectiva autorização de uso.

Art. 5º Fica facultado à Diretoria do Centro Industrial de Camboriú realizar inspeções de avaliação, a qualquer tempo, destinadas ao levantamento das atividades que estão sendo desenvolvidas.

Art. 6º A Empresária Individual beneficiada com a autorização de uso estará isenta do pagamento de IPTU, referente ao imóvel descrito no artigo 1º, pelo período de 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 7º Todas as obras de infraestrutura realizadas na área prevista neste Decreto serão de inteira responsabilidade da Empresária Individual, sem ônus para o Município, de modo que esta deverá obedecer as leis municipais de ordenamento territorial.

Parágrafo único. A Empresária Individual beneficiada fica

responsável por dotar-se da infraestrutura adequada, sendo sua responsabilidade a instalação de:

I - abastecimento de água;

II - rede de distribuição de energia elétrica;

III - rede telefônica;

IV - sistema de escoamento de água pluviais;

V - vias de circulação no torno do seu imóvel em condições de tráfego permanente, obedecendo ao determinado para o local quanto às medidas de ruas e calçadas;

VI - limpeza e preparação do terreno para a instalação de sua planta industrial.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 03 de junho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.645/2013

DECRETO N.º 1.645/2013

Autoriza uso de bem público municipal para a instalação de indústria, aplicando-se a Lei n.º 961/1993 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei n.º 961 de 29 de março de 1993 e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Empresa BOLDA METAL COMÉRCIO DE FERRAGENS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.069.593/0001-69, que solicita uma área de terras de propriedade do Município para abrigar suas instalações físicas e, por conseguinte, para dar início de suas atividades;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 21 de janeiro de 2013, que analisou a documentação da Empresa BOLDA METAL COMÉRCIO DE FERRAGENS LTDA - ME e emitiu parecer favorável referente a autorização do uso de bem público, indicando uma área para a instalação desta;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a Empresa BOLDA METAL COMÉRCIO DE FERRAGENS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.069.593/0001-69, para instalação e início de suas atividades, autorização de uso do imóvel de propriedade do Município, adiante descrito:

I - uma área localizada no Distrito Industrial, com área total de 1.503,00 m², representada pela ÁREA 38, com as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao LESTE com a Rua dos Trabalhadores, onde mede 36,00 metros; fundos ao OESTE com a Área 37, onde mede 36,00 metros; estrema ao NORTE com a Área 40, onde mede 41,75 metros; estrema ao SUL com a Área 36, onde mede 41,75 metros.

Art. 2º A autorização de uso da área descrita no artigo 1º será por período indeterminado, podendo converter-se em doação

definitiva após 05 (cinco) anos de atividade da empresa, demonstrada a solidez do empreendimento, nos termos da Carta Consulta apresentada pela empresa beneficiada, bem como em razão de avaliação a ser realizada pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú - CIC, após o decurso do referido prazo, que levará em conta:

I - disposição que vincule o imóvel à finalidade industrial proposta;

II - obediência aos prazos para início e término da construção e funcionamento do empreendimento;

III - atendimento ao número mínimo de empregos que serão criados conforme promessa na Carta Consulta.

Art. 3º Se a empresa beneficiada com a autorização de uso não se instalar na forma requerida no prazo de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período, caso exista interesse do Município, ou ainda, cessar suas atividades, perderá todos os benefícios concedidos, inclusive a utilização do imóvel de propriedade do Município.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, caso a empresa beneficiada não cumpra as exigências previstas neste decreto e/ou estiver ocupando o imóvel para outros fins não previstos na Carta Consulta, será estipulado pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, para efeito de indenização e por meio do devido processo legal, um valor mensal a título de aluguel até o cumprimento das disposições da Carta Consulta ou até que o imóvel seja revertido e reincorporado ao Município.

Art. 4º Se a empresa perder os benefícios concedidos ou cessar suas atividades não terá direito a qualquer indenização por parte da municipalidade, resguardada a possibilidade de retirada de todos os bens móveis e imóveis existente sobre a área compreendida pela respectiva autorização de uso.

Art. 5º Fica facultado à Diretoria do Centro Industrial de Camboriú realizar inspeções de avaliação, a qualquer tempo, destinadas ao levantamento das atividades que estão sendo desenvolvidas.

Art. 6º A empresa beneficiada com a autorização de uso estará isenta do pagamento de IPTU, referente ao imóvel descrito no artigo 1º, pelo período de 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 7º Todas as obras de infraestrutura realizadas na área prevista neste Decreto serão de inteira responsabilidade da empresa, sem ônus para o Município, de modo que esta deverá obedecer as leis municipais de ordenamento territorial.

Parágrafo único. A empresa beneficiada fica responsável por dotar-se da infraestrutura adequada, sendo sua responsabilidade a instalação de:

I - abastecimento de água;

II - rede de distribuição de energia elétrica;

III - rede telefônica;

IV - sistema de escoamento de água pluviais;

V - vias de circulação no torno do seu imóvel em condições de tráfego permanente, obedecendo ao determinado para o local quanto às medidas de ruas e calçadas;

VI - limpeza e preparação do terreno para a instalação de sua planta industrial.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 03 de junho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.646/2013

DECRETO N.º 1.646/2013

Autoriza uso de bem público municipal para a instalação de indústria, aplicando-se a Lei n.º 961/1993 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei n.º 961 de 29 de março de 1993 e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Empresária Individual MARILENE AMARAL - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.044.005/0001-03, que solicita uma área de terras de propriedade do Município para abrigar suas instalações físicas e, por conseguinte, para dar início de suas atividades;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 21 de janeiro de 2013, que analisou a documentação da Empresária Individual MARILENE AMARAL - ME e emitiu parecer favorável referente a autorização do uso de bem público, indicando uma área para a instalação desta;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a Empresária Individual MARILENE AMARAL - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.044.005/0001-03, para instalação e início de suas atividades, autorização de uso do imóvel de propriedade do Município, adiante descrito:

I - uma área localizada no Distrito Industrial, com área total de 1.503,00 m², representada pela ÁREA 40, com as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao LESTE com a Rua dos Trabalhadores, onde mede 36,00 metros; fundos ao OESTE com a Área 39, onde mede 36,00 metros; estrema ao NORTE com a Área 42, onde mede 41,75 metros; estrema ao SUL com a Área 38, onde mede 41,75 metros.

Art. 2º A autorização de uso da área descrita no artigo 1º será por período indeterminado, podendo converter-se em doação definitiva após 05 (cinco) anos de atividade da Empresária Individual, demonstrada a solidez do empreendimento, nos termos da Carta Consulta apresentada pela Empresária Individual beneficiada, bem como em razão de avaliação a ser realizada pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú - CIC, após o decurso do referido prazo, que levará em conta:

I - disposição que vincule o imóvel à finalidade industrial proposta;
II - obediência aos prazos para início e término da construção e funcionamento do empreendimento;
III - atendimento ao número mínimo de empregos que serão criados conforme promessa na carta consulta.

Art. 3º Se a Empresária Individual beneficiada com a autorização de uso não se instalar na forma requerida no prazo de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período, caso exista interesse do Município, ou ainda, cessar suas atividades, perderá todos os benefícios concedidos, inclusive a utilização do imóvel de propriedade do Município.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, caso a Empresária Individual beneficiada não cumpra as exigências previstas neste decreto e/ou estiver ocupando o imóvel para outros fins não previstos na Carta Consulta, será estipulado pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, para efeito de indenização e por meio do devido processo legal, um valor mensal a título de aluguel até o cumprimento das disposições da Carta Consulta ou até que o imóvel seja revertido e reincorporado ao Município.

Art. 4º Se a Empresária Individual perder os benefícios concedidos ou cessar suas atividades não terá direito a qualquer indenização por parte da municipalidade, resguardada a possibilidade de retirada de todos os bens móveis e imóveis existentes sobre a área compreendida pela respectiva autorização de uso.

Art. 5º Fica facultado à Diretoria do Centro Industrial de Camboriú realizar inspeções de avaliação, a qualquer tempo, destinadas ao levantamento das atividades que estão sendo desenvolvidas.

Art. 6º A Empresária Individual beneficiada com a autorização de uso estará isenta do pagamento de IPTU, referente ao imóvel descrito no artigo 1º, pelo período de 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 7º Todas as obras de infraestrutura realizadas na área prevista neste Decreto serão de inteira responsabilidade da Empresária Individual, sem ônus para o Município, de modo que esta deverá obedecer as leis municipais de ordenamento territorial.

Parágrafo único. A Empresária Individual beneficiada fica responsável por dotar-se da infraestrutura adequada, sendo sua responsabilidade a instalação de:

I - abastecimento de água;

II - rede de distribuição de energia elétrica;

III - rede telefônica;

IV - sistema de escoamento de água pluviais;

V - vias de circulação no torno do seu imóvel em condições de tráfego permanente, obedecendo ao determinado para o local quanto às medidas de ruas e calçadas;

VI - limpeza e preparação do terreno para a instalação de sua planta industrial.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 03 de junho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.647/2013

DECRETO N.º 1.647/2013

Autoriza uso de bem público municipal para a instalação de indústria, aplicando-se a Lei n.º 961/1993 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei n.º 961 de 29 de março de 1993 e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Empresa VINAÇO COMÉRCIO DE AÇO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME, inscrita

no CNPJ sob o n.º 10.581.471/0001-94, que solicita uma área de terras de propriedade do Município para abrigar suas instalações físicas e, por conseguinte, para dar início de suas atividades;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 21 de janeiro de 2013, que analisou a documentação da Empresa VINAÇO COMÉRCIO DE AÇO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME e emitiu parecer favorável referente a autorização do uso de bem público, indicando uma área para a instalação desta;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a Empresa VINAÇO COMÉRCIO DE AÇO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.581.471/0001-94, para instalação e início de suas atividades, autorização de uso do imóvel de propriedade do Município, adiante descrito:

I - uma área localizada no Distrito Industrial, com área total de 1.887,50 m², representada pela área a ser parcelada com a denominação de ÁREA 41, com as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao NORTE com a Rua Capitão Ernesto Nunes, onde mede duas linhas, 28,28 metros e 21,64 metros; fundos ao SUL com a Área 39, onde mede 41,75 metros; estrema ao OESTE, com a Avenida dos Empresários, onde mede 30,00 metros; estrema ao LESTE com a Área 42, onde mede 50,00 metros.

Art. 2º A autorização de uso da área descrita no artigo 1º será por período indeterminado, podendo converter-se em doação definitiva após 05 (cinco) anos de atividade da empresa, demonstrada a solidez do empreendimento, nos termos da Carta Consulta apresentada pela empresa beneficiada, bem como em razão de avaliação a ser realizada pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú - CIC, após o decurso do referido prazo, que levará em conta:

I - disposição que vincule o imóvel à finalidade industrial proposta;

II - obediência aos prazos para início e término da construção e funcionamento do empreendimento;

III - atendimento ao número mínimo de empregos que serão criados conforme promessa na Carta Consulta.

Art. 3º Se a empresa beneficiada com a autorização de uso não se instalar na forma requerida no prazo de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período, caso exista interesse do Município, ou ainda, cessar suas atividades, perderá todos os benefícios concedidos, inclusive a utilização do imóvel de propriedade do Município.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, caso a empresa beneficiada não cumpra as exigências previstas neste decreto e/ou estiver ocupando o imóvel para outros fins não previstos na Carta Consulta, será estipulado pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, para efeito de indenização e por meio do devido processo legal, um valor mensal a título de aluguel até o cumprimento das disposições da Carta Consulta ou até que o imóvel seja revertido e reincorporado ao Município.

Art. 4º Se a empresa perder os benefícios concedidos ou cessar suas atividades não terá direito a qualquer indenização por parte da municipalidade, resguardada a possibilidade de retirada de todos os bens móveis e imóveis existente sobre a área compreendida pela respectiva autorização de uso.

Art. 5º Fica facultado à Diretoria do Centro Industrial de Camboriú realizar inspeções de avaliação, a qualquer tempo, destinadas ao

levantamento das atividades que estão sendo desenvolvidas.

Art. 6º A empresa beneficiada com a autorização de uso estará isenta do pagamento de IPTU, referente ao imóvel descrito no artigo 1º, pelo período de 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 7º Todas as obras de infraestrutura realizadas na área prevista neste Decreto serão de inteira responsabilidade da empresa, sem ônus para o Município, de modo que esta deverá obedecer as leis municipais de ordenamento territorial.

Parágrafo único. A empresa beneficiada fica responsável por dotar-se da infraestrutura adequada, sendo sua responsabilidade a instalação de:

I - abastecimento de água;

II - rede de distribuição de energia elétrica;

III - rede telefônica;

IV - sistema de escoamento de água pluviais;

V - vias de circulação no torno do seu imóvel em condições de tráfego permanente, obedecendo ao determinado para o local quanto às medidas de ruas e calçadas;

VI - limpeza e preparação do terreno para a instalação de sua planta industrial.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 03 de junho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.648/2013

DECRETO N.º 1.648/2013

Autoriza uso de bem público municipal para a instalação de indústria, aplicando-se a Lei n.º 961/1993 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, VII, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei n.º 961 de 29 de março de 1993 e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo Empresário Individual ELIOMAR GETULIO PEREIRA - ME, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.487.273/0001-63, que solicita uma área de terras de propriedade do Município para abrigar suas instalações físicas e, por conseguinte, para dar início de suas atividades;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 21 de janeiro de 2013, que analisou a documentação do Empresário Individual ELIOMAR GETULIO PEREIRA - ME e emitiu parecer favorável referente a autorização do uso de bem público, indicando uma área para a instalação deste;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida ao Empresário Individual ELIOMAR GETULIO PEREIRA - ME, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.487.273/0001-63, para instalação e início de suas atividades, autorização de uso do imóvel de propriedade do Município, adiante descrito:

I - uma área localizada no Distrito Industrial, com área total de 2.075,00 m2, representada pela ÁREA 42, com as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao NORTE com a Rua Capitão Ernesto Nunes, onde mede duas linhas, com 7,07 metros e segue com 36,75 metros; fundos ao SUL com a Área 40, onde mede 41,75 metros; estrema ao LESTE com a Rua dos Trabalhadores, onde mede 45,00 metros; estrema ao OESTE com a Área 41, onde mede 50,00 metros.

Art. 2º A autorização de uso da área descrita no artigo 1º será por período indeterminado, podendo converter-se em doação definitiva após 05 (cinco) anos de atividade do Empresário Individual, demonstrada a solidez do empreendimento, nos termos da Carta Consulta apresentada pelo Empresário Individual beneficiado, bem como em razão de avaliação a ser realizada pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú - CIC, após o decurso do referido prazo, que levará em conta:

I - disposição que vincule o imóvel à finalidade industrial proposta;
II - obediência aos prazos para início e término da construção e funcionamento do empreendimento;
III - atendimento ao número mínimo de empregos que serão criados conforme promessa na Carta Consulta.

Art. 3º Se o Empresário Individual beneficiado com a autorização de uso não se instalar na forma requerida no prazo de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período, caso exista interesse do Município, ou ainda, cessar suas atividades, perderá todos os benefícios concedidos, inclusive a utilização do imóvel de propriedade do Município.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, caso o Empresário Individual beneficiado não cumpra as exigências previstas neste decreto e/ou estiver ocupando o imóvel para outros fins não previstos na Carta Consulta, será estipulado pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, para efeito de indenização e por meio do devido processo legal, um valor mensal a título de aluguel até o cumprimento das disposições da Carta Consulta ou até que o imóvel seja revertido e reincorporado ao Município.

Art. 4º Se o Empresário Individual perder os benefícios concedidos ou cessar suas atividades não terá direito a qualquer indenização por parte da municipalidade, resguardada a possibilidade de retirada de todos os bens móveis e imóveis existente sobre a área compreendida pela respectiva autorização de uso.

Art. 5º Fica facultado à Diretoria do Centro Industrial de Camboriú realizar inspeções de avaliação, a qualquer tempo, destinadas ao levantamento das atividades que estão sendo desenvolvidas.

Art. 6º O Empresário Individual beneficiado com a autorização de uso estará isento do pagamento de IPTU, referente ao imóvel descrito no artigo 1º, pelo período de 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 7º Todas as obras de infraestrutura realizadas na área prevista neste Decreto serão de inteira responsabilidade do Empresário Individual, sem ônus para o Município, de modo que este deverá obedecer as leis municipais de ordenamento territorial.

Parágrafo único. O Empresário Individual beneficiado fica responsável por dotar-se da infraestrutura adequada, sendo sua responsabilidade a instalação de:

I - abastecimento de água;
II - rede de distribuição de energia elétrica;
III - rede telefônica;
IV - sistema de escoamento de água pluviais;

V - vias de circulação no torno do seu imóvel em condições de tráfego permanente, obedecendo ao determinado para o local quanto às medidas de ruas e calçadas;
VI - limpeza e preparação do terreno para a instalação de sua planta industrial.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 03 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.649/2013

DECRETO N.º 1.649/2013

Autoriza uso de bem público municipal para a instalação de indústria, aplicando-se a Lei n.º 961/1993 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei n.º 961 de 29 de março de 1993 e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Empresa G3 INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.226.761-0001-45, que solicita uma área de terras de propriedade do Município para abrigar suas instalações físicas e, por conseguinte, para dar início de suas atividades;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 21 de janeiro de 2013, que analisou a documentação da Empresa G3 INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA - EPP e emitiu parecer favorável referente a autorização do uso de bem público, indicando uma área para a instalação desta;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a Empresa G3 INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.226.761-0001-45, para instalação e início de suas atividades, autorização de uso do imóvel de propriedade do Município, adiante descrito:

I - uma área localizada no Distrito Industrial, com área total de 3.000,00 m2, representada pelas ÁREAS 44 e 45, com as seguintes medidas e confrontações: ÁREA 1 (44) com 1.500,00 m² faz frente ao LESTE com a Avenida dos Empresários, onde mede 30,00 metros; fundos ao OESTE com a Área Pública, onde mede 30,00 metros; estrema ao NORTE com a área 45, onde mede 50,00 metros; estrema ao SUL com a Área 43, onde mede 50,00 metros; ÁREA 2 (45) com 1.500,00 m² faz frente ao LESTE com a Avenida dos Empresários, onde mede 30,00 metros; fundos ao OESTE com a Área Pública, onde mede 30,00 metros; estrema ao NORTE com a área 46, onde mede 50,00 metros; estrema ao SUL com a Área 44, onde mede 50,00 metros.

Art. 2º A autorização de uso da área descrita no artigo 1º será por período indeterminado, podendo converter-se em doação

definitiva após 05 (cinco) anos de atividade da empresa, demonstrada a solidez do empreendimento, nos termos da Carta Consulta apresentada pela empresa beneficiada, bem como em razão de avaliação a ser realizada pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú - CIC, após o decurso do referido prazo, que levará em conta:

- I - disposição que vincule o imóvel à finalidade industrial proposta;
- II - obediência aos prazos para início e término da construção e funcionamento do empreendimento;
- III - atendimento ao número mínimo de empregos que serão criados conforme promessa na Carta Consulta.

Art. 3º Se a empresa beneficiada com a autorização de uso não se instalar na forma requerida no prazo de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período, caso exista interesse do Município, ou ainda, cessar suas atividades, perderá todos os benefícios concedidos, inclusive a utilização do imóvel de propriedade do Município.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, caso a empresa beneficiada não cumpra as exigências previstas neste decreto e/ou estiver ocupando o imóvel para outros fins não previstos na Carta Consulta, será estipulado pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, para efeito de indenização e por meio do devido processo legal, um valor mensal a título de aluguel até o cumprimento das disposições da Carta Consulta ou até que o imóvel seja revertido e reincorporado ao Município.

Art. 4º Se a empresa perder os benefícios concedidos ou cessar suas atividades não terá direito a qualquer indenização por parte da municipalidade, resguardada a possibilidade de retirada de todos os bens móveis e imóveis existente sobre a área compreendida pela respectiva autorização de uso.

Art. 5º Fica facultado à Diretoria do Centro Industrial de Camboriú realizar inspeções de avaliação, a qualquer tempo, destinadas ao levantamento das atividades que estão sendo desenvolvidas.

Art. 6º A empresa beneficiada com a autorização de uso estará isenta do pagamento de IPTU, referente ao imóvel descrito no artigo 1º, pelo período de 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 7º Todas as obras de infraestrutura realizadas na área prevista neste Decreto serão de inteira responsabilidade da empresa, sem ônus para o Município, de modo que esta deverá obedecer as leis municipais de ordenamento territorial.

Parágrafo único. A empresa beneficiada fica responsável por dotar-se da infraestrutura adequada, sendo sua responsabilidade a instalação de:

- I - abastecimento de água;
- II - rede de distribuição de energia elétrica;
- III - rede telefônica;
- IV - sistema de escoamento de água pluviais;
- V - vias de circulação no torno do seu imóvel em condições de tráfego permanente, obedecendo ao determinado para o local quanto às medidas de ruas e calçadas;
- VI - limpeza e preparação do terreno para a instalação de sua planta industrial.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 03 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.650/2013

DECRETO N.º 1.650/2013

Autoriza uso de bem público municipal para a instalação de indústria, aplicando-se a Lei n.º 961/1993 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei n.º 961 de 29 de março de 1993 e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Empresa BALNEÁRIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.874.055/0001-20, que solicita uma área de terras de propriedade do Município para abrigar suas instalações físicas e, por conseguinte, para dar início de suas atividades;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 21 de janeiro de 2013, que analisou a documentação da Empresa BALNEÁRIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP e emitiu parecer favorável referente a autorização do uso de bem público, indicando uma área para a instalação desta;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a Empresa BALNEÁRIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.874.055/0001-20, para instalação e início de suas atividades, autorização de uso do imóvel de propriedade do Município, adiante descrito:

I - uma área localizada no Distrito Industrial, com área total de 5.714,42 m², representada pela ÁREA 46, com as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao NORTE, onde mede duas linhas, com 16,19 metros e segue com 52,73 metros com a Rua Capitão Ernesto Nunes; fundos ao SUL com a ÁREA 45, onde mede 50,00 metros; estrema ao OESTE com área pública, onde mede 94,37 metros; estrema ao LESTE com Avenida dos Empresários, onde mede 117,13 metros.

Art. 2º A autorização de uso da área descrita no artigo 1º será por período indeterminado, podendo converter-se em doação definitiva após 05 (cinco) anos de atividade da empresa, demonstrada a solidez do empreendimento, nos termos da Carta Consulta apresentada pela empresa beneficiada, bem como em razão de avaliação a ser realizada pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú - CIC, após o decurso do referido prazo, que levará em conta:

- I - disposição que vincule o imóvel à finalidade industrial proposta;
- II - obediência aos prazos para início e término da construção e funcionamento do empreendimento;
- III - atendimento ao número mínimo de empregos que serão criados conforme promessa na Carta Consulta.

Art. 3º Se a empresa beneficiada com a autorização de uso não se instalar na forma requerida no prazo de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período, caso exista interesse do Município, ou ainda, cessar suas atividades, perderá todos os benefícios concedidos, inclusive a utilização do imóvel de propriedade do Município.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo,

caso a empresa beneficiada não cumpra as exigências previstas neste decreto e/ou estiver ocupando o imóvel para outros fins não previstos na Carta Consulta, será estipulado pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, para efeito de indenização e por meio do devido processo legal, um valor mensal a título de aluguel até o cumprimento das disposições da Carta Consulta ou até que o imóvel seja revertido e reincorporado ao Município.

Art. 4º Se a empresa perder os benefícios concedidos ou cessar suas atividades não terá direito a qualquer indenização por parte da municipalidade, resguardada a possibilidade de retirada de todos os bens móveis e imóveis existente sobre a área compreendida pela respectiva autorização de uso.

Art. 5º Fica facultado à Diretoria do Centro Industrial de Camboriú realizar inspeções de avaliação, a qualquer tempo, destinadas ao levantamento das atividades que estão sendo desenvolvidas.

Art. 6º A empresa beneficiada com a autorização de uso estará isenta do pagamento de IPTU, referente ao imóvel descrito no artigo 1º, pelo período de 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 7º Todas as obras de infraestrutura realizadas na área prevista neste Decreto serão de inteira responsabilidade da empresa, sem ônus para o Município, de modo que esta deverá obedecer as leis municipais de ordenamento territorial.

Parágrafo único. A empresa beneficiada fica responsável por dotar-se da infraestrutura adequada, sendo sua responsabilidade a instalação de:

- I - abastecimento de água;
- II - rede de distribuição de energia elétrica;
- III - rede telefônica;
- IV - sistema de escoamento de água pluviais;
- V - vias de circulação no torno do seu imóvel em condições de tráfego permanente, obedecendo ao determinado para o local quanto às medidas de ruas e calçadas;
- VI - limpeza e preparação do terreno para a instalação de sua planta industrial.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 03 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.651/2013

DECRETO N.º 1.651/2013

Autoriza uso de bem público municipal para a instalação de indústria, aplicando-se a Lei n.º 961/1993 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei n.º 961 de 29 de março de 1993 e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Empresa RF COMÉRCIO DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.460.674/0001-43, que solicita uma área de terras de propriedade do Município para abrigar suas instalações físicas e,

por conseguinte, para dar início de suas atividades;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 30 de abril de 2013, que analisou a documentação da Empresa RF COMÉRCIO DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA - ME e emitiu parecer favorável referente a autorização do uso de bem público, indicando uma área para a instalação desta;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a Empresa RF COMÉRCIO DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.460.674/0001-43, para instalação e início de suas atividades, autorização de uso do imóvel de propriedade do Município, adiante descrito:

I - uma área localizada no Distrito Industrial, com área total de 1.503,00 m², representada pela ÁREA 33, com as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao OESTE com a Avenida dos Empresários, onde mede 36,00 metros; fundos ao LESTE com a Área 34, onde mede 36,00 metros; estrema ao NORTE com a Área 35, onde mede 41,75 metros; estrema ao SUL com a Área 29/31, onde mede 41,75 metros.

Art. 2º A autorização de uso da área descrita no artigo 1º será por período indeterminado, podendo converter-se em doação definitiva após 05 (cinco) anos de atividade da empresa, demonstrada a solidez do empreendimento, nos termos da Carta Consulta apresentada pela empresa beneficiada, bem como em razão de avaliação a ser realizada pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú - CIC, após o decurso do referido prazo, que levará em conta:

- I - disposição que vincule o imóvel à finalidade industrial proposta;
- II - obediência aos prazos para início e término da construção e funcionamento do empreendimento;
- III - atendimento ao número mínimo de empregos que serão criados conforme promessa na Carta Consulta.

Art. 3º Se a empresa beneficiada com a autorização de uso não se instalar na forma requerida no prazo de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período, caso exista interesse do Município, ou ainda, cessar suas atividades, perderá todos os benefícios concedidos, inclusive a utilização do imóvel de propriedade do Município.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, caso a empresa beneficiada não cumpra as exigências previstas neste decreto e/ou estiver ocupando o imóvel para outros fins não previstos na Carta Consulta, será estipulado pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, para efeito de indenização e por meio do devido processo legal, um valor mensal a título de aluguel até o cumprimento das disposições da Carta Consulta ou até que o imóvel seja revertido e reincorporado ao Município.

Art. 4º Se a empresa perder os benefícios concedidos ou cessar suas atividades não terá direito a qualquer indenização por parte da municipalidade, resguardada a possibilidade de retirada de todos os bens móveis e imóveis existente sobre a área compreendida pela respectiva autorização de uso.

Art. 5º Fica facultado à Diretoria do Centro Industrial de Camboriú realizar inspeções de avaliação, a qualquer tempo, destinadas ao levantamento das atividades que estão sendo desenvolvidas.

Art. 6º A empresa beneficiada com a autorização de uso estará isenta do pagamento de IPTU, referente ao imóvel descrito no artigo 1º, pelo período de 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 7º Todas as obras de infraestrutura realizadas na área prevista neste Decreto serão de inteira responsabilidade da empresa, sem ônus para o Município, de modo que esta deverá obedecer as leis municipais de ordenamento territorial.

Parágrafo único. A empresa beneficiada fica responsável por dotar-se da infraestrutura adequada, sendo sua responsabilidade a instalação de:

- I - abastecimento de água;
- II - rede de distribuição de energia elétrica;
- III - rede telefônica;
- IV - sistema de escoamento de água pluviais;
- V - vias de circulação no torno do seu imóvel em condições de tráfego permanente, obedecendo ao determinado para o local quanto às medidas de ruas e calçadas;
- VI - limpeza e preparação do terreno para a instalação de sua planta industrial.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 03 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.652/2013

DECRETO N.º 1.652/2013

Autoriza uso de bem público municipal para a instalação de indústria, aplicando-se a Lei n.º 961/1993 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei n.º 961 de 29 de março de 1993 e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Empresária Individual SANDRA SOARES DOS SANTOS ARTIFON - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.402.645/0001-77, que solicita uma área de terras de propriedade do Município para abrigar suas instalações físicas e, por conseguinte, para dar início de suas atividades;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 30 de abril de 2013, que analisou a documentação da Empresária Individual SANDRA SOARES DOS SANTOS ARTIFON - ME e emitiu parecer favorável referente a autorização do uso de bem público, indicando uma área para a instalação desta;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a Empresária Individual SANDRA SOARES DOS SANTOS ARTIFON - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.402.645/0001-77, para instalação e início de suas atividades, autorização de uso do imóvel de propriedade do Município, adiante descrito:

- I - uma área localizada no Distrito Industrial, com área total de 1.503,00 m², representada pela ÁREA 35, com as seguintes

medidas e confrontações: faz frente ao OESTE com a Avenida dos Empresários, onde mede 36,00 metros; fundos ao LESTE com a Área 36, onde mede 36,00 metros; estrema ao NORTE com a Área 37, onde mede 41,75 metros; estrema ao SUL com a Área 33, onde mede 41,75 metros.

Art. 2º A autorização de uso da área descrita no artigo 1º será por período indeterminado, podendo converter-se em doação definitiva após 05 (cinco) anos de atividade da Empresária Individual, demonstrada a solidez do empreendimento, nos termos da Carta Consulta apresentada pela Empresária Individual beneficiada, bem como em razão de avaliação a ser realizada pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú - CIC, após o decurso do referido prazo, que levará em conta:

- I - disposição que vincule o imóvel à finalidade industrial proposta;
- II - obediência aos prazos para início e término da construção e funcionamento do empreendimento;
- III - atendimento ao número mínimo de empregos que serão criados conforme promessa na carta consulta.

Art. 3º Se a Empresária Individual beneficiada com a autorização de uso não se instalar na forma requerida no prazo de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período, caso exista interesse do Município, ou ainda, cessar suas atividades, perderá todos os benefícios concedidos, inclusive a utilização do imóvel de propriedade do Município.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, caso a Empresária Individual beneficiada não cumpra as exigências previstas neste decreto e/ou estiver ocupando o imóvel para outros fins não previstos na Carta Consulta, será estipulado pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, para efeito de indenização e por meio do devido processo legal, um valor mensal a título de aluguel até o cumprimento das disposições da Carta Consulta ou até que o imóvel seja revertido e reincorporado ao Município.

Art. 4º Se a Empresária Individual perder os benefícios concedidos ou cessar suas atividades não terá direito a qualquer indenização por parte da municipalidade, resguardada a possibilidade de retirada de todos os bens móveis e imóveis existente sobre a área compreendida pela respectiva autorização de uso.

Art. 5º Fica facultado à Diretoria do Centro Industrial de Camboriú realizar inspeções de avaliação, a qualquer tempo, destinadas ao levantamento das atividades que estão sendo desenvolvidas.

Art. 6º A Empresária Individual beneficiada com a autorização de uso estará isenta do pagamento de IPTU, referente ao imóvel descrito no artigo 1º, pelo período de 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 7º Todas as obras de infraestrutura realizadas na área prevista neste Decreto serão de inteira responsabilidade da Empresária Individual, sem ônus para o Município, de modo que esta deverá obedecer as leis municipais de ordenamento territorial.

Parágrafo único. A Empresária Individual beneficiada fica responsável por dotar-se da infraestrutura adequada, sendo sua responsabilidade a instalação de:

- I - abastecimento de água;
- II - rede de distribuição de energia elétrica;
- III - rede telefônica;
- IV - sistema de escoamento de água pluviais;
- V - vias de circulação no torno do seu imóvel em condições de tráfego permanente, obedecendo ao determinado para o local quanto às medidas de ruas e calçadas;
- VI - limpeza e preparação do terreno para a instalação de sua planta industrial.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 03 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.653/2013

DECRETO N.º 1.653/2013

Autoriza uso de bem público municipal para a instalação de indústria, aplicando-se a Lei n.º 961/1993 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei n.º 961 de 29 de março de 1993 e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo Empresário Individual EMANUEL PEREIRA - ME, inscrito no CNPJ sob o n.º 16.403.240/0001-77, que solicita uma área de terras de propriedade do Município para abrigar suas instalações físicas e, por conseguinte, para dar início de suas atividades;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 30 de abril de 2013, que analisou a documentação do Empresário Individual EMANUEL PEREIRA - ME e emitiu parecer favorável referente a autorização do uso de bem público, indicando uma área para a instalação deste;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida ao Empresário Individual EMANUEL PEREIRA - ME, inscrito no CNPJ sob o n.º 16.403.240/0001-77, para instalação e início de suas atividades, autorização de uso do imóvel de propriedade do Município, adiante descrito:

I - uma área localizada no Distrito Industrial, com área total de 1.503,00 m2, representado pela ÁREA 39, com as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao OESTE com a Avenida dos Empresários, onde mede 36,00 metros; fundos ao LESTE com a Área 40, onde mede 36,00 metros; estrema ao NORTE com a Área 41, onde mede 41,75 metros; estrema ao SUL com a Área 37, onde mede 41,75 metros.

Art. 2º A autorização de uso da área descrita no artigo 1º será por período indeterminado, podendo converter-se em doação definitiva após 05 (cinco) anos de atividade do Empresário Individual, demonstrada a solidez do empreendimento, nos termos da Carta Consulta apresentada pelo Empresário Individual beneficiado, bem como em razão de avaliação a ser realizada pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú - CIC, após o decurso do referido prazo, que levará em conta:

I - disposição que vincule o imóvel à finalidade industrial proposta;
II - obediência aos prazos para início e término da construção e funcionamento do empreendimento;
III - atendimento ao número mínimo de empregos que serão criados conforme promessa na Carta Consulta.

Art. 3º Se o Empresário Individual beneficiado com a autorização de uso não se instalar na forma requerida no prazo de 12 (doze)

meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período, caso exista interesse do Município, ou ainda, cessar suas atividades, perderá todos os benefícios concedidos, inclusive a utilização do imóvel de propriedade do Município.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, caso o Empresário Individual beneficiado não cumpra as exigências previstas neste decreto e/ou estiver ocupando o imóvel para outros fins não previstos na Carta Consulta, será estipulado pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, para efeito de indenização e por meio do devido processo legal, um valor mensal a título de aluguel até o cumprimento das disposições da Carta Consulta ou até que o imóvel seja revertido e reincorporado ao Município.

Art. 4º Se o Empresário Individual perder os benefícios concedidos ou cessar suas atividades não terá direito a qualquer indenização por parte da municipalidade, resguardada a possibilidade de retirada de todos os bens móveis e imóveis existente sobre a área compreendida pela respectiva autorização de uso.

Art. 5º Fica facultado à Diretoria do Centro Industrial de Camboriú realizar inspeções de avaliação, a qualquer tempo, destinadas ao levantamento das atividades que estão sendo desenvolvidas.

Art. 6º O Empresário Individual beneficiado com a autorização de uso estará isento do pagamento de IPTU, referente ao imóvel descrito no artigo 1º, pelo período de 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 7º Todas as obras de infraestrutura realizadas na área prevista neste Decreto serão de inteira responsabilidade do Empresário Individual, sem ônus para o Município, de modo que este deverá obedecer as leis municipais de ordenamento territorial.

Parágrafo único. O Empresário Individual beneficiado fica responsável por dotar-se da infraestrutura adequada, sendo sua responsabilidade a instalação de:

I - abastecimento de água;

II - rede de distribuição de energia elétrica;

III - rede telefônica;

IV - sistema de escoamento de água pluviais;

V - vias de circulação no torno do seu imóvel em condições de tráfego permanente, obedecendo ao determinado para o local quanto às medidas de ruas e calçadas;

VI - limpeza e preparação do terreno para a instalação de sua planta industrial.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 03 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.654/2013

DECRETO N.º 1.654/2013

Autoriza uso de bem público municipal para a instalação de indústria, aplicando-se a Lei n.º 961/1993 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei n.º 961 de 29 de

março de 1993 e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Empresa M M INDÚSTRIA DE PREMOLDADOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 79.521.381/0001-04, que solicita uma área de terras de propriedade do Município para abrigar suas instalações físicas e, por conseguinte, para dar início de suas atividades;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 30 de abril de 2013, que analisou a documentação da Empresa M M INDÚSTRIA DE PREMOLDADOS LTDA - EPP e emitiu parecer favorável referente a autorização do uso de bem público, indicando uma área para a instalação desta;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a Empresa M M INDÚSTRIA DE PREMOLDADOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 79.521.381/0001-04, para instalação e início de suas atividades, autorização de uso do imóvel de propriedade do Município, adiante descrito:

I - uma área localizada no Distrito Industrial, com área total de 1.500,00 m2, representado pela ÁREA 43, com as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao LESTE com a Avenida dos Empresários, onde mede 30,00 metros; fundos ao OESTE com a Área Pública, onde mede 30,00 metros; estrema ao NORTE com a Área 44, onde mede 50,00 metros; estrema ao SUL com a Área 26 e com a Área Institucional, onde mede 50,00 metros.

Art. 2º A autorização de uso da área descrita no artigo 1º será por período indeterminado, podendo converter-se em doação definitiva após 05 (cinco) anos de atividade da empresa, demonstrada a solidez do empreendimento, nos termos da Carta Consulta apresentada pela empresa beneficiada, bem como em razão de avaliação a ser realizada pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú - CIC, após o decurso do referido prazo, que levará em conta:

I - disposição que vincule o imóvel à finalidade industrial proposta;

II - obediência aos prazos para início e término da construção e funcionamento do empreendimento;

III - atendimento ao número mínimo de empregos que serão criados conforme promessa na Carta Consulta.

Art. 3º Se a empresa beneficiada com a autorização de uso não se instalar na forma requerida no prazo de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período, caso exista interesse do Município, ou ainda, cessar suas atividades, perderá todos os benefícios concedidos, inclusive a utilização do imóvel de propriedade do Município.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, caso a empresa beneficiada não cumpra as exigências previstas neste decreto e/ou estiver ocupando o imóvel para outros fins não previstos na Carta Consulta, será estipulado pela Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, para efeito de indenização e por meio do devido processo legal, um valor mensal a título de aluguel até o cumprimento das disposições da Carta Consulta ou até que o imóvel seja revertido e reincorporado ao Município.

Art. 4º Se a empresa perder os benefícios concedidos ou cessar suas atividades não terá direito a qualquer indenização por parte da municipalidade, resguardada a possibilidade de retirada de todos os bens móveis e imóveis existente sobre a área compreendida pela respectiva autorização de uso.

Art. 5º Fica facultado à Diretoria do Centro Industrial de Camboriú realizar inspeções de avaliação, a qualquer tempo, destinadas ao

levantamento das atividades que estão sendo desenvolvidas.

Art. 6º A empresa beneficiada com a autorização de uso estará isenta do pagamento de IPTU, referente ao imóvel descrito no artigo 1º, pelo período de 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 7º Todas as obras de infraestrutura realizadas na área prevista neste Decreto serão de inteira responsabilidade da empresa, sem ônus para o Município, de modo que esta deverá obedecer as leis municipais de ordenamento territorial.

Parágrafo único. A empresa beneficiada fica responsável por dotar-se da infraestrutura adequada, sendo sua responsabilidade a instalação de:

I - abastecimento de água;

II - rede de distribuição de energia elétrica;

III - rede telefônica;

IV - sistema de escoamento de água pluviais;

V - vias de circulação no torno do seu imóvel em condições de tráfego permanente, obedecendo ao determinado para o local quanto às medidas de ruas e calçadas;

VI - limpeza e preparação do terreno para a instalação de sua planta industrial.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 03 de junho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

DI 12/13 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 012/2013 - FMS

Data: 12/06/2013

Objeto: REFERENTE Á ATENDIMENTO DE REABILITAÇÃO EM DEFICIÊNCIA MENTAL APAE, PRESTADORA CONTRATUALIZADA DA SES - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, CONFORME O QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 15/2008, CONSIDERANDO QUE O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, ASSINOU PACTO DE GESTÃO, DELIBERAÇÃO DA CIB Nº 100/2009, PUBLICADO NA PORTARIA GM/MS Nº 2725.

Valor total: R\$ 16.816,52 (Dezesseis Mil Oitocentos e Dezesseis Reais e Cinquenta e Dois Centavos).

Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.

Contratada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS CAMBORIÚ - APAE

Embasamento legal: artigo 24, inciso "XX" e "XXIV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 12 de Junho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

PR 27/13 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO



PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2013-PMC

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MARMITAS DESTINADAS AOS FUNCIONÁRIOS QUE TRABALHARÃO EM MULTIRÃO EM RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS DO INTERIOR OU EM PERÍODO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 27 (Vinte e Sete) de Junho de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 12 de Junho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 28/2013 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2013-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE PALCOS, TENDAS, ESTANDES, COBERTURAS E ESTRUTURAS PARA SEREM UTILIZADAS NOS EVENTOS REALIZADOS PELA MUNICIPALIDADE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 15:00 horas do dia 27 (Vinte e Sete) de Junho de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 12 de Junho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Edital de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 667/2010

Edital de Autuação



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1/4

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 667/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto de Infração	Código da Infração / DEsdobrAmEnto	Data da Infração	EnquadrAmEnto
ABK1134	55372814C	6920/0	26/07/2010	233
ACB3862	55370549C	6920/0	26/07/2010	233
AEM7458	55369537C	6599/2	10/10/2010	230 * V
AGU4527	55373291C	7374/0	23/09/2010	253
AHT4574	55371997C	5010/0	07/08/2010	162 * I
AHT4574	55371998C	5061/0	07/08/2010	163 c/c 162 * I
AKI4705	55372549C	6599/2	23/09/2010	230 * V
AKI4705	55372550C	6556/5	23/09/2010	230 * I
AMB9618	55948365C	7366/2	05/10/2010	252 * VI
AOL0683	55948658C	5010/0	29/09/2010	162 * I
BML5773	55959514B	6700/1	28/08/2010	230 * XVI
GUJ2585	55374168C	6599/2	19/09/2010	230 * V
IEP4049	55373329C	6050/1	23/07/2010	208
IJ8976	55959849B	6920/0	30/09/2010	233
IJU8056	55959529B	5010/0	24/09/2010	162 * I
IJU8056	55959530B	5118/0	24/09/2010	164 c/c 162 * I
IOB4271	55371391C	6653/1	18/03/2010	230 * XI
IOB4271	55371392C	6610/2	18/03/2010	230 * VII
IOB4271	55371393C	6637/2	18/03/2010	230 * IX
IOB4271	55371394C	6670/0	18/03/2010	230 * XIII
IOB4271	55371395C	6637/1	18/03/2010	230 * IX
LCZ7323	55373888C	5819/2	27/08/2010	193
LWS0625	55374360C	6599/2	05/09/2010	230 * V
LWV5283	55948563C	6912/0	04/10/2010	232
LXB4967	55948428C	6920/0	29/09/2010	233
LXC1269	55373869C	5738/0	11/08/2010	186 * II

LXD5518	55374042C	5185/1	28/08/2010	167
LXD6964	55373554C	5835/0	22/06/2010	195
LXL8259	55959544B	5169/1	07/10/2010	165
LXO8782	55372097C	6920/0	10/08/2010	233
LXQ2644	55959512B	6599/2	24/08/2010	230 * V
LXS4697	55948574C	5045/0	06/10/2010	162 * V
LXS4697	55948575C	6599/2	06/10/2010	230 * V
LXT3725	55374040C	6270/0	27/08/2010	220 * II
LYX3058	55948923C	5231/1	05/09/2010	172
LYY7567	55948589C	6599/2	08/10/2010	230 * V
LYZ7059	55959525B	5010/0	23/09/2010	162 * I
LYZ7059	55959526B	5118/0	23/09/2010	164 c/c 162 * I
LZA1034	55948564C	6599/2	04/10/2010	230 * V
LZD3022	55374403C	5169/1	02/10/2010	165
LZD3022	55374404C	6912/0	02/10/2010	232
LZZ3180	55374145C	5835/0	23/09/2010	195
LZZ3180	55374146C	6076/0	23/09/2010	210
LZZ3180	55374147C	6270/0	23/09/2010	220 * II
MAI6256	55373521C	5541/1	13/10/2010	181 * XVII
MAN4524	55372816C	6920/0	26/07/2010	233
MBJ4002	55948435C	6920/0	29/09/2010	233
MBK4652	55959795B	6602/0	19/09/2010	230 * VI
MBK4652	55959796B	6670/0	19/09/2010	230 * XIII
MBO2883	55948587C	5010/0	08/10/2010	162 * I
MCC2032	55374029C	6700/1	25/08/2010	230 * XVI
MCC2032	55374030C	6610/2	25/08/2010	230 * VII
MCD2031	55371447C	6912/0	27/07/2010	232
MCD2031	55371448C	6599/2	27/07/2010	230 * V
MCD2031	55371449C	7030/2	27/07/2010	244 * I
MCD2031	55371450C	6637/2	27/07/2010	230 * IX
MCG3950	55373494C	5061/0	31/08/2010	163 c/c 162 * I
MCG3950	55373494C	6599/2	31/08/2010	230 * V
MCG3950	55373495C	5010/0	31/08/2010	162 * I
MCN6807	55948580C	6599/2	08/10/2010	230 * V
MCN6807	55948581C	6700/1	08/10/2010	230 * XVI
MCP4214	55948937C	5010/0	19/09/2010	162 * I
MCP4214	55948938C	6599/2	19/09/2010	230 * V

MCP4214	55948939C	6912/0	19/09/2010	232
MCP4214	55948940C	6580/0	19/09/2010	230 * IV
MCP8444	55959528B	5185/1	24/09/2010	167
MCX4887	55948566C	6599/2	05/10/2010	230 * V
MCY8778	55373034C	7366/2	28/07/2010	252 * VI
MCZ2170	55374082C	5185/1	16/09/2010	167
MDF9264	55372533C	5010/0	19/09/2010	162 * I
MDH0657	55374035C	6912/0	27/08/2010	232
MDI6873	55372806C	6920/0	26/07/2010	233
MDL3391	55373886C	5738/0	12/08/2010	186 * II
MDM7367	55371935C	5720/0	12/10/2010	186 * I
MDN6809	55374165C	5460/0	14/09/2010	181 * IX
MDO2962	55948440C	6920/0	29/09/2010	233
MDP7586	55372803C	6920/0	26/07/2010	233
MDR3673	55373596C	6599/2	28/07/2010	230 * V
MDR3673	55373597C	6912/0	28/07/2010	232
MDV7203	55374080C	5185/1	16/09/2010	167
MDW9315	55374204C	6599/2	30/08/2010	230 * V
MDW9315	55374205C	5010/0	30/08/2010	162 * I
MED2656	55374406C	6599/2	10/10/2010	230 * V
MED2656	55374407C	6912/0	10/10/2010	232
MEE9697	55948592C	6599/2	08/10/2010	230 * V
MEE9697	55948593C	6866/2	08/10/2010	231 * VIII
MEG5155	55372091C	6920/0	10/08/2010	233
MEP0466	55373185C	5010/0	05/08/2010	162 * I
MEP0466	55373196C	6599/2	05/08/2010	230 * V
MEQ3462	55374098C	6912/0	18/09/2010	232
MEU2336	55372096C	6920/0	10/08/2010	233
MEV7511	55374354C	6599/2	27/08/2010	230 * V
MEV7511	55374355C	6912/0	27/08/2010	232
MEV8692	55373648C	6920/0	26/07/2010	233
MEZ6517	55948579C	6700/1	06/10/2010	230 * XVI
MFB1349	55371849C	5010/0	15/10/2010	162 * I
MFB1349	55371850C	5010/0	15/10/2010	162 * I
MFC6678	55372802C	6920/0	26/07/2010	233
MFF8692	55374100C	6602/0	18/09/2010	230 * VI
MFJ7798	55374176C	5010/0	09/10/2010	162 * I

MFN4043	55372649C	6599/2	25/07/2010	230 * V
MFN4043	55372650C	5185/1	25/07/2010	167
MFN9628	55374180C	6912/0	16/10/2010	232
MFQ0340	55374143C	5428/4	18/09/2010	181 * V
MFV4264	55374174C	5568/0	04/10/2010	181 * XIX
MFZ0206	55373050C	5274/3	18/09/2010	175
MGE7484	55373489C	5460/0	29/08/2010	181 * IX
MGH5807	55373884C	5738/0	12/08/2010	186 * II
MGJ2317	55369534C	6599/2	04/10/2010	230 * V
MGP8123	55374170C	6599/2	30/09/2010	230 * V
MGP8123	55374171C	6912/0	30/09/2010	232
MGT2316	55373485C	5185/1	30/07/2010	167
MGX9507	55373679C	5185/1	23/07/2010	167
MGY0219	55373021C	7366/2	13/07/2010	252 * VI
MHA2675	55373277C	5010/0	25/07/2010	162 * I
MHF9863	55373026C	5568/0	14/07/2010	181 * XIX
MHJ8399	55372645C	6912/0	19/07/2010	232
MHL6587	55959547B	6548/2	08/10/2010	229
MHQ9580	55948561C	6599/2	04/10/2010	230 * V
MHQ9580	55948562C	6912/0	04/10/2010	232
MHS4073	55374038C	6548/2	27/08/2010	229
MHT0984	55373296C	5274/1	30/09/2010	175
MHT0984	55373297C	7056/1	30/09/2010	244 * III
MZL7000	55374149C	5509/0	04/10/2010	181 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 6 DE JUNHO DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 098 de 12 de Junho de 2013

GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR Nº 098 DE 12 DE JUNHO DE 2013

ESTABELECE REGRAS DE PROBIDADE E MORALIDADE PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE INSTITUINDO A "LEI DA FICHA LIMPA".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Para fins de preservação da probidade pública e moralidade administrativa, é vedada a nomeação ou admissão de pessoas para os cargos em comissão no âmbito da Administração Pública Municipal que incidam nas hipóteses de inelegibilidade, previstas na Lei Complementar Federal nº 64 de 18 de maio de 1990 e Lei Complementar Federal nº 135 de 04 de maio de 2010.

§ 1º - Todos os atos efetuados em desobediência às vedações previstas nesta Lei Complementar serão considerados nulos.

§ 2º - O nomeado ou designado, obrigatoriamente, antes da posse, terá ciência das restrições e declarará por escrito não estar inserido nas vedações constantes do caput e deverá apresentar atestado de antecedentes criminais e certidões da Justiça Estadual e Federal e do Trabalho.

Art.2º) Os aspirantes aos cargos deverão comprovar que estão em condições de exercício por ocasião da nomeação, bem como ratificar esta condição, anualmente, até 31 de janeiro.

Parágrafo único. Aplicam-se as disposições contidas no caput às pessoas que vierem a substituir os Secretários Municipais em seus afastamentos temporários.

Art.3º) As disposições constantes desta Lei Complementar aplicam-se aos detentores de cargos em comissão em exercício na data de sua publicação devendo comprovar que não incidem nos casos de inelegibilidade, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art.4º) Aplicam-se as disposições previstas nesta Lei Complementar aos órgãos da Administração Direta, Administração Indireta, Câmara Municipal inclusive nos Conselhos Tutelares e Municipais.

Art.5º) Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
12 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.813 de 12 de Junho de 2013

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 7.813 DE 12 DE JUNHO DE 2013

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da

Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resoluções nº 10; 11; 12 e 13 do Conselho Municipal de Saúde, Resoluções anexas, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de junho de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 010 DE 12 DE JUNHO DE 2013
"APROVA O BALANCETE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE REFERENTE AOS MESES DE FEVEREIRO E MARÇO DE 2013."

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 07 de junho de 2013, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre/SC, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o Balancete Orçamentário de Financeiro do Fundo Municipal de Saúde, referente os meses Fevereiro e Março de 2013.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 12 de junho de 2013.
CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 011 DE 12 DE JUNHO DE 2013
"APROVA A PUBLICAÇÃO DE EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE CONSULTAS E EXAMES ESPECIALIZADOS".

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua Reunião Ordinária realizada no dia 12 de junho de 2013, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre/SC, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º - Fica aprovado a publicação de Edital Público para credenciamento de clínicas e profissionais para a prestação de serviços em consultas em cardiologista

CONSULTAS MÉDICAS	VALOR DIFERENCIADO	QUANTIDADE PREVISTA (MÊS)
-------------------	--------------------	---------------------------

Consultas em cardiologia	R\$ 65,00	40
--------------------------	-----------	----

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 12 de junho de 2013.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 012 DE 12 DE JUNHO DE 2013

"APROVA A PUBLICAÇÃO DE EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE CONSULTAS E EXAMES ESPECIALIZADOS".

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua Reunião Ordinária realizada no dia 12 de junho de 2013, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre/SC, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º - Fica aprovado a publicação de Edital Público para credenciamento de clínicas e profissionais para a prestação de serviços em consultas em endocrinologia

CONSULTAS MÉDICAS	VALOR DIFERENCIADO	QUANTIDADE PREVISTA (MÊS)
Consultas em endocrinologia	R\$ 60,00	40

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 12 de junho de 2013.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 013 DE 12 DE JUNHO DE 2013

"APROVA A PUBLICAÇÃO DE EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE CONSULTAS E EXAMES ESPECIALIZADOS".

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua Reunião Ordinária realizada no dia 12 de junho de 2013, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre/SC, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º - Fica aprovado a publicação de Edital Público para credenciamento de clínicas e profissionais para a prestação de serviços em consultas em neurologia

CONSULTAS MÉDICAS	VALOR DIFERENCIADO	QUANTIDADE PREVISTA (MÊS)
Consultas em neurologia	R\$ 67,80	15

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 12 de junho de 2013.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

Decreto Nº 7.808 de 11 de Junho de 2013

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 7.808 DE 11 DE JUNHO DE 2013

CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 007/2013.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso X da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Constituir a Comissão Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 007/2013, integrada pelos membros abaixo descritos:

§1º) Para Comissão de Avaliação ficam nomeados os seguintes membros:

Rosani Aparecida da Silva, matrícula funcional nº 000211;
André Luiz Niemeyer, matrícula funcional nº 000438;
Verônica da Cruz de Siqueira, matrícula funcional nº 000618;
Jefferson Jean Duvoisin, matrícula funcional nº 337.

§2º) Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Seleção do Cargo Público de Técnico em Nível Médio na função de Técnico em Processamento de Dados, Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital nº 007/2013 desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão organizar a elaboração do Edital avaliar, supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC",
11 de junho de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
11/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.810 de 11 de Junho de 2013

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 7.810 DE 11 DE JUNHO DE 2013

OFICIALIZA A REATIVAÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando o aumento da demanda de alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, em especial a EMEB - Maria José Duarte Silva Bernardes, com o crescente número de turmas;

Considerando que alunos dos anos Iniciais do Ensino Fundamental, da comunidade local e alunos com melhor itinerário do transporte escolar, possam desenvolver suas atividades pedagógicas;

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial

o Artigo 71 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Fica oficializada a reativação da Escola Municipal de Educação Básica - EMEB "BELA VISTA", Código do INEP nº 421.128-77, situada na Rua das Azaléias, nº 59, Bairro Cascatas, no Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo único: a reativação de que trata o caput deste artigo a partir de 03 de junho de 2013.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 03 de junho de 2013.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário, especialmente o Item III do Decreto nº 7.018 de 08 de maio de 2012.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC",
11 de junho de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
11/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.812 de 12 de Junho de 2013

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 7.812 DE 12 DE JUNHO DE 2013
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos Incisos VII e XIII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Inciso XVI do Artigo 6º da Lei Federal nº 8.666/93 e Artigo 3º do Decreto Municipal nº 2.634 de 02 de janeiro de 2001;

DECRETA:

Art.1º) Nomeia: IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR, matrícula funcional nº 000707, ocupante do cargo de Agente Administrativo III; JOSIANE ALQUINI CUBAS, matrícula funcional nº 000603, ocupante do cargo de Agente Administrativo II; MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ, matrícula funcional nº 335, ocupante do cargo de Chefe do Serviço de Suprimentos; para sob a Presidência do primeiro e Secretaria da segunda, comporem a Comissão Permanente de Licitações do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, com mandato para o exercício de 2013/2014, com Assessoria Jurídica do Assessor Jurídico do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo Único - Nomeia: LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO, matriculada funcional nº 000078; ocupante do cargo de Chefe do Serviço de Tributação e Fiscalização; LÍLIAN TEREZINHA BARTSCH, matrícula funcional nº 000093, ocupante do cargo de Agente Administrativo II; JEFFERSON JEAN DUVOISIN, matrícula funcional nº 337, ocupante do cargo de Técnico em Nível Médio, membros suplentes da Comissão Permanente Licitatória referida no caput deste Artigo.

Art.2º) São atribuições da Comissão Permanente de Licitações as constantes do Artigo 3º do Decreto Municipal nº 2.634 de 02 de janeiro de 2001.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 7.805 de 10 de junho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
12 de junho de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416 em: 12/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.814 de 13 de Junho de 2013

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 7.814 DE 13 DE JUNHO DE 2013
CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 008/2013.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso X da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Constituir a Comissão Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 008/2013, integrada pelos membros abaixo descritos:

§1º) Para Comissão de Avaliação ficam nomeados os seguintes membros:

LUCIELLE KAROLYNE CUBAS, matrícula funcional nº 000500;
PATRICK ONGHERO, matrícula funcional nº 000609;
MARIANA LAUER, matrícula funcional nº 000684;
Jefferson Jean Duvoisin, matrícula funcional nº 337.

§2º) Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Seleção do Cargo Público de Médico na função de Médico IV, Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital nº 008/2013 desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão organizar a elaboração do Edital avaliar, supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC",
13 de junho de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Resolução Nº 010 de 12 de Junho de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 010 DE 12 DE JUNHO DE 2013.

"APROVA O BALANCETE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE REFERENTE AOS MESES DE FEVEREIRO E MARÇO DE 2013."

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 07 de junho de 2013, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre/SC, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o Balancete Orçamentário de Financeiro do Fundo Municipal de Saúde, referente os meses Fevereiro e Março de 2013.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 12 de junho de 2013.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

Resolução Nº 011 de 12 de Junho de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 011 DE 12 DE JUNHO DE 2013

"APROVA A PUBLICAÇÃO DE EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE CONSULTAS E EXAMES ESPECIALIZADOS".

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua Reunião Ordinária realizada no dia 12 de junho de 2013, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre/SC, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º - Fica aprovado a publicação de Edital Público para credenciamento de clínicas e profissionais para a prestação de serviços em consultas em cardiologia

CONSULTAS MÉDICAS	VALOR DIFERENCIADO	QUANTIDADE PREVISTA (MÊS)
Consultas em cardiologia	R\$ 65,00	40

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 12 de junho de 2013.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

Resolução Nº 012 de 12 de Junho de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 012 DE 12 DE JUNHO DE 2013

"APROVA A PUBLICAÇÃO DE EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE CONSULTAS E EXAMES ESPECIALIZADOS".

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua Reunião Ordinária realizada no dia 12 de junho de 2013, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990,

e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre/SC, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º - Fica aprovado a publicação de Edital Público para credenciamento de clínicas e profissionais para a prestação de serviços em consultas em endocrinologia

CONSULTAS MÉDICAS	VALOR DIFERENCIADO	QUANTIDADE PREVISTA (MÊS)
Consultas em endocrinologia	R\$ 60,00	40

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 12 de junho de 2013.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

Resolução Nº 013 de 12 de Junho de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 013 DE 12 DE JUNHO DE 2013

"APROVA A PUBLICAÇÃO DE EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE CONSULTAS E EXAMES ESPECIALIZADOS".

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua Reunião Ordinária realizada no dia 12 de junho de 2013, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre/SC, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º - Fica aprovado a publicação de Edital Público para credenciamento de clínicas e profissionais para a prestação de serviços em consultas em neurologia

CONSULTAS MÉDICAS	VALOR DIFERENCIADO	QUANTIDADE PREVISTA (MÊS)
Consultas em neurologia	R\$ 67,80	15

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 12 de junho de 2013.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

Portaria Nº 10.024 de 10 de Junho de 2013

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 10.024 DE 10 DE JUNHO DE 2013

AUTORIZA A MOVIMENTAR AS CONTAS DE TITULARIDADE DO IPRECAL INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o Diretor Executivo do IPRECAL Sr. JEFFERSON JEAN DUVOISIN, CPF/MF nº 025.702.099-37 e a servidora Pública Municipal responsável pela Tesouraria Srª. ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK, CPF/MF nº 638.521.609-87 a movimentar as contas de titularidade do IPRECAL - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

Parágrafo único: A autorização de que trata o caput deste Artigo são as seguintes: emitir cheques; abrir contas de depósito; autorizar cobrança; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos e extratos; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheque; efetuar transferências/pagamentos/sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar; alterar e desbloquear senhas; efetuar saques - conta corrente; efetuar saques - poupança; efetuar transferências e pagamentos por meio eletrônico e encerrar contas de depósito.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 9.922 de 01 de abril de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
10 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
10/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.026 de 10 de Junho de 2013

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.026 DE 10 DE JUNHO DE 2013
DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:
Art.1º) O Servidor Público Municipal Sr. SIDNEI DALA MEÃ, Matrícula Funcional nº 000524, Registro no Sistema sob nº 954622, ocupante do cargo público na função de Motorista, nomeado pelo Decreto Municipal nº 5.070 de 26 de fevereiro de 2008, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10 de junho de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
10 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
10/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.027 de 10 de Junho de 2013

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.027 DE 10 DE JUNHO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública, ocupante do cargo público e função de Auxiliar de Enfermagem, MARIA DE LURDES CÂNDIDO DA ROSA, Matrícula Funcional nº 000252, Registro no Sistema sob nº 788900, referente ao período aquisitivo 01 de agosto de 2011 a 01 de agosto de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 11 de junho de 2013 a 15 de junho de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
10/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.028 de 10 de Junho de 2013

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.028 DE 10 DE JUNHO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública, ocupante do cargo público Agente Operacional I, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, SOLANGE GARCIA, Matrícula Funcional nº 000439, Registro no Sistema sob nº 954333, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 11 de junho de 2013 a 30 de junho de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
10/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.029 de 12 de Junho de 2013

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 10.029 DE 12 DE JUNHO DE 2013

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE: Art.1º) O Servidor Público Municipal Sr. GUSTAVO MACHADO DO AMARAL, Matrícula Funcional nº 000495, Registro no Sistema sob nº 954517, ocupante do cargo público na função de Agente Administrativo III, nomeado pelo Decreto Municipal nº 4.527 de 15 de janeiro de 2007, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 13 de junho de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 10.021 de 06 de junho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
12 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
12/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Processo Seletivo Simplificado Edital Nº 008/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 008/2013

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, conforme dispõe o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988 e Art. 300, inciso X da Lei Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, torna público para o conhecimento dos interessados que estão abertas às inscrições do processo seletivo simplificado para contratação de pessoal em caráter temporário, no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

DO OBJETO

O objeto do presente Edital consiste no Processo Seletivo Simplificado para contratação em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social de Campo Alegre/SC.

Nº VAGAS	CARGO	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	VENCIMENTO
----------	-------	--------	---------------	--------------------------	------------

01 Imediato	Médico IV	Médico Plantonista	12 horas no sábado das 19:00 às 07:00 horas.	Curso Superior de Medicina; Registro no Conselho Regional de Medicina.	R\$ 32,02 a hora, acrescida de mais 40% de gratificação especial médica; adicional noturno R\$ 11,21 por hora Total 12 horas no-turna = R\$ 672,49.
-------------	-----------	--------------------	--	--	---

2- DAS INSCRIÇÕES

2.1 – As inscrições estarão abertas no período de 17 a 19 de junho de 2013, na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sita à rua Cel. Bueno Franco nº 292, Centro, Município de Campo Alegre/SC, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e 13:00 horas às 17:00 horas.

2.2 – São condições de Inscrição:

Ser brasileiro nato ou naturalizado;
Encontrar-se em pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital;
Possuir escolaridade ou habilitação correspondente aos níveis exigidos por Lei para o cargo.

2.3 – O candidato deverá preencher a ficha de inscrição e anexar fotocópias dos seguintes documentos:

I - Carteira de identidade;
II - Cadastro de pessoa física – CPF (fotocópia legível)
III - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e ou guarda/ tutela.
IV - Comprovante de Quitação Eleitoral.
V- Certificado Militar
VI - Comprovação do nível de escolaridade exigido;
VII - Registro do Conselho Regional de Medicina.

VIII - Documentos hábeis para a contagem de tempo de serviço, se houver, comprovando experiência profissional no nível/função para qual se inscreveu mediante fotocópia da Carteira de Trabalho ou Certidão expedida por Repartição Pública,

2.4 – A adulteração ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado pelo candidato verificado a qualquer tempo, o eliminará do Processo Seletivo, sem prejuízo da adoção de medidas judiciais necessárias à responsabilização criminal do candidato.

2.5 – Uma vez efetuada e protocolada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração, e nem permitido anexar documentos.

2.6 – Será permitida a inscrição por procuração pública ou por instrumento particular com firma reconhecida, específica para este Processo Seletivo constando à função para qual candidato deseja inscrever-se. O procurador deverá entregar além dos documentos do candidato exigidos no item 2.3, a fotocópia legível de sua cédula de identidade, bem como instrumento de procuração.

2.7 – As inscrições deferidas, serão homologadas e publicadas na imprensa, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC. O candidato que tiver indeferido a inscrição terá 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação para recorrer da

decisão, em recurso dirigido ao Prefeito Municipal, que o julgará em igual período, após parecer conclusivo da Comissão Organizadora.

3 – DA CLASSIFICAÇÃO

3.1 – Os critérios de classificação do presente processo seletivo será de Tempo de Serviço do candidato na área.

3.2 – Para a contagem de tempo de serviço será considerado como data limite, o dia 31 de maio de 2013.

3.3 – Para efeitos de classificação de Tempo de Serviço será atribuída a seguinte pontuação:

1 – 0,05 (zero vírgula zero cinco) ponto por mês completo de serviço prestado, público ou particular, dentro da área para qual o candidato se inscreveu.

3.4 – No cálculo de pontuação por tempo de serviço, computar-se-á o mês de 30 dias, caso haja sobra de dias, somar-se-á a fração de 16 dias ou mais, como um mês.

3.5 – Resultado final será a maior pontuação do tempo de serviço na área.

3.6 – Para o caso de empate, entre candidato, após a classificação final, serão aplicados os critérios de preferência:

– o mais idoso;

– maior número de filhos ou dependentes menores de 18 anos (conforme certidão dos mesmos anexos a ficha de inscrição).

3.7 – A lista do resultado final será divulgada no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC e publicado na imprensa, sendo a classificação final dos candidatos, feita em ordem crescente de pontos.

3.8 – O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de divulgação da listagem para entrar com pedido de reconsideração da classificação, junto ao Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal.

4 – DA JORNADA DE TRABALHO E DO REGIME EMPREGATÍCIO

4.1 – A jornada de trabalho do contratado para o cargo de médico IV é de 12:00 horas até 60:00 horas semanais conforme necessidade da Administração.

4.2 – Os classificados no processo seletivo serão admitidos sob regime especial, conforme necessidade.

5 – DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO

5.1 – Os classificados serão admitidos neste Processo obedecendo rigorosamente à ordem de classificação por cargo.

5.2 – A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram o direito de ingresso automático no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal. A decisão sobre a admissão é de competência da Prefeitura, dentro do interesse e conveniência da mesma.

5.3 – Por ocasião da admissão, serão exigidos do candidato, os seguintes documentos:

a) Carteira de Identidade

b) Certidão de nascimento

c) Certidão de casamento

d) CPF

e) Comprovante de regularidade de situação cadastral no CPF

f) Título de eleitor

g) Comprovante de votação ou comprovante de regularidade eleitoral

h) Carteira de Trabalho

i) Comprovante de Residência

j) Certificado de reservista

k) Declaração de dependentes

l) Declaração de Imposto de renda ou de isento

m) Certidão nascimento dos filhos

n) Carteira de Vacina filhos menores de 06 anos

o) Informar se possui filhos deficientes

p) Carteira de registro no órgão de fiscalização profissional

q) Certificado do nível de escolaridade

r) Pis/Pasep

s) Conta corrente no Banco Brasil

t) Atestado Admissional

u)-Em caso de acumulabilidade de cargo público apresentar declaração constando cargo, carga horária semanal e horário cumprido.

v)- Certidão negativa expedida pelo poder judiciário Cartório de distribuição de feitos civis e criminais da comarca de São Bento do sul, de não existir quaisquer procedimento sumaríssimo ou ordinário ou processo de execução promovido pela administração pública que desabone sua situação funcional.

w)- O candidato deverá apresentar certidão expedida pelo Serviço de Pessoal da Prefeitura Municipal, na qual seja expressamente indicado que o mesmo não possui contrato rescindido antecipadamente pela administração.

5.4 – A prática de ato de falsidade ideológica em prova documental, resultará na eliminação do candidato do presente Edital e anulação dos demais atos decorrentes, sujeitando-se às penas da lei.

5.5 – O candidato que for classificado deverá manter, durante todo o prazo de validade do Processo Seletivo, seu telefone e endereço atualizado junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal. Caso o candidato não seja localizado por alteração de telefone ou por endereço insuficiente, será considerado como desistente.

6 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 – É de exclusiva responsabilidade do candidato o preenchimento correto de sua ficha de inscrição e também o anexo de seus documentos conforme item 2.3 deste Edital.

6.2 – Este Edital tem validade de um ano, podendo ser prorrogado se necessário por apenas mais um ano.

6.3 – Os casos omissos e situações não previstas neste Edital, serão analisados e deferidos pela Comissão Organizadora e Avaliadora deste Processo Seletivo.

Campo Alegre "SC", 13 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Cargo: Médico IV – Função Médico Plantonista

1. Acolher, reconhecer e diagnosticar medidas terapêuticas para tratamento e ou controle das diversas patologias como urgências cardio respiratória, do sistema nervoso central, gastrintestinais, genito-urinárias, endocrinológicas, hematológicas, vasculares, otorrinolaringológicas, oftalmológicas, em saúde mental, traumáticas e gineco obstétricas de acordo com as instruções e protocolos relativos a cada tipo de patologia,

2. Conhecer e realizar manejo de equipamentos;

3. Conhecer soluções e medicamentos;

4. Responsabilizar se pelo encaminhamento adequado do paciente, quando a patologia apresentada exigir recursos terapêuticos e ou diagnósticos inexistentes na unidade;

5. Conhecer o sistema de saúde e a rede hierarquizada de assistência;

6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;

7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;

8. Executar outras atividades correlatas.

Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57.

ANEXO II

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SERVIÇO PESSOAL



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 008/2013

NÚMERO: _____ CARGO PRETENDIDO: _____

NOME: _____ RG: _____

DATA DE NASCIMENTO: _____ SEXO: _____ CPF _____

TÍTULO DE ELEITOR _____

ESTADO CIVIL _____ Nº DEPENDENTES _____

RUA: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____

CEP: _____ ESTADO: _____ TEL: _____

FORMAÇÃO ESCOLAR: _____

Obs: Anexar cópia dos documentos exigidos no Edital de Processo Seletivo número 008/2013

DATA: _____ ASS: _____

FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 008/2013

NÚMERO: _____ CARGO PRETENDIDO: _____

NOME: _____ RG: _____

Editais de Convocação Audiência Pública

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA
 EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
 PARA APRESENTAÇÃO DO RFG - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE/2013.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições e na forma da legislação vigente, e de acordo com o disposto no Artigo 9º parágrafo 4º 48 LC nº 101/2000 - LRF, CONVOCA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC, para participar da Audiência Pública para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do 1º Quadrimestre do ano de 2013, a ser realizada nas dependências do Espaço Cultural Profª. Sirley Maria Neumann Johanson, situado a Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 620 - Centro, Campo Alegre - SC, com início às 19:00 horas, no dia 20 de junho do ano de 2013, com a seguinte ordem do dia:

Demonstração do Relatório de Gestão Fiscal ao 1º Quadrimestre do ano de 2013.

Assim, todos ficam devidamente convocados a participarem desta audiência pública.

Campo Alegre/SC, 12 de junho de 2013.
 RUBENS BLASZKOWSKI
 Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços Nº 10/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2013 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezessete dias do mês de abril de 2013, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para a eventual aquisição de tubos, calhas, meio-fio e lajota de concreto (para estoque), conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 23/2013, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QTDE	UNID.	Descrição	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO R\$
01	1.300	M	TUBO DE CONCRETO, SIM-PLES, BITOLA DE 30 CM	15,8000
03	600	M	TUBO DE CONCRETO, SIM-PLES, BITOLA DE 60 CM	43,0000
04	400	M	TUBO DE CONCRETO, ARMADO PA1, BITOLA DE 80 CM	100,0000
06	3.000	M²	LAJOTA SEXTAVADA DE CONCRETO 25X25X8CM, RESISTÊNCIA MÍNIMA DE 35 MPA	33,0000
07	800	M	MEIO FIO DE CONCRETO, DE 30CM ALTURA X BASE 12CM	15,8000

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
 Pregoeira

FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA
 MARCIO JOSÉ DREVEK
 Representante legal

Ata de Registro de Preços Nº 11/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2013 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezessete dias do mês de abril de 2013, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para a eventual aquisição de tubos, calhas, meio-fio e lajota de concreto (para estoque), conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 23/2013, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QTDE	UNID.	Descrição	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO R\$
02	1.500	M	TUBO DE CONCRETO, SIM-PLES, BITOLA DE 40 CM	22,0000
05	300	M	TUBO DE CONCRETO, ARMA-DO PA1, BITOLA 1,00 METRO	173,0000
08	100	UND.	CALHA EM CONCRETO, SIM-PLES, BITOLA 0,40X1M	15,4000
09	100	UND.	CALHA EM CONCRETO, SIM-PLES, BITOLA 0,30X1M	12,4000

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epígrafado, independentemente de sua transcrição.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Pregoeira

CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP

JOÃO RENATO SCHVETLER

Representante legal

Ata de Registro de Preços Nº 9/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2013 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dez dias do mês de abril de 2013, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para a eventual aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis) destinados a alimentação escolar, para o Ensino Infantil, Fundamental e APAE, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa EKO SUPERMERCADO LTDA EPP, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 37/2013, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QTDE	UNID.	Descrição	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO R\$
01	1.780	KG	CARNE BOVINA MOÍDA e CONGELADA, produto obtido a partir da moagem de massas musculares (carne pura) corte acém com teor máximo de 10% de gordura, com embalo e congelamento imediato a temperatura de aproximadamente -18°C, em embalagem primária de Polietileno resistente. Embalagem primária de 1 kg. Industrializado no máximo 20 dias antes da data de entrega e com validade mínima de 90 dias. Elaborado em frigorífico inspecionado no mínimo pela esfera estadual, de boa procedência, garantido rigoroso padrão de higiene. Produto registrado no Ministério da Agricultura. Embalagem original da indústria, com selos de inspeção, rótulo e marcas do fabricante. Entrega mensal, conforme cronograma. "O transporte deste produto deve ser feito em veículos frigoríficos, ou ainda veículo refrigerado, mas ambos devem respeitar a temperatura de transporte para carne congelada, de -18°C. Ambos os veículos são isotérmicos, mas o primeiro possui um mecanismo de produção do frio, enquanto o segundo possui uma fonte de frio. Ambos permitem manter o alimentos a temperaturas menores de -18°C. A entrega deste produto deverá incondicionalmente ser realizada nas unidades de ensino, em qualquer localidade, de acordo com o cronograma de entrega."	9,8600
02	2.200	KG	CARNE DE FRANGO, coxa e sobrecoxa, produto IN NATURA, congelado, em embalagem oriunda da indústria, com inspeção federal, com no máximo 5% de injeção de água na carcaça; Embalagem variando entre 2,0 a 2,5 Kg, Industrializado no máximo 20 dias antes da data de entrega e com validade mínima de 90 dias; Embalagem com selo de inspeção, rótulo da indústria, registro do produto no Ministério da Agricultura. Entrega mensal, conforme cronograma. "O transporte deste produto deve ser feito em veículos frigoríficos, ou ainda veículo refrigerado, mas ambos devem respeitar a temperatura de transporte para carne congelada, de -18°C. Ambos os veículos são isotérmicos, mas o primeiro possui um mecanismo de produção do frio, enquanto o segundo possui uma fonte de frio. Ambos permitem manter o alimentos a temperaturas menores de -18°C. A entrega deste produto deverá incondicionalmente ser realizada nas unidades de ensino, em qualquer localidade, de acordo com o cronograma de entrega."	6,4600

03	1.530	KG	CARNE DE MÚSCULO BOVINO, em pedaços e congelado. O produto deve ser obtido com teor de gordura máximo de 20% do peso, embalado em saco de polietileno resistente e congelado imediatamente após o corte na temperatura de -18°C. Cada pacote deve conter 1 Kg de carne já cortada em pedaços e o processo de industrialização deve acontecer com, no máximo, 20 dias antes da entrega e a validade mínima estabelecida é de 90 dias. O produto deve ser elaborado em frigorífico inspecionado, no mínimo, pela esfera Estadual, de boa procedência e garantia de rigoroso padrão de higiene; registrado no Ministério da Agricultura, com selos de inspeção, rotulagem e marca do fabricante. ENTREGA MENSAL, conforme cronograma. "O transporte deste produto deve ser feito em veículos frigoríficos, ou ainda veículo refrigerado, mas ambos devem respeitar a temperatura de transporte para carne congelada, de -18°C. Ambos os veículos são isotérmicos, mas o primeiro possui um mecanismo de produção do frio, enquanto o segundo possui uma fonte de frio. Ambos permitem manter o alimentos a temperaturas menores de -18°C. A entrega deste produto deverá incondicionalmente ser realizada nas unidades de ensino, em qualquer localidade, de acordo com o cronograma de entrega."	10,9400
----	-------	----	--	---------

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Pregoeira

EKO SUPERMERCADO LTDA EPP
ELTON IZEL DRECHSLER
Representante legal

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 062-2013 - Suplementação Fundo Saúde

DECRETO Nº 062, DE 27 DE MAIO DE 2013

Abre crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal nº 3.046, de 28 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), para reforço da dotação constante da Lei Orçamentária vigente, descritas no quadro a seguir.

0801.10.301.0150.2123	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	00	R\$	0,00
33901400-004	Diárias civil	0102	00	R\$	30.000,00
0801.10.305.0150.2134	MANUTENÇÃO VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-033	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	0166	16	R\$	5.000,00
	Total			R\$	35.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), na forma do quadro a seguir:

0801.10.301.0150.2123	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	00	R\$	0,00
33901400-004	Diárias civil	0102	00	R\$	30.000,00
0801.10.305.0150.2134	MANUTENÇÃO VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-033	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	0166	16	R\$	5.000,00
	Total			R\$	35.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 27 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.



MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças

Catanduvas

PREFEITURA

Decreto Nº 1.908 de 10 de Junho de 2013

DECRETO Nº 1.908/13 DE 10 DE JUNHO DE 2013.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE CONVÊNIO NO DECORRER DO EXERCÍCIO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 2.386/12 de 05 de Dezembro de 2012, em seu Artigo 4º Inciso I e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 97.500,00 (Noventa e sete mil e quinhentos reais), na seguinte Dotação Orçamentária.

ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO		
UNID. ORÇ.	0404	DIVISÃO DE ESPORTES		
	812	DESPORTO COMUNITÁRIO		
	1104	Construção de Espaços Esportivos		
		DESPESAS DE CAPITAL – Rec. Conv. Ministério dos Esportes	R\$	97.500,00
27	124/54			

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Transferências de Convênios com o Ministério dos Esportes, para construção de arquibancadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 10 de junho de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 10/06/2013.

Extrato de Contrato FMS Nº 0060/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS N.º 0060/2013

Processo Licitatório nº 0053/2013

Dispensa nº 0001/2013

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de medicamentos de Farmácia Básica para distribuição, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
CONTRATADO: A. G. KIENEN & CIA LTDA

Valor do Contrato: R\$ 496,00 (quatrocentos e noventa e seis reais).

Prazo de vigência: de 05 de junho de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 05 de junho de 2013.

Elizete Cardoso da Silva - Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMS Nº 0061/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS N.º 0061/2013

Processo Licitatório nº 0053/2013

Dispensa nº 0001/2013

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de medicamentos de Farmácia Básica para distribuição, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
CONTRATADO: GENÉSIO A. MENDES & CIA LTDA

Valor do Contrato: R\$ 5.242,20 (cinco mil duzentos e quarenta e dois reais e vinte centavos).

Prazo de vigência: de 05 de junho de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 05 de junho de 2013.

Elizete Cardoso da Silva - Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato PMC Nº 0080/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0080/2013

Processo Licitatório nº 0056/2013

Inexigibilidade nº 0001/2013

Objeto: Termo de contrato para aquisição de livros didáticos faltantes para o 1º ao 5º ano das escolas municipais, bem como o complementar o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS.
CONTRATADO: DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPÉIS E LIVROS S/A

Valor do Contrato: R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais).

Prazo de vigência: de 06 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 06 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal.

Extrato Terceiro Termo Aditivo ao Contrato PMC Nº 0137/2012

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0137/2012

Inexigibilidade nº 0006/2012

Objeto: Aquisição de Material Didático para o exercício de 2013, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

Contratado (a): EDITORA POSITIVO LTDA.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO o disposto na Cláusula 17 do Contrato Original c/c o § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666/93;

CONSIDERANDO solicitação da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto;

CONSIDERANDO as alterações sofridas no quadro de alunos das escolas municipais com entradas e saídas;

CONSIDERANDO a necessidade de alteração das quantidades licitadas para as quantidades reais/atuais a serem utilizadas pelas escolas municipais;

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Alterar o disposto no § 3º da Cláusula 2ª do Contrato original, reduzindo 45 unidades de livros do Grupo 4 e acrescentando 21 unidades de livros do Grupo 5, da seguinte forma:

1.1 Quanto às quantidades bimestrais:

1.1.1 Livros G4: Quantidade licitada inicialmente: 149 unidades/ Bimestre. Quantidade necessária para o 3º Bimestre: 104 unidades;

1.1.2 Livros G5: Quantidade licitada inicialmente: 112 unidades/ Bimestre. Quantidade necessária para o 3º Bimestre: 134 unidades.

Nível	Série	Quantidade Licitada	Quantidade Necessária	Valor Total Licitado	Valor Total Atual
Educação Infantil	G4	149	104	R\$ 9.632,85	R\$ 6.723,60
Educação Infantil	G5	112	134	R\$ 7.240,80	R\$ 8.663,10

CLÁUSULA SEGUNDA - Consequentemente às alterações, o valor total estimado da contratação, que passou a ser de R\$137.957,45 (cento e trinta e sete mil novecentos e cinquenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) com a edição do Segundo Termo Aditivo, passa a vigorar na importância de R\$136.470,50 (cento e trinta e seis mil quatrocentos e setenta reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO - O presente aditivo contratual tem amparo no § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666 de 21 de julho de 1993 e no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

E por estarem as partes justas e contratadas, dando tudo por bom e valioso, ambas assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas - SC, 07 de junho de 2013

Contrato Originário: 26 de novembro de 2012

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 73/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2013- PMC

Objeto: Aquisição de cestas alimentação para os servidores públicos municipais, ativos e inativos, com base na lei Complementar Municipal nº 637/2013, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 28/06/2013. Abertura: dia 01/07/2013 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 13 de junho de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Edital de Tomada de Preços Nº 12/2013 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2013 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para reforma do Chafariz da Praça Dogello Goss, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 10/07/2013, ÀS 16h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 08/07/2013, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

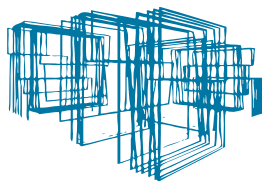
INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 10/07/2013, às 16h00min.

Abertura: dia 11/07/2013, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 13 de junho de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração



Programa de
Gestão de Obras



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Extrato 4º TA Contrato Nº 166/2011 - PMC

Contrato Nº : 166/2011/2011

Aditivo Nº : 4ºTA/2013

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PÁTRIA SEGURANÇA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 20/2011

Objeto : Vigilância ostensiva e monitoramento eletrônico

Vigência : Início: 10/06/2013 Término: 14/06/2014

Assinatura : 10/06/2013

Valor R\$: 85.503,72 (Oitenta e Cinco Mil, Quinhentos e Três Reais e Setenta e Dois Centavos)

Dotação : 102 - 09.001.2032.333903401000000.01000000

Dotação : 106 - 09.001.2034.333903401000000.01000000

Extrato Contrato Nº 5/2013 - Fmc

Contrato Nº : 5/2013

Contratante : FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : GREIZIANE CONFECÇÕES LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 1/2013

Objeto : Aquisição de trajes de dança modelo carnavalesco, visando a melhoria no desenvolvimento das atividades das oficinas artísticas da Fundação Municipal de Cultura, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? do edital.

Vigência : Início: 03/06/2013 Término: 02/08/2013

Assinatura : 03/06/2013

Valor R\$: 4.860,00 (Quatro Mil e Oitocentos e Sessenta Reais)

Dotação : 319 - 19.001.2403.333903023000000.06000000

Extrato Contratos Nº 178/2013 a 190/2013 - PMC

Contrato Nº : 178/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP

Licitação : Pregão Presencial 1/2013

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), de reforma de edificações no Parque de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 03/06/2013 Término: 01/09/2013

Assinatura : 03/06/2013

Valor R\$: 94.500,00 (Noventa e Quatro Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 97 - 08.001.1009.344905107000000.01450000

Contrato Nº : 179/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FS TERRAPLANAGEM LTDA

Licitação : Pregão Presencial 14/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para Contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquinas e transporte de cascalho e calcário para atender os trabalhos das Secretarias, durante o exercício de 2013.

Vigência : Início: 03/06/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura : 03/06/2013

Valor R\$: 4.410,00 (Quatro Mil e Quatrocentos e Dez Reais)

Dotação : 121 - 10.001.2038.333903999000000.01000000

Dotação : 76 - 07.001.2026.333903999000000.01000000

Dotação : 85 - 08.001.2029.333903999000000.01000000

Dotação : 132 - 11.001.2041.333903999000000.01000000

Contrato Nº : 180/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : GREIZIANE CONFECÇÕES LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 59/2013

Objeto : Aquisição de itens diversos para atendimento de projetos com as famílias beneficiadas com o programa Minha Casa Minha Vida, Residencial Frei Lency II, com recursos oriundos do projeto de Trabalho Técnico Social nº 0329.937.72, firmado com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 03/06/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura : 03/06/2013

Valor R\$: 3.519,20 (Três Mil, Quinhentos e Dezenove Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 322 - 09.001.2035.333903007000000.01240000

Dotação : 322 - 09.001.2035.333903099000000.01240000

Contrato Nº : 181/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : IRMAOS BALBINOT LTDA

Licitação : Pregão Presencial 59/2013

Objeto : Aquisição de itens diversos para atendimento de projetos com as famílias beneficiadas com o programa Minha Casa Minha Vida, Residencial Frei Lency II, com recursos oriundos do projeto de Trabalho Técnico Social nº 0329.937.72, firmado com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 03/06/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura : 03/06/2013

Valor R\$: 12.020,78 (Doze Mil, Vinte Reais e Setenta e Oito Centavos)

Dotação : 322 - 09.001.2035.333903007000000.01240000

Dotação : 322 - 09.001.2035.333903099000000.01240000

Contrato Nº : 182/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ABATEDOURO SAO CLEMENTE LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 57/2013

Objeto : Aquisição de gêneros alimentícios, descartáveis, troféus e confecções diversas e contratação de serviço de decoração, locação de mesas, toalhas e sobretoalhas, visando a atender às necessidades da XXVIII Festa Nacional do Leitão Assado ? FENAL, em concordância com o disposto na Lei Municipal nº 3.999/2008.

Vigência : Início: 05/06/2013 Término: 03/09/2013

Assinatura : 05/06/2013

Valor R\$: 1.684,00 (Um Mil e Seiscentos e Oitenta e Quatro Reais)

Dotação : 123 - 10.001.2039.333903007000000.01000000

Dotação : 123 - 10.001.2039.333903015000000.01000000

Dotação : 123 - 10.001.2039.333903021000000.01000000

Dotação : 123 - 10.001.2039.333903023000000.01000000

Dotação : 123 - 10.001.2039.333903199000000.01000000

Dotação : 123 - 10.001.2039.333903923000000.01000000

Contrato Nº : 183/2013
 Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Contratada : IRMAOS BALBINOT LTDA
 Licitação : Pregão Presencial 57/2013

Objeto : Aquisição de gêneros alimentícios, descartáveis, troféus e confecções diversas e contratação de serviço de decoração, locação de mesas, toalhas e sobretoalhas, visando a atender às necessidades da XXVIII Festa Nacional do Leitão Assado ? FENAL, em concordância com o disposto na Lei Municipal nº 3.999/2008.
 Vigência : Início: 05/06/2013 Término: 03/09/2013
 Assinatura : 05/06/2013
 Valor R\$: 10.214,91 (Dez Mil, Duzentos e Quatorze Reais e Noventa e Um Centavos)

Dotação : 123 - 10.001.2039.333903007000000.01000000

Dotação : 123 - 10.001.2039.333903015000000.01000000

Dotação : 123 - 10.001.2039.333903021000000.01000000

Dotação : 123 - 10.001.2039.333903023000000.01000000

Dotação : 123 - 10.001.2039.333903199000000.01000000

Dotação : 123 - 10.001.2039.333903923000000.01000000

Contrato Nº : 184/2013
 Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Contratada : BTM COMÉRCIO DE BRINDES LTDA
 Licitação : Pregão Presencial 57/2013

Objeto : Aquisição de gêneros alimentícios, descartáveis, troféus e confecções diversas e contratação de serviço de decoração, locação de mesas, toalhas e sobretoalhas, visando a atender às necessidades da XXVIII Festa Nacional do Leitão Assado ? FENAL, em concordância com o disposto na Lei Municipal nº 3.999/2008.
 Vigência : Início: 05/06/2013 Término: 03/09/2013
 Assinatura : 05/06/2013
 Valor R\$: 3.080,00 (Três Mil e Oitenta Reais)

Dotação : 123 - 10.001.2039.333903007000000.01000000

Dotação : 123 - 10.001.2039.333903015000000.01000000

Dotação : 123 - 10.001.2039.333903021000000.01000000

Dotação : 123 - 10.001.2039.333903023000000.01000000

Dotação : 123 - 10.001.2039.333903199000000.01000000

Dotação : 123 - 10.001.2039.333903923000000.01000000

Contrato Nº : 185/2013
 Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Contratada : PEDRO EDEMAR DE ABREU
 Licitação : Pregão Presencial 45/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para Contratação de empresa para prestação de serviços de horas maquinas de motoniveladora para atender os trabalhos das Secretarias, durante o exercício de 2013, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? do edital.
 Vigência : Início: 05/06/2013 Término: 31/12/2013
 Assinatura : 05/06/2013
 Valor R\$: 60.000,00 (Sessenta Mil Reais)

Dotação : 132 - 11.001.2041.333903999000000.01000000

Contrato Nº : 186/2013
 Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Contratada : CBA INFORMÁTICA LTDA
 Licitação : Pregão Presencial 56/2013

Objeto : Aquisição de equipamentos novos diversos para atender as necessidades de diversas secretarias, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.
 Vigência : Início: 06/06/2013 Término: 20/07/2016
 Assinatura : 06/06/2013
 Valor R\$: 44.080,00 (Quarenta e Quatro Mil e Oitenta Reais)

Dotação : 21 - 04.001.1002.344905234000000.01000000

Dotação : 27 - 05.001.1003.344905235000000.01000000

Dotação : 71 - 07.001.2022.333903030000000.01000000

Dotação : 77 - 07.001.2026.344905233000000.01000000

Dotação : 77 - 07.001.2026.344905235000000.01000000

Dotação : 83 - 08.001.2027.333903017000000.01000000

Dotação : 92 - 08.001.1009.344905206000000.01000000

Dotação : 92 - 08.001.1009.344905233000000.01000000

Dotação : 92 - 08.001.1009.344905235000000.01000000

Dotação : 113 - 10.001.2036.333903030000000.01000000

Dotação : 115 - 10.001.1012.344905206000000.01000000

Dotação : 133 - 11.001.1013.344905234000000.01000000

Dotação : 195 - 19.001.1401.344905235000000.01000000

Dotação : 278 - 16.001.2251.344905235000000.01000000

Dotação : 283 - 18.001.1351.344905235000000.02000000

Contrato Nº : 187/2013
 Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA EPP
 Licitação : Pregão Presencial 56/2013

Objeto : Aquisição de equipamentos novos diversos para atender as necessidades de diversas secretarias, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.
 Vigência : Início: 06/06/2013 Término: 06/07/2014
 Assinatura : 06/06/2013
 Valor R\$: 10.507,00 (Dez Mil e Quinhentos e Sete Reais)

Dotação : 21 - 04.001.1002.344905234000000.01000000

Dotação : 27 - 05.001.1003.344905235000000.01000000

Dotação : 71 - 07.001.2022.333903030000000.01000000

Dotação : 77 - 07.001.2026.344905233000000.01000000

Dotação : 77 - 07.001.2026.344905235000000.01000000

Dotação : 83 - 08.001.2027.333903017000000.01000000

Dotação : 92 - 08.001.1009.344905206000000.01000000

Dotação : 92 - 08.001.1009.344905233000000.01000000

Dotação : 92 - 08.001.1009.344905235000000.01000000

Dotação : 113 - 10.001.2036.333903030000000.01000000

Dotação : 115 - 10.001.1012.344905206000000.01000000

Dotação : 133 - 11.001.1013.344905234000000.01000000

Dotação : 195 - 19.001.1401.344905235000000.01000000

Dotação : 278 - 16.001.2251.344905235000000.01000000

Dotação : 283 - 18.001.1351.344905235000000.02000000

Contrato Nº : 188/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ADAGIL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP

Licitação : Pregão Presencial 56/2013

Objeto : Aquisição de equipamentos novos diversos para atender as necessidades de diversas secretarias, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 06/06/2013 Término: 06/07/2014

Assinatura : 06/06/2013

Valor R\$: 6.940,00 (Seis Mil e Novecentos e Quarenta Reais)

Dotação : 21 - 04.001.1002.344905234000000.01000000

Dotação : 27 - 05.001.1003.344905235000000.01000000

Dotação : 71 - 07.001.2022.333903030000000.01000000

Dotação : 77 - 07.001.2026.344905233000000.01000000

Dotação : 77 - 07.001.2026.344905235000000.01000000

Dotação : 83 - 08.001.2027.333903017000000.01000000

Dotação : 92 - 08.001.1009.344905206000000.01000000

Dotação : 92 - 08.001.1009.344905233000000.01000000

Dotação : 92 - 08.001.1009.344905235000000.01000000

Dotação : 113 - 10.001.2036.333903030000000.01000000

Dotação : 115 - 10.001.1012.344905206000000.01000000

Dotação : 133 - 11.001.1013.344905234000000.01000000

Dotação : 195 - 19.001.1401.344905235000000.01000000

Dotação : 278 - 16.001.2251.344905235000000.01000000

Dotação : 283 - 18.001.1351.344905235000000.02000000

Contrato Nº : 189/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : IPM - INFORMATICA LTDA.

Licitação : Inexigibilidade 23/2013

Objeto : Prestação de serviço de horas técnicas para suporte técnico ao sistema IPM WEB e Serviço de horas técnicas para customização de software dos sistemas integrados IPM, para as secretarias, fundos e fundações deste município.

Vigência : Início: 07/06/2013 Término: 06/06/2014

Assinatura : 07/06/2013

Valor R\$: 122.400,00 (Cento e vinte e dois mil e quatrocentos Reais)

Dotação : 19 - 04.001.2008.333903908000000.01000000

Dotação : 26 - 05.001.2010.333903908000000.01000000

Dotação : 83 - 08.001.2027.333903908000000.01000000

Dotação : 102 - 09.001.2032.333903908000000.01000000

Contrato Nº : 190/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 61/2013

Objeto : Contratação de empresa para fabricação e instalação de móveis sob medida para a Escola Básica Municipal Giuseppe Sette, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital

Vigência : Início: 10/06/2013 Término: 10/12/2014

Assinatura : 10/06/2013

Valor R\$: 15.190,00 (Quinze Mil e Cento e Noventa Reais)

Dotação : 47 - 06.002.1004.344905242000000.01580000

Extrato Termo de Rescisão Contrato Nº 66/2013 - PMC

Contrato Nº : 66/2013

Aditivo Nº : 1/2013

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLECIANE MELANIA PASINATTO ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 01/02/2013 Término: 03/06/2013

Assinatura : 03/06/2013

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N. 436/2013

DECRETO Nº 436/2013, DE 10 DE JUNHO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar Nº 018/2001,

DECRETA

Art. 1º Conceder 03 (três) dias de licença para acompanhamento de tratamento de saúde de sua filha, à Servidora Municipal, Sra .LICIANE MAGNANTI PASA , ocupante do cargo de Gerente de Cultura, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 10 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 437/2013

DECRETO Nº437/2013, DE 10 DE JUNHO DE 2013

“ NOMEIA DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o inciso II do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o Sr. EDIMAR DOS PASSOS para exercer o cargo de Diretor Geral de Contabilidade e Planejamento, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º O Servidor nomeado pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - LC nº 18/2001, e ao Plano de Cargos e Salários - LC nº 93/2013.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 01 de junho de 2013.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 93/2013.

Cordilheira Alta, SC, 10 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 438/2013

DECRETO Nº438/2013, DE 11 DE JUNHO DE 2013.

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto Nº 067/2010, DECRETA

Art. 1º Conceder 12 (doze) dias de licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra.JESSICA GABRIEL, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 11 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 439/2013

DECRETO Nº 439/2013, DE 11 DE JUNHO DE 2013

“PRORROGA EM 60 (SESSENTA) DIAS A LICENÇA MATERNIDADE CONCEDIDA À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Prorrogar em 60 (sessenta) dias a Licença Maternidade concedida a Servidora Municipal, Sra. IZABEL COLOMBELLI, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação com fulcro no Parágrafo Único, do Art. 1º, da Lei n. 915/2010.

Art. 2º A licença de que trata o Art. 1º, será estendida de 14/06/2013 a 12/08/2013.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta SC, 11 de junho de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Decreto N. 440/2013

DECRETO Nº440/2013, DE 12 DE JUNHO DE 2013

“NOMEIA ASSESSOR DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado a partir desta data a Sra. DULCINEIA SIMIONATO, para exercer o cargo de Assessor de Secretaria, 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º O Servidor nomeado pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - LC nº 18/2001, ao Plano de Cargos e Salários - LC nº 93/2013.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 441/2013

DECRETO Nº441/2013, DE 12 DE JUNHO DE 2013

“SUSPENDE EFEITOS DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº02/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis,

DECRETA

Art. 1º Fica suspenso, atendendo a ordem liminar, concedida nos autos do Processo nº 018.13.010836-4, os efeitos do 1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº02/2013, a partir de 10 de junho de 2013, até que haja decisão definitiva da ação acima citada

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Martins

PREFEITURA

Portaria Nº. 095 de 11 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº. 095 DE 11 DE JUNHO DE 2013.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 12/06/2013 à 11/07/2013.

Nome	Cargo	Referência
Elvir Peruzzo	Auxiliar Manutenção e Conservação	24/10/2010 à 13/05/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 11 de junho de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 096, de 12 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº. 096, DE 12 DE JUNHO DE 2013.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 82 da Lei Complementar nº. 005/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal, Senhor Valdemar dos Santos, ocupante do Cargo Temporário de Vigia pelo período de 15(quinze) dias, a partir do dia 10 à 24 de junho de 2013, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 12 de junho de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº. 600/13

DECRETO Nº. 600/13

DEFINE SEDE DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Define como sede do Fundo Municipal da Infância e Adolescência na Rua Francisco Mees, nº 1915, Bairro XV de Novembro, CEP: 89278 000.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 11 de junho de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Extrato Contrato Múltiplo Nº 9912288547 - Segundo Termo Aditivo

EXTRATO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912288547 - SEGUNDO TERMO ADITIVO

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, Diretoria Regional De Santa Catarina, Rua Romeu Jose Vieira Nº90, São José, CEP 88110-906, Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1. Alterar o subitem 6.1. da CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO do Contrato original, que passa a ter a seguinte redação:

"A ECT apresentará ao(à) CONTRATANTE, no endereço preestabelecido, para efeito de pagamento, a fatura mensal correspondente aos serviços prestados e produtos adquiridos previstos no(s) ANEXO(s), levantados com base nos documentos de postagem e venda de produtos, respectivamente, conforme cronograma abaixo:

b) Vencimento da Fatura: dia 23 (vinte e três) do mês seguinte ao da prestação do serviço (período base);"

2.2. Altera o prazo de vigência do contrato originário de 28/12/2012 à 27/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Os recursos orçamentários destinados à execução do presente Contrato têm seu valor estimado em R\$ 35, 000.00 (Trinta e Cinco Mil Reais)

Elemento de Despesa: 33903999 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Projeto/Atividade: 2.003 Manut. Ativ. Div Pessoal, Adm. E Compras Nº Empenho: 1493/13

Data: 01/04/2013

Valor: R\$ 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais)

Data da Assinatura: 28/12/2012

Data da Vigência: 27/12/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 132/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº 132/2013

Processo de licitação nº 073/13

Dispensa de Licitação Nº 024/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: ARLINDO PAUST, brasileiro, casado, residente e domiciliado á Estrada Ano Bom, snº, neste município.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato de locação o imóvel de propriedade do LOCATÁRIO, compreendendo o acesso entre a via pública e o local do licenciamento nr 815.100/2003, e de toda a superfície do imóvel autorizado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM para exploração mineraria através do processo DNPM sob nº 815.100/2013.

Valor do Contrato: R\$ 56.000,00 (Cinquenta mil reais).

Data da Assinatura: 04/06/2013

Data da Vigência: 30/04/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Curitibanos**PREFEITURA****Edital de Pregão Presencial Nº 141/2013**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 141/2013

O Município de Curitibanos de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de uma caminhonete para uso nas atividades operacionais e administrativas do 2º Batalhão de Bombeiros Militar de Curitibanos, conforme descrição mínima detalhada no Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 02/07/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 02/07/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 06 de Junho de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 144/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a aquisição de material para manutenção do Parque Pouso do Tropeiro, conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 28/06/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 09:00 horas do dia 28/06/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se

à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 07 de Junho de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI DIEGO SEBEM WORDELL
Prefeito Municipal Pregoeiro

Editais de Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº 30/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2013

O Fundo Municipal de Educação de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a aquisição de móveis e equipamentos para montar 05 (cinco) Salas Inteligentes que serão instaladas nos Núcleos Municipais Alírio Luiz de Almeida, Tereza Lemos Preto, Getúlio Vargas, Leoniza Agostini e Rotary, objetivando a modernização da Educação Municipal, conforme especificado no Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 01/07/2013, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 01/07/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 05 de Junho de 2013.

KLEBERSON LUCIANO LIMA DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente do Fundo Pregoeiro

Editais de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 145/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2013

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para registro de preços destinados a aquisição de disco diamantado para corte de asfalto e concreto, para uso da Secretaria de Transporte e Obras, conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 16:30 horas do dia 03/07/2013, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Coronel Vidal Ramos, 860.

A partir das 17:00 horas do dia 03/07/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitação e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 10 de Junho de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI DIEGO SEBEM WORDELL
Prefeito Municipal Pregoeiro

Editais de Tomada de Preços Para Obras e Serviços de Engenharia Nº17/2013

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº17/2013.

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: Construção de uma sala para auditório totalizando 40,80m² junto à Unidade de Saúde da Cohab I, conforme Projeto Básico em anexo que passa a fazer parte integrante deste edital. O prazo final para entrega dos envelopes é o dia 25/06/2013 às 14h30, os interessados poderão ter acesso a integra do Edital no sitio www.curitiba.sc.gov.br, porém o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado diretamente no Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, sito a rua Maximino de Moraes, 376.

Curitiba, 28 de maio de 2013.

CARINE TATSCH RICARDO BROCARD
Secretária Mun. Saúde Presidente CPL

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Concurso Público e Processo Seletivo a Prover Vagas Aos Cargos do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Estado de Santa Catarina. Município de Faxinal dos Guedes. O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 37, inciso II da Constituição Federal, em conformidade com as Leis Municipais e demais Legislação vigente, TORNA PÚBLICO, que estão abertas as inscrições para o Concurso Público e Processo Seletivo a prover vagas aos Cargos do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal. Os editais estão disponíveis no mural público da Prefeitura Municipal e no sitio do Instituto INCAPEL www.incapel.com.br INSCRIÇÕES: As inscrições serão realizadas pela internet, no sitio da empresa organizadora, com início no dia 13 de junho até 24 de junho de 2013. As exigências para a realização das inscrições constam no edital. As Provas Objetivas serão aplicadas no dia 07 de julho de 2013. Os candidatos poderão obter a íntegra dos Editais e informações no Instituto INCAPEL, pelo telefone (49) 3664-0540 no horário das 8h as 11h, no sitio do Instituto INCAPEL www.incapel.com.br através do e-mail contato@incapel.com.br.

Faxinal dos Guedes (SC), 12 de junho de 2013.

EDEGAR GIORDANI.
Prefeito Municipal.

Forquilha

PREFEITURA

Extrato de Contrato FMS Nº. 48/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 48/2013
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de equipamentos, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 81531.16200/1120-20 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 3.330,12 (três mil trezentos e trinta reais e doze centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 10/2013.

DATA DA ASSINATURA - 07 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 123/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 123/2013
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de mobiliário e equipamentos padronizados para o Centro de Educação Infantil Monteiro Lobato, construída por meio de convênio junto ao FNDE, Bairro Santa Ana, através do Termo de Compromisso nº. PAC200279/2011 firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional e o Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 1.160,00 (um mil cento e sessenta reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 210 (duzentos e dez) dias corridos (prazo de entrega prazo da garantia).

DOTAÇÃO - 0501.2011.4490 (62).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 68/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 27 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 34/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 34/2013
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 31/2013
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - HT COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA

DO OBJETO - Fica acrescido no objeto do contrato 31/PMF/2013 o valor de R\$ 2.280,50 (dois mil duzentos e oitenta reais e cinquenta centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo aos seguintes itens da CV 21/PMF/2013:

Item	Quant	Unid	Especificação	Marca	Preço Unit	Preço Total
21	32	FD	Papel Higiénico	Scotch	64,00	2048,00

26	62	CX	Sabão em Pó	Ace	3,75	232,50
----	----	----	-------------	-----	------	--------

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art.65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 07/06/2013

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0202/2013

DECRETO Nº 0202, DE 12 DE JUNHO DE 2013.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2176 de 28 de Fevereiro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

07.02 - Cultura

13.392.0014.2.029 - Manutenção das Atividades Culturais

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (258) R\$ 1.000,00

09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

09.01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

20.606.0021.2.045 - Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

3.3.93.00.00 - Aplicações Diretas Decorrentes com Operações com Consórcios 0.3.0200 (270) R\$ 1.000,00

10.00 - Secretaria de Infraestrutura

10.01 - Secretaria de infraestrutura

15.452.0023.2.049 - Manutenção dos Serviços Urbanos

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (269) R\$ 24.000,00

11.00 - Secretaria de Ação Social

11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.242.0025.2.054 - Manutenção do Programa de Atenção à Pessoas com Necessidades Especiais

3.3.50.00.00 - Transferências à Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos 0.3.0200 (263) R\$ 12.500,00

Total R\$ 38.500,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2012, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 12 DE JUNHO DE 2013.



IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1625/2013

PORTARIA Nº 1.625, DE 12 DE JUNHO DE 2013.
Prorroga Designação de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a designação da servidora DAIANE RIBEIRO CARDOZO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 961.111.199-15, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, para prestar serviço junto ao Fórum da Comarca de Fraiburgo, por 40 horas semanais, a partir de 05 de julho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de junho de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1626/2013

PORTARIA Nº 1.626, DE 12 DE JUNHO DE 2013.
Prorroga Designação de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a designação da servidora MARILUCIA GUINDANI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 219.861.269-00, nomeada no cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM CONTABILIDADE, para prestar serviço junto ao Fórum da Comarca de Fraiburgo, por 40 horas semanais, a partir de 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de junho de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1629/2013

PORTARIA Nº 1.629, DE 13 DE JUNHO DE 2013.
Designa Fiscal de Contrato Administrativo e Ata de Registro de Preços.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar LUIZ ALBERTO MARTINSON, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 485.741.989-00, nomeado no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, matrícula nº 9699, para acompanhamento e fiscalização do Contrato Administrativo nº CT13PMF46 e da Ata de Registro de Preços nº AT13PMF35 vigentes no Município.

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços acima referidos, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de junho de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1630/2013

PORTARIA Nº 1.630, DE 13 DE JUNHO DE 2013.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de ADRIANE MISTURINI SERAFINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 005.744.099-98, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de junho de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Revogação da Concorrência Pública Nº 0001/2013

AVISO DE REVOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0001/2013 - PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0042/2013 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

O Prefeito Municipal, torna público a REVOGAÇÃO do certame em epígrafe com data de abertura aprazada para o dia 22/04/2013, às 09:15 horas, cujo objeto é a concessão de direito real de uso, à título oneroso de bens públicos para fins industriais de uma área de terras com 9.612,84 m² (nove mil, seiscentos e doze metros quadrados e oitenta e quatro centésimos de metros quadrados), composta por 2 (dois) imóveis urbanos localizados no perímetro urbano desta cidade em área industrial, sendo de propriedade do Município de Fraiburgo, nas seguintes descrições: 2 (dois) terrenos urbanos, sem benfeitorias, com área de 4.811,56m² (quatro mil, oitocentos e onze metros quadrados e cinquenta e seis centésimos de metro quadrado) e 4.801,28 m² (quatro mil, oitocentos e um

metros quadrados e vinte e oito centésimos de metro quadrado), situado no bairro Liberata, nesta cidade de Fraiburgo, identificados pelos lotes 03 e 04, da quadra 320, respectivamente, registrados sob a matrícula nº 3181, do CRI de Fraiburgo, pelos motivos insertos no PAL. Informações pelo fone: (49) 3256 3000 - ramais 3023/3039. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 12 de junho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Aviso de Revogação da Concorrência Pública Nº 0002/2013

AVISO DE REVOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0002/2013 - PMF

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0043/2013 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

O Prefeito Municipal, torna público a REVOGAÇÃO do certame em epígrafe com data de abertura aprazada para o dia 22/04/2013, às 09:15 horas, cujo objeto é a concessão de direito real de uso, à título oneroso de bens públicos para fins industriais de uma área de terras de 5.100,00 m² (cinco mil e cem metros quadrados), composta por 1(um) imóvel urbano localizado no perímetro urbano desta cidade em área industrial, sendo de propriedade do Município de Fraiburgo, nas seguintes descrições: 1 (um) terreno urbano, sem benfeitorias, com área de 5.100,00 m² (cinco mil e cem metros quadrados), situado no bairro Liberata, nesta cidade de Fraiburgo, identificado pelo lote 0003, da quadra 318, registrado sob a matrícula nº 9391, respectivamente, ambas do CRI de Fraiburgo, pelos motivos insertos no PAL. Informações pelo fone: (49) 3256 3000 - ramais 3023/3039. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 12 de junho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0088/2013-PMF Rp 0052

Aviso do Pregão Presencial nº 0088/2013 - PMF

Registro de Preços Nº 0052/2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de óleos lubrificantes, fluídos para freios, aditivos, graxas, estopas e outros materiais, para uso na manutenção da frota do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante os meses de julho a setembro de 2013. Validade da Ata de Registro de Preços: julho a setembro de 2013 Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 01.07.2013. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 13 de junho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Lei N.º 1.737/2013.

LEI N.º 1.737, DE 12 DE JUNHO DE 2013.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL N.º 1.285/2009, "QUE DISPÕE SOBRE ESTÁGIO DE ESTUDANTES, ESTABELECE VALORES DA BOLSA-AUXÍLIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. O artigo 6º, da Lei Municipal n.º 1.285, de 05 de março de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 6º. Será compulsória a concessão ao estagiário de bolsa-auxílio ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada quando se tratar da hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º. Fica garantida ao estagiário, que residir em local situado acima de 2 Km (dois quilômetros) do local de realização do estágio, a concessão de auxílio-transporte.

§ 2º Quando se tratar de estágio obrigatório, poderão também ser concedidos a bolsa-auxílio e o auxílio-transporte, a critério do Executivo Municipal.

§ 3º A bolsa-auxílio terá os seguintes valores:

I - Estudantes do Ensino Médio, Cursos Técnicos ou Educação Profissional R\$ 400,00 (quatrocentos reais)

II - Estudantes do Ensino Superior, R\$ 520,00 (quinhentos e vinte reais);"

Art. 2º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de Junho de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 14/06/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAÚJO LUIZ

Secretária de Administração

Decreto N.º 074/2013.

DECRETO N.º 074, DE 12 DE JUNHO DE 2013.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 139.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 139.000,00 (cento e trinta e nove mil reais) no Orçamento vigente:

12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	4.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.000,00
08244562.056 - Func. e Manut. do Fundo da Assistência Social	4.000,00
4.4.90.0.1.29.000007 - Aplicações Diretas	4.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	50.000,00
10301252.073 - Func. e Manut. do Setor Saúde	50.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00

14.01 - ENCARGOS GERAIS	85.000,00
2884300.061 - Amortização e Encargos da Dívida Interna	85.000,00
4.6.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	85.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 139.000,00 (cento e trinta e nove mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do Orçamento vigente:

12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	4.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.000,00
08244562.056 - Func. e Manut. do Fundo da Assistência Social	4.000,00
3.3.90.0.1.29.000007 - Aplicações Diretas	4.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	50.000,00
10301252.073 - Func. e Manut. do Setor Saúde	50.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00

14.01 - ENCARGOS GERAIS	85.000,00
2884300.061 - Amortização e Encargos da Dívida Interna	85.000,00
3.2.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	85.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de Junho de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 14/06/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAÚJO LUIZ
Secretária de Administração

Portaria N.º 509/2013.

PORTARIA N.º 509, DE 12 DE JUNHO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ORGANIZADORA DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ETAPA DA CONAE/2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba

em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando o Documento-Referência, elaborado pelo Fórum Nacional de Educação (FNE) - criado pela Portaria nº. 1.407/10 e alterado pela Portaria nº. 502/12, órgão responsável pela convocação e realização da II CONAE,

RESOLVE,

Art.1º. Ficam designados, os abaixo relacionados, para integrarem a Comissão Organizadora da II Conferência Municipal de Educação:

REPRESENTAÇÃO	NOME	CPF
Conselho Municipal de Educação	Celso José Barbosa de Souza	975.932.068-15
	Rosilene Pacheco de Lima	454.769.349-87
Secretaria Municipal de Educação	José Antônio Gonçalves	753.186.369-34
	Maria Nadir de Araujo Souza	432.863.649-91
	E. E. B. Prof. José Rodrigues Lopes	Maricléia da Rosa Antônio
	E. E. B. Maria Corrêa Saad	Rosiane Marli Antônio Damázio
		907.882.579-00
		725.622.939-91

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de Junho de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 14/06/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Aviso de Licitação Pr019/2013

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2013

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de consultoria e análise de projetos e demais serviços inerentes à captação de recursos financeiros, na esfera da administração estadual de Santa Catarina. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 27/06/2013.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 27/06/2013, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 13 de junho de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal em exercício

Garuva

PREFEITURA

Decreto Nº 148/2013

DECRETO Nº 148, de 12 de junho de 2013

"Institui Comissão para dirigir o Conselho de Alimentação Escolar - CAE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, f, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

ART 1º - A Comissão do Conselho de Alimentação Escolar - CAE, nomeada através da Portaria nº 408 de 12 de junho de 2013, e de eleição interna no dia 12 de junho de 2013, ficará assim constituída:

- Presidente: MARLENE PECH CORRÊA
- Vice-Presidente: PAMELA CASAGRANDE

ART 2º - Esta Comissão exercerá seu mandato durante o quadriênio de 2013/2017.

ART 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 408/2013

PORTARIA Nº 408, de 12 de junho de 2013.

"Institui membros para o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea "c", do inciso II, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

RESOLVE:

ART. 1º - Ficam nomeados os cidadãos relacionados abaixo para comporem a Comissão do Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE, como segue:

Representantes do Poder Executivo

Titular DIOGO COSTA
Suplente Lauro Felipe Raizer

Representantes dos Professores
Titular MARLENE PECH CORREA
Suplente Marli Grun Parisotto

Titular MELISSA RODRIGUES DE LIMA DA SILVA
Suplente Maria Edlamar Aguiar Costa

Representantes de Pais e Alunos
Titular JESSICA MARCELA CORREA
Suplente Lisete Hein Bruns

Titular PAMELA CASAGRANDE
Suplente Kariny Carvalho

Representantes da Sociedade Civil
Titular FABIO RATHKE
Suplente Adolar Umlauf

Titular IVANDRO SERGIO LOPES
Suplente Tania Nara Vageleski Alves

ART. 2º - Este Conselho exercerá seu mandato até junho de 2017.

ART. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMG Nº 016/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 024/2013
MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 16/2013
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal
CONTRATADA: Renault do Brasil S/A

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO GABINETE DO PREFEITO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

VIGÊNCIA: 12/06/2013 a 11/08/2013

PRAZO: 60 (sessenta) dias

VALOR TOTAL: R\$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais)

DATA DE ASSINATURA: 10/06/2013

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Conselho Municipal de Assistência Social

CMAS - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE GASPAR

RESOLUÇÃO Nº. 15, DE 16 DE MAIO DE 2013.

Aprova o Plano de Ação 2013 do Ministério de Desenvolvimento Social no município de Gaspar - SC

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal no. 8742, de 07 de dezembro de 1993, conferida pela Lei Municipal no. 1648/97.

CONSIDERANDO:

- Considerando a reunião ordinária do CMAS do dia 08/05/2013;
- Considerando a PNAS;
- Considerando a NOB/SUAS;
- Considerando a NOB/RH;
- Considerando a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 07 de Dezembro de 1993,
- Considerando o Informe Rede SUAS Nº 6 de 2013 do Conselho Nacional de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação 2013 do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS, no município de Gaspar - SC, conforme anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaspar, 16 de maio de 2013.

JOSIANE DOS SANTOS HOEPERS

Presidente do Conselho

Avenida das Comunidades, 133, Centro- Gaspar/SC, CEP 89110.000.

Telefone: (47)3397-0047/3397-0068, e-mail: assessoriaconselhos@gaspar.sc.gov.br

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GASPAR
RESOLUÇÃO Nº 010/2013

Projetos aprovados; quais os valores a serem repassados advindos do FIA; critérios para recebimento dos recursos a serem repassados para as entidades beneficiadas; providências para liberação de responsabilidade do Poder Executivo.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, com fundamento na Lei nº 8069/90, na Resolução CONANDA nº 137/10, nos incisos I, XXIV do art. 11 da Lei Complementar Municipal nº 1432/1993, e em conformidade com a deliberação aprovada na reunião realizada no dia 11 de junho do ano de 2013, e no uso de suas competências.

CONSIDERANDO que conforme disposição legal é assegurada com absoluta prioridade à Criança e ao Adolescente, a realização de seus direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, como dever concorrente da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público Municipal articulado aos Poderes Públicos Federal e Estadual.

Considerando o Art. 3º da Lei 1432/1993 que dispõe sobre o atendimento dos direitos da criança e do adolescente neste município, a seguir transcrito in verbis:

"Art. 3º - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Gaspar far-se-á através de:

I - Políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras, assegurando-se em todas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e a convivência familiar e comunitária;

II - Políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitam;

III - Serviços especiais, nos termos desta LEI;

IV - Integração eficiente e operacional de todos os órgãos e serviços responsáveis para o atendimento inicial e seqüente à Criança e ao Adolescente que dele necessitar, preferencialmente num mesmo local e com todos os recursos materiais e humanos necessários;

V - A mobilização da opinião pública no sentido de incentivar a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.

§ 1º - É vedada a criação de programas de caráter compensatórios da ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas no Município sem a previa manifestação do Conselho Municipal dos Direitos

da Criança e do Adolescente.

§ 2º - O município destinará recursos e espaços públicos para programação cultural, esportiva e de lazer, voltadas para a infância e a juventude.

Considerando que tanto a Constituição Federal como o ECA, determinam que ações em prol da Proteção Integral devam ser realizadas com prioridade absoluta e que conforme o artigo 59 do ECA - " Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude".

Considerando que é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente (art. 70/ECA) e que a criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (art.71/ECA).

Considerando que a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

RESOLVE:

Art. 1º - Os projetos relacionados nos incisos deste artigo serão beneficiados com recursos do FIA de acordo com os valores informados:

1) Conselho Comunitário de Segurança - Bairro Santa Teresinha, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para efetivação do "Projeto: Esporte Seguro". O Valor deverá ser repassado em duas parcelas: sendo R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no mês de julho/2013 e R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no mês de outubro/2013.

2) APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) para efetivação do "Projeto: IPT - Iniciação Para o Trabalho". O Valor deverá ser repassado em única parcela no mês de julho/2013.

3) Associação de Pais e Amigos do futebol do Menor do Tupi/ Gaspar, no valor de R\$ 94.032,90 (noventa e quatro mil, trinta e dois reais e noventa centavos) para a efetivação do "Jogando para o futuro". O Valor deverá ser repassado em única parcela no mês de julho/2013.

Art. 2º - Inexistindo impedimento legal os repasses poderão ser em parcela única ou de forma parcelada, conforme requerer a entidade beneficiada, vez que, a execução do projeto e conseqüente prestação de contas é de sua responsabilidade.

Art. 3º - O Poder Executivo, por seu representante legal, deverá efetivar todas as medidas administrativas e legais necessárias para liberação dos recursos acima citados de maneira célere, enviando Projeto de Lei para a Câmara de Vereadores em regime de urgência, possibilitando que as entidades tenham condições de executar os projetos aprovados.

Art. 4º - A liberação dos recursos obedecerá aos critérios estabelecidos na legislação vigente, incluindo as disposições inseridas no decreto municipal 900/2005.

Art. 5º - Esta Resolução passa a vigorar a partir desta.

Gaspar, 13 de junho de 2013.

ANDRESA DONEGÁ

Presidente do CMDCA

Portaria Nº 3.118, de 13 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº 3.118, DE 13 DE JUNHO DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 08/2011, INSTAURADA PARA APURAR AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO OFÍCIO 2ªPJ/Nº146/2011, REMETIDO PELA 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE GASPAR, EM VIRTUDE DA INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 06.2011.007563-6 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 18 de junho de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 08/2011, instaurada para apurar as informações contidas no Ofício 2ªPJ/Nº146/2011, remetido pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gaspar, em virtude da instauração do procedimento preparatório nº 06.2011.007563-6 e dá outras providências.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Aviso do Pregão Presencial Nº 111/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 111/2013

O OBJETO é contratação de empresa para prestação de serviço de Mobilização Social visando a gestão da Praça dos Esportes e da Cultura. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 13h30min do dia 26/06/2013, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 26/06/2013 às 14h, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 13/06/2013

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Aviso do Pregão Presencial Nº 112/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 112/2013

O OBJETO é a Contratação de empresa para locação de estrutura - iluminação, sonorização, tenda e palco, para a realização do evento FEC - Festival Escolar da Canção, incluindo os serviços de montagem, desmontagem e operação. A ENTREGA dos envelopes, contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços, deverá ocorrer até as 9h do dia 26/06/2013, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 26/06/2013 às 9h30min no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 12/06/2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Governador Celso Ramos

PREFEITURA**Aviso de Pregão Presencial**

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2013

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO para Uso da Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Públicos do Município de Governador Celso Ramos/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 28/06/2013 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 28/06/2013 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o Edital de segunda a sexta feira, das 13:00 as 18:30hs no Setor de Licitação desta Prefeitura.

Governador Celso Ramos/SC, 13 de Junho de 2013.

MARIANA DE SOUZA FERNANDES

Pregoeira

Guaramirim

PREFEITURA**Aviso de Licitação Rp Nº64/2013 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 64/2013

Tipo : Menor Preco - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA UNIDADES ESCOLARES E CEI'S DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM

Entrega dos Envelopes: 01/07/2013 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 01/07/2013 às 09:05h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 13/06/2013.

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

Errata de Contrato Nº13/2013 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

ERRATA DO CONTRATO Nº13/2013

Edital: Pregão - 37/2013

Tipo: Menor Preço

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSULTORIA E GESTÃO DE PROFISSIONAIS PARA PRESTAREM SERVIÇOS PARA DESENVOLVER PROJETOS SOCIAIS, ESPORTIVOS E CULTURAIS JUNTO ÀS SECRETARIAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO E FUNDAÇÃO CULTURAL.

Altera-se a descrição das seguintes cláusulas:

Onde se lê na qualificação das partes: que firmam o MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16

Leia-se na qualificação das partes: que firmam o MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação e Fundação Cultural

Justificativa: A alteração da qualificação das partes se faz necessária, para estar em consonância com o Edital supracitado, haja vista um equívoco na redação do mesmo, onde no edital consta que a Prefeitura de Guaramirim está representado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação e Fundação Cultural e no contrato apenas consta o Município de Guaramirim.

GUARAMIRIM (SC), 07/06/2013.

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 008/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2013

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por item

OBJETO

Registro de Preços para aquisição de carga de gás de cozinha (GLP) para uso das Secretarias e Fundos Municipais de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 16:00 horas do dia 26/06/2013.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, , e Lei Complementar n.º. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389,

Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 14,95 (quatorze reais e noventa e cinco centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 14 de junho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 009/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2013

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por item

OBJETO

Registro de Preços para aquisição de tubos de concreto, meio fio de concreto e blocos vazados de concreto simples para alvenaria, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos pelo período de 12 meses

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 17:00 horas do dia 26/06/2013.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, , e Lei Complementar n.º. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 14,95 (quatorze reais e noventa e cinco centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 14 de junho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 010/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2013

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por item

OBJETO

Contratação de Serviços Radiofônicos em emissoras de Amplitude Modulada (AM), com abrangência comprovada na região de Herval d'Oeste, Visando a veiculação de campanhas institucionais, da Prefeitura Municipal, Secretarias Municipais e Fundos Municipais durante o exercício de 2013

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 14:00 horas do dia 27/06/2013.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 14,95 (quatorze reais e noventa e cinco centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 14 de junho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 011/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2013

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por item

OBJETO

Aquisição de um trator agrícola para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente através do Convênio PRODESA Nº 0385.503-18

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 15:00 horas do dia 01/07/2013.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 14,95 (quatorze reais e noventa e cinco centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 14 de junho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Tomada de Preços Nº 002/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE HERVAL D'OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0040/2013

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2013

UNIDADE GESTORA:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

TIPO JULGAMENTO: Menor Preço por Item

OBJETO

Contratação de empresas especializadas para a execução de em regime de empreitada por preço unitário, de reforma nas Unidades de Saúde dos Bairros Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora de Fátima, Sede Belém e Centro, com fornecimento de material e mão de obra

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até as 13h30min horas do dia 03/07/2013.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO R\$ 65.053.12

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está disponível no site: www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional, os projetos estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 14 de junho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Ibiam**PREFEITURA****Registro de Preços**

MUNICIPIO DE IBIAM

Estado de Santa Catarina

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2013

SRP: 012/2013

O MUNICIPIO DE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para registrar preços visando futuras possíveis aquisições parceladas de recapagens, vulcanizações e consertos, pelo período de doze meses, para as secretarias de Obras, Agricultura e Educação da Prefeitura de Ibiam.

Entrega dos envelopes: 27/06/2013 até às 08:00 horas

Abertura dos envelopes: 27/06/2013 às 08:10 horas

Tipo de Avaliação: Menor preço Unitário

Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 13 de Junho de 2013.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal de Ibiam

Convocação 2º Colocado Concurso/ Médico**CONVOCAÇÃO**

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e tendo em vista o que estabelece o artigo 20 e SS., da Lei Municipal nº 255/2004 (Estatuto do Servidor), convoca o(a) candidato(a)

DÉBORA CAROLINE SALOMON, para comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, junto ao setor de Pessoal da Prefeitura, para tomar posse no cargo de MÉDICO.

Comunica ainda, que a posse no cargo só será efetuada se forem atendidas as seguintes condições:

- I. ter 18 anos completos;
- II. apresentar prova de aptidão física e mental para o exercício da atribuição do cargo, expedida até a data da posse;
- III. formulário de Declaração de Bens;
- IV. formulário de Declaração de não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções;
- V. declaração de proventos (aposentadoria);
- VI. declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação vigente (ex servidor público - Declaração do órgão ou estabelecimento)
- VII. fotocópia da Carteira de Identidade;
- VIII. fotocópia do Título de Eleitor, com confirmação da última votação (quitação eleitoral), assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos (crimes eleitorais);
- IX. fotocópia do Certificado de Reservista;
- X. fotocópia de certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
- XI. fotocópia do Cartão do PASEP (caso não esteja inscrito no PASEP deverá ser preenchido o formulário de inclusão do n.º de inscrição junto ao BB, a ser retirado na Coordenadoria de Recursos Humanos);
- XII. fotocópia do Cartão do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- XIII. fotocópia da Certidão de Casamento ou Nascimento
- XIV. fotocópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
- XV. laudo médico (obtido mediante perícia médica);
- XVI. 1 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;
- XVII. comprovante de residência;
- XVIII. carteira de trabalho;
- XIX. carteira de vacinação ou cartão da criança (1 a 5 anos);
- XX. comprovante de frequência escolar para as crianças de 6 a 14 anos;
- XXI. comprovante de Ensino Superior Completo em Medicina com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão;
- XXII. Conta salário Banco do

O não comparecimento no prazo acima mencionado, implicará na renúncia tácita da vaga.

Ibiam - SC, em 13 de junho de 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

DATA:

ASSINATURA RECEBIMENTO:

Desistência de Vaga Concurso Para Medico

Ibiam, 11 de junho de 2013
Exmo Sr.
Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal de Ibiam
Nesta

Eu, DEBORA CAROLINE SALOMON, portador do CPF nº 009541869-58, comunico Vossa Excelência que não assumirei o cargo efetivo de MÉDICO, para a qual fiquei classificado em 2º lugar, conforme Decreto nº 2503, de 29/05/2013, referente ao Edital nº 001, de 05/04/2013 (Concurso Público).

Anteciosamente,

DÉBORA CAROLINE SALOMON
CPF 009.541.869-58

Desistência de Vaga Concurso Para Medico

Ibiam, 10 de junho de 2013
Exmo Sr.
Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal de Ibiam
Nesta

Eu, HERMÍNIO ALVIN MATIAS NETO, portador do CPF nº 030.140.559-05, comunico Vossa Excelência que não assumirei o cargo efetivo de MÉDICO, para a qual fiquei classificado em 1º lugar, conforme Decreto nº 2503, de 29/05/2013, referente ao Edital nº 001, de 05/04/2013 (Concurso Público).

Anteciosamente,

HERMÍNIO ALVIN MATIAS NETO

Ilhota

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 036/2013

LC nº 036/2013

Disciplina as regras para conserto dos buracos abertos nas vias e passeios públicos pelas empresas de serviços públicos.

DANIEL CRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Artigo 1º - Fica estabelecido o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o término das obras realizadas, para que as empresas recuperem, com serviço de tapa-buracos, as vias públicas e passeios públicos onde foram abertos buracos e valas para a realização de serviços de instalação, manutenção ou conserto das redes de água e esgoto, luz, gás, telefone, internet e outros serviços no âmbito do Município de Ilhota.

§ 1º - O prazo para conserto poderá ser estendido para, três (03) vezes o determinado no caput deste artigo, quando manifestada e comprovada à necessidade, por escrito.

§ 2º - As obras de tapa-buracos terão garantias de qualidade do serviço de, no mínimo, doze (12) meses.

Artigo 2º - A recuperação de vias de que trata esta lei é de responsabilidade das empresas concessionárias de serviços públicos descritos no artigo primeiro desta lei e outras que vierem a surgir, ainda que as obras que causaram as valas e os buracos tenham sido realizadas por terceiros por elas contratadas.

Artigo 3º - Enquanto perdurar as obras realizadas pelas empresas concessionárias de serviços públicos de água e esgoto, luz, gás, telefone e outras, as vias e/ ou passeios públicos deverão obrigatoriamente ser sinalizados pelas referidas empresas, se necessário, isolá-los com placas que permitam a nítida visualização também à noite, além de garantir, com segurança, a passagem de pedestres e veículos.

Artigo 4º - O descumprimento do disposto nesta lei, inclusive no que importa a qualidade do serviço, prevista no parágrafo segundo do artigo primeiro, sujeitará a empresa concessionária do serviço público responsável pela obra, depois de notificada para cumprir a obrigação, as seguintes penalidades:

I Advertência, para cumprir a obrigação no prazo assinalado nesta lei e multa equivalente a 1.500 UFM s.

II Multa, equivalente a 4.500 UFM s , no caso de desatender a advertência descrita no inciso I deste artigo, sem prejuízo da multas já aplicadas, dobradas, se decorridos 15 (quinze) dias da aplicação desta, sem a realização do conserto.

Artigo 5º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, num prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Ilhota, 05 de junho de 2013.
DANIEL CRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 021/2013

DECRETO N. 021/2013

Convoca a 1ª. Conferência Municipal de Cultura e dá outras providências

O Prefeito Daniel Christian Bosi, no exercício de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Portaria nº 33 de 16 de abril de 2013 do Ministério da Cultura,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a 1ª Conferência Municipal de Cultura, etapa preparatória da III Conferência Nacional de Cultura, a se realizar no dia 12 de julho de 2013 , na Associação Municipal dos Servidores Públicos de Ilhota, situado na Rua Manoel Felizardo de Souza, s/n - Missões, sob a coordenação da Fundação Municipal de Cultura.

Art. 2º - A1. Conferência Municipal de Cultura desenvolverá seus trabalhos a partir do tema "UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA", tendo por Eixos e Sub-Eixos a orientação da Portaria supracitada.

Parágrafo 1º - Observados os princípios e objetivos do Plano Nacional de Cultura, definidos na Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, os temas da 3ª Conferência Nacional de Cultura estarão alinhados com as diretrizes e metas do PNC e constituirão os seguintes eixos e sub-eixos temáticos:

I - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA - Foco: Impactos da Emenda Constitucional do SNC na organização da gestão cultural e na participação social nos três níveis de governo (União, Estados/Distrito Federal e Municípios).

1 - Marcos Legais, Participação e Controle Social e Funcionamento dos Sistemas Municipais, Estaduais/Distrito Federal e Setoriais de Cultura, de acordo com os Princípios Constitucionais do SNC;

2 - Qualificação da Gestão Cultural: Desenvolvimento e Implementação de Planos Territoriais e Setoriais de Cultura e Formação de Gestores, Governamentais e Não Governamentais, e Conselheiros de Cultura;

3 - Fortalecimento e Operacionalização dos Sistemas de Financiamento Público da Cultura: Orçamentos Públicos, Fundos de Cultura e Incentivos Fiscais;

4 - Sistemas de Informação Cultural e Governança Colaborativa.

II - PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL - Foco: O fortalecimento da produção artística e de bens simbólicos e da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, com atenção para a diversidade étnica e racial.

1 - Criação, Produção, preservação, intercâmbio e circulação de Bens Artísticos e Culturais;

2 - Educação e Formação Artística e Cultural;

3 - Democratização da Comunicação e Cultura Digital;

4 - Valorização do Patrimônio Cultural e Proteção aos Conhecimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais.

III - CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS - Foco: Garantia do pleno exercício dos direitos culturais e consolidação da cidadania, com atenção para a diversidade étnica e racial.

1 - Democratização e Ampliação do Acesso à Cultura e Descentralização da Rede de Equipamentos, Serviços e Espaços Culturais, em conformidade com as convenções e acordos internacionais;

2 - Diversidade Cultural, Acessibilidade e Tecnologias Sociais;

3 - Valorização e Fomento das Iniciativas Culturais Locais e Articulação em Rede;

4 - Formação para a Diversidade, Proteção e Salvaguarda do Direito à Memória e Identidades.

IV - CULTURA E DESENVOLVIMENTO - Foco: Economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

1 - Institucionalização de Territórios Criativos e Valorização do Patrimônio Cultural em Destinos Turísticos Brasileiros para o Desenvolvimento Local e Regional;

2 - Qualificação em Gestão, Fomento Financeiro e Promoção de Bens e Serviços Criativos Nacionais no Brasil e no Exterior;

3- Fomento à Criação/Produção, Difusão/Distribuição/Comercialização e Consumo/Fruição de Bens e Serviços Criativos, tendo como base as Dimensões (Econômica, Social, Ambiental e Cultural) da Sustentabilidade;

4 - Direitos Autorais e Conexos, Aperfeiçoamento dos Marcos Legais Existentes e Criação de Arcabouço Legal para a Dinamização da Economia Criativa Brasileira.

Art. 3º - A 1ª Conferência Municipal de Cultura será presidida pela Presidente do Conselho e, na sua ausência ou impedimento, pela Superintendente de Cultura

Art. 4º - A organização expedirá o regulamento da 1. Conferência Municipal de Cultura.

Parágrafo único - O regulamento irá dispor sobre a organização e o funcionamento da 1. Conferência Municipal de Cultura, inclusive sobre o processo de escolha de seus delegados.

Art. 5º - As despesas com a realização da 1ª Conferência Municipal de Cultura correrão por conta dos recursos orçamentários do Administração.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 12 de junho de 2013
DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Decreto PMI Nº 069.2013

DECRETO PMI Nº 069, de 11 de junho de 2013.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe no § 2º do Art. 4º e no Art. 33 da Lei nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanis da Silva, as fls.22, do Processo Administrativo nº 941/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo(categoria especial escolar) ao Senhor RONALDO SAMPAIO, inscrito no CPF sob o nº 828.186.149-53 e RG nº 2713543, , nos termos do Processo Administrativo nº 941/2013.

§ 1º A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo(categoria especial escolar), constante do caput do art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 11 de junho de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI Nº 020.2013

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 020, de 09 de maio de 2013.

Dispõe sobre prorrogação de prazo da Comissão de Sindicância e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; e

Considerando a solicitação do Presidente, objeto do Processo Administrativo nº 5092/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por igual período, o prazo estabelecido no Art. 3º da Portaria PMI/SEAGP nº 11 de 19 de março de 2013, para que a Comissão constituída apresente a Controladoria Geral, relatório dos trabalhos desenvolvidos e parecer conclusivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de maio de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI Nº 021.2013

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 021, de 15 de maio de 2013.

Dispõe sobre alteração de representante da Portaria PMI/SEAGP nº 074, de 11 de junho de 2012, que Dispõe sobre instauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, e

CONSIDERANDO o que dispõe o Processo Administrativo nº 1921/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável, o Sr. Eduardo dos Passos Nunes, presidente da Comissão de Sindicância, motivo atual secretário da pasta, pela Sra. Ana Paula Barcelos, Gerente de Gestão Pública.

Art. 2º Ficam ratificados os demais termos da Portaria n.º 074, de 11 de junho de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 15 de maio de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública



Programa de Gestão Tributária



RREO 1º Bim

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2013/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2013061310132000701953

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	73.360.590,21	73.360.590,21	11.727.241,86	15,99	11.727.241,86	15,99	61.633.348,35
2	RECEITAS CORRENTES	66.330.956,50	66.330.956,50	11.103.400,48	16,74	11.103.400,48	16,74	55.227.556,02
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	15.339.000,00	15.339.000,00	1.939.588,19	12,64	1.939.588,19	12,64	13.399.411,81
4	Impostos	13.505.000,00	13.505.000,00	1.696.838,92	12,56	1.696.838,92	12,56	11.808.161,08
5	Taxas	1.834.000,00	1.834.000,00	242.749,27	13,24	242.749,27	13,24	1.591.250,73
6	Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.500.000,00	1.500.000,00	305.832,48	20,39	305.832,48	20,39	1.194.167,52
8	Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	1.500.000,00	1.500.000,00	305.832,48	20,39	305.832,48	20,39	1.194.167,52
10	Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	RECEITA PATRIMONIAL	476.900,00	476.900,00	55.537,78	11,65	55.537,78	11,65	421.362,22
12	Receitas Imobiliárias	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
13	Receitas de Valores Mobiliários	436.900,00	436.900,00	55.537,78	12,71	55.537,78	12,71	381.362,22
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	46.712.056,50	46.712.056,50	8.296.799,32	17,76	8.296.799,32	17,76	38.415.257,18
30	Transferências Intergovernamentais	45.745.348,80	45.745.348,80	7.834.922,49	17,13	7.834.922,49	17,13	37.910.426,31
31	Transferências de Instituições Privadas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
32	Transferências do Exterior	956.707,70	956.707,70	461.876,83	48,28	461.876,83	48,28	494.830,87
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2013/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2013061310132000701953

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.258.000,00	2.258.000,00	505.642,71	22,39	505.642,71	22,39	1.752.357,29
37	Multas e Juros de Mora	1.048.000,00	1.048.000,00	250.485,37	23,90	250.485,37	23,90	797.514,63
38	Indenizações e Restituições	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
39	Receita da Dívida Ativa	1.150.000,00	1.150.000,00	249.908,57	21,73	249.908,57	21,73	900.091,43
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	50.000,00	50.000,00	5.248,77	10,50	5.248,77	10,50	44.751,23
42	RECEITAS DE CAPITAL	7.029.633,71	7.029.633,71	623.841,38	8,87	623.841,38	8,87	6.405.792,33
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	394.763,38	0,00	394.763,38	0,00	-394.763,38
44	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	394.763,38	0,00	394.763,38	0,00	-394.763,38
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
47	Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Alienação de Bens Imóveis	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.929.633,71	6.929.633,71	229.078,00	3,31	229.078,00	3,31	6.700.555,71
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	1.448.633,71	1.448.633,71	0,00	0,00	0,00	0,00	1.448.633,71
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	5.481.000,00	5.481.000,00	229.078,00	4,18	229.078,00	4,18	5.251.922,00
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	73.360.590,21	73.360.590,21	11.727.241,86	15,99	11.727.241,86	15,99	61.633.348,35
64	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2013/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2013061310132000701953

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

70	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	73.360.590,21	73.360.590,21	11.727.241,86	15,99	11.727.241,86	15,99	61.633.348,35
72	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
73	TOTAL (VII) = (V+VI)	73.360.590,21	73.360.590,21	11.727.241,86	15,99	11.727.241,86	-	-
74	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	0,00	-	-
75	Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	0,00	-	-
76	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
77	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	73.360.590,21	250.795,00	73.611.385,21	30.896.943,45	30.896.943,45	5.796.142,39	5.796.142,39	7,87	67.815.242,82
78	DESPESAS CORRENTES	59.183.411,97	-60.000,00	59.123.411,97	30.418.104,42	30.418.104,42	5.780.583,71	5.780.583,71	9,78	53.342.828,26
79	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.241.072,58	0,00	32.241.072,58	23.101.010,03	23.101.010,03	4.275.350,30	4.275.350,30	13,26	27.965.722,28
80	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.300.999,00	0,00	1.300.999,00	1.365,63	1.365,63	1.365,63	1.365,63	0,10	1.299.633,37
81	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.641.340,39	-60.000,00	25.581.340,39	7.315.728,76	7.315.728,76	1.503.867,78	1.503.867,78	5,88	24.077.472,61
82	DESPESAS DE CAPITAL	14.077.178,24	310.795,00	14.387.973,24	478.839,03	478.839,03	15.558,68	15.558,68	0,11	14.372.414,56
83	INVESTIMENTOS	11.077.178,24	310.795,00	11.387.973,24	125.374,04	125.374,04	14.565,61	14.565,61	0,13	11.373.407,63
84	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	353.464,99	353.464,99	993,07	993,07	0,03	2.999.006,93
86	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	0,00	100.000,00	-	-	-	-	-	-
87	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-
88	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	73.360.590,21	250.795,00	73.611.385,21	30.896.943,45	30.896.943,45	5.796.142,39	5.796.142,39	7,87	67.815.242,82
90	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Dívida Mobiliária - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Outras Dívidas - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	73.360.590,21	250.795,00	73.611.385,21	30.896.943,45	30.896.943,45	5.796.142,39	5.796.142,39	7,87	67.815.242,82
98	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	5.931.099,47	-	-
99	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	73.360.590,21	250.795,00	73.611.385,21	30.896.943,45	30.896.943,45	5.796.142,39	11.727.241,86	-	-

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2013/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2013061310132000701953

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
100	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	20/03/2013	MURAL

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: Departamento de Contabilidade

Nota:

IMBITUBA, 13/06/2013

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal de Imbituba

CPF.: 591.549.269-04

GEORGE WILIAM DOS SANTOS

CONTADOR

CRC.: 20.478

Ivan Vitório

Secretário da Fazenda

CPF.: 888.387.449-49

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2013/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2013061310132000701953

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (b)	% (b/total b)	%. (b/a)	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	73.360.590,21	73.611.385,21	30.896.943,45	30.896.943,45	5.796.142,39	5.796.142,39	100,00	7,87	67.815.242,82
2	00001	Legislativa	2.640.000,00	2.640.000,00	537.161,42	537.161,42	346.217,99	346.217,99	5,97	13,11	2.293.782,01
3	01031	Ação Legislativa	2.640.000,00	2.640.000,00	537.161,42	537.161,42	346.217,99	346.217,99	5,97	13,11	2.293.782,01
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	1.455.000,00	1.455.000,00	606.785,02	606.785,02	67.298,97	67.298,97	1,16	4,63	1.387.701,03
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	1.455.000,00	1.455.000,00	606.785,02	606.785,02	67.298,97	67.298,97	1,16	4,63	1.387.701,03
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	11.064.000,00	11.064.000,00	7.751.204,42	7.751.204,42	1.100.047,61	1.100.047,61	18,98	9,94	9.963.952,39
12	04121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	04122	Administração Geral	8.886.000,00	8.886.000,00	6.206.108,78	6.206.108,78	834.984,54	834.984,54	14,41	9,40	8.051.015,46
14	04123	Administração Financeira	1.993.000,00	1.993.000,00	1.398.095,64	1.398.095,64	254.962,24	254.962,24	4,40	12,79	1.738.037,76
15	04124	Controle Interno	185.000,00	185.000,00	147.000,00	147.000,00	10.100,83	10.100,83	0,17	5,46	174.899,17
16	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	00006	Segurança Pública	905.000,00	905.000,00	27.069,14	27.069,14	11.323,54	11.323,54	0,20	1,25	893.676,46
28	06181	Policimento	175.000,00	175.000,00	4.981,61	4.981,61	0,00	0,00	0,00	0,00	175.000,00
29	06182	Defesa Civil	730.000,00	730.000,00	22.087,53	22.087,53	11.323,54	11.323,54	0,20	1,55	718.676,46
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	Assistência Social	2.219.064,20	2.219.064,20	1.103.519,10	1.103.519,10	181.854,40	181.854,40	3,14	8,20	2.037.209,80
35	08241	Assistência ao Idoso	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	525.200,00	525.200,00	133.793,19	133.793,19	28.667,11	28.667,11	0,49	5,46	496.532,89
38	08244	Assistência Comunitária	328.900,00	328.900,00	873,00	873,00	0,00	0,00	0,00	0,00	328.900,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2013/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2013061310132000701953

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

39	08422	Direitos Individuais, Coletivos e Difuso	1.289.964,20	1.289.964,20	968.852,91	968.852,91	153.187,29	153.187,29	2,64	11,88	1.136.776,91
40	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	09272	Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	00010	Saúde	16.104.697,95	16.104.697,95	3.878.901,76	3.878.901,76	1.962.539,51	1.962.539,51	33,86	12,19	14.142.158,44
46	10301	Atenção Básica	10.940.381,81	10.940.381,81	2.979.286,07	2.979.286,07	1.422.221,42	1.422.221,42	24,54	13,00	9.518.160,39
47	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.918.117,94	3.918.117,94	823.148,57	823.148,57	523.797,08	523.797,08	9,04	13,37	3.394.320,86
48	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	579.198,20	579.198,20	24.224,27	24.224,27	4.218,52	4.218,52	0,07	0,73	574.979,68
49	10304	Vigilância Sanitária	667.000,00	667.000,00	52.242,85	52.242,85	12.302,49	12.302,49	0,21	1,84	654.697,51
50	10305	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	11333	Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	11334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
57	00012	Educação	19.598.341,41	19.598.341,41	11.516.508,15	11.516.508,15	1.286.844,53	1.286.844,53	22,20	6,57	18.311.496,88
58	12361	Ensino Fundamental	12.365.000,00	12.365.000,00	8.798.610,30	8.798.610,30	932.368,71	932.368,71	16,09	7,54	11.432.631,29
59	12362	Ensino Médio	510.000,00	510.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	510.000,00
60	12363	Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	12364	Ensino Superior	100.000,00	100.000,00	1.360,00	1.360,00	280,00	280,00	0,00	0,28	99.720,00
62	12365	Educação Infantil	4.943.633,71	4.943.633,71	2.716.537,85	2.716.537,85	354.195,82	354.195,82	6,11	7,16	4.589.437,89
63	12366	Educação de Jovens e Adultos	614.707,70	614.707,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	614.707,70
64	12367	Educação Especial	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
65	12306	Alimentação e Nutrição	1.045.000,00	1.045.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.045.000,00
66	00013	Cultura	75.000,00	75.000,00	44.106,84	44.106,84	3.015,48	3.015,48	0,05	4,02	71.984,52
67	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	13392	Difusão Cultural	25.000,00	25.000,00	1.597,00	1.597,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
69	13122	Administração Geral	50.000,00	50.000,00	42.509,84	42.509,84	3.015,48	3.015,48	0,05	6,03	46.984,52
70	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	00015	Urbanismo	7.888.700,00	8.139.495,00	1.823.272,22	1.823.272,22	220.565,25	220.565,25	3,81	2,71	7.918.929,75
75	15451	Infra-Estrutura Urbana	4.538.700,00	4.789.495,00	383.591,81	383.591,81	39.167,09	39.167,09	0,68	0,82	4.750.327,91
76	15452	Serviços Urbanos	2.350.000,00	2.350.000,00	574.819,84	574.819,84	75.903,21	75.903,21	1,31	3,23	2.274.096,79
77	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	15122	Administração Geral	1.000.000,00	1.000.000,00	864.860,57	864.860,57	105.494,95	105.494,95	1,82	10,55	894.505,05
79	00016	Habitação	320.000,00	320.000,00	6.310,00	6.310,00	200,00	200,00	0,00	0,06	319.800,00
80	16481	Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2013/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2013061310132000701953

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

81	16482	Habitação Urbana	230.000,00	230.000,00	400,00	400,00	200,00	200,00	0,00	0,09	229.800,00
82	16181	Policimento	90.000,00	90.000,00	5.910,00	5.910,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
83	00017	Saneamento	170.000,00	170.000,00	33.961,90	33.961,90	0,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00
84	17511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	17512	Saneamento Básico Urbano	170.000,00	170.000,00	33.961,90	33.961,90	0,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00
86	00018	Gestão Ambiental	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
87	18541	Preservação e Conservação Ambiental	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
88	18542	Controle Ambiental	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
89	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	00020	Agricultura	552.287,65	552.287,65	317.390,06	317.390,06	30.945,50	30.945,50	0,53	5,60	521.342,15
97	20601	Promoção da Produção Vegetal	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
98	20602	Promoção da Produção Animal	4.287,65	4.287,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.287,65
99	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	20605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	20606	Extensão Rural	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
103	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	20122	Administração Geral	505.000,00	505.000,00	317.390,06	317.390,06	30.945,50	30.945,50	0,53	6,13	474.054,50
105	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	00022	Indústria	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
109	22661	Promoção Industrial	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
110	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	00023	Comércio e Serviços	3.317.000,00	3.317.000,00	627.665,03	627.665,03	374.080,63	374.080,63	6,45	11,28	2.942.919,37
115	23691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	23695	Turismo	2.927.000,00	2.927.000,00	368.658,41	368.658,41	360.000,00	360.000,00	6,21	12,30	2.567.000,00
120	23122	Administração Geral	390.000,00	390.000,00	259.006,62	259.006,62	14.080,63	14.080,63	0,24	3,61	375.919,37
121	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2013/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2013061310132000701953

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

123	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	00025	Energia	1.500.000,00	1.500.000,00	1.480.000,00	1.480.000,00	74.147,15	74.147,15	1,28	4,94	1.425.852,85
125	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	25752	Energia Elétrica	1.500.000,00	1.500.000,00	1.480.000,00	1.480.000,00	74.147,15	74.147,15	1,28	4,94	1.425.852,85
127	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	26782	Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	00027	Desporto e Lazer	375.500,00	375.500,00	188.257,77	188.257,77	32.664,77	32.664,77	0,56	8,70	342.835,23
136	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	27812	Desporto Comunitário	110.500,00	110.500,00	4.600,00	4.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.500,00
138	27813	Lazer	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
139	27122	Administração Geral	225.000,00	225.000,00	183.657,77	183.657,77	32.664,77	32.664,77	0,56	14,52	192.335,23
140	00028	Encargos Especiais	4.900.999,00	4.900.999,00	954.830,62	954.830,62	104.397,06	104.397,06	1,80	2,13	4.796.601,94
141	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
142	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143	28843	Serviço da Dívida Interna	4.300.999,00	4.300.999,00	354.830,62	354.830,62	2.358,70	2.358,70	0,04	0,05	4.298.640,30
144	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
145	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
146	28846	Outros Encargos Especiais	600.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	102.038,36	102.038,36	1,76	17,01	497.961,64
147	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
149		RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	00001	Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	00004	Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	00008	Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	00010	Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	00012	Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	00013	Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2013/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

CVA: 2013061310132000701953

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

165	00015	Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	00016	Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
169	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	00020	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
173	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
174	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
175	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
176	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
177	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
178	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
179		TOTAL (III) = (I + II)	73.360.590,21	73.611.385,21	30.896.943,45	30.896.943,45	5.796.142,39	5.796.142,39	100,00	7,87	67.815.242,82

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: Departamento de Contabilidade

Nota:

IMBITUBA, 13/06/2013

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal de Imbituba

CPF.: 591.549.269-04

GEORGE WILIAM DOS SANTOS

CONTADOR

CRC.: 20.478

Ivan Vitório

Secretário da Fazenda

CPF.: 888.387.449-49

RREO 2º Bim

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

CVA: 2013061311141100702925

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	73.360.590,21	73.360.590,21	13.020.290,97	17,75	24.285.656,00	33,10	49.074.934,21
2	RECEITAS CORRENTES	66.330.956,50	66.330.956,50	12.955.030,09	19,53	23.596.553,74	35,57	42.734.402,76
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	15.339.000,00	15.339.000,00	4.077.870,71	26,58	6.017.458,90	39,23	9.321.541,10
4	Impostos	13.505.000,00	13.505.000,00	3.278.391,98	24,28	4.975.230,90	36,84	8.529.769,10
5	Taxas	1.834.000,00	1.834.000,00	799.478,73	43,59	1.042.228,00	56,83	791.772,00
6	Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.500.000,00	1.500.000,00	269.132,15	17,94	574.964,63	38,33	925.035,37
8	Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	1.500.000,00	1.500.000,00	269.132,15	17,94	574.964,63	38,33	925.035,37
10	Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	RECEITA PATRIMONIAL	476.900,00	476.900,00	263.449,88	55,24	318.987,66	66,89	157.912,34
12	Receitas Imobiliárias	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
13	Receitas de Valores Mobiliários	436.900,00	436.900,00	263.449,88	60,30	318.987,66	73,01	117.912,34
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	46.712.056,50	46.712.056,50	7.635.168,95	16,35	15.470.091,44	33,12	31.241.965,06
30	Transferências Intergovernamentais	45.745.348,80	45.745.348,80	7.635.168,95	16,69	15.470.091,44	33,82	30.275.257,36
31	Transferências de Instituições Privadas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
32	Transferências do Exterior	956.707,70	956.707,70	0,00	0,00	0,00	0,00	956.707,70
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

CVA: 2013061311141100702925

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.258.000,00	2.258.000,00	709.408,40	31,42	1.215.051,11	53,81	1.042.948,89
37	Multas e Juros de Mora	1.048.000,00	1.048.000,00	364.408,67	34,77	614.894,04	58,67	433.105,96
38	Indenizações e Restituições	10.000,00	10.000,00	8.275,50	82,76	8.275,50	82,76	1.724,50
39	Receita da Dívida Ativa	1.150.000,00	1.150.000,00	321.205,92	27,93	571.114,49	49,66	578.885,51
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	50.000,00	50.000,00	15.518,31	31,04	20.767,08	41,53	29.232,92
42	RECEITAS DE CAPITAL	7.029.633,71	7.029.633,71	65.260,88	0,93	689.102,26	9,80	6.340.531,45
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	19.479,88	0,00	414.243,26	0,00	-414.243,26
44	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	19.479,88	0,00	414.243,26	0,00	-414.243,26
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00	6.000,00	6,00	6.000,00	6,00	94.000,00
47	Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Alienação de Bens Imóveis	100.000,00	100.000,00	6.000,00	6,00	6.000,00	6,00	94.000,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.929.633,71	6.929.633,71	39.781,00	0,57	268.859,00	3,88	6.660.774,71
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	1.448.633,71	1.448.633,71	0,00	0,00	0,00	0,00	1.448.633,71
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	5.481.000,00	5.481.000,00	39.781,00	0,73	268.859,00	4,91	5.212.141,00
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	73.360.590,21	73.360.590,21	13.020.290,97	17,75	24.285.656,00	33,10	49.074.934,21
64	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

CVA: 2013061311141100702925

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

70	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	73.360.590,21	73.360.590,21	13.020.290,97	17,75	24.285.656,00	33,10	49.074.934,21
72	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
73	TOTAL (VII) = (V+VI)	73.360.590,21	73.360.590,21	13.020.290,97	17,75	24.285.656,00	-	-
74	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	400.000,00	-	-	370.080,75	-	-
75	Superávit Financeiro	-	400.000,00	-	-	370.080,75	-	-
76	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
77	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	73.360.590,21	982.815,92	74.343.406,13	10.256.610,53	41.153.553,98	9.653.681,75	15.449.824,14	20,78	58.893.581,99
78	DESPESAS CORRENTES	59.183.411,97	708.142,50	59.891.554,47	8.014.286,72	38.432.391,14	9.241.227,65	15.021.811,36	25,08	44.869.743,11
79	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.241.072,58	0,00	32.241.072,58	1.731.807,08	24.832.817,11	5.827.641,03	10.102.991,33	31,34	22.138.081,25
80	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.300.999,00	0,00	1.300.999,00	3.284,85	4.650,48	3.284,85	4.650,48	0,36	1.296.348,52
81	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.641.340,39	708.142,50	26.349.482,89	6.279.194,79	13.594.923,55	3.410.301,77	4.914.169,55	18,65	21.435.313,34
82	DESPESAS DE CAPITAL	14.077.178,24	274.673,42	14.351.851,66	2.242.323,81	2.721.162,84	412.454,10	428.012,78	2,98	13.923.838,88
83	INVESTIMENTOS	11.077.178,24	774.673,42	11.851.851,66	2.239.996,94	2.365.370,98	97.507,50	112.073,11	0,95	11.739.778,55
84	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.000.000,00	-500.000,00	2.500.000,00	2.326,87	355.791,86	314.946,60	315.939,67	12,64	2.184.060,33
86	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	0,00	100.000,00	-	-	-	-	-	-
87	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-
88	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	73.360.590,21	982.815,92	74.343.406,13	10.256.610,53	41.153.553,98	9.653.681,75	15.449.824,14	20,78	58.893.581,99
90	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Dívida Mobiliária - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Outras Dívidas - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	73.360.590,21	982.815,92	74.343.406,13	10.256.610,53	41.153.553,98	9.653.681,75	15.449.824,14	20,78	58.893.581,99
98	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	8.835.831,86	-	-
99	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	73.360.590,21	982.815,92	74.343.406,13	10.256.610,53	41.153.553,98	9.653.681,75	24.285.656,00	-	-

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2013/BIMESTRE MARÇO -ABRIL

CVA: 2013061311141100702925

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
100	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	20/05/2013	Mural

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: Departamento de Contabilidade

Nota:

IMBITUBA, 13/06/2013

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal de Imbituba

CPF.: 591.549.269-04

GEORGE WILIAM DOS SANTOS

CONTADOR

CRC.: SC/20.478

Ivan Vitório

Secretário da Fazenda

CPF.: 888.387.449-49

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2013/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

CVA: 2013061311141100702925

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (b)	% (b/total b)	%. (b/a)	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	73.360.590,21	74.343.406,13	10.256.610,53	41.153.553,98	9.653.681,75	15.449.824,14	100,00	20,78	58.893.581,99
2	00001	Legislativa	2.640.000,00	2.640.000,00	338.736,91	875.898,33	360.778,73	706.996,72	4,58	26,78	1.933.003,28
3	01031	Ação Legislativa	2.640.000,00	2.640.000,00	338.736,91	875.898,33	360.778,73	706.996,72	4,58	26,78	1.933.003,28
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	1.455.000,00	1.455.000,00	64.868,73	671.653,75	139.004,43	206.303,40	1,34	14,18	1.248.696,60
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	1.455.000,00	1.455.000,00	64.868,73	671.653,75	139.004,43	206.303,40	1,34	14,18	1.248.696,60
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	11.064.000,00	11.564.000,00	1.701.211,19	9.452.415,61	1.857.336,69	2.957.384,30	19,14	25,57	8.606.615,70
12	04121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	04122	Administração Geral	8.886.000,00	9.386.000,00	1.401.310,95	7.607.419,73	1.404.611,00	2.239.595,54	14,50	23,86	7.146.404,46
14	04123	Administração Financeira	1.993.000,00	1.993.000,00	295.012,35	1.693.107,99	419.608,24	674.570,48	4,37	33,85	1.318.429,52
15	04124	Controle Interno	185.000,00	185.000,00	4.887,89	151.887,89	33.117,45	43.218,28	0,28	23,36	141.781,72
16	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	00006	Segurança Pública	905.000,00	905.000,00	64.346,01	91.415,15	45.333,27	56.656,81	0,37	6,26	848.343,19
28	06181	Policimento	175.000,00	175.000,00	1.670,00	6.651,61	3.873,11	3.873,11	0,03	2,21	171.126,89
29	06182	Defesa Civil	730.000,00	730.000,00	62.676,01	84.763,54	41.460,16	52.783,70	0,34	7,23	677.216,30
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	Assistência Social	2.219.064,20	2.219.064,20	81.098,59	1.184.617,69	323.560,00	505.414,40	3,27	22,78	1.713.649,80
35	08241	Assistência ao Idoso	75.000,00	75.000,00	40,00	40,00	40,00	40,00	0,00	0,05	74.960,00
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	525.200,00	525.200,00	-17.631,29	116.161,90	43.886,55	72.553,66	0,47	13,81	452.646,34
38	08244	Assistência Comunitária	328.900,00	328.900,00	26.973,96	27.846,96	4.409,24	4.409,24	0,03	1,34	324.490,76

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2013/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

CVA: 2013061311141100702925

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

39	08422	Direitos Individuais, Coletivos e Difuso	1.289.964,20	1.289.964,20	71.715,92	1.040.568,83	275.224,21	428.411,50	2,77	33,21	861.552,70
40	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	09272	Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	00010	Saúde	16.104.697,95	16.104.697,95	2.284.460,65	6.163.362,41	2.317.318,88	4.279.858,39	27,70	26,58	11.824.839,56
46	10301	Atenção Básica	10.940.381,81	10.940.381,81	1.440.717,46	4.420.003,53	1.490.678,46	2.912.899,88	18,85	26,63	8.027.481,93
47	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.918.117,94	3.918.117,94	737.698,25	1.560.846,82	743.785,38	1.267.582,46	8,20	32,35	2.650.535,48
48	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	579.198,20	579.198,20	50.672,16	74.896,43	36.859,57	41.078,09	0,27	7,09	538.120,11
49	10304	Vigilância Sanitária	667.000,00	667.000,00	55.372,78	107.615,63	45.995,47	58.297,96	0,38	8,74	608.702,04
50	10305	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	11333	Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	11334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
57	00012	Educação	19.598.341,41	19.631.683,91	3.797.715,23	15.314.223,38	2.471.041,00	3.757.885,53	24,32	19,14	15.873.798,38
58	12361	Ensino Fundamental	12.365.000,00	12.353.000,00	805.488,71	9.604.099,01	1.798.851,29	2.731.220,00	17,68	22,11	9.621.780,00
59	12362	Ensino Médio	510.000,00	543.342,50	493.342,50	493.342,50	0,00	0,00	0,00	0,00	543.342,50
60	12363	Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	12364	Ensino Superior	100.000,00	100.000,00	57.139,88	58.499,88	7.600,00	7.880,00	0,05	7,88	92.120,00
62	12365	Educação Infantil	4.943.633,71	4.955.633,71	1.642.418,64	4.358.956,49	660.489,71	1.014.685,53	6,57	20,48	3.940.948,18
63	12366	Educação de Jovens e Adultos	614.707,70	614.707,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	614.707,70
64	12367	Educação Especial	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
65	12306	Alimentação e Nutrição	1.045.000,00	1.045.000,00	799.325,50	799.325,50	4.100,00	4.100,00	0,03	0,39	1.040.900,00
66	00013	Cultura	75.000,00	75.000,00	-4.536,71	39.570,13	29.099,43	32.114,91	0,21	42,82	42.885,09
67	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	13392	Difusão Cultural	25.000,00	25.000,00	0,00	1.597,00	1.597,00	1.597,00	0,01	6,39	23.403,00
69	13122	Administração Geral	50.000,00	50.000,00	-4.536,71	37.973,13	27.502,43	30.517,91	0,20	61,04	19.482,09
70	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	00015	Urbanismo	7.888.700,00	8.158.173,42	956.472,30	2.779.744,52	535.445,39	756.010,64	4,89	9,27	7.402.162,78
75	15451	Infra-Estrutura Urbana	4.538.700,00	4.808.173,42	390.495,67	774.087,48	124.507,67	163.674,76	1,06	3,40	4.644.498,66
76	15452	Serviços Urbanos	2.350.000,00	2.350.000,00	498.395,21	1.073.215,05	253.946,79	329.850,00	2,13	14,04	2.020.150,00
77	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	15122	Administração Geral	1.000.000,00	1.000.000,00	67.581,42	932.441,99	156.990,93	262.485,88	1,70	26,25	737.514,12
79	00016	Habitação	320.000,00	320.000,00	14.297,00	20.607,00	15.342,00	15.542,00	0,10	4,86	304.458,00
80	16481	Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2013/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

CVA: 2013061311141100702925

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

81	16482	Habitação Urbana	230.000,00	230.000,00	600,00	1.000,00	800,00	1.000,00	0,01	0,43	229.000,00
82	16181	Policciamento	90.000,00	90.000,00	13.697,00	19.607,00	14.542,00	14.542,00	0,09	16,16	75.458,00
83	00017	Saneamento	170.000,00	850.000,00	673.173,32	707.135,22	705.439,22	705.439,22	4,57	82,99	144.560,78
84	17511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	17512	Saneamento Básico Urbano	170.000,00	850.000,00	673.173,32	707.135,22	705.439,22	705.439,22	4,57	82,99	144.560,78
86	00018	Gestão Ambiental	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
87	18541	Preservação e Conservação Ambiental	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
88	18542	Controle Ambiental	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
89	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	00020	Agricultura	552.287,65	552.287,65	164.470,82	481.860,88	86.514,03	117.459,53	0,76	21,27	434.828,12
97	20601	Promoção da Produção Vegetal	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
98	20602	Promoção da Produção Animal	4.287,65	4.287,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.287,65
99	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	20605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	20606	Extensão Rural	30.000,00	30.000,00	29.820,00	29.820,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
103	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	20122	Administração Geral	505.000,00	505.000,00	134.650,82	452.040,88	86.514,03	117.459,53	0,76	23,26	387.540,47
105	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	00022	Indústria	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
109	22661	Promoção Industrial	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
110	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	00023	Comércio e Serviços	3.317.000,00	3.317.000,00	115.103,84	742.768,87	79.657,45	453.738,08	2,94	13,68	2.863.261,92
115	23691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	23695	Turismo	2.927.000,00	2.927.000,00	92.057,91	460.716,32	9.791,14	369.791,14	2,39	12,63	2.557.208,86
120	23122	Administração Geral	390.000,00	390.000,00	23.045,93	282.052,55	69.866,31	83.946,94	0,54	21,52	306.053,06
121	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-19

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2013/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

CVA: 2013061311141100702925

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

123	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	00025	Energia	1.500.000,00	1.500.000,00	-9.916,74	1.470.083,26	67.991,63	142.138,78	0,92	9,48	1.357.861,22
125	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	25752	Energia Elétrica	1.500.000,00	1.500.000,00	-9.916,74	1.470.083,26	67.991,63	142.138,78	0,92	9,48	1.357.861,22
127	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	26782	Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	00027	Desporto e Lazer	375.500,00	375.500,00	9.497,67	197.755,44	88.590,46	121.255,23	0,78	32,29	254.244,77
136	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	27812	Desporto Comunitário	110.500,00	110.500,00	2.500,00	7.100,00	7.100,00	7.100,00	0,05	6,43	103.400,00
138	27813	Lazer	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
139	27122	Administração Geral	225.000,00	225.000,00	6.997,67	190.655,44	81.490,46	114.155,23	0,74	50,74	110.844,77
140	00028	Encargos Especiais	4.900.999,00	4.400.999,00	5.611,72	960.442,34	531.229,14	635.626,20	4,11	14,44	3.765.372,80
141	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
142	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143	28843	Serviço da Dívida Interna	4.300.999,00	3.800.999,00	5.611,72	360.442,34	318.231,45	320.590,15	2,08	8,43	3.480.408,85
144	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
145	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
146	28846	Outros Encargos Especiais	600.000,00	600.000,00	0,00	600.000,00	212.997,69	315.036,05	2,04	52,51	284.963,95
147	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
149		RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	00001	Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	00004	Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	00008	Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	00010	Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	00012	Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	00013	Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2013/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

CVA: 2013061311141100702925

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

165	00015	Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	00016	Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
169	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	00020	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
173	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
174	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
175	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
176	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
177	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
178	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
179		TOTAL (III) = (I + II)	73.360.590,21	74.343.406,13	10.256.610,53	41.153.553,98	9.653.681,75	15.449.824,14	100,00	20,78	58.893.581,99

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: Departamento de Contabilidade

Nota:

IMBITUBA, 13/06/2013

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal de Imbituba

CPF.: 591.549.269-04

GEORGE WILIAM DOS SANTOS

CONTADOR

CRC.: SC/20.478

Ivan Vitório

Secretário da Fazenda

CPF.: 888.387.449-49

Ipumirim

PREFEITURA

Decreto N. 1.989 de 13 de Junho de 2.013

ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 112.566,70

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.706 de 19 de dezembro de 2.012 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.013 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e inciso II do § 4º e 730; do artigo 48 e 730; da Lei Municipal nº 1.703 de 14 de dezembro de 2.012, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.013 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I. Código reduzido 120, Projeto 2.003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.3.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN. ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 15.000,00.

II. Código reduzido 121, Projeto 2.060 - Gestão das Políticas e Ações do Desporto e Lazer Comunitário, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.3.0000, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 3 - Departamento Municipal de Esportes, no valor de R\$ 5.000,00.

III. Código reduzido 122, Projeto 2.050 - Gestão das Políticas e Ações da Agropecuária, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.3.0000, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 15.000,00.

IV. Código reduzido 123, Projeto 2.095 - Assistência Social Básica, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.3.0000, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 10.000,00.

V. Código reduzido 124, Projeto 2.063 - Gestão das Políticas e Ações de Desenvolvimento Urbano, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.3.0000, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 15.000,00.

VI. Código reduzido 34, Projeto 2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.3.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 22.566,70.

VII. Código reduzido 35, Projeto 2.071 - Gestão da Farmácia Básica e Suplementares, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.3.0000, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 30.000,00.

TOTAL GERAL R\$ 112.566,70

Art. 2º O crédito suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

I. Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0000, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 90.000,00

II. Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício

anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0002, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 22.566,70

TOTAL GERAL R\$ 112.566,70

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 13 de junho de 2.013.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 13 de junho de 2.013

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Decreto N. 1.990 de 13 de Junho de 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO NO VALOR DE R\$ 16.000,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso I do art. 34 da Lei 1.706 de 19 de dezembro de 2.012 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.012 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e § 5º do art. 4º da Lei Municipal nº 1.703 de 14 de dezembro de 2.012,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I. Código reduzido 93, Projeto 2.096 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 16.000,00.

TOTAL GERAL R\$ 16.000,00

Art. 2º O crédito suplementar constante do artigo anterior será aberto por conta da transposição de recursos das seguintes dotações orçamentárias:

I. Código reduzido 91, Projeto 2.096 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade, elemento 31710000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 11.300,00.

II. Código reduzido 92, Projeto 2.096 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade, elemento 33710000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 4.700,00.

TOTAL GERAL R\$ 16.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 13 de junho de 2013.

Ipumirim-SC, 13 de junho de 2013

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 309/2013 de 12 de Junho de 2013.

TRANSFERE SERVIDORA PUBLICA POR APOSENTADORIA PARA O QUADRO DE INATIVOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

TRANSFERE

IVETE DAL BELLO SRPICIGO, Matrícula 589-4 E 692-0 com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1559622 e do CPF sob o nº. 595.929.749-34, com nomeação para o cargo de Professora, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor "Latu Sensu", com proventos previstos no RGPS que concedeu Aposentadoria por Tempo de Contribuição, e atendido o disposto no §2º do artigo 69 da Lei Complementar 001/2002 que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ipumirim SC.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim - SC, 12 de Junho de 2.013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 305/2013 de 11 de Junho de 2013.

EXONERA SERVIDORA EFETIVA NO CARGO DE PROFESSORA POR APOSENTADORIA

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

IVETE DAL BELLO SPRICIGO, Matrícula 692-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1559622 e do CPF 595.929.749-34, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11 de junho de 2013.

Ipumirim - SC, 11 de junho de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 306/2013 de 11 de Junho de 2013.

EXONERA SERVIDORA EFETIVA NO CARGO DE PROFESSORA POR APOSENTADORIA

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

IVETE DAL BELLO SPRICIGO, Matrícula 589-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1559622 e do CPF 595.929.749-34, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros

do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11 de junho de 2013.

Ipumirim - SC, 11 de junho de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 307/2013 de 12 de Junho de 2013.

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO NO CARGO DE MOTO-RISTA A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MARLON FABIANO WEIMER, matrícula 2030-3, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 11/06/2012 a 10/06/2013 e gozo de 12/06/2013 a 11/07/2013 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 12/06/2013.

Ipumirim - SC, 12 de junho de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 308/2013 de 12 de Junho de 2013.

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO NO CARGO DE OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MARIO ROOS, matrícula 484-7, férias de 20 dias, relativas ao período aquisitivo de 27/01/2012 a 26/01/2013 e gozo de 12/06/2013 a 30/06/2013 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 12/06/2013.

Ipumirim - SC, 12 de junho de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Extratos das Atas de Reg. de Preços do PL 30, PP 14-Sêmem Bovino

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO 30/2013

O Município de Ipumirim faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade

com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2013, do PROCESSO Nº 30/2013, homologado aos 11 de junho de 2013, cujo objeto é: registro de preço para fornecimento de sêmen bovino e materiais, para atender o programa de melhoramento genético do rebanho leiteiro do Município de Ipumirim, com as características e quantidades constantes no anexo III do presente edital, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2013.30.7705 de 12 de junho de 2013

FORNECEDOR: SEMEX DO BRASIL LTDA, situada na RUA FRITZ SPERNAU, Nº 500, município de Blumenau-SC, inscrita no CNPJ sob n. 00.593.476/0001-83, representado pela Senhora MARIANE RAMBO, CPF: 034.272.279-44.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
5	Doses de sêmen raça Jersey	DS	3.000,00	SEMEX	12,00	36.000,00
Valor Total Registrado					36.000,00	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2013.30.8399 de 12 de junho de 2013

FORNECEDOR: ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA, situada na RUA MAXIMO PINHEIRO LIMA, Nº 59 - CASA 02, município de CURITIBA-PR, inscrita no CNPJ sob n. 07.385.007/0001-18 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 903.41917-24, representado pelo Senhor ALBERTO FRISCHMANN, CPF: 006.297.018-65.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	bainhas para inseminação artificial tipo francesa, pct/50	PCT	200,00	BOCI GAINE	9,50	1.900,00
4	Doses de sêmen raça holandesa	DS	3.000,00	ZODIAC	12,45	37.350,00
6	Doses de sêmen Gir Leiteiro	DS	600,00	JUTAI	11,35	6.810,00
8	Doses de sêmen para corte Raça RED ANGUS	DS	200,00	BIG WIND	11,45	2.290,00
Valor Total Registrado					48.350,00	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2013.30.8717 de 12 de junho de 2013

FORNECEDOR: NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, situada na AV. SENADOR SALGADO FILHO, Nº 3846, município de CURITIBA-PR, inscrita no CNPJ sob n. 85.093.524/0001-27 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 10.18.96.22-64, representado por SANDRO HENRIQUE BORELLA, CPF: 164.023.768-25.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	luvas plásticas descartáveis de 5 (cinco) dedos e cano longo	CX	300,00	NITRISE-MEM	5,35	1.605,00
3	NITRO-GÊNIO LÍQUIDO	L	1.000,00	NITRO-VET	1,20	1.200,00
Valor Total Registrado					2.805,00	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2013.30.8983 de 12 de junho de 2013

FORNECEDOR: EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP, situada na AVENIDA XV DE NOVEMBRO, Nº 790, município de PONTE SERRADA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 02.319.237/0001-65 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n.253.620.295, representado pelo Senhor SANDRO HILARIO PAVAN, CPF: 560.205.031-00.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
7	Doses de sêmen para bovino de corte da raça NELORE	DS	200,00	RIVELINO	6,00	1.200,00
Valor Total Registrado					1.200,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato de Homologação 31/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATORIO Nº. 31/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2013

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Papelaria São Bento Ltda- EPP, Luis Kaminski- ME, Papelaria Pavei e Soethe Ltda- ME.

Irineópolis, 12 de junho de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 85/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº 85/2013
Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis
Contratada: Cristofolini & Cristofolini Ltda.ME



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Objeto: Prestação de Serviços na manutenção das estradas do Município, com máquina própria Huber Warco 140M, conforme solicitado através do Ofício SMIF nº. 34/2013, pelo Sr. Virlei da Silva - Secretário Municipal da InfraEstrutura e deferido pelo Sr. Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal.

Valor: R\$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais).

Vigência: 12.06.2013 a 12.08.2013

Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 86/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 86/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado: Luis Kaminski- ME

Objeto: Aquisição de materiais didáticos para o EJA- Ensino Fundamental Para Jovens e Adultos, com entrega parcelada..

Valor: R\$ 1.623,90(um mil, seiscentos e vinte e três reais e noventa centavos).

Vigência: 12/06/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 31/2013 - Pregão Presencial 14/2013.

Lei 8.666/93 e 10.520/02

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 87/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 87/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado: Papelaria Pavei e Soethe Ltda- ME

Objeto: Aquisição de materiais didáticos para o EJA- Ensino Fundamental Para Jovens e Adultos, com entrega parcelada..

Valor: R\$ 2.697,50(dois mil, seiscentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

Vigência: 12/06/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 31/2013 - Pregão Presencial 14/2013.

Lei 8.666/93 e 10.520/02

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 88/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 88/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado: Papelaria São Bento Ltda-EPP

Objeto: Aquisição de materiais didáticos para o EJA- Ensino Fundamental Para Jovens e Adultos, com entrega parcelada..

Valor: R\$ 1.994,79(um mil, novecentos e noventa e quatro reais e setenta e nove centavos).

Vigência: 12/06/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 31/2013 - Pregão Presencial 14/2013.

Lei 8.666/93 e 10.520/02

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Resultado de Licitação

Resultado de Licitação

Processo Licitatório nº 17/2013 - Pregão Eletrônico nº 14/2013. Objeto: Registro de Preços para seleção de propostas, visando o fornecimento de prestação de serviços de hospedagem, alimentação e transporte de pacientes do Município de Itaiópolis em tratamento especializado no Hospital Angelina Caron, de Campina Grande do Sul/PR, previamente autorizados através da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis, sendo que a prestadora de serviços deverá estar localizada em um raio de até 1.200 metros do Hospital Angelina Caron. Empresa vencedora: Minéia Scariot Bruske - ME, valor R\$ 37.700,00; Validade: 12/06/2014.

Itaiópolis, 13/06/2013.

JUCEMARA SCHMITZ

Secretária Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

Decreto Nº 105, de 12 de Junho de 2013

DECRETO Nº 105, DE 12 DE JUNHO DE 2013.

Nomeia os membros do Conselho de Alimentação Escolar do Município de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.950 de 22 de Janeiro de 2001, Lei Municipal nº 2.563, de 15 de setembro de 2009 e Resolução Federal nº 38, de 16 de julho de 2009;

Decreta :

Art. 1º Ficam com o presente Decreto nomeados os membros do Conselho de Alimentação Escolar do Município de Itapiranga conforme segue:

I - um representante indicado pelo Poder Executivo:

Clenice dos Santos Becker - titular,

Elaine Kummer Mueller - suplente;

II - dois representantes dentre as entidades de docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação:

Neiva Maria Panozzo Weigsding e Vera Lúcia Panisson - titulares, Anísia Loewenstein Spies e Genoir Weber - suplentes;

III - dois representantes de pais de alunos:

Litéria Inês Backes Mallmann e Karine Ritter Gützmann Berwanger - titulares,

Ana Beatriz Follmann Wermuth e Ivete Lúcia Reckziegel Kessler - suplentes;

IV - dois representantes indicados por entidades civis organizadas:

Jacó Van Riel e Eusébio Anuar Tavares Filho - titulares,

Celiomar Crestani e Alberto Lengert - suplentes.

Parágrafo único. Esta nomeação não conta ônus aos cofres

públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal nº 161, de 18 de outubro de 2010.

ITAPIRANGA - SC., 12 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

Decreto Nº 103, de 11 de Junho de 2013.

DECRETO Nº 103, DE 11 DE JUNHO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta do "Superávit Financeiro" verificado no exercício anterior e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.803, de 4 de dezembro de 2012:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional complementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta do "Superávit Financeiro" verificado no exercício anterior, na seguinte fonte de recurso: 151 - Recursos Tesouro do Exercício Anterior - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 2.308,50 (dois mil trezentos e cinco reais e cinquenta centavos):

13.01 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
16.482.0077.1004 - Construção e reforma de casas populares
33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
R\$ 2.308,50

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 11 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

Decreto Nº 104, de 12 de Junho de 2013.

DECRETO Nº 104, DE 12 DE JUNHO DE 2013.

Convoca a II Conferência Municipal de Cultura do Município de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, através do Departamento Cultural da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

Considerando a necessidade da discussão e elaboração de diretrizes para políticas culturais a serem desenvolvidas no Município de Itapiranga, bem como a escolha de delegados e propostas para a Conferência Estadual de Cultura;

Decreta:

Art. 1º Fica convocada a II Conferência de Cultura do Município de Itapiranga, a ser realizada no dia 3 de julho de 2013, na comunidade Kolping, sita à Rua São José, nesta cidade de Itapiranga - SC, no período das 19h00min às 22h00min, com o seguinte tema: UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA, na organização da gestão e no desenvolvimento da cultura brasileira.

§ 1º A Conferência visa incentivar o movimento cultural, promovendo a troca de experiências para a continuidade da política cultural para o município de Itapiranga.

§ 2º O Público alvo da Conferência são os agentes de cultura, grupos culturais, entidades de serviços, professores e demais interessados na cultura do município de Itapiranga.

Art. 2º A Conferência da Cultura terá a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, através do Departamento Cultural.

Art. 3º Com o objetivo de estabelecer os princípios e metas para a cultura do Município de Itapiranga, a II Conferência Municipal da Cultura será realizada com a seguinte programação:

I. cerimônia de abertura;

II. palestra "Uma política para a cultura: desafios do sistema municipal de cultura";

III. intervalo;

IV. grupos de trabalhos divididos conforme eixos temáticos para discutir, formular e deliberar sobre as propostas apresentadas;

V. indicação de delegados para participar da Conferência Estadual de Cultura;

VI. plenária com apresentação e entrega dos relatórios dos grupos de trabalho com as propostas para os eixos temáticos;

VII. encerramento da II Conferência Municipal de Cultura de Itapiranga.

Art. 4º As despesas decorrentes do presente Decreto, correrão à conta do orçamento vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 12 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

Itapoá

IPESI

Portaria de Aposentadoria 661/2013

PORTARIA N.º 661/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício de APOSENTADORIA Compulsória ao servidor JOÃO MANOEL PEREIRA"

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ - IPESI, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 40, § 1º, inciso II da Constituição Federal de 1988 redação da EC

41/2003, combinado com Art. 21 da Lei Complementar Municipal nº 011/2005 de 05 de dezembro de 2005 que rege a previdência municipal, Lei Municipal nº 076/2001, que dispõe sobre estatuto do servidor público do município e Lei Municipal 155/2003, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimento, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Compulsória ao servidor Sr. João Manoel Pereira, efetivo no cargo de Motorista nível III referência "F", lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos proporcionais conforme processo administrativo do IPESI nº 2013.01.0001P, a partir de 11 de abril de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 11 de abril de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 13 de junho de 2013.
IARA CRISTINE DE OLIVEIRA HOEPFNER
Diretora Executiva

Decreto Municipal 1738/2013

Homologo: SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Lei Nº 4.344 de 07 de Junho de 2013.

LEI Nº 4.344 DE 07 DE JUNHO DE 2013.
DENOMINA CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RITA MARIA COSTENARO PETRY, QUE ESPECIFICA

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º. Fica denominada Centro de Educação Infantil Rita Maria Costenaro Petry àquela localizada no Bairro Armino de Medeiros Haro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 07 de junho de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Decreto Nº 4.321 de 11 de Junho de 2013.

DECRETO Nº 4.321 DE 11 DE JUNHO DE 2013.
Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 16 da Lei Municipal 4.290 de 21/12/12 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por LEI;
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 286.000,00 (duzentos e oitenta e seis mil reais), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao

Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos oriundos do PMAQ, no Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.010 - BLATB - MANUTENCAO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.064.0
Valor: R\$ 203.500,00

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.104 - MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL - PAB VARIÁVEL
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.064.0
Valor: R\$ 36.500,00

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.105 - MANUT. PROGR AGENTES COMUNIT. SAÚDE - PAB VARIÁVEL
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.064.0
Valor: R\$ 46.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 11 de junho de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Decreto Nº 4.322 de 11 de Junho de 2013

DECRETO Nº 4.322 DE 11 DE JUNHO DE 2013
DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO - FUNDEB, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba-SC, no uso de atribuições que lhe são conferidas por LEI,
DECRETA:

Art 1º A representatividade de Pais e Alunos da Educação Básica Pública Municipal junto ao Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, nomeado pelo Decreto nº 3.975/11, passa a vigorar com a seguinte composição:

REPRESENTANTE DE PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL
Valdirene Fernandes da Silva - Titular
Armélindo Darold - Suplente

Ivanete Flâmia - Titular
Arnildo Kremer - Suplente

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 11 de junho de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Decreto Nº 4.324 de 12 de Junho de 2013.

DECRETO Nº 4.324 DE 12 DE JUNHO DE 2013.

"NOMEIA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI, NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.616/99, Decretos nº 2.050 e nº 2.051/2001 e a Lei Federal nº 9.503 de 23.09.1997,
DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI, com atuação no Município de Joaçaba(SC), órgão responsável pelo julgamento de recursos provenientes de infrações de trânsito ocorridas no território do Município de Joaçaba(SC), que funcionará junto ao Departamento de Trânsito Municipal, constituída pelos seguintes membros:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

CÁSSIO CECCONELLO - Titular

VANIA BRANDALIZE - Suplente

REPRESENTANTES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

JORGE LUIZ HAACK - Presidente

JAISON STRAPASSOLA - Suplente

REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE JOAÇABA

ZENO VIER - Titular

ADEMAR AUGUSTO JAPÃO BELOTO - Suplente

SECRETÁRIO EXECUTIVO

SALETE FALLGATER

SECRETÁRIO GERAL

EDSON LUIZ MOOSHAMMER

Art. 2º Os serviços prestados pela Junta ora nomeada, farão jus à remuneração prevista na Lei nº 2.780 de 14 de dezembro de 2001.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 12 de junho de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Resolução Nº 005 //2013-CMAS-Jba

Resolução Nº 005 //2013-CMAS-JBA

Aprovar o cofinanciamento de Benefícios Eventuais do - Fundo Estadual de Assistência Social - Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação para o FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social - Secretaria Municipal de Assistência Social - Prefeitura de Joaçaba.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, pela Lei 2.340, de 22 de março de 1996 e de acordo com a Reunião Ordinária do dia 08 de maio de 2013 do Conselho Municipal de Assistência Social.

Considerando a Resolução da CIB/SC nº 09 de 27 de março de 2013, que pactuou o repasse de recursos para cofinanciamento de Benefícios Eventuais para os municípios catarinenses;

RESOLVE:

Art. 1º - Ratificar que o valor do cofinanciamento estadual através do FEAS/SC para os Benefícios Eventuais será de R\$ 5.711,01 que serão aplicados nos Benefícios Eventuais: benefício natalidade,

funeral, cestas básicas, fotos 3X4 para documentação, passagens, passes de ônibus e leite, definidos na Lei Municipal nº 4.202 de 2011 e regulamentados por decreto.

Art. 2º- A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 08 de maio de 2013.

DORVALINA LANGE

Presidente CMAS-Joaçaba

Resolução Nº: 006/CMAS-Jba/12

Resolução Nº: 006/CMAS-JBA/12

Analisa e aprova o Plano de Ação 2013 para Co-financiamento do Governo Federal do Sistema Único da Assistência Social - SUAS - ao FMAS de Joaçaba/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, pela Lei 2.340, de 22 de março de 1996 e de acordo com a deliberação da Reunião Ordinária do Conselho, realizada em 08 de maio de 2013.

CONSIDERANDO:

As portarias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS - abaixo relacionadas, que serviram de orientação para a análise do Plano de Ação:

Portaria MDS/GM nº 754 de 20 de outubro de 2010,

Portaria 442 de 26 de agosto de 2005,

Portaria 288 de 02 de setembro de 2009,

Portaria 404 de 03 de dezembro de 2009,

Portaria 848 de 28 de dezembro de 2010,

Portaria 431/2008; 730/2010; 440/2005; 460/2007; 843/2010 parte 1 e 2,

Portaria 07/2012 e,

A Lei 12.435/2011.

Que o Plano de Ação é um instrumento eletrônico de planejamento utilizado pela SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social - para lançamento e validação anual das informações necessárias ao início ou à continuidade da transferência regular e automática dos recursos do co-financiamento federal dos serviços socioassistenciais de proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade.

Que os recursos são utilizados nos serviços socioassistenciais do Município de Joaçaba nos Pisos de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Analisar como favorável e aprovar o Plano de Ação 2013 para co-financiamento do Governo Federal do Sistema Único da Assistência Social - SUAS - ao Fundo Municipal de Assistência Social de Joaçaba/SC.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 08 de maio de 2013.

DORVALINA LANGE

Presidente CMAS - Joaçaba/SC

Resolução Nº: 007/CMAS-Jba/13

Resolução Nº: 007/CMAS-JBA/13

Analisa e aprova a Adesão ao Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho- acessuas Trabalho.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, pela Lei Municipal 2.340, de 22 de março de 1996 e de acordo com a deliberação da Reunião Ordinária do Conselho, realizada em 27 de maio de 2013.

CONSIDERANDO:

A Resolução do CNAS nº 109/2009 - Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
A NOB/SUAS 2005;
A Resolução do CNAS nº 05 de 13 de março de 2013

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Adesão ao programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - Acessuas Trabalho.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 27 de maio de 2013.

DORVALINA LANGE

Presidente CMAS - Joaçaba/SC

Extrato PL 60/2013/PMJ - CC 2/2013/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2013/PMJ

CONCORRÊNCIA Nº 2/2013/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para as obras de complementação do prédio do Novo Terminal Rodoviário, localizado às margens da BR 282, Km 388, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, neste Município. Forma de Julgamento: Menor Preço Global Data da abertura: Dia 22/07/2013, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14h30min, do dia 22/07/2013 no Setor de Protocolo da Prefeitura. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, situada na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 12 de junho de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

SIMAE

Portaria JHL 101/13

PORTARIA SIMAE JHL - Nº 101/2013 DE 11/06/2013

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º) DESIGNAR em atendimento ao artigo 4 da Instrução Normativa N.TC-14/2012 a servidora Patricia Callegari Warken como responsável pela realização de despesas de viagem sob o regime de adiantamento.

Art. 2º) Esta Portaria entrará em vigor a partir de 11 de Junho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 11 de junho de 2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI/Diretora Presidente

Portaria JHL 104/13

PORTARIA SIMAE JHL - Nº 104/2013 DE 12/06/2013

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º) DESIGNAR os servidores Aluir Flemming, Eliane Aparecida Ceron Vier, João Carlos Ungericht e Patricia Callegari Warken, para sob a Presidência do primeiro, constituírem a Comissão incumbida de proceder a vistoria, avaliação e exame de melhor destinação, no caso de vendas, destruição e ou incineração dos bens arrolados pelo Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio no exercício de 2013.

Art. 2º) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

Joaçaba-SC, 12 de junho de 2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI/Diretora Presidente

Contrato JHL 0052/2013

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0052/2013

PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0015/2013

PROCESSO LICITATÓRIO 0019/2013

PROTOCOLO JHL 0984/2013

Data: 11/06/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES EM PVC PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2013.

Contratado: CONEXÕES ESPECIAIS LTDA ME

Valor do Contrato: R\$ 16.795,80 (Dezesseis mil setecentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos).

Programa/atividade - 14.01.1.051

Elemento - 4.4.90.51.99

Prazo de vigência: 11/06/2013 a 13/08/2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

Contrato JHL 0053/2013

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0053/2013

PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0015/2013

PROCESSO LICITATÓRIO 0019/2013

PROTOCOLO JHL 0984/2013

Data: 11/06/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE CONEXÕES EM PVC PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2013.

Contratado: DOAL PLASTIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Valor do Contrato: R\$ 740,00 (Setecentos e quarenta reais).

Programa/atividade - 14.01.1.051

Elemento - 4.4.90.51.99

Prazo de vigência: 11/06/2013 a 13/08/2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Contrato JHL 0054/2013

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0054/2013
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0015/2013
PROCESSO LICITATÓRIO 0019/2013
PROTOCOLO JHL 0984/2013
Data: 11/06/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES EM PVC PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2013.
Contratado: MEXICHEM INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PLÁSTICA LTDA
Valor do Contrato: R\$ 18.464,60 (Dezoito mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos).
Programa/atividade - 14.01.1.051
Elemento - 4.4.90.51.99
Prazo de vigência: 11/06/2013 a 13/08/2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Contrato JHL 0055/2013

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0055/2013
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0015/2013
PROCESSO LICITATÓRIO 0019/2013
PROTOCOLO JHL 0984/2013
Data: 11/06/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES EM PVC PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2013.
Contratado: POLIERG INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Valor do Contrato: R\$ 3.425,00 (Três mil quatrocentos e vinte e cinco reais).
Programa/atividade - 14.01.1.051
Elemento - 4.4.90.51.99
Prazo de vigência: 11/06/2013 a 13/08/2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Contrato JHL 0056/2013

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0056/2013
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0015/2013
PROCESSO LICITATÓRIO 0019/2013
PROTOCOLO JHL 0984/2013
Data: 11/06/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES EM PVC PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2013.
Contratado: TIGRE S/A TUBOS E CONEXÕES
Valor do Contrato: R\$ 18.007,30 (Dezoito mil e sete reais e trinta centavos).
Programa/atividade - 14.01.1.051
Elemento - 4.4.90.51.99
Prazo de vigência: 11/06/2013 a 13/08/2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Lages

PREFEITURA

Extrato de Contrato 100/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 100/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: DANIEL SILVA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no RECANTO DO PINHÃO, dia 18 de Maio de 2013, às 09.30 hs, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 121/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 121/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: MARCELO CARLOS MACHADO, inscrito no CPF sob n.º 998.460.209-53, residente e domiciliado em São Miguel do Oeste/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de 400 Lixeiras de 50 litros para Diversas Avenidas, Ruas e Praças do Município de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 104/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

09/05/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 122/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 122/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: DEDETIZADORA BARROS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 86.838.547/0001-86, com sede à Rua Álvaro Nery dos Santos n.º 223 - Lages/SC - cep:88.511-300 - fone:32233719.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para realização dos Serviços de Limpeza de Fossas Sépticas e Caixas de Passagem dos complexos e outros, das Unidades da Secretaria Municipal da Saúde em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

09/05/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 12.360,00 (doze mil e trezentos e sessenta reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 123/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 123/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: LAGETUR LAGES TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 77.886.935/0001-41, com sede à Rua Frei Rogerio n.º 20 - Lages/SC - cep: 88.502-160.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Agenciadora para Fornecimento de Passagens Rodoviárias Intermunicipais e Interestaduais em Ônibus convencional, para funcionários, indigentes, professores e outros, para todas as Secretarias Municipais, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº102/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

09/05/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 243.063,00 (duzentos e quarenta e três mil e sessenta e três reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 124/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 124/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.197.277/0001-83, com sede à Rua Aracy Paim, n.º 19 - Lages/SC - cep: 88.512-680.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Aquisição de gêneros alimentícios em caráter emergencial para consumo nas Unidades Escolares da Rede Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

09/05/2013 à 09/08/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 68.689,10 (sessenta e oito mil seiscentos e oitenta e nove reais e dez centavos).

Lages, SC, 10 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 125/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 125/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: GIZELE REGINA DA SILVA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 13.839.796/0001-12, estabelecida à Rua Pedro Neri Schwindenn n.º 487 - Santo Amaro da Imperatriz/SC - cep: 88.140-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Aquisição de gêneros alimentícios em caráter emergencial para consumo nas Unidades Escolares da Rede Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

09/05/2013 à 09/08/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 118.439,60 (cento e dezoito mil e quatrocentos e trinta e nove reais e sessenta centavos).

Lages, SC, 10 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 126/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 126/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 02.678.428/0001-13, com sede à Av. General Osório n.º 1087 - D - Chapecó/SC - cep: 89.802-212.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para fornecimento de pneus para uso nos Veículos da Frota da PML, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

09/05/2013 à 31/07/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 5.364,00 (cinco mil, trezentos e sessenta e quatro reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 127/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 128/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: MADEIREIRA FONTANA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 83.216.598/0001-88, estabelecida à Rua Engenheiro Paulo Ribeiro n.º 505 - Lages/SC - cep: 88.514-010.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Madeiras para a Secretaria de Infraestrutura, para uso em Construção e Recuperação de Pontes e Passarelas em diversos locais do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

09/05/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 128/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 128/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: IRMÃOS VEDANA & CIA LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 84.933.894/0001-62, com sede à Av. 1º de Maio n.º 96 - Lages/SC - cep: 88.509-510 - fone: 32232488.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para fornecimento de madeiras para consumo da Secretaria de Obras do município de Lages, SC, em conformidade com as especificações do Termo de Referência do Edital e na autorização de fornecimento n.º 106/2012, em anexo que passam a fazer parte integrante deste termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

26/03/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 144.579,00 (cento e quarenta e quatro mil e quinhentos e setenta e nove reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 129/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 129/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA MADEIREIRA EVALDINO PEREIRA DE FREITAS, O TEIXEIRA, inscrita no CNPJ sob n.º 80.065.188/0001-95, com sede à Rua Antonio Waltrick n.º 110 - Lages/SC - cep: 88.512-030.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Madeiras para a Secretaria de Infraestrutura, para uso em Construção e Recuperação de Pontes e Passarelas em diversos locais do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

26/03/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 130/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 130/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: ECOBAN BANHEIROS QUIMICOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.158.348/0001-86, com sede à Rua Coronel Arthur Pereira n.º 130 - Lages/SC - cep: 89.600-000, fone: 49-33231065.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Locação, Instalação e Manutenção de Pirâmides e Tendas, para a Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, para uso em eventos a serem realizados no Município de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 107/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

09/05/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 131/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 131/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: EUCLIDES MECABO - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.675.291/0001-07, com sede à Rua Matheus Junqueira n.º 629 - Lages/SC - cep: 88.504-130 - fone: 32277198.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Locação, Instalação e Manutenção de Pirâmides e Tendas, para a Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, para uso em eventos a serem realizados no Município de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 106/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

09/05/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 132/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 132/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: RODRIGO RAFAEL RODRIGUES & CIA LTDA, CNPJ n.º 07.536.688/0001-78, estabelecida à Av. Marechal Floriano, 110, em Lages/SC - cep: 88.500-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para uso na Manutenção da Limpeza Pública, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 112/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

13/05/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 58.050,00 (cinquenta e oito mil e cinquenta reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 133/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 133/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: DOMINGOS SOARES NETO - ME, CNPJ n.º 08.811.393/0001-25, estabelecida à Rua Gustavo Lebon Regis n.º 260, em Lages/SC - cep: 88.504-225.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para uso na Manutenção da Limpeza Pública, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 111/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

13/05/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)
R\$ 21.521,40 (vinte e um mil e quinhentos e vinte e um reais e quarenta centavos).

Lages, SC, 10 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 134/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 134/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME, CNPJ n.º 13.965.228/0001-68, estabelecida à Av. 24 de Dezembro, 1162 - Bom Retiro/SC - cep: 88.680-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para uso na Manutenção da Limpeza Pública, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 109/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

13/05/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 47.986,00 (quarenta e sete mil e novecentos e oitenta e seis reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 135/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 135/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CELIA REGINA W. SANI - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 04.195.853/0001-87, com sede à Av. Beira Rio n.º 730 - Alfredo Wagner/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para uso na Manutenção da Limpeza Pública, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 110/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

13/05/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 1.992,30 (hum mil e novecentos e noventa e dois reais e trinta centavos).

Lages, SC, 10 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 136/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 136/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: FK ASSESSORIA EM RECURSOS HUMANOS LTDA,

inscrito no CNPJ sob n.º 05.942.401/0001-84, com sede à Av. Brasil, 205 - Blumenau/SC - CEP: 89.050-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Assessoramento e/ou Consultoria em Recursos Humanos para realizar Auditoria na folha de pagamento de pessoal da Administração Direta do Poder Executivo do município e nas Entidades Autárquicas, Fundacionais e da Administração Indireta, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Doze meses da data da assinatura do contrato.

R\$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 137/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 137/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: SINACOM INDÚSTRIA E COMERCIO DE SINALIZAÇÃO VIARIA LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 10.657.917/0001-17, com sede à Rua Julio Schlupp, 767, Bairro Bela Aliança em Rio do Sul/S - cep: 89.160-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de sinalização para uso na Implantação de um semáforo no cruzamento da Rua Hercílio Granzotto com a Av. Luiz de Camões, nesta cidade de Lages, SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

13/05/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 20.300,00 (vinte mil e trezentos reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 138/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 138/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: PROSUL - PROJETOS, SUPERVISÃO E PLANEJAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 80.996.861/0001-00, com sede à Rua Saldanha Marinho n.º 116 - 3º andar Ed. Liberal Center, Florianópolis/SC - cep: 88.010-450.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O CEDENTE cederá ao CESSIONÁRIO o(s) seguinte(s) bem(ns) adquiridos com recursos provenientes da União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, na qualidade de Compromitente repassadora dos recursos, representada pela Caixa Econômica Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Trinta e seis meses da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

Gratuito

Lages, SC, 10 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 139/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 139/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CENTRALIZA SERVICE VEICULOS LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 82.960.188/0001-84, com sede à Av. Presidente Vargas, 751 - Lages/SC - cep: 88.508-110.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de dois veículos sedans zero Km, ano/modelo 2013, destinados ao transporte de passageiros, para uso de representação municipal, motor de no mínimo 140/143 CV, com 1997 cilindradas, combustível gasolina/álcool, com capacidade 05(cinco) passageiros,

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

17/05/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 7.380,00 (sete mil e trezentos e oitenta reais) mensais.

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 140/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 140/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: BETEL SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉREOS LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 04.560.191/0001-05, com sede à Rua Campo Salles, 784 - São Jose do Rio Preto/SP/SP - cep: 15.025-600.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Manutenção Elétrica Eletrônica a Nível Técnico de Campo e de Bancada nos Equipamentos de Rádio Comunicação e Meteorologia, Localizados no Aeroporto Federal Antônio Correia Pinto de Macedo, Bairro Guarujá, nesta cidade, para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

17/05/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 7.000,00 (sete mil reais) por mês.

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 141/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 141/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.208.387/0001-88, com sede à Praça Vidal Ramos Sênior n.º 86 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Construção e Madeiras para a Secretaria Municipal de Habitação, para uso em Construções e Reformas de Casas em diversos Bairros do Município, em conformidade com as especificações prescritas no AnexoII - Termo de Referência/

Planilha Orçamentária, parte integrante do Edital Correlato e auto-rização de fornecimento nº 118/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

17/05/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 33.706,00 (trinta e três mil e setecentos e seis reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 142/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 142/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: ELOI DARTORA DE SOUZA JUNIOR - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 07.025.399/0001-04, com sede à Rua Valdomiro Koeche n.º 60 - Lages/SC - cep: 88.520-450 - fone: 32247216.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Construção e Madeiras para a Secretaria Municipal de Habitação, para uso em Construções e Reformas de Casas em diversos Bairros do Município, em conformidade com as especificações prescritas no AnexoII - Termo de Referência/ Planilha Orçamentária, parte integrante do Edital Correlato e auto-rização de fornecimento nº 117/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

17/05/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 77.700,00 (setenta e três mil e setecentos reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 143/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 143/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: MADEIREIRA FONTANA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 83.216.598/0001-88, estabelecida à Rua Engenheiro Paulo Ribeiro n.º 505 - Lages/SC - cep: 88.514-010.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Construção e Madeiras para a Secretaria Municipal de Habitação, para uso em Construções e Reformas de Casas em diversos Bairros do Município, em conformidade com as especificações prescritas no AnexoII - Termo de Referência/ Planilha Orçamentária, parte integrante do Edital Correlato e auto-rização de fornecimento nº 116/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

17/05/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 100.799,99 (cem mil e setecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 144/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 144/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: FNL CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 05.150.405/0001-20, com sede à Rua Rui Barbosa n.º 63, salas 4/5 - Lages/SC - cep: 88.501-170.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Contratação de Empresa de Engenharia para Reforma da Cobertura da EMEB Santa Helena, em conformidade com os projetos, planilhas quantitativas/orçamentárias, termos do edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

17/05/2013 à 17/07/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 121.307,88 (cento e vinte e um mil, e trezentos e sete reais e oitenta e oito centavos).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 145/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 145/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: ALEXANDRA DOS PASSOS - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 12.260.623/0001-82, estabelecida à Av. Salvador Di Bernand n.º 220 - Florianópolis/SC - CEP: 88.036-610.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Material de Expediente para uso em Diversos Setores da Prefeitura, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 126/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

20/05/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 4.952,90 (quatro mil, novecentos e cinquenta e dois reais e noventa centavos).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 146/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 146/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 09.008.570/0001-00, estabelecida à Rua Irmgard Carl n.º 225 - Blumenau/SC - cep: 89.037-555.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Material de Expediente para uso em Diversos Setores da Prefeitura, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 125/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

20/05/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 4.621,00 (quatro mil, seiscentos e vinte e um reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 147/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 147/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: EVANDRO MARCOS FERREIRA, inscrita no CNPJ sob n.º 12.903.455/0001-04, estabelecida à Rua Victor Schmidt, 698 - São Jose/SC - cep: 88.104-526

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Material de Expediente para uso em Diversos Setores da Prefeitura, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 124/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

20/05/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 4.189,80 (quatro mil, cento e oitenta e nove reais e oitenta centavos).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 148/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 148/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: ORLEANS INFORMATICA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 02.315.593/0001-00, estabelecida à Rua Barão do Rio Branco n.º 312, Orleans/SC - cep: 88.870-000.

PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Material de Expediente para uso em Diversos Setores da Prefeitura, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 123/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

20/05/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 2.265,60 (dois mil, duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 149/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 149/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS P/INFORMATICA E ESCRITORIO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 00.147.109/0001-56, estabelecida à Rua Delminda Silveira n.º 575 - Florianópolis/SC

- cep: 88.025-500.

PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Material de Expediente para uso em Diversos Setores da Prefeitura, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 122/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

20/05/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 25.557,00 (vinte e cinco mil, quinhentos e cinquenta e sete reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 150/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 150/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: INTELLIBR SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 08.982.125/0001-76, estabelecida à Rua Jerônimo Coelho nº 170 - Florianópolis/SC - cep: 88.010-030 - fone: 48-32067280.

PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Locação e Manutenção de Software de Gestão Educacional para uso na Secretaria de Educação de Lages, SC, compreendendo adesão, implantação, conversão da base de dados, suporte, treinamento e manutenção mensal, em consonância com o escopo de trabalho no Termo de Referência do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

16/05/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 29.400,00 (vinte e nove mil reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 151/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 151/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: RAMALUZ LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 08.962.222/0001-05, com sede à Av. Santa Catarina, 285 - Lages/SC - cep: 88.512-005.

PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais Elétricos para Manutenção e Conservação da Iluminação Pública do Município, para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 130/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

22/05/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 8.988,00 (oito mil e novecentos e oitenta e oito reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 152/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 152/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: GVC ELETRICIDADE LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 08.957.686/0001-15, com sede à Rua Bernardo Gonçalves Kuster, 1000 - Lages, SC - cep: 88.525-060.

PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais Elétricos para Manutenção e Conservação da Iluminação Pública do Município, para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 132/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

22/05/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 1.025,00 (hum mil e vinte e cinco reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 55/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 55/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADA: BANDA CLASSE.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 24 de Maio de 2013, à 1h:30 m, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

4.1 R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais).

Lages, 04 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 56/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 56/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADA: BANDA KEOMA.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 24 de Maio de 2013, à 3h:00, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

4.1 R\$ 2.000,00 (Dois mil reais)

Lages, 04 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 57/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 57/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: GLAUCO DENNI.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 25 de Maio de 2013, às 18h:30m, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

4.1 R\$ 1.000,00 (hum mil reais)

Lages, 04 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 58/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 58/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADOS: ANDRÉ E JULIANO

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 25 de Maio de 2013, às 19h:00m, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

4.1 R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

Lages, 04 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 59/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 59/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADOS: GABRIEL HERRERA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 25 de Maio de 2013, às 20h:00m, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

4.1 R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

Lages, 04 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 60/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 60/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADOS: BILLY JOW & FABIANO

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 25 de Maio de 2013, às 21h:30m, durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

4.1 R\$ 3.000,00 (tres mil reais)

Lages, 04 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 61/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 61/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADOS: ANJOS DE PLANTÃO

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 25 de Maio de 2013, à 1h:00m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

4.1 R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Lages, 04 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 62/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 62/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADOS: CARLOS ERNESTO RAMOS

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 25 de Maio de 2013, à 2h:30m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

4.1 R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

Lages, 04 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 63/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 63/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: TOP GROVE

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 26 de Maio de 2013, à 19h:00m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.000,00 (hum mil reais)

Lages, 04 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 64/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 65/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: NA PALMA DOS DENTES

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 26 de Maio de 2013, às 21h durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 3.000,00 (três mil reais)

Lages, 04 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 65/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 65/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: NA PALMA DOS DENTES

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 26 de Maio de 2013, às 21h durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

Lages, 04 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 66/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 66/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: LEANDRO ANTÔNIO BENEDETTI- ME

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 26 de Maio de 2013, às 22h durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.000,00 (um mil reais)

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 67/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 67/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: ORQUÍDEA NEGRA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 26 de Maio de 2013, às 23h durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 3.000,00 (três mil reais) .

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 68/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 68/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: DELAMAR DOS SANTOS JÚNIOR

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 27 de Maio de 2013, às 18h30m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 69/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 69/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: JOSÉ ALFREDO CARDOSO

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 27 de Maio de 2013, às 22h00m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 70/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 70/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: JOÃO LEONEL MACHADO 2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 27 de Maio de 2013, às 23h00m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 71/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 71/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: ANA KÉZIA DE CAMARGO 2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 28 de Maio de 2013, às 19h00m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 72/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 72/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: JOSÉ RODRIGO SANTOS VELHO

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 28 de Maio de 2013, às 20h00m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 73/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 73/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: BANDA OVER

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 28 de Maio de 2013, às 22h30m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 74/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 74/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: OLHO DA LUA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 28 de Maio de 2013, às 23h30m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 75/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 75/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: CRISTINA ELISA FONTANA STOLTE GRAEBIN

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 28 de Maio de 2013, às 00h30m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 76/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 76/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: MAURICIO DE OLIVEIRA FERREIRA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 30 de Maio de 2013, às 18h00m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 77/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 77/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: CLÉSIO SANTOS DE OLIVEIRA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 29 de Maio de 2013, às 20h00m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 78/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 78/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: JOÃO GABRIEL & VINÍCIUS 2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 29 de Maio de 2013, às 21h00m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 79/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 79/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: BANDA TIME

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no

Parque Conta Dinheiro dia 29 de Maio de 2013, às 1h30m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 80/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 80/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: VITOR FABIANO FERREIRA - VITÃO PRODUÇÃO

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 30 de Maio de 2013, às 18h00m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 81/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 81/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: NAYARA VENTURA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 30 de Maio de 2013, às 19h00m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 82/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 82/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: Fly Back

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 30 de Maio de 2013, às 23h00m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 83/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 83/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: MARCUS LIMA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 31 de Maio de 2013, às 19h00m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 84/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 84/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: ANTÔNIO CESAR DE FIGUEREDO

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 31 de Maio de 2013, às 20h00m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 85/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 85/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: KAMUFLAGEM

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 31 de Maio de 2013, às 21h00m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 86/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 86/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADO: BANDA DOCTOR HOLMES

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 01 de Junho de 2013, às 2h00m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 87/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:
CONTRATO: 87/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: BRAZIL HI FI

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 31 de Maio de 2013, às 1h30m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 88/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:
CONTRATO: 88/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: NOSSA QUALIDADE

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 01 de Junho de 2013, às 18h00m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 89/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:
CONTRATO: 89/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: MPB SAMBA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 01 de Junho de 2013, às 19h00m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 90/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:
CONTRATO: 90/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: PRODUTO NACIONAL

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no

Parque Conta Dinheiro dia 01 de Junho de 2013, às 20h30m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 92/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:
CONTRATO: 92/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: BANDA EPHATA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 02 de Junho de 2013, às 16h00m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 93/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:
CONTRATO: 93/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: CHAGAS ABERTAS

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 02 de Junho de 2013, às 17h00m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 94/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:
CONTRATO: 94/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.
CONTRATADO: BANDA SIMETRIA

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 02 de Junho de 2013, às 20h00m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 95/2013 - FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 95/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: TORRE DO SOL

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, a apresentação artística no PALCO NATIVISTA, no Parque Conta Dinheiro dia 02 de Junho de 2013, às 21h00m durante a realização da 25ª Festa Nacional do Pinhão.

4.1 R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Lages, 10 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

CÂMARA MUNICIPAL**Lei Nº 3959**

LEI Nº 3959

De 11 de junho de 2013

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA INSTALAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE BANHEIROS E DE BEBEDOUROS DE ÁGUA EM BANCOS PÚBLICOS E PRIVADOS, BEM COMO EM SUAS AGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO MUNICÍPIO DE LAGES.

THIAGO SILVA DE OLIVEIRA, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages, Estado de Santa Catarina, FAÇO SABER, que a edilidade, em sessão Plenária aprovou e eu promulgo nos termos do artigo 69, parágrafo 6º da Lei Orgânica Municipal a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Ficam os Bancos Públicos e Privados, bem como em suas agências estabelecidas no Município de Lages, obrigadas a instalar banheiro e bebedouro de água destinados aos seus clientes e aos usuários dos serviços dessas instituições financeiras.

Art. 2º. Os sanitários deverão ficar dentro da área de atendimento ao público, bem como deverão ser sinalizados, para que os usuários os encontrem sem maiores constrangimentos.

Parágrafo único: A utilização do banheiro de que trata esta Lei será gratuito, vedado qualquer tipo de restrição ao mesmo.

Art. 3º. Os bebedouros de água também deverão ficar expostos de maneira que os clientes e usuários possam usá-los sem qualquer empecilho, dentro da área reservada ao público.

Art. 4º. O descumprimento desta lei acarretará a multa de 1.000 (mil) UFML, dobrando-se o valor na reincidência.

Art. 5º. O órgão fiscalizador será o Programa de Defesa do Consumidor PROCON e/ou outro órgão do poder executivo assim determinar.

Art. 6º. O prazo máximo para as agências bancárias se adequarem ao dispositivo da presente lei será de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 6º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de 30 dias a contar de sua publicação.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2013.

THIAGO SILVA DE OLIVEIRA

VICE-PRESIDENTE

Registre-se. Publique-se.

THIAGO SILVA DE OLIVEIRA

Vice-Presidente

Lebon Régis**PREFEITURA****Decreto Nº 044/2013**

DECRETO Nº 044, de 10 de junho de 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso I do art. 11, da Lei Municipal nº 1411/2012 de 17 de Dezembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 23.725,00 (vinte e três mil e setecentos e vinte e cinco reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Subfunção	Programa	Projeto	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	60	12	361	0011	2016	4490	00.01.0062	23.725,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação apurado até esta data, conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

Iduso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
00	01	0062	23.725,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de junho de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Decreto Nº 047/2013

DECRETO Nº047/2013, 10 de junho de 2013.

"DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VINGENTE DO HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS."

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso II do art. 11, da Lei Municipal nº 1411/2012 de 17 de dezembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio De Lebon Régis com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Uni- dade	Fun- ção	Sub função	Progra- ma	Proj/ Ativi- dade	Ele- men- to	Fonte Recurso	Valor R\$.
94	10	10	302	0029	2065	3390	00.01.0002	80.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária.

Órgão	Uni- dade	Fun- ção	Sub função	Pro- grama	Proj/ Ativi- dade	Ele- mento	Fonte Re- curso	Valor R\$.
94	10	10	302	0029	2065	3390	00.01.0071	80.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito, 10 de junho de 2013.

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI
Secretária de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

Lei Complementar N.º 977/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 977, DE 12 DE JUNHO DE 2013.

"Extingue e cria os cargos que menciona na Câmara Municipal de Vereadores"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI.

Art. 1º Fica extinto o cargo de Consultor Legislativo, Código CM/ANS, de provimento Comissionado, constante no Anexo II da Lei Complementar nº 622, de 30 de abril de 2009, que "ALTERA A LEI Nº 545, de 16 de abril de 2007."

Art. 2º Fica criado o cargo de ASSESSOR PARLAMENTAR, com as seguintes características:

- I - 01 (uma) vaga;
- II - provimento em comissão;
- III - Escolaridade: Nível Superior e Digitação;
- IV - Regime estatutário;
- V - Regime Previdenciário - Regime Geral de Previdência Social;
- VI - Vencimento mensal: R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais);
- VII - Jornada Semanal: 40 (quarenta) horas;
- VIII - Jornada diária, conforme dispuser a Presidência da Câmara Municipal de Vereadores; e
- IX - As atribuições de:
 - a) Orientar a execução das atividades ligadas à Câmara, à Mesa Diretora e aos Vereadores, especialmente o Processo Legislativo;
 - b) Prestar assessoramento ao Presidente na condução dos trabalhos do Plenário;
 - c) Coligir informações sobre a legislação Federal, Estadual e Municipal atinentes à área de atuação;

- d) Assessorar na organização da Ordem do Dia e na tramitação das proposições;
- e) Opinar e esclarecer sobre a aplicação do Regimento Interno e da Lei Orgânica;
- f) Prestar as informações necessárias nos processos administrativos que lhe forem encaminhados;
- g) Assessorar na elaboração da correspondência oficial da Câmara bem como dos projetos de Lei, Resoluções, Decretos Legislativos e Portarias.
- h) Assessorar na prática de outros atos que lhe forem atribuídos pelo Presidente, membro da Mesa e Vereador.

Art. 3º O cargo de Assessor Parlamentar se enquadra no ANEXO II, Código CM/ANS da Lei Complementar nº 622, de 30/04/2009.

Art. 4º O inciso VI do Art. 2º da Lei nº 545, de 16/04/2007 passa a vigorar com seguinte redação:
VI - Assessoria Parlamentar.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições do ANEXO III - DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES E FORMAÇÃO EXIGIDA, acrescido pelo art. 2º da Lei Complementar nº 622, de 30/04/2009 à Lei Nº 545, de 16/04/2007 e substituídas pelas especificações da presente Lei.
Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em Contrário.

Leoberto Leal, 12 de Junho de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lei N.º 978/2013

LEI Nº 978, DE 12 DE JUNHO DE 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação até o limite de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	57.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	57.000,00
Função	15	Urbanismo	57.000,00
Sub-Função	451	Infra-Estrutura Urbana	57.000,00
Programa	0010	Revitalização das Áreas Urbanas	57.000,00
Projeto/Atividade	1.026	Pavimentação de Ruas	57.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	57.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	57.000,00

Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	57.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	57.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	57.000,00		

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das seguintes classificações e valores:

I - Anulação

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	26.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	26.000,00
Função	15	Urbanismo	26.000,00
Sub-Função	452	Urbanismo	26.000,00
Programa	0010	Revitalização das Áreas Urbanas	26.000,00
Projeto/Atividade	2.029	Manutenção e Revitalização das Áreas Públicas	26.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	26.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	26.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	26.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	26.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	26.000,00		

II –Superávit Financeiro do Exercício Anterior

Fonte	Código	Valor
Recursos Ordinários	0.1.0000	31.000,00
TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO UTILIZADO	31.000,00	

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 12 de junho de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Aviso de Revogação Processo Licitatório Nº 041/2013 Pregão Presencial Nº 033/2013 - PMLL
MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
AVISO DE REVOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2013

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal de Leoberto Leal, torna público que a licitação na modalidade Pregão Presencial na forma da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais para inseminação bovina, visando o

melhoramento do rebanho bovino no Município de Leoberto Leal, foi REVOGADA no dia 12 de junho de 2013, em decorrência da Impugnação feita pela Empresa Nitrosem Produtos Agropecuários LTDA. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 12/06/2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal.

Luzerna

PREFEITURA

Extrato Homologação FMS. 035.13 - Medicamento e Lanceta

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório nº 0035/2013 - FMS
Pregão nº 0028/2013 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0035/2013-FMS, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão para Registro de Preço
- Objeto: Aquisição de medicamentos e material de enfermagem destinado à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna.

- Empresa(s) Vencedora(s):
- ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- DIMASTER- COM. DE PROD. HOSPITALARES LTD
- MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS ME
- PROSAUDE DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA
- S & R DISTRIBUIDORA LTDA
- WERBRAN DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA

- Valor Homologado: R\$ 31.950,53

Luzerna (SC), 13 de junho de 2013.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
Gestor do FMS

Maravilha

PREFEITURA

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Processo Licitatório n. 2.485/2013 - Modalidade de Tomada n. 002/2013

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços n. 002/2013, para contratação de empresa para execução de reforma e ampliação da Unidade de Saúde Noili Berger Diehl, no Município de Maravilha,

SC, com área a ser executada de 127,07 m², cotação máxima permitida de R\$ 224.606,12, tipo menor preço global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas no dia 02 de julho de 2013, às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 11 de junho de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Extrato de Retificação de Edital.

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Processo Licitatório n. 2.461/2013 - Modalidade de Pregão Presencial n. 014/2013.

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações do Município de Maravilha, torna público para conhecimento dos interessados, que foi retificado o respectivo Edital, especificamente no item 1, do objeto, subitem 01, aquisição de veículo transformado em ambulância para transportes de pacientes, sendo que se inclui a possibilidade do referido veículo ter tração traseira, logo o licitante poderá apresentar o veículo com tração dianteira ou traseira. Qualquer informação bem como a retirada do Edital retificado poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11. h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 12 de junho de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha

Extrato Retificação Edital

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Processo Licitatório n. 2.461/2013 - Modalidade de Pregão Presencial n. 014/2013.

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações do Município de Maravilha, torna público para conhecimento dos interessados, que foi retificado o respectivo Edital, especificamente no item 1, do objeto, subitem 02, aquisição de van para transporte de passageiros, onde inclui-se a possibilidade dos assentos serem apresentados de forma fixa, estofados e com encosto de cabeça. Qualquer informação bem como a retirada do Edital retificado poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 12 de junho de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Marema

PREFEITURA

Decreto 085/2013

DECRETO n. 085/2013

de 24/04/2013

DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 0024/2013 NA MODALIDADE DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n. 0001/2013, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e
CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação

DECRETA

Art. 1º - A ratificação do ato do Senhor Presidente da Comissão de licitação, que declarou inexigível a licitação, com fundamento no art. 25, inc. III da Lei Federal n. 8.666/93, nestes termos:

- Processo n. 0024/2013
- Licitação n. 0001/2013 - Inexigibilidade de Licitação
- Modalidade - Inexigibilidade de Licitação
- Objeto - Contratação de Profissional do Setor Artístico

Art. 2º - Fica adjudicado o objeto único ao fornecedor G4 PRODUTOS MUSICAIS LTDA EPP - CNPJ/MF n. 15.280.468/0001-54, no valor total de R\$ 9.000,00 (reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 24 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANE PERCIO
Func. Designado

Decreto 086-a/2013

DECRETO n. 086/2013

de 29/04/2013

DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 0025/2013 NA MODALIDADE DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n. 0002/2013, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e
CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação

DECRETA

Art. 1º - A ratificação do ato do Senhor Presidente da Comissão de

licitação, que declarou inexigível a licitação, com fundamento no art. 25, inc. III da Lei Federal n. 8.666/93, nestes termos:

- Processo n. 0025/2013
- Licitação n. 0002/2013 - Inexigibilidade de Licitação
- Modalidade - Inexigibilidade de Licitação
- Objeto - Contratação de Profissional do Setor Artístico

Art. 2º - Fica adjudicado o objeto único ao fornecedor EZEQUIEL EVENTOS LTDA ME - CNPJ/MF n. 17.245.532/0001-91, no valor total de R\$ 4.500,00 (reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 29 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANE PERCIO
Func. Designado

Decreto 086/2013

DECRETO nº086/2013

De 25/04/2013

EXONERA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL SUELEN GASPAR EXERCENDO O CARGO COMISSONADO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o art. 54, V da Lei Municipal n. 307/95 de 10/08/1995 - Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA

Art. 1º - A exoneração a pedido do Servidor Público Municipal SUELEN GASPAR, do cargo de provimento em Comissão de CHEFE DE SETOR, em consequência do Serviço Público Municipal de Marema.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 25 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

EDEMIR TOMÉ
Func. Designado

Decreto 087-a/2013

Decreto nº 0087/2013

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2011 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, ESTADO DE Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 951/2011 de 26

de outubro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica Decretado a utilização do provável Excesso de arrecadação referente ao Contrato de repasse do MINISTERIO DA EDUCAÇÃO ATRAVES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, no comparativo do valor orçado e valor da arrecadação conforme planilha em anexo, no valor de R\$ 237.780,00 (Duzentos e trinta e sete mil setecentos e oitenta reais);

Art. 2º Com os Recursos Advindos do Art. 1º deste Decreto, fica Suplementada as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Marema:

Órgão: 05 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Unidade: 0501 Departamento de Educação

Função: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função: 361 ENSINO FUNDAMENTALL

Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS

Projeto/Atividade: 1026 AQUISIÇÃO DE VEICULOS

Categoria Econômica: 4 DESPESAS CAPITAL

Grupo de Natureza de Despesa: 4 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Reduzido: 12

Fonte: 01.0122

Valor: R\$ 237.780,00

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrario.

Art. 4º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 29 de abril de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra e local de costume

EDEMIR TOME
Func. Designado

Decreto 087/2013

DECRETO n. 087/2013

De 29/04/2013

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n. 0017/2013 NA MODALIDADE DE CARTA CONVITE n. 0006/2013, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório n.0017/2013 na Modalidade de Carta Convite n. 0006/2013, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em Aquisição de Pneus Novos.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto dos itens 5, 6 e 7 ao proponente vencedor LAIRTON BOIN ME - CNPJ/MF n. 02.142.724/0001-03, no valor de R\$ 11.854,00 (reais); ao proponente vencedor RWM COMERCIO DE PNEUS E PEÇAS PARA VEICULOS LTDA - CNPJ/MF

n. 08.593.009/0001-65, no valor de R\$ 58.070,00 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 29 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANA PERCIO

Func. Designado

Decreto 088/2013

Decreto n. 088/2013

De 29/04/2012

HOMOLOGA A ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Legislação em Vigor e CONSIDERANDO a indicação pelas respectivas representações.

DECRETA

Art. 1º Fica homologado a escolha dos membros do Conselho Municipal de Cultura, conforme segue:

I - Representantes do Poder Público Municipal de Marema:

a) Diretor do Departamento de Artes e Cultura do Município de Marema, como membro nato, JOÃO CARLOS TAGLIAN;

b) 01 (um) representante da Secretaria da Administração da Prefeitura Municipal EDUARDO PEREIRA VARGAS

c) 01 (um) representante da Biblioteca Pública de Marema ZINETE MORESKI.

d) 01 (um) representante do Conselho do Orçamento Participativo que atue na área de educação, cultura, esporte ou lazer SIDIANE PERIN.

e) 01 (um) representante da Câmara Municipal de Vereadores ELOIR ANTONIO BEDIN

II - Representante da Sociedade Civil do Município de Marema:

a) 01 (um) representante do teatro e um suplente;

TITULAR- ANA PAULA SEGRANFREDO

SUPLENTE- MARISTELA RAMPAZZO

b) 01 (um) representante de artes e um suplente;

TITULAR- MARLETE TEREZINHA LUNARDI CERATTO

SUPLENTE- ELIZANDRO PAGANI

c) 01 (um) representante das artes Marciais e um suplente;

TITULAR- PROFº - NAIR RAMPAZZO

SUPLENTE- ALUNA - PEDRO BATISTEL

d) 01 (um) representante da música, e um suplente;

TITULAR- MOACIR CARBONERA

SUPLENTE- MARCOS BATISTELLA

e) 01 (um) representante da dança e um suplente;

TITULAR- GISICA NOSSAL

SUPLENTE- ODILA LUNARDI

f) 01 (um) representante da cultural popular e um suplente;

TITULAR- DEOCLECIO TURCATTI

SUPLENTE- FRANCIELA CERATTO

g) 01 (um) representante do Museu e um suplente;

TITULAR- FABIO VIACELLI BALA BETHA

SUPLENTE- PATRIC PABLO PASSOL

h) 01 (um) representante do artesanato e um suplente;

TITULAR- NEORIDES RAMPAZZO

SUPLENTE- DIOGENES THOME PASINI

i) 01 representante do Centro tradicionalista Gaúcho (CTG) e um suplente

TITULAR- ZILMAR SANTO BIANCHI

SUPLENTE- ARI ZANETIM

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 29 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume. Fixado em Mural Público.

DAIANE PERCIO

Servidora Designada

Contrato 033/2013

Minuta

CONTRATO: 033/2013

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA

CONTRATADO: G4 PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA

OBJETO: Contratação de banda musical e show artístico para animação das festividades do município

VALOR: Valor total do Contrato R\$ 9.000,00(reais)

FORO: Comarca de Xaxim - SC

DATA: Marema, 29 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contrato 034/2013

Minuta

CONTRATO: 034/2013

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA

CONTRATADO: G20 PRODUÇÕES - EZEQUIEL EVENTOS

OBJETO: Contratação de banda musical e show artístico para animação das festividades do município

VALOR: Valor total do Contrato R\$ 4.500(reais)

FORO: Comarca Xaxim - SC

DATA: Marema, 29 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contrato 035/2013

MINUTA

Contrato n. 035-2013

OBJETO - Aquisição de Pneus Novos

PRAZO - até 31/12/2013

VALOR - R\$ 58.070,00 (reais).

CONTRATANTE - O Município de Marema

CONTRATADO - RWM COMERCIO DE PNEUS E PEÇAS PARA VEICULOS LTDA

CNPJ/MF n. 08.593.009/0001-65

VINCULO - Licitação CV n. 0006/2013

FORO - Comarca de Xaxim - SC

Marema, 29/04/2013

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contrato 036/2013

MINUTA

Contrato n. 036-2013

OBJETO - Aquisição de Pneus Novos

PRAZO - até 31/12/2013

VALOR - R\$ 11.854,00 (reais).

CONTRATANTE - O Município de Marema

CONTRATADO - LAIRTON BOIN

CNPJ/MF n. 02.142.724/0001-03

VINCULO - Licitação CV n. 0006/2013

FORO - Comarca de Xaxim - SC

Marema, 29/04/2013

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

Lei Nº. 1508 de 11 de Junho de 2013

LEI Nº. 1508 DE 11 DE JUNHO DE 2013

Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito suplementar no valor de R\$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0100.1104 - Construção da Unidade Sanitária Centro

0602 - 44900000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf.Impostos da Saúde R\$ 430.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.451.0150.1065 - Abertura de Ruas

0401 - 44900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 150.000,00

0401.015.452.0151.1106 - Construção de Praças Públicas

0401 - 44900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 130.000,00

0403 - GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM

0403.026.782.0260.1084 - Construção de Pontes

0403 - 44900000 - Aplicações Diretas

0403 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 120.000,00

0403.026.782.0260.2086 - Conservação de Estradas Municipais

0403 - 44900000 - Aplicações Diretas

0403 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 11 DE JUNHO DE 2013

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Lei Nº. 1509 de 11 de Junho de 2013

LEI Nº. 1509 DE 11 DE JUNHO DE 2013

Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito suplementar no valor de R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.302.0100.1035 - Aquisição de Equipamentos para Hospital

0602 - 44900000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf.Impostos da Saúde R\$ 130.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais), do programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0100.1027 - Aquisição de Equipamentos para Saúde Básica

0602 - 44900000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf.Impostos da Saúde R\$ 130.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 11 DE JUNHO DE 2013

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Lei Nº. 1510 de 11 de Junho de 2013

LEI Nº. 1510 DE 11 DE JUNHO DE 2013

Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0402 - GERÊNCIA DE COORDENAÇÃO URBANA

0402.006.181.0060.2015 - Manter a Segurança

0402 - 33500000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

0402 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), do programa e verba abaixo discriminados:

0200 - GABINETE DO PREFEITO

0201 - GABINETE DO PREFEITO

0201.004.122.0040.2004 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

0201 - 44500000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 11 DE JUNHO DE 2013

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2706 de 11 de Junho de 2013

DECRETO Nº. 2706 DE 11 DE JUNHO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1508 de 11 de Junho de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0100.1104 - Construção da Unidade Sanitária Centro

0602 - 44900000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf.Impostos da Saúde R\$ 430.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.451.0150.1065 - Abertura de Ruas

0401 - 44900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 150.000,00

0401.015.452.0151.1106 - Construção de Praças Públicas

0401 - 44900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 130.000,00

0403 - GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM

0403.026.782.0260.1084 - Construção de Pontes

0403 - 44900000 - Aplicações Diretas

0403 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 120.000,00

0403.026.782.0260.2086 - Conservação de Estradas Municipais

0403 - 44900000 - Aplicações Diretas

0403 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 11 DE JUNHO DE 2013

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2704 de 05 de Junho de 2013

DECRETO Nº. 2704 DE 05 DE JUNHO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1457 de 26 de Outubro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0505 - GERÊNCIA DE CULTURA

0505.013.392.0130.2059 - Parceria em Projetos Culturais

0505 - 33900000 - Aplicações Diretas

0505 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), do seguinte programa e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0505 - GERÊNCIA DE CULTURA

0505.013.392.0130.2059 - Parceria em Projetos Culturais

0505 - 33500000 - Transferência a Inst. Privadas sem fins lucrativos

0505 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0505 - 44900000 - Aplicações Diretas

0505 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 05 DE JUNHO DE 2013

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2705 de 05 de Junho de 2013

DECRETO Nº. 2705 DE 05 DE JUNHO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1457 de 26 de Outubro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0302 - GERÊNCIA DE PATRIMONIO
0302.004.122.0041.2010 - Administração de Serviços Gerais
0302 - 33900000 - Aplicações Diretas
0302 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0302 - GERÊNCIA DE PATRIMONIO
0302.004.122.0041.2010 - Administração de Serviços Gerais
0302 - 31900000 - Aplicações Diretas
0302 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 05 DE JUNHO DE 2013
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2707 de 11 de Junho de 2013

DECRETO Nº. 2707 DE 11 DE JUNHO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1509 de 11 de Junho de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.302.0100.1035 - Aquisição de Equipamentos para Hospital
0602 - 44900000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf.Impostos da Saúde R\$ 130.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais), do programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0100.1027 - Aquisição de Equipamentos para Saúde Básica
0602 - 44900000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf.Impostos da Saúde R\$ 130.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 11 DE JUNHO DE 2013
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2708 de 11 de Junho de 2013

DECRETO Nº. 2708 DE 11 DE JUNHO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1510 de 11 de Junho de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0402 - GERÊNCIA DE COORDENAÇÃO URBANA
0402.006.181.0060.2015 - Manter a Segurança
0402 - 33500000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos
0402 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), do programa e verba abaixo discriminados:

0200 - GABINETE DO PREFEITO
0201 - GABINETE DO PREFEITO
0201.004.122.0040.2004 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
0201 - 44500000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos
0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 11 DE JUNHO DE 2013
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2709 de 11 de Junho de 2013

DECRETO Nº. 2709 DE 11 DE JUNHO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1457 de 26 de Outubro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 21.562,59 (Vinte e um mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta e nove centavos), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.451.0150.1064 - Pavimentação de Ruas
0401 - 44900000 - Aplicações Diretas
0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 21.562,59

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação decorrente do cancelamento de Restos a Pagar- 86/2012 (Recicle Catarinense de Resíduos Ltda).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 11 DE JUNHO DE 2013
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Meleiro

PREFEITURA

Lei Nº 1596/2013

Lei nº 1596/2013

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no exercício das atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Meleiro o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, relativos a impostos, taxas e multas acessórias de competência municipal, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos de terceiros;

Parágrafo Único: Ficam incluídos no presente programa os créditos decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais referidos no artigo anterior, nos termos e condições previstas nesta lei.

§ 1º - O ingresso no REFIS implica inclusão da totalidade dos débitos relativos aos tributos mencionados no art.1º, de responsabilidade do optante, inclusive os não constituídos, que serão denunciados espontaneamente, mediante confissão.

§ 2º - A opção pelo Programa deverá ser formalizada em até 120 (cento e vinte) dias, contados da data de publicação desta lei, mediante requerimento do contribuinte como adesão ao REFIS.

§ 3º - O valor dos débitos a serem consolidados será determinado com base na legislação vigente, com os acréscimos relativos à multa de mora ou de ofício, aos juros de mora e a correção monetária com variação da Unidade Fiscal do Município - UFM.

§ 4º - Para fins desta lei, os acréscimos a que se refere o parágrafo anterior serão reduzidos em 100% (cem por cento) do seu valor, com exceção da correção monetária, que não sofrerá redução para pagamento em parcela única, em 80% (oitenta por cento) para pagamento parcelado.

§ 5º - O prazo tratado no parágrafo segundo poderá ser prorrogado por até 30 dias, por decreto do Chefe do Poder Executivo, justificadas a oportunidade e a conveniência do ato.

§ 6º - O Município dará ampla publicidade dos dispositivos, vigência e benefícios desta Lei, através dos meios de comunicação disponíveis, verificados os princípios constitucionais previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal e normas da Lei Federal 8.666/93.

Art. 3º Do débito consolidado na forma desta LEI:

I - o Contribuinte poderá incluir no REFIS eventuais saldos de parcelamento em andamento;

II - será pago em parcelas mensais e sucessivas, considerando que:

Parágrafo Único: O valor da prestação não será inferior a R\$ 30,00 (trinta reais), não podendo ultrapassar o montante de 12 (doze) parcelas.

Art. 4º - A opção pelo REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos impostos e taxas de que trata esta lei.

Art. 5º A opção pelo Programa sujeita o optante a:

I - confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos incluídos;

II - a aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no Programa;

III - pagamento regular das parcelas do débito consolidado, bem assim do imposto decorrente de fatos geradores ocorridos posteriormente a 31 de dezembro de 2012;

IV - para obter os benefícios do REFIS, deve o devedor confessar o débito e desistir, renunciando expressa e irrevogavelmente, de todas as ações incidentes ou recursos judiciais ou processos administrativos e seus recursos, que tenham por objeto, ou finalidade mediata ou imediata, discutir ou impugnar lançamentos ou débitos incluídos no programa ora substituído, devendo, outrossim, renunciar ao direito sobre que se fundam os correspondentes pleitos;

V - as execuções fiscais já ajuizadas serão incluídas nas pautas das Semanas do Mutirão da Conciliação caso forem realizadas pelo Tribunal de Justiça do Estado no decorrer de 2013, junto ao Fórum da Comarca de Meleiro;

VI - o Município de Meleiro verificará os casos de existência de lançamentos fiscais, e excluirá os eventuais lançamentos de períodos atingidos pela decadência ou pela prescrição, bem como da inobservância aos princípios constitucionais da ampla defesa, contraditório, anterioridade e legalidade tributárias, desde que previamente arguido em procedimento administrativo fiscal, em curso ou já encerrado, devendo o contribuinte aderir ao REFIS com os valores líquidos.

Art. 6º - A homologação da opção será efetuada pela Secretaria de Administração e Finanças.

§ 1º - Não ocorrendo manifestação contrária considerar-se-á a opção tacitamente homologada.



§ 2º - A homologação da opção pelo REFIS não será condicionada a apresentação de qualquer tipo de garantia, salvo a prévia existência de penhora em processo de execução fiscal, a qual deverá permanecer até a integral quitação do débito consolidado.

Art. 7º - O contribuinte será excluído do Programa nas seguintes hipóteses:

I - deixar de atender qualquer uma das exigências do Art.5º desta Lei;

II - ficar inadimplente por dois meses consecutivos ou três meses alternados, do parcelamento ou de débitos decorrentes de fatos geradores futuros;

III - prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita do optante, nos livros e documentos fiscais e comerciais, mediante simulação ou sonegação de informações.

§ 1º - A exclusão do Programa implicará na exigibilidade imediata da totalidade dos débitos ainda não pagos, restabelecendo-se a este montante, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável.

§ 2º - A exclusão do Programa produzirá efeitos a partir do primeiro dia útil do mês subsequente àquele em que o contribuinte for cientificado da decisão de sua exclusão.

§ 3º - A exclusão do Programa importará no imediato prosseguimento dos processos de execução fiscal, suspensos por conta da adesão.

§ 4º - Não será aplicado o disposto neste artigo nos casos de situações de emergência ou calamidade pública declarada pelo Município, pelo período em que perdurar referida situação.

Art. 8º - Aplicam-se aos casos omissos desta Lei os dispositivos do Código Tributário Municipal, no que couber.

Art. 9º - O Prefeito Municipal baixará os atos necessários para a regulamentação desta Lei, inclusive a aprovação de formulários, ampliação do horário de atendimento e designação de servidores para tal.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor em na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de junho de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Lei Nº 1597/2013

LEI nº 1597/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA AQUICULTURA FAMILIAR, BEM COMO UTILIZAR RECURSOS NA PROMOÇÃO DE AÇÕES DE APOIO E INCENTIVO À ATIVIDADE.

O Senhor JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor, FAZ SABER que, ouvido o Plenário, a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, bem como utilizar recursos da Secretaria Municipal da Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, para promover ações de apoio e incentivo a atividade da piscicultura na fase de implantação (construção de tanques), visando aumentar a produção e agregar renda às famílias rurais mediante a projetos específicos.

Art. 2º- Os recursos utilizados deverão ser ressarcidos ao município pelos produtores na forma de devolução integral em espécie; devolução percentual em espécie; em produto para instituições municipais ou em óleo diesel, após o primeiro ciclo de produção.

Art. 3º - Esses valores retornarão aos cofres públicos e formarão um fundo para utilização de outros produtores na continuidade do programa.

Art. 4º - O valor utilizado pelos produtores terá um custo (juros) de 1,00% (um por cento) ao mês.

Art. 5º - Os beneficiários do programa deverão ser produtores proprietários ou arrendatários de estabelecimentos rurais, assentamentos, pescadores, trabalhadores rurais, localizados no Município de Meleiro.

Art. 6º - Os agricultores que desejarem participar do programa devem se enquadrar nos parâmetros de classificação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) do Governo Federal.

Art. 7º - Cada produtor terá direito a quinze (15) horas de máquinas, sendo utilizado o equipamento da prefeitura para a construção e adequação dos tanques.

Art. 8º - Os valores cobrados serão estipulados através do preço do óleo diesel no mercado, considerando um consumo médio de 10 (dez) litros por hora.

Parágrafo primeiro - Os valores estipulados no artigo 7º poderão sofrer alteração conforme o valor de mercado dos produtos utilizados para implantação ou adequação da atividade.

Parágrafo segundo - O valor cobrado corresponderá somente ao óleo diesel utilizado no serviço, não sendo computado o tempo utilizado de horas/máquina.

Art. 9º - Os produtores inscritos no programa passarão por uma seleção onde um comitê gestor municipal, de forma isonômica, definirá quais famílias serão beneficiadas, e também avaliará se o referido serviço não causará danos ao meio ambiente.

Parágrafo Único - O comitê gestor municipal será constituído pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Prefeitura Municipal; entidade de extensão rural, e entidades representativas do setor agropecuário.

Art. 10º - Os recursos que comporão o programa referido serão oriundos do projeto de atividade de desenvolvimento da piscicultura do município, previsto no Orçamento Municipal e de recursos conveniados com outros entes federados.

Parágrafo Único - O número de produtores beneficiados será estipulado conforme disponibilidade de recursos que comporão o programa.

Art. 11º - Como forma de incentivo aos produtores, a Prefeitura Municipal oferecerá um curso profissionalizante na área da piscicultura e aqueles que tiverem sua presença confirmada através de certificado com frequência mínima de 90% (noventa por cento),

terão um desconto de 25% (vinte e cinco por cento) na subvenção dos custos de implantação ou adequação do projeto, na devolução do recurso utilizado.

Art. 12º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 13 de junho de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 241/2013

PORTARIA n.º 241/2013

TRATA DA NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO PARA FINS DE PROCESSO DISCIPLINAR.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município,

NOMEAR

Art. 1º Fica nomeada a COMISSÃO PARA FINS DE PROCESSO DISCIPLINAR, formada por 03 (três) servidores municipais, sob a presidência do Sr. (o) VILMAR MOTTA TRISTÃO, para conduzir, instaurar e julgar processo disciplinar, de acordo com a Lei nº 809/2000.

I - Representantes da Comissão para Processo Disciplinar:

- a) Vilmar Motta Tristão;
- b) Tadeu Rogério Bonfante;
- c) Janaina Fabris Dal Pont.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Junho de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Navegantes

PREFEITURA

Desapropriação de Imóvel

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 786 DE 12 DE JUNHO DE 2013

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO

JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL IMÓVEL QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso XV da Lei Orgânica do Município, fundamentado nas políticas públicas estabelecidas no Plano Diretor Municipal (Leis Complementares nº 55, 56 e 57 de 22 de julho de 2008) e no Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, bem como considerando o preceito constitucional de que a propriedade deve cumprir seu fim social, DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública para fins de desapropriação amigável ou judicial o imóvel representado por um terreno sem benfeitorias, Área "A" do desmembramento aprovado em data de 25/03/85 pela Prefeitura de Navegantes-SC, com área de 1.102,88 metros quadrados, situado no lugar São Domingos, município de Navegantes, desta Comarca; medindo 45,00 metros de FRENTE ao NORTE para a Rua José Francisco Laurindo, 42,50 metros nos FUNDOS ao SUL, onde confronta com terras de Marinha ocupadas pela firma adquirente; EXTREMANDO no lado direito ao LESTE, na extensão de 24,00 metros, com terras da Cia. Catarinense de Águas e Saneamento, antes de Manoel Crispim da Luz e José Antônio Cordeiro, e no lado esquerdo ao OESTE, na extensão de 26,40 metros, com a Área "B" do mesmo desmembramento, vendida à Firma Pesqueira Atlântico Sul Ltda., imóvel registrado sob a matrícula nº 19.030 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Itajaí/SC.

§ 1º O imóvel descrito no caput deste artigo possui as seguintes coordenadas geográficas WGS84: Partindo do marco 01 (V01) coordenadas Norte=7.024.645,5893 e Este=731.843,3801 sentido leste para o oeste medindo 45,00 metros, chega-se no marco 02 (V2) coordenadas Norte=7.024.675,8850 e Este=731.810,1374, segue sentido norte para o sul medindo 26,40 metros, chega-se no marco 03 (V03) coordenadas Norte=7.024.649,5881 e Este=731.807,7733, segue sentido oeste para o leste medindo 42,50 metros, chega-se no marco 04 (V04) coordenadas Norte=7.024.621,8345 e Este=731.839,9563, chega-se ao início da poligonal marco 01 (V01) perfazendo uma área de 1.102,88 metros quadrados e um perímetro de 137,895 metros.

§ 2º A área descrita neste artigo destina-se à construção de um reservatório de água potável para atendimento da rede de distribuição municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE JUNHO DE 2013.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Aviso de Licitação Pregão Presencial N.º 95/2013 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 095/2013 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DAS UNIDADES E CENTROS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 27/06/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 27/06/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição

na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 13 de junho de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Convocação Monitor Educação Especial

Navegantes, 13 de junho de 2013.

Ilmo(a) Sr(a).

14	THAIS HELENA COUTO
15	ALINE DE LIMA VIEIRA
16	LUCIANA DESCHAMPS
17	LAURA NAIR DOS SANTOS GONCALVES
18	NEIVA FATIMA DE SOUZA
19	JOZIANE MACHADO BERNARDO
20	MARIA FERNANDA VINHOLI
21	MARGARETE BORCHARTT DE LIMA TEDEROVICZ
22	ELISABETE CARMONA CHIARATTI
23	LEANDRA REGEAN RIBEIRO SOUTO
24	GRACIERICA APARECIDA ROSA GAUTO
25	JOSIANE RITA CELISTA
26	LUANA LACERDA
27	CARLA FABIANA FALCAO
28	TATIANA NERI SIMOES
29	EDILENE MARIA DA SILVA
30	VANIA MARIA DE ALMEIDA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no dia 17 (dezesete) de junho de 2013, as 10:00 (dez) horas para tratar da CONTRATAÇÃO através do PROCESSO SELETIVO de nº 003/2012, para o cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.

Salientamos que com o não comparecimento no dia determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente
ALESSANDRA MULLER
Diretora RH

Extrato Decisão Administrativa Recurso Nº 80/2013 PMN Barki

Extrato - ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2013

Aos 12 (doze) dias de junho de 2013, às 17:00 horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designados pela Portaria número 1165 de março de 2013, com intuito de analisar e julgar as Impugnações ao Edital do Pregão Presencial número 80/2013, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, protocoladas pela empresa BARKI DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 10.213.886/0001-05, em 06/06/2013.

PRELIMINARMENTE A Pregoeira e sua Equipe de Apoio, ao receber o Recurso Administrativo conforme prevê o Art. 4º inciso XVIII da Lei 10.520 que regulamentou a modalidade pregão no âmbito nacional[]

Passando-se a fase de análise do inteiro teor do recurso com fulcro nos fatos e fundamentos a seguir descritos.

DO RECURSO: Em síntese, manifesta-se a empresa BARKI

DISTRIBUIDORA LTDA arguindo o que segue e ao final requer seja dado provimento ao RECURSO que pleiteia:

a) A recorrente pleiteia a reconsideração da decisão prolatada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no que tange a classificação das empresas Dismacenter Indústria e Comércio de Móveis Ltda, Brinq-móveis Ltda, Papelaria Copiatic Ltda, Escobrinq Ltda Epp, Flexforma Comercial de Moveis e Equipamentos Ltda, Sulflex Indústria e Comércio de Móveis Ltda, Décio Druczowski Ltda Irmãos Pacheco Comércio e Serviços Ltda Me, L. Mohr Ltda e Julia Cristina Meurer, para participar da fase de lances dos itens

Foram elencados os dispositivos arguidos, a fim de responder aos questionamentos de forma individualizada, conforme segue:

a) - DO CERTIFICADO DE CONFORMIDADE (INMETRO)

A empresa por hora Requerente impetrou o presente Recurso Administrativo uma vez teoricamente teria sido prejudicada no decorrer dos trabalhos realizados pelo Pregoeiro e pela equipe de Apoio no desenrolar das atividades inerentes a condução do Pregão Presencial nº 80/2013 []

Nesse intuito a Comissão Permanente de Licitação após a constatação de equívoco no procedimento observado pela Requerente manifesta sua concordância na revisão dos atos que feriram os princípios basilares das licitações públicas, uma vez que o referido ato constitui uma ilegalidade, apesar da boa fé inerente ao posicionamento adotado que visava ampliar o polo de participação do certame e consequentemente havia conseguido uma redução significativa dos valores das propostas finais, mesmo que sujeito a entrega de objetos de qualidade inferior ou fora dos padrões requeridos pelo INMETRO o que poderia resultar em dano ao erário.

b) - DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Este princípio pode ser verificado no art. 41, caput, da Lei nº 8.666/93:[]

Em sendo lei, o Edital com os seus termos atrelam tanto à Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, quanto às concorrentes - sabedoras do inteiro teor do certame.

De fato, em regra, depois de publicado o Edital, não deve mais a Administração promover-lhe alterações até findo o certame, tratando-se de uma garantia à moralidade e impessoalidade administrativa, bem como ao primado da segurança jurídica.

A Administração e as licitantes ficam restritas ao que lhes é solicitado ou permitido no Edital, quanto ao procedimento, à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Todos os atos decorrentes do procedimento licitatório, por óbvio, vincular-se-ão ao contrato.

Na percepção de Diógenes Gasparini, "submete tanto a Administração Pública licitante como os interessados na licitação, os proponentes, à rigorosa observância dos termos e condições do edital".

Assim caso alguma das empresas que pretendia participar se sentisse prejudicada pela exigência editalícia deveria ter feito uso do instrumento impugnatório afim solicitar a alteração dos termos inerentes a participação o que não foi realizado em tempo hábil por nenhum dos interessados.

c) - DA POSSIBILIDADE DE REVISÃO

Resta evidenciar que a Administração Pública pode rever seus atos a qualquer tempo quando eivados de ilegalidade conforme se extrai do art. 114, da Lei n.º 8.112/90.

Nesse liame afim de evitar danos futuros tanto ao princípio da eficiência quando a saúde dos servidores e municípios que farão uso dos moveis que figuram como objeto que a municipalidade visa adquirir através do presente certame e com fulcro no equívoco que acometeu o procedimento licitatório verifica-se a possibilidade de saneamento do certame.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, o Pregoeiro e a equipe de apoio decidiram pela procedência do presente recurso administrativo, determinando o seguinte:

1) O deferimento do Requerimento protocolado pela empresa Barki Industria e Distribuidora Ltda e consequentemente a

desclassificação das proponentes nos itens em que as mesmas não atenderam aos requisitos de participação previstos no edital .
2) Depois do transcorrer do prazo legal que o presente processo licitatório seja adjudicado e homologado com as alterações resultantes das decisões adotadas pela Comissão Permanente de Licitação;

É a decisão.HUMBERTO GALVEZ JUNIOR Presidente da Comissão de Licitação.Membros da Comissão de Licitação:PATRÍCIA APARECIDA GUALBERTO,MARIA BENEDITA CORRÊA , JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA, FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO, LÚCIA HELENA DE SOUZA

Extrato Decisão Administrativa Recurso Nº80/2013 PMN - Cequipel

Extrato - ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO- PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2013

Aos 12 (doze) dias de junho de 2013, às 17:00 horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designados pela Portaria número 1165 de março de 2013, com intuito de analisar e julgar as Impugnações ao Edital do Pregão Presencial número 80/2013, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, protocoladas pela empresa CEQUIPEL INDÚSTRIA DE MÓVEIS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS GERAIS LTDA - CNPJ: 00.325.400/0001-77, em 06/06/2013. PRELIMINARMENTE - A Pregoeira e sua Equipe de Apoio, ao receber o Recurso Administrativo conforme prevê o Art. 4º inciso XVIII da Lei 10.520 que regulamentou a modalidade pregão no âmbito nacional []

DO RECURSO: []

A recorrente pleiteia a reconsideração da decisão prolatada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no que tange a classificação das empresas Dismacenter Indústria e Comércio de Móveis Ltda, Brinqmóveis Ltda, Papelaria Copiatic Ltda, Escobring Ltda Epp, Flexforma Comercial de Moveis e Equipamentos Ltda, Sulflex Indústria e Comércio de Móveis Ltda, Décio Drucowski Ltda Irmãos Pacheco Comércio e Serviços Ltda Me, L. Mohr Ltda e Julia Cristina Meurer, para participar da fase de lances dos itens

[] a)- DO CERTIFICADO DE CONFORMIDADE (INMETRO)

A empresa por hora Requerente impetrou o presente Recurso Administrativo uma vez teoricamente teria sido prejudicada no decorrer dos trabalhos realizados pelo Pregoeiro e pela equipe de Apoio no desenrolar das atividades inerentes a condução do Pregão Presencial nº 80/2013 que visa a aquisição de moveis para a prefeitura Municipal de Navegantes, Secretarias, Fundos e Fundações, pois o edital do pregão mencionado em seus itens 4.11 exige a apresentação de laudo técnico ergonômico devidamente assinado por médico do trabalho para os itens 07, 13, 14 e 27 e o item 4.12 exige apresentação de Certificado de Conformidade de Qualidade do INMETRO para os itens 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 29 e 30.Assim sendo os referidos documentos figuram como essenciais a habilitação da empresa a participar da fase de lances dos itens acima mencionados e portanto a falta de observação da peculiaridade mencionada resulta em vício procedimental que certamente merece ser sanado.

[] Nesse intuito a Comissão Permanente de Licitação após a constatação de equívoco no procedimento observado pela Requerente manifesta sua concordância na revisão dos atos que feriram os princípios basilares das licitações públicas, uma vez que o referido ato constitui uma ilegalidade, apesar da boa fé inerente ao posicionamento adotado que visava ampliar o polo de participação do certame e consequentemente havia conseguido uma redução significativa dos valores das propostas finais, mesmo que sujeito a entrega de objetos de qualidade inferior ou fora dos padrões requeridos pelo INMETRO o que poderia resultar em dano ao erário.

b)- DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Este princípio pode ser verificado no art. 41, caput, da Lei nº 8.666/93: [] Este mesmo princípio dá origem a outro que lhe é

afeto, qual seja, o da inalterabilidade do instrumento convocatório. Em sendo lei, o Edital com os seus termos atrelam tanto à Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, quanto às concorrentes - sabedoras do inteiro teor do certame.

De fato, em regra, depois de publicado o Edital, não deve mais a Administração promover-lhe alterações até findo o certame, tratando-se de uma garantia à moralidade e impessoalidade administrativa, bem como ao primado da segurança jurídica.

[] Na percepção de Diógenes Gasparini, "submete tanto a Administração Pública licitante como os interessados na licitação, os proponentes, à rigorosa observância dos termos e condições do edital".

Assim caso alguma das empresas que pretendia participar se sentisse prejudicada pela exigência editalícia deveria ter feito uso do instrumento impugnatório afim solicitar a alteração dos termos inerentes a participação o que não foi realizado em tempo hábil por nenhum dos interessados.

c)- DA POSSIBILIDADE DE REVISÃO

Resta evidenciar que a Administração Pública pode rever seus atos a qualquer tempo quando eivados de ilegalidade conforme se extrai do art. 114, da Lei n.º 8.112/90.

Nesse liame afim de evitar danos futuros tanto ao princípio da eficiência quando a saúde dos servidores e munícipes que farão uso dos moveis que figuram como objeto que a municipalidade visa adquirir através do presente certame e com fulcro no equívoco que acometeu o procedimento licitatório verifica-se a possibilidade de saneamento do certame.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, o Pregoeiro e a equipe de apoio decidiram pela procedência do presente recurso administrativo, determinando o seguinte:

1) O deferimento do Requerimento protocolado pela empresa CEQUIPEL INDÚSTRIA DE MÓVEIS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS GERAIS LTDA e consequentemente a desclassificação das proponentes nos itens em que as mesmas não atenderam aos requisitos de participação previstos no edital .

2) Depois do transcorrer do prazo legal que o presente processo licitatório seja adjudicado e homologado com as alterações resultantes das decisões adotadas pela Comissão Permanente de Licitação;

É a decisão.HUMBERTO GALVEZ JUNIOR Presidente da Comissão de Licitação. Membros da Comissão de Licitação:PATRÍCIA APARECIDA GUALBERTO, MARIA BENEDITA CORRÊA , JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA, FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO, LÚCIA HELENA DE SOUZA

NAVEGANTESPREV

Extrato do Resultado Financeiro Acumulado (Janeiro/12 Maio/13)

RESULTADO FINANCEIRO
ACUMULADO (JANEIRO/12-MAIO/13)

Receitas	18.579.113,10
Receita Previdenciária	17.096.994,53
Receita Administrativa	950.518,81
Rentabilidade das Aplicações Financeiras	531.599,76

Despesas	3.563.846,07
Despesa Previdenciária	3.025.522,36
Despesa Administrativa	538.323,71

RESULTADO FINANCEIRO ACUMULADO	15.015.267,03
--------------------------------	---------------

Nova Trento

PREFEITURA

Resultado do Julgamento da Habilitação e Proposta - Processo Licitatório Nº 063/2013 - Tomada de Preço Nº 006/2013

Resultado do Julgamento da Habilitação e Proposta - Processo Licitatório nº 063/2013 - Tomada de Preço nº 006/2013 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Execução de serviços com fornecimento de material para pavimentação, sinalização e drenagem de trecho da rua geral Ponta Fina Sul, cidade de Nova Trento/SC, incluindo o fornecimento dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários. Houve a participação das seguintes empresas: ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA.ME (CNPJ Nº 07.258.202/0001-87); MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA. ME (CNPJ Nº 10.788.391/0001-04); RODRIGUES E SILVA LTDA ME (CNPJ Nº 07.481.358/0001-22); WA COMÉRCIO LTDA. ME (CNPJ Nº 09.007.458/0001-47) e C R ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA (CNPJ Nº 01.650.178/0001-40). Da análise da documentação, constatou-se que o apresentado pelas licitantes atendiam as condições editalícias. Não havendo interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item cinco, IV, do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação. Passou-se a abertura das PROPOSTAS, onde sagrou-se vencedora a empresa ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA.ME (CNPJ Nº 07.258.202/0001-87), cujo valor Global para execução dos serviços foi de R\$ 99.158,78 (Noventa e nove mil, cento e cinquenta e oito reais e setenta e oito centavos).

Nova Trento (SC), 11 de junho de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Resultado do Julgamento da Habilitação e Proposta - Processo Licitatório Nº 068/2013 - Tomada de Preço Nº 007/2013

Resultado do Julgamento da Habilitação e Proposta - Processo Licitatório nº 068/2013 - Tomada de Preço nº 007/2013 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO - DATA: 12/06/2013

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Execução de serviços para obras de Pavimentação, Drenagem, Sinalização das Ruas Joaquim Sgrott, Estrada Geral da Ponta Fina Sul e Rua Giacomio Polli (antiga Benjamim Constant), no município de Nova Trento/SC. Houve a participação das seguintes empresas: ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA.ME (CNPJ Nº 07.258.202/0001-87); MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA. ME (CNPJ Nº 10.788.391/0001-04); WA COMÉRCIO LTDA. ME (CNPJ Nº 09.007.458/0001-47) e C R ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. (CNPJ Nº 01.650.178/0001-40). Da análise da documentação, constatou-se que o apresentado pelas licitantes atendiam as condições editalícias. Não havendo interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item cinco, IV, do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação. Passou-se a abertura das PROPOSTAS, onde sagrou-se vencedora a empresa MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA. ME (CNPJ 10.788.391/0001-04), cujo valor Global para execução dos serviços foi de R\$ 357.674,40 (trezentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e setenta e quatro

reais e quarenta centavos).

Nova Trento (SC), 12 de junho de 2013.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Chamamento Auxiliar de Enfermagem

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE NOVA TRENTO
Secretaria Municipal de Saúde
CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM

O Secretário Municipal de Saúde de Nova Trento torna público que necessita contratar com urgência, 03 (três) Auxiliar de Enfermagem para o pronto atendimento do Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição em caráter temporário:

- a) Remuneração: R\$ 3,82 a hora Insalubridade 40% Abono R\$ 113,37
- b) Carga Horária: à combinar
- c) Prazo do Contrato: até 31 de dezembro de 2013.
- d) Regime Jurídico: Estatutário;
- e) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
- f) Forma de Seleção: Títulos.

Os interessados deverão manifestar seu interesse até às 17 horas do dia 17/06/2013, munidos dos documentos pessoais e profissionais, com o Secretário Municipal de Saúde. Informações pelo telefone: (48) 3267-0132, ou comparecer ao Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, falar com Izabela Darós.

Nova Trento, 12 de Junho de 2013.
MAXILIANO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Orleans

PREFEITURA

Lei 2.502 Autoriza o Município de Orleans a Receber Imóvel por Cessão Gratuita Para As Festividades do Centenário

LEI N. 2.502 DE 11 DE JUNHO DE 2013.

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ORLEANS A RECEBER IMÓVEL POR CESSÃO GRATUITA PARA AS FESTIVIDADES DO CENTENÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Município de Orleans fica autorizado a receber de forma gratuita, para utilização nas festividades do Centenário de Emancipação Política Administrativa, a partir da entrada em vigor desta lei até 30 de setembro de 2013, os Imóveis matriculados no Cartório de Registro de Imóveis de Orleans sob os nºs 11.139 11.140 e 11.142.

Art. 2º. É permitida ao Município a realização e contratação de obras de infraestrutura e estrutura, para a realização dos eventos que farão parte da programação das festividades.

Art. 3º. As obras e edificações de infraestrutura e estrutura

realizadas pelo Município terão seu uso delegadas a terceiros, na forma da lei.

Art. 4º. Os estandes, boxes e espaços físicos reservados às festividades, serão comercializados por meio de chamada pública dos interessados, com valores estabelecidos por Decreto do Poder Executivo.

Art. 5º. A arena para os shows artísticos a serem realizados nos dias 30 e 31 de agosto de 2013, será concedida mediante processo licitatório, cujas regras de uso serão fixadas no respectivo edital.

Art. 6º. Fica o Município de Orleans autorizado a firmar parcerias e convênio para a realização das festividades alusivas ao centenário.

Art. 7º. As despesas decorrentes correrão a conta das dotações orçamentárias do orçamento vigente.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 11 de junho de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE LEI NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

Lei 2.500 - Anula Dotação Orçamentária e Abre Crédito Suplementar

LEI N.º 2.500 DE 11 DE JUNHO DE 2.013.

“ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E AGRE CRÉDITO SUPLEMENTAR”.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1ª Ficam anuladas totais ou parciais as seguintes dotações Orçamentárias:

02.00 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - Gabinete do Prefeito

2.003 - Contribuição a Entidades Municipalistas

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

3.3.50.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

02.02 - Departamento de Esportes

1.019 - Construção do Ginásio Municipal de Esportes

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

07.01 - Fundo Municipal de Cultura

1.016 - Aquisição de Terreno p/Construção de Centro de Eventos

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

1.017 - Construção de Centro de Eventos

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

08.00- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

08.01 - Departamento de Infra Estrutura

1.030 - Impl. e Ampl.Sist.de Esgot. Sanitário da Sede e Comunidades

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

08.02 - Departamento de Serviços Urbanos

1.008 - Construção de Praças e Parques Infantis

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

TOTAL R\$ 550.000,00

Art. 2º Por conta dos Recursos do artigo anterior fica suplementada a seguinte Dotação Orçamentária:

04.00 - SECRETARIA MUN. DA FAZENDA, INDUSTRIA E COMÉRCIO

04.01 - Departamento da Fazenda

0.002 - Amortização e Encargos da Dívida Pública

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

4.6.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

07.01 - Fundo Municipal de Cultura

2.030- Manutenção das Atividades Culturais

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

08.00- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

08.02 - Departamento de Serviços Urbanos

2.023 - Manutenção dos Serviços Urbanos

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

2.024 - Manutenção da Iluminação Pública

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

TOTAL R\$ 550.000,00

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans, SC, 11 de junho de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE LEI NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

Lei 2.501 - Autoriza o Poder Executivo Municipal a Aderir ao Programa Badesc/Cidades II e Tomar Empréstimo Junto ao Badesc

LEI N. 2.501 DE 11 DE JUNHO DE 2013.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC/CIDADES II E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASACAES, Prefeito Municipal de Orleans, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC/CIDADES II.

Art. 2º A adesão ao Programa BADESC/CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de: obras de infraestrutura no município de Orleans.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC/CIDADES II até o montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais).

Parágrafo Único Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa BADESC/CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de leis orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias à formação do Programa, bem como, para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 11 de junho de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE LEI NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

Decreto 3.551 Anula Dotação Orçamentaria e Abre Credito Suplementar

DECRETO N.º 3.551 DE 11 DE JUNHO DE 2.013.

"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E AGRE CRÉDITO SUPLEMENTAR".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n. 2.500 de 11 de junho de 2013.

DECRETA:

Art. 1ª Ficam anuladas totais ou parciais as seguintes dotações Orçamentarias:

02.00 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - Gabinete do Prefeito

2.003 - Contribuição a Entidades Municipalistas

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

3.3.50.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

02.02 - Departamento de Esportes

1.019 - Construção do Ginásio Municipal de Esportes

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

07.01 - Fundo Municipal de Cultura

1.016 - Aquisição de Terreno p/Construção de Centro de Eventos

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

1.017 - Construção de Centro de Eventos

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

08.00- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

08.01 - Departamento de Infra Estrutura

1.030 - Impl. e Ampl.Sist.de Esgot. Sanitário da Sede e Comunidades

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

08.02 - Departamento de Serviços Urbanos

1.008 - Construção de Praças e Parques Infantis

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

TOTAL R\$ 550.000,00

Art. 2º Por conta dos Recursos do artigo anterior fica suplementada a seguinte Dotação Orçamentária:

04.00 - SECRETARIA MUN. DA FAZENDA, INDUSTRIA E COMÉRCIO

04.01 - Departamento da Fazenda

0.002 - Amortização e Encargos da Dívida Pública

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

4.6.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

07.01 - Fundo Municipal de Cultura

2.030- Manutenção das Atividades Culturais

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

08.00- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

08.02 - Departamento de Serviços Urbanos

2.023 - Manutenção dos Serviços Urbanos

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

2.024 - Manutenção da Iluminação Pública

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

TOTAL R\$ 550.000,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans, SC, 11 de junho de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

Palhoça

PREFEITURA

Errata 001 do Pregão Nº 112/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
ERRATA Nº 001
PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2013

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Anexo I do Edital Convocatório, ficando apazado para o dia 26 de junho de 2013, às 09:00, o recebimento dos envelopes e a sessão de lances, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezi-nha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 12 de junho de 2013.
A PREGOEIRA.

Errata 01 do Pregão 111-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
ERRATA 01
PREGÃO Nº. 111/2013

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Edital convocatório do PREGÃO nº.111/2013, ficando apazado para dia 26/06/2013 às 14:00 hs para entrega dos envelopes e 02/07/2013 para a sessão de lances. Os interessados poderão obter as alterações, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça 12 de junho de 2013
Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

Vencedor Licitação Generos Alimenticios Carta Convite Nº002/2013

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC - Comunica que a empresa TAF DISTRIBUIDORA LTDA , foi a vencedora da licitação modalidade CONVITE nº 02/2013 MENOR PREÇO GLOBAL no ITEM 3 e 5 e a empresa GEORGEA FILETI STEDILE DE OLIVEIRA ME , foi a vencedora no ITEM 2 e 4, conforme descrição constante do ANEXO I do edital. Quaisquer informações na Rua Joci José Martins, nº101 Pagani Palhoça e no site oficial www.cmp.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 3242-1501.

Palhoça/SC, 10 de junho de 2013.
KATIANE V. GOLIN
Presidente da CPL

Vencedor Licitação Generos Alimenticios Carta Convite Nº002/2013

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC - Comunica que a empresa TAF DISTRIBUIDORA LTDA , foi a vencedora da licitação modalidade CONVITE nº 02/2013 MENOR PREÇO GLOBAL no ITEM 3 e 5 e a empresa GEORGEA FILETI STEDILE DE OLIVEIRA ME , foi a vencedora no ITEM 2 e 4, conforme descrição constante do ANEXO I do edital. Quaisquer informações na Rua Joci José Martins, nº101 Pagani Palhoça e no site oficial www.cmp.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 3242-1501.

Palhoça/SC, 10 de junho de 2013.
KATIANE V. GOLIN
Presidente da CPL

Vencedora Licitação Modalidade Carta Convite Genero Alimenticios

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC - Comunica que a empresa GIZELE REGINA DA SILVA ME , foi a vencedora da licitação modalidade CONVITE nº 02/2013 MENOR PREÇO GLOBAL no ITEM 1 e, conforme descrição constante do ANEXO I do edital. Quaisquer informação na Rua Joci José Martins, nº101 Pagani Palhoça e no site oficial www.cmp.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 3242-1501.

Palhoça/SC, 07 de junho de 2013.
KATIANE V. GOLIN
Presidente da CPL

Papanduva

PREFEITURA

1ª Retificação- Edital de Chamada Pública Nº 003/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

1ª RETIFICAÇÃO

Edital de Chamada Pública nº 003/2013. O município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento de todos os interessados, que estará realizando junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Papanduva/SC, situada na Rua Sérgio Glevinski, nº 134, neste município, Chamada Pública nº 003/2013, para a aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar, conforme previsto na Lei nº 11.947 de 16 de julho de 2007, resolução 38 do FNDE de 16/07/2009. Os grupos formais deverão apresentar a documentação para habilitação e projeto de venda até o 24 de junho de 2013, as 14:00 horas, na sala de licitações da prefeitura. Os interessados poderão obter maiores informações no endereço supra citado ou pelo telefone 47 3653 2166.

Papanduva, 29 de maio de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 080/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 080/2013, Referente a Dispensa de Licitação nº 098/2013. Objeto: Locação de 01 (uma) Casa mista com área aproximada de 130,00 m² (centro e trinta metros quadrados), localizada na Rua Jorge Lacerda nº 3939, Bairro Hospital, neste município de Papanduva. Contratado(a): SIRLEI CARLOS DE MARIA DE SOUZA, sendo R\$ 800,00 (oitocentos reais) mensais, totalizando o montante de R\$ 5.630,00 (cinco mil e seiscentos e trinta reais).

Vigência: O presente instrumento terá vigência de 10 de junho de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Papanduva/SC, 10 de junho de 2013

ARILDO FERNANDES DIAS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços Nº 089/2013

REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2013

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 090/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 05/06/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa INFANTUS BRINQUEDOS E PRESENTES LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 02.720.401/0001-41, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de materiais para realização das oficinas e trabalhos manuais no CAPS, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 20.598,20 (vinte mil, quinhentos e noventa e oito reais e vinte centavos), referente aos itens 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60 e 61, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 090/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários

em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

a) Edital de Pregão Presencial nº 090/2013 e seus anexos;

b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente mediante autorização de fornecimento ou requisição de compras ou pré empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme necessidade e procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação;

4.2 - Os materiais deverão ser entregues, nas quantidades solicitadas, e dentro do prazo definido no item anterior desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;

5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções;

5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 090/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;
- Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;
- Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- Advertência;
- Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

- quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal;
- Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;
- Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva - SC, 05 de junho de 2013.

SILVANA FREDERICO

Pregoeira

MÁRCIO WISNIEVSKI

Equipe de Apoio

OTÁVIO HUNKA

Equipe de Apoio

SIRLEI APARECIDA ALVES LOPES

Equipe de Apoio

INFANTUS BRINQUEDOS E PRESENTES LTDA ME

ARILDO FERNANDES DIAS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços Nº 090/2013

REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2013

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 090/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 05/06/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 07.634.816/0001-16, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

- A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de materiais para realização das oficinas e trabalhos manuais no CAPS, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
- O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
- No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;
- O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 20.073,10 (vinte mil, setenta e três reais e dez centavos), referente aos itens 01, 02, 03, 04, 05, 18, 20, 23, 24, 27, 28, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47 e 58, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 090/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

- A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;
- Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;
- Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
- Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
- O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);
- Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

- Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 090/2013 e seus anexos;
b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- 4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente mediante autorização de fornecimento ou requisição de compras ou pré empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme necessidade e procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação;
4.2 - Os materiais deverão ser entregues, nas quantidades solicitadas, e dentro do prazo definido no item anterior desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;
5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções;
5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

- 6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 090/2013 e seus anexos;
6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;
6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;
6.4 Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;
6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;
7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

- 8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:
a) Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;
b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;
c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

- 8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes

sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

- 9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal;
10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;
10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva - SC, 05 de junho de 2013.

SILVANA FREDERICO

Pregoeira

MÁRCIO WISNIEWSKI

Equipe de Apoio

OTÁVIO HUNKA

Equipe de Apoio

SIRLEI APARECIDA ALVES LOPES

Equipe de Apoio

PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME

ARILDO FERNANDES DIAS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Porto Belo

PREFEITURA

Aviso de Licitação Tomada de Preço 001/2013 -FMS ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Porto Belo (SC), através do Fundo Municipal da Saúde, torna público às empresas cadastradas no Município em conformidade com a Lei 8.666/93 a abertura da Tomada de Preços nº 001/2013-FMS.

Objeto: A presente Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia consiste em selecionar a melhor proposta de valor global, objetivando a execução de serviços especializados para Ampliação da Unidade de Saúde Perequê, localizado na rua 190, bairro perequê, neste município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.

Recebimento das Propostas até: Às 12:00 horas do dia 28/06/2013, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: 28/06/2013 às 15:00 horas.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB-End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500- Centro-Porto Belo - SC, ou no site: www.portobelo.sc.gov.br.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail compras@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 14 de junho de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Aviso de Licitação Tomada de Preço 002/2013 - FMS ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Porto Belo (SC), através do Fundo Municipal da Saúde, torna público às empresas cadastradas no Município em conformidade com a Lei 8.666/93 a abertura da Tomada de Preços nº 002/2013-FMS.

Objeto: A presente Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia consiste em selecionar a melhor proposta de valor global, objetivando a execução de serviços especializados para Ampliação da Unidade de Saúde Araçá, localizado na rua Pedro Jacinto Dias s/n, bairro araçá, neste município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.

Recebimento das Propostas até: Às 12:00 horas do dia 28/06/2013, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: 28/06/2013 às 17:00 horas.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB-End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500- Centro-Porto Belo - SC, ou no site: www.portobelo.sc.gov.br.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail compras@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 14 de junho de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Porto União

PREFEITURA

Portaria N.º 512/2013 - RH

PORTARIA Nº 512, de 09 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Silvia Aparecida Roiek Correa, ocupante do cargo de Professor Pedagogo, para a Classe "C", Referência "01", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 09 de maio de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Extrato de Edital de Pregão Presencial 003/2013 - FUNREBOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 004/2013 - FUNREBOM

Extrato de Edital de Pregão Presencial 003/2013 - FUNREBOM

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para serviço de montagem de ambulância Auto Socorro de Urgência para o Corpo de Bombeiros Militar de Porto União, conforme descrição completa constante do anexo VII do Edital.. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 27 de Junho de 2013, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 13 de Junho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 004/2013 - FUNREBOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 005/2013 - FUNREBOM

Extrato de Edital de Pregão Presencial 004/2013 - FUNREBOM

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para serviço de montagem de auto tanque no caminhão marca VOLVO modelo VM 330, três eixos, tração 6x4, ano/ modelo 2011/ 2012 do Corpo de Bombeiros Militar, conforme descrição completa constante do anexo VII do Edital. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 28 de Junho de 2013, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 13 de Junho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 013/2013 - Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 032/2013 - EDUCAÇÃO

Extrato de Edital de Pregão Presencial 013/2013 - EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por lote, do tipo presencial, para aquisição de Livros de literatura para a Rede Municipal de Ensino, para atendimento ao Programa de Incentivo à Leitura - "Ler é Legal" - conforme Lei 3.996 de 28/03/2012. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 27 de Junho de 2013, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 13 de Junho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Aditivo 069/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 069/2013 - EDUCAÇÃO

Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 056/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Solo Comercial Ltda - EPP.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior por 30 (trinta) dias, a contar de 01/06/2013.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 29 de Maio de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Aditivo 070/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 070/2013 - EDUCAÇÃO

Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 051/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Janaína dos Santos Martins Zucco ME

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior por 30 (trinta) dias, a contar de 01/06/2013.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 29 de Maio de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Aditivo 071/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 071/2013 - EDUCAÇÃO

Contrato de Fornecimento nº 052/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Roberto Mistura ME.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior por 30 (trinta) dias, a contar de 01/06/2013.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 29 de Maio de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Aditivo 072/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 072/2013 - EDUCAÇÃO

Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 053/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e José Carlos Vedan - ME.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior por 30 (trinta) dias, a contar de 01/06/2013.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 29 de Maio de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Aditivo 073/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 073/2013 - EDUCAÇÃO

Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 055/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Blu Distribuidora de Papelaria Ltda ME.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior por 30 (trinta) dias, a contar de 01/06/2013.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 29 de Maio de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Aditivo 074/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 074/2013 - EDUCAÇÃO

Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 049/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Luiz Angelo Dalgallo - ME.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior por 30 (trinta) dias, a contar de 01/06/2013.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 29 de Maio de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria N° 0732/RH

PORTARIA Nº. 0732/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, ROSELI MARINHEIRO DELINO para exercer o cargo de provimento efetivo de EDUCADOR SOCIAL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria N° 0733/RH

PORTARIA Nº. 0733/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, IRINEU FREDERICO BORGES para exercer o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Extrato de Edital 22/2013 FMS

Prefeitura de Rio do Sul

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Suprimentos - Setor de Compras

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2013 FMS

OBJETO: Aquisição de mobiliário e equipamentos para atender necessidade da Secretaria de Saúde.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 08:30 horas do dia 28/06/2013.

CREDENCIAMENTO e SESSÃO DE LANCES: As 09:30 horas do dia 28/06/2013, na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, Rua Tuiuti, 154, centro, Setor de Compras, fone (47) 3531 1437, pelo e-mail licitacao.saude@hotmail.com ou no site www.riodosul.sc.gov.br, no link Licitações - Editais Secretaria da Saúde.

Rio do Sul (SC), 13 de abril de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

Extrato de Edital 27/2013 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA-TRS/DIÁLISE/HEMODIÁLISE - Nº 27/2013 FMS

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, inscrito no CNPJ sob nº. 10.469.199/0001-55, que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, Art. 24 da Lei nº. 8.080/1990 e Portaria/MS/GM nº. 1.034/2010, torna público o presente Edital para chamamento público que tem por finalidade a contratação de serviços especializados para o conjunto total de procedimentos em TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA-TRS/DIÁLISE/HEMODIÁLISE para atendimento em regime ambulatorial aos usuários do Sistema Único de Saúde no município de Rio do Sul. Para tanto os interessados terão o prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, para apresentação dos documentos necessários, conforme anexo I, no Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria, Policlínica, Sala 110, no endereço a Rua Tuiui, 154, Centro, Rio do Sul/SC, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 hs

Os documentos relacionados a seguir fazem parte deste Credenciamento:

Anexo I - Documentação necessária para Credenciamento;
Anexo II - Minuta de contrato;
Anexo III - Declaração de retirada de edital;
Anexo IV - Requerimento;
Anexo V- Declaração de concordância;

I - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente credenciamento é o chamamento público de prestadores de serviços interessados em participar de forma complementar ao SUS no município de Rio do Sul, e firmar com a Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul/Fundo Municipal de Saúde, contrato de prestação de serviços, conforme minuta de contrato constante no ANEXO II deste edital, visando a prestação de serviços em regime ambulatorial para o conjunto total de procedimentos em TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA-TRS, DIÁLISE/HEMODIÁLISE.

1.2 - O preço referente à prestação dos serviços ambulatoriais, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.080/90, será aquele constante na tabela de procedimentos do Sistema de Informações Ambulatoriais-SIA/SUS do Ministério da Saúde, bem como, seus reajustes.

1.3 - O número de atendimentos a serem realizados deverá estar compatível com a Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal e o constante no Termo de Compromisso de Garantia de Acesso à Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia.

1.4 - A íntegra do edital pode ser solicitada pelo e-mail sau.dv-caa@riodosul.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas pelo fone (47) 3531-1449.

1.5 - As despesas decorrentes das contratações previstas neste edital serão cobertas pela seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:
Órgão: 40 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto/atividade: 2.080 - BLMAC - Manutenção da Gestão Plena (MAC)

Rio do Sul (SC), 06 de junho de 2013.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

DR. LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde

Extrato de Inexigibilidade 13/2013 FMS

Prefeitura de Rio do Sul
Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Suprimentos - Setor de Compras
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2013 - FMS

OBJETO: Aquisição de vale-transporte para atender necessidade dos servidores desta secretaria, para os meses de abril, maio e junho de 2013.

JUSTIFICATIVA: Único fornecedor, com base no artigo 25, inciso I da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993, que estabelece "é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição".

VALOR DO OBJETO: R\$ 31.746,00 (trinta e um mil, setecentos e quarenta e seis reais)

FORNECEDORES:

* Ônibus Circular Ltda, situada na rua Lauro Muller, nº 444, bairro Budag, município de Rio do Sul. CNPJ: 85.775.633/0001-24;
* Expresso Taioense Ltda, situada na rua Lauro Muller, nº 444, bairro Budag, município de Rio do Sul. CNPJ: 85.776.342/0001-50.

Rio do Sul (SC), 27 de março de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Pregão Presencial 060/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2013

OBJETO: LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR DE SOLO COMPLETO TIPO PÉ DE CARNEIRO. SECRETARIA DE OBRAS
REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 26/06/2013, às 13:30h.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 14:00h do dia 26/06/2013.

LOCAL: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rio do Sul sita à Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 11 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Pregão Presencial 062/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2013

OBJETO: Aquisição de automóveis novos para a Secretaria de Agricultura.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 26/06/2013, às 09:30h, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:00h do dia 26/06/2013, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 12 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

12º Termo Aditivo ao Contrato Nº 220/2010

12º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 220/2010 firmado

em 05/04/2010, com término

previsto para 30/04/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) VALERIA ZIRBEL, portador(a) do CPF nº 004.791.339-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 12º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 220/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 220/2010, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2013 e encerrando-se em 08/05/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 29 de Abril de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

VALERIA ZIRBEL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 259/2013

1º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 259/2013 firmado

em 04/03/2013, com término

previsto para 03/06/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ROSINEI RAQUEL ORLANDI LIMBERGER, portador(a) do CPF nº 928.659.849-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 259/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 259/2013, iniciando-se a prorrogação em 04/06/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ROSINEI RAQUEL ORLANDI LIMBERGER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 237/2013

2º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 237/2013 firmado

em 01/03/2013, com término

previsto para 10/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ELIANA KRUSCINSCK DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 506.258.619-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 237/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 237/2013, iniciando-se a prorrogação em 11/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração



www.ciga.sc.gov.br

ELIANA KRUSCINSCK DE OLIVEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

Editais de Processo Seletivo N. 004/2013 **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2013**

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC, neste ato representado pelo Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, Prefeito Municipal, Sr. Givanildo Silva, Secretário Municipal de Administração e Luiz Carlos Zanis, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207/2010 e alterações posteriores, Lei Complementar 208/2010 e alterações posteriores, Lei 3.796, de 26 de junho de 2002 e alterações posteriores e Portaria nº 336 de 19 de fevereiro de 2002, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO a realização de PROCESSO SELETIVO, destinado ao recrutamento de pessoal a ser contratado por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Este edital, seus resultados e demais comunicações relacionadas ao presente processo seletivo serão publicados no Portal do Servidor Público Municipal de Rio do Sul, www.riodosul.sc.gov.br/rh e/ou no site do Diário Oficial dos Municípios - DOM www.diariomunicipal.sc.gov.br.

1.2 O prazo de validade deste processo seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da data de publicação do decreto de homologação final, podendo, a critério da administração, ser prorrogado uma única vez, por igual período.

1.3 A Comissão Especial deste Processo Seletivo foi constituída através do Decreto n. 3.437, de 11 de junho de 2013.

2 - DO OBJETO

2.1 O presente Processo Seletivo tem por objeto o recrutamento, a seleção e a contratação, por tempo determinado, de Médico Psiquiatra, para atuação na Secretaria Municipal de Saúde.

3 - DOS REQUISITOS PARA A FUNÇÃO

3.1 Nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da lei.

3.2 Idade mínima de 18 (dezoito) anos.

3.3 Quitação com as obrigações militar e eleitoral.

3.4 Aptidão física e mental para o exercício da função.

3.5 Habilitação para a função (conforme item 4.1 deste edital).

3.6 Não possuir acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública, conforme prevê a Constituição Federal.

3.7 Não haver sofrido as penalidades previstas no art. 173, conforme dispõe o Art. 176 e Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 207/2010 e alterações posteriores.

3.8 Não estar em licença, ainda que não remunerada, de cargo, função ou emprego público que exerça na administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

3.9 Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste edital.

3.10 No ato da inscrição, não serão solicitados comprovantes de todas as exigências contidas nos subitens anteriores. No entanto, o candidato que não as satisfaça no ato da contratação, mesmo tendo sido aprovado, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

3.11 A comprovação dos requisitos mínimos necessários para a função deverá ser efetuada nos termos do item 7.2 deste edital.

4 - DA FUNÇÃO, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO, ATUAÇÃO, SALÁRIO BASE E ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO

4.1 As funções, a quantidade de vagas, a carga horária semanal, a habilitação, a atuação e o salário base são os estabelecidos no quadro abaixo:

FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO/REQUISITOS NECESÁRIOS A SEREM COMPROVADOS NO ATO DA CONTRATAÇÃO	ATUAÇÃO	SALÁRIO BASE
Médico Psiquiatra	01	20h	Graduação em Medicina, com especialização em Psiquiatria. Registro no Conselho da Classe Profissional	CAPS - Centro de Atenção Psicossocial	R\$ 4.724,90

4.2 As vagas oferecidas neste edital estão em conformidade com o item IV do Art. 2º da Lei nº 3.796 de 26/06/2002 e suas alterações posteriores e abrangem também as que surgirem dentro do período de validade deste edital.

4.3 As ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO são constantes do ANEXO I, deste edital.

5 - DAS INSCRIÇÕES

5.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá certificar-se dos termos deste edital e de que preenche todos os requisitos exigidos para o exercício da função.

5.2 As inscrições estarão abertas no período de 12/06/2013 até 25/06/2013.

5.3 A Ficha de Inscrição está disponibilizada no Portal do Servidor Público Municipal de Rio do Sul: www.riodosul.sc.gov.br/rh.

5.4 O candidato deverá preencher todos os dados da ficha de inscrição e entregá-la, devidamente assinada, pessoalmente ou por procuração, na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Tuiuti, 154, Sala 97, Centro, Rio do Sul - SC, das 8h às 11h, com os documentos constantes no item 5.5 deste edital.

5.5 Para inscrição o candidato deverá apresentar:

- Fotocópia do Registro de Identidade e do CPF;
- Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (caso de haver empate);
- Fotocópia autenticada do certificado de cursos de capacitação e/ou aperfeiçoamento, se tiver, nos termos do item 7.2 deste edital;
- Fotocópia autenticada da comprovação de tempo de serviço, se tiver, nos termos do item 7.2 deste edital;
- Tabela de Títulos (Anexo III), devidamente preenchida e assinada;
- Endereço, telefone e e-mail para contato.

5.6 O candidato é responsável pelas informações prestadas na ficha de inscrição, responsabilizando-se pelas consequências de erros ou não preenchimento de qualquer campo daquele documento.

5.7 Será cancelada a inscrição do candidato que prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não atender integralmente todas as condições estabelecidas neste edital.

5.8 O candidato, ao preencher a ficha de inscrição, declara estar ciente das exigências e normas estabelecidas para este Processo Seletivo, em plena concordância das mesmas.

5.9 No dia 26/06/2013, as inscrições homologadas e indeferidas serão publicadas no site do Município de Rio do Sul (www.riodosul.sc.gov.br), em ordem alfabética.

5.10 O candidato terá 01 (um) dia útil após a publicação das

inscrições, para solicitar recurso através de requerimento encaminhado a Secretaria Municipal de Administração (conforme Anexo II deste Edital), devidamente instruído e protocolado no Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal de Rio do Sul. No dia 28/06/2013, as inscrições homologadas e indeferidas serão publicadas no Portal do Servidor Público, dando início ao processo de seleção.

6 - DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

6.1 O Processo Seletivo, objeto deste Edital, compreenderá de Prova de Títulos, de caráter classificatório.

6.2 Resultado final dar-se-á mediante somatório da pontuação obtida nos títulos.

7 - DA PROVA DE TÍTULOS

7.1 A Prova de Título, de caráter classificatório e não eliminatório, tem por objetivo avaliar os conhecimentos adquiridos através da conclusão de cursos e experiências profissionais estreitamente relacionadas com a função a ser exercida pelo candidato.

7.2 Será considerado como título:

a) Certificado de conclusão de curso de pós-graduação, em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 horas ou Certidão de Conclusão emitida pela Instituição de Ensino;

b) Certidão ou Declaração de conclusão de cursos (palestras, seminários, congressos, workshop, etc.) de aperfeiçoamento/capacitação, realizados nos últimos 05 anos e emitidos por Instituição de Ensino credenciada (Os casos em que não for possível a apresentação do certificado, serão aceitas declarações fornecidas pela Instituição promotora do curso, desde que contenha o período de realização e carga horária do evento);

c) Certidão ou Declaração circunstanciada de tempo de serviço expedida pelo órgão ou empresa competente de atuação, para comprovação de atuação como Médico Psiquiatra ou Carteira de Trabalho que conste a data de entrada e saída. Caso o contrato ainda esteja em aberto, somente será considerado como título a Certidão ou Declaração circunstanciada expedida pelo órgão de atuação.

7.3 A avaliação dos referidos títulos obedecerá aos seguintes critérios:

a) Especialização: 4,0 pontos;

b) Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária de até 40 horas: 1,0 ponto;

c) Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária superior a 40 horas: 2,0 pontos;

d) Experiência profissional, de 6 a 12 meses: 1,0 pontos;

e) Experiência Profissional superior a 12 meses: 4,0 pontos.

7.3.1 O candidato poderá alcançar, no somatório total, o máximo de 10,0 pontos.

7.3.2 A análise de cursos relacionados com a função a ser exercida, será efetuada com base nas atribuições da função.

7.3.3 A pontuação aferida aos cursos de aperfeiçoamento refere-se ao somatório total da carga horária dos cursos apresentados pelo candidato.

7.3.4 A pontuação aferida a experiência profissional refere-se ao somatório total do período de experiência, não sendo considerado para o somatório, períodos inferiores a 06 meses.

7.3.5 Não será considerado para pontuação de títulos, a especialização como Médico Psiquiatra exigida como requisito para a função.

7.3.6 Somente serão considerados para análise, os títulos entregues e devidamente relacionados na tabela constante do Anexo III deste Edital.

7.3.7 Os títulos relacionados na tabela constante do Anexo III não geram direito garantido a pontuação. Os mesmos serão objetos de análise pela Comissão Especial de Processo Seletivo, seguindo-se os critérios dispostos neste edital, para posterior validação ou não.

7.3.8 O Prazo de Recurso para esta fase se dará juntamente com o prazo de recurso aberto para o Resultado Final, conforme dispõe o item 9 deste edital.

8 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1 Em caso de empate, será utilizado como critério de desempate:

8.1.2 Para os candidatos com 60 (sessenta) anos ou mais, completados até o último dia do prazo de inscrição, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento:

a) Maior idade;

b) Maior número de dependentes.

8.1.3 Para os demais candidatos:

a) Maior tempo de experiência;

b) Maior número horas de capacitação;

c) Maior número de dependentes;

d) Maior idade.

8.2 Para o desempate, serão considerados os títulos já analisados e tornados válidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo.

9 - DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO E DO PRAZO PARA RECURSO

9.1 O Resultado Final Provisório será publicado no Portal do Servidor Público do Município de Rio do Sul e no DOM - Diário Oficial dos Municípios, a partir do dia 02/07/2013. Os candidatos terão 02 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado, para solicitar recurso, devidamente fundamentado, através de requerimento encaminhado a Secretaria Municipal de Administração, instruído e protocolado no Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, conforme modelo constante do Anexo II deste edital. No dia 08/07/2013 o Resultado Final Definitivo será homologado através de Decreto e o Processo Seletivo encerrado.

9.2 Não serão reconhecidos os recursos interpostos fora dos prazos dispostos no item 9.1 deste edital.

10 - DA CONVOCAÇÃO

10.1 O candidato aprovado será convocado imediatamente após a homologação deste Processo Seletivo, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação, através da publicação do Termo de Convocação no Portal do Servidor Público do Município de Rio do Sul (www.riodosul.sc.gov.br/rh) e/ou Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

10.2 É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das convocações efetuadas pelos sites acima citados.

10.3 O Departamento de Recursos Humanos poderá, eventualmente, entrar em contato com o candidato convocado através do número de telefone, endereço e/ou e-mail informados na ficha de inscrição, portanto, é de inteira responsabilidade do candidato a atualização de seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC, quando houver alteração dos dados informados na ficha de inscrição.

10.4 Ao ser convocado, o candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, munido de documento de identidade, para dar início ao processo de contratação.

10.5 O candidato que deixar de comparecer no prazo previsto no item anterior, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

10.6 Ao candidato que não tiver interesse na vaga ofertada, não será apresentada outra, sendo neste caso, eliminado do processo seletivo.

11 - DA CONTRATAÇÃO

11.1 A contratação, objeto deste processo seletivo, tem caráter emergencial e deve ocorrer imediatamente após a convocação, podendo o contrato ser prorrogado enquanto durar o programa, conforme inciso IV, Art. 4º da Lei Municipal nº 3.796/2002 e alterações posteriores.

11.2 O candidato contratado estará em permanente avaliação. Caso seu desempenho não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido antes do término previsto, nos termos da Lei Municipal nº 3.796/2002 e alterações posteriores.

11.3 Previamente a contratação, mediante convocação, serão

exigidos dos candidatos classificados os seguintes documentos:
Fotocópia legível:

- a) CPF
- b) Registro de Identidade
- c) Carteira de reservista (se homem)
- d) Comprovante Inscrição PIS/PASEP
- e) Certidão nascimento ou casamento
- f) Certidão nascimento filhos (menores de 14 anos)
- g) Título eleitoral e comprovante de quitação com as obrigações eleitorais
- h) Comprovante dos requisitos exigidos para a função (conforme item 3 deste edital)
- i) Endereço completo, telefone e e-mail para contato
- j) Declaração Acúmulo Cargo (fornecida pelo RH)
- l) Declaração Dependentes Imposto de Renda (fornecida pelo Dep. RH)
- m) Declaração Dependentes Salário Família (fornecida pelo Dep. RH)
- n) Nº de conta Bradesco (autorização para abertura fornecida pelo RH)
- o) Carteira comprovando grupo sanguíneo (se tiver)
- p) Atestado Médico Admissional (previamente agendado pelo RH)
- q) Outros documentos que lhe forem solicitados no ato da convocação.

12- CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

PERÍODO INSCRIÇÃO	12 até 25/06/2013
PUBLICAÇÃO INSCRIÇÕES	26/06/2013
RECURSO INSCRIÇÕES	27/06/2013
PUBLICAÇÃO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO	02/07/2013
RECURSO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO	03 e 04/07/2013
HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL	08/07/2013

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Para o candidato que não aceitar a vaga apresentada ou dela desistir, não será apresentada outra.

13.2 A aprovação do candidato neste processo seletivo, no que excede ao número de vagas disposto neste edital, não gera direito de contratação, visto que esta será realizada de acordo com a necessidade e seguindo rigorosamente a ordem de classificação.

13.3 As contratações serão efetuadas com base na Lei nº 3.796/02, sendo assegurado aos contratados os direitos estabelecidos no Art. 11 da lei supra citada.

13.4 A contribuição previdenciária dos contratados por este processo seletivo, será vinculada ao regime geral de Previdência Social (INSS).

13.5 Eventuais alterações na legislação municipal, relativas a normas inerentes aos Servidores Públicos Municipais, com reflexo nas contratações de caráter temporário de excepcional interesse público, serão automaticamente incorporadas a partir de sua vigência.

13.6 Os anexos I, II e III são partes integrantes deste edital.

13.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração.

13.8 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul (SC), 11 de junho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

ANEXO I

DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO MÉDICO PSIQUIATRA

Descrição Sumária:

Realizar assistência médica, implementar ações e coordenar programas e serviços de promoção à saúde das pessoas. Adotar medidas de precaução padrão de biossegurança. Elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica.

Principais Atribuições:

Promover ações em saúde que propicie o bem estar dos usuários, efetuando atendimentos médicos, nos diferentes níveis de atenção. Emitir pareceres. Prescrever medicamentos e outros, utilizando-se da medicina preventiva e/ou terapêutica. Prestar a plena atenção aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde, encaminhando pacientes para atendimento especializado, requerendo pareceres técnicos (contra-referência) e ou exames complementares, analisando e interpretando exames diversos, para estabelecer o diagnóstico, prognóstico e plano de tratamento, em conformidade com os ditames do código de ética médica do Conselho Federal de Medicina. Manter o registro dos usuários atendidos (prontuário), incluindo a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução, procedimentos tomados, a fim de efetuar a orientação terapêutica adequada. Emitir atestados de saúde, aptidão física e mental, óbito e outros em acordo com sua atribuição técnica com a finalidade de atender determinações legais. Prestar informações e orientações à população, visando proporcionar troca de conhecimentos, divulgar fatores de riscos e outros, participando dos grupos e/ou reuniões comunitárias. Realizar exames de sanidade mental quando for solicitado. Participar de equipes interdisciplinares e multiprofissionais, realizando atividades em conjunto, tais como: visitas médicas, discussão de casos, reuniões administrativas, visitas domiciliares etc. Difundir os conhecimentos médicos preparando material didático, promovendo aulas, palestras, desenvolvendo pesquisas, participando de encontros, congressos e demais eventos na área, entre outros. Colaborar com a formação e no aprimoramento de outros profissionais de saúde, supervisionando e orientando ações, estágios e participando de programas de treinamento em serviço. Solicitar, quando necessário, exames complementares e pareceres de especialistas para melhor elucidação dos casos. Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental. Participar, conforme a política interna do poder executivo municipal, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas. Executar outras atividades compatíveis com formação profissional.

ANEXO II

MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO

AO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:

Processo Seletivo nº 004/2013 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Nome: _____

CPF: _____

RG: _____

Endereço: _____

Número de Inscrição: _____

Motivo do recurso: _____

Fundamentação e argumentação lógica: _____

Data: ____/____/2013.

Assinatura: _____

ANEXO IV

TABELA TÍTULOS PROCESSO SELETIVO Nº 004/2013

Nome:			
Função:			
Tipo Título (certificado, declaração, carteira trabalho)	Carga horária curso / tempo serviço	Instituição promotora curso/ Órgão atuação	Confirmação recebimento título

Declaro que entreguei na data de _____, os títulos acima especificados, ciente de que os mesmos serão objetos de análise da Comissão Especial de Processo Seletivo, bem como de que não serão aceitos títulos em outra data que não a do ato de inscrição.

Assinatura Candidato

Assinatura e carimbo recebedor dos títulos

Termo de Convocação Irineu Frederico Borges
 TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) IRINEU FREDERICO BORGES, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de ASSISTENTE SOCIAL - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0733/RH de 07/06/2013, publicada em 14/06/2013. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar De Serviços Gerais	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA
Calceteiro	
Carpinteiro	
Coveiro	
Eletricista	
Motorista De Caminhão	
Motorista De Veículo Leve	
Operador De Equipamentos	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA
Pedreiro	
Demais Cargos	

Rio do Sul, 13 de junho de 2013.
 Departamento de Recursos Humanos
 Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação Roseli Marinheiro Delino
 TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ROSELI MARINHEIRO DELINO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de EDUCADOR SOCIAL - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0732/RH de 07/06/2013, publicada em 14/06/2013. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar De Serviços Gerais	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA
Calceteiro	
Carpinteiro	
Coveiro	
Eletricista	
Motorista De Caminhão	
Motorista De Veículo Leve	
Operador De Equipamentos	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA
Pedreiro	
Demais Cargos	

Rio do Sul, 13 de junho de 2013.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Resumo de Edital

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

LICITAÇÃO Nº 40/2013 - PR 40/2013

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para Contratação de empresa para prestação de Serviços de Arbitragem, Apontador e Apoio Técnico no Campeonato Municipal de Futsal, Edição 2013, com recebimento da documentação e proposta até às 08:45Hs do dia 26/06/2013. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113, e-mail compras@santarosadosul.sc.gov.br

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Resumo de Revogação de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
Aviso de Anulação de Licitação
Processo nº 36/2013 CV 36/2013.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de Serviços de Arbitragem, Apontador e Apoio Técnico no Campeonato Municipal de Futsal, Edição 2013.

Motivo: ERRO ADMINISTRATIVO.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Lei Complementar 022

LEI COMPLEMENTAR Nº 022 DE 12 DE JUNHO DE 2013
ALTERA O ARTIGO 398 E ACRESCENTA O ARTIGO 398-A NA LEI COMPLEMENTAR Nº 16 DE 21 DE SETEMBRO DE 2011 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, QUE DISPÕE SOBRE OS PREÇOS PÚBLICOS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, INSTITUI INCENTIVO FISCAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O inciso VIII do artigo 397 da Lei Complementar nº 16 de 21 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 397. []
[]

VIII - da prestação de serviços de máquinas de propriedade do Município para uso em geral;

Art. 2º. O artigo 398 da Lei Complementar nº 16 de 21 de setembro de 2011, alterado pela Lei nº 1028 de 16 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 398. Os preços públicos, pagos em razão da prestação de serviços da administração pública municipal aos munícipes, com a utilização de maquinário de propriedade do Município serão cobrados, quando da prestação dos serviços, na forma de horas/máquina, pelos valores abaixo especificados:

Descrição dos equipamentos	Valor da hora/máquina em UFRM
Motoniveladora	30,00
Pá carregadeira	25,00
Retroescavadeira	20,00
Trator agrícola de pneu sem implementos	15,00
Trator agrícola de pneu com implementos	16,00
Trator de esteira	22,00
Caminhão	16,00
Escavadeira hidráulica	22,00

§1º. Entende-se por hora/máquina o período de uma hora de atividade, ininterrupta ou não, do maquinário requerido e contratado pelo munícipe, cujo início da hora se dá a partir do momento em que o operador da referida máquina ou caminhão, inicia os trabalhos no local indicado pelo contratante.

§ 2º. A hora/máquina não pode ser paga de forma fracionada em minutos, ainda que o munícipe contratante necessite de período inferior a uma hora de serviço, assim como o valor pago não poderá ser devolvido ao munícipe contratante, salvo se houver impossibilidade de realização dos serviços contratados.

§ 3º. Caso se verifique, durante a execução dos trabalhos, a necessidade de se estender o período para conclusão do serviço, deverá o munícipe contratante, antecipar o pagamento do valor excedente a fim de evitar o deslocamento do maquinário para outro local. Agindo assim, o munícipe contratante não será recolocado no cronograma de atendimento, sendo atendido imediatamente.

§ 4º. Caso a prestação do serviço tenha duração superior a uma hora e se estenda até uma hora e quinze minutos, não será

cobrado do munícipe contratante o referido período excedente.
§ 5º. Para utilização da escavadeira hidráulica e do trator de esteira de propriedade do Município, para o fim de abertura e construção de açude, deverá o agricultor apresentar a devida licença do órgão ambiental competente.

Art. 3º. Fica acrescentado o art. 398-A, logo em seguida do art. 398, na Lei Complementar 16 de 21 de setembro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 398-A. Fica instituída a Política de Incentivo ao Movimento Econômico Rural, oferecida em favor dos agricultores do Município, tendo como finalidade a melhoria na estrutura dos imóveis por estes utilizados, na qualidade de vida das famílias e ainda como incentivo ao aumento do movimento econômico do agricultor, a qual obedecerá às seguintes regras:

§ 1º. Ao agricultor que auferir renda em atividade agrícola e que comprove movimento econômico através de Nota Fiscal de Produtor Rural, será concedido subsídio integral do preço fixado da hora/máquina contratada com o Poder Executivo Municipal, de acordo com a tabela abaixo:

Movimento econômico	Horas/máquina subsidiadas
De R\$ 1.000,00 a R\$ 2.500,00	01 hora/máquina
De R\$ 2.501,00 a R\$ 5.000,00	02 horas/máquina
De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.500,00	03 horas/máquina
De R\$ 7.501,00 a R\$ 10.000,00	04 horas/máquina
De R\$ 10.001,00 a R\$ 12.500,00	05 horas/máquina
De R\$ 12.501,00 a R\$ 15.000,00	06 horas/máquina
De R\$ 15.001,00 a R\$ 17.500,00	07 horas/máquina
De R\$ 17.501,00 a R\$ 20.000,00	08 horas/máquina
De R\$ 20.001,00 a R\$ 22.500,00	09 horas/máquina
De R\$ 22.501,00 a R\$ 25.000,00	10 horas/máquina

§ 2º. Para efeito deste artigo, o movimento econômico do agricultor será auferido levando-se em conta aquele registrado no ano anterior ao da aquisição do incentivo, considerando-se o período de 01 de março a 28 de fevereiro do ano subsequente.

§ 3º. As horas/máquinas subsidiadas a título de incentivo, descritas no parágrafo primeiro deste artigo, são intransferíveis de agricultor para agricultor, não geram direito adquirido e somente poderão ser requeridas durante o período aquisitivo de que trata parágrafo segundo deste artigo.

§ 4º. Fica vedada a concessão do incentivo de que trata este artigo ao agricultor/contribuinte que possuir débito com a Fazenda Pública Municipal.

I - O agricultor deverá requerer os serviços de hora/máquina subsidiada junto a Secretaria Municipal de Agricultura que providenciará a verificação de eventuais débitos do agricultor junto a Fazenda Pública Municipal antes da concessão deste incentivo.

§ 5º. Após o recebimento da décima hora/máquina integralmente subsidiada, o agricultor deverá efetuar o pagamento integral das horas/máquinas excedentes de que necessitar, de acordo com a tabela descrita no artigo 398 desta Lei Complementar.

Art. 4º. O parágrafo único do artigo 402 da Lei Complementar 16 de 21 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 402 []

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Agricultura poderá cancelar temporariamente novos pedidos de prestação de serviços de máquinas se a demanda for maior do que a capacidade de atendimento, evitando assim longo período de espera nos pedidos já pagos, não gerando qualquer direito do agricultor em reclamar eventuais horas/máquinas subsidiadas não executadas pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a tomar todas as demais providências administrativas, orçamentárias,

financeiras, contábeis e patrimoniais para o fiel cumprimento da presente Lei Complementar.

Art. 6º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especificamente o artigo 398 da Lei Complementar 16 de 21 de setembro de 2011, alterado pela Lei 1.028 de 16 de dezembro de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 12 de Junho de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT

Secretário de Gestão e Des. Econômico

Matricula nº 136/8

Lei Municipal 1121

LEI Nº 1121 DE 12 DE JUNHO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde, constante da Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 103.853,64 (cento e três mil oitocentos e cinquenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

09.00 Fundo Municipal de Saúde

09.01 Fundo Municipal de Saúde

103010025.2.025006 Rede Básica de Saúde

515 0100 3.3.90.00.00.0000

Aplicações Diretas 103.853,64

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1019, de 09 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 103.853,64 (cento e três mil oitocentos e cinquenta e três reais e sessenta e quatro centavos), a seguir especificados:

09.00 Fundo Municipal de Saúde

09.01 Fundo Municipal de Saúde

103010025.2.025001 Saúde Bucal

475 0100 3.3.90.00.00.0000

Aplicações Diretas 11.903,00

09.00 Fundo Municipal de Saúde

09.01 Fundo Municipal de Saúde

103010025.2.025004 Farmácia Básica

500 0100 3.3.90.00.00.0000

Aplicações Diretas 91.950,64

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 12 de Junho de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT

Secretário de Gestão e Des. Econômico

Matricula nº 136/8

São Bento do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 3189/2013

LEI Nº 3189, DE 12 DE JUNHO DE 2013

AUTORIZA O MUNICÍPIO A APOIAR A REALIZAÇÃO DO 10º ENCONTRO DE VEÍCULOS ANTIGOS NO PAVILHÃO DE EVENTOS DA PROMOSUL

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Município de São Bento do Sul autorizado a apoiar a realização do "10º ENCONTRO DE VEÍCULOS ANTIGOS", evento que será promovido pelo CLUBE AUTOS ANTIGOS DA SERRA, associação privada, com sede na Rua Antonio Kaesemodel, 1613 - Colonial, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 17.330.733/0001-97.

Art. 2º. O apoio do Município para a realização do evento consolidar-se-á através da concessão de espaço físico nos dias 13, 14, 15 e 16 de junho/2013 do pavilhão de eventos da Fundação Promotora de Eventos de São Bento do Sul - PROMOSUL.

Parágrafo Único - A concessão do espaço físico é possível em razão do contrato de locação firmado entre o Município e a PROMO-SUL, através do Processo Licitatório nº 51/2013 - DL.

Art. 3º. As despesas oriundas da execução desta Lei correrão à conta da Nota de Empenho nº 585, emitida em 30/01/2013, referente locação de espaço físico do pavilhão de eventos da Fundação Promotora de Eventos de São Bento do Sul - PROMOSUL para a realização de eventos diversos durante o ano de 2013.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 197/2013

DECRETO Nº 0197, DE 12 DE JUNHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS EM EVENTO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º. O Poder Executivo Municipal, com fundamento no art. 3º da Lei nº 3005/2012, autoriza o consumo de bebidas alcoólicas exclusivamente nos limites da Praça Getúlio Vargas, no Centro do Município de São Bento do Sul, no dia 29 de junho de 2013, das 8 às 17 horas, em razão da realização do 10º Winterstammtischtreffen am Platz, realizado pelo Vorstand Stammtisch.

Art. 2º. A autorização restringe apenas a data, horário e local estabelecidos no artigo anterior, ficando vedado tal consumo por pessoas menores de 18 anos de idade, nos termos de legislação vigente em todo território nacional.

Art. 3º. Os organizadores deverão orientar os frequentadores do evento da área delimitada para o consumo e solicitar as autoridades policiais a manutenção da ordem pública no local e ainda atentar para a vedação descrita no artigo anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Errata

ERRATA:

No Diário Oficial Municipal nº 1258, de 13 de junho de 2013, página 338, na publicação da Portaria nº 2443/2013, no local que se lê "a partir de 11 de outubro de 2013" leia-se "a partir de 11 de outubro de 2012".

No Diário Oficial Municipal nº 1258, de 13 de junho de 2013, página 340, na publicação da Portaria nº 2487/2013, no local que se lê "Diocelo Aparecida Kornatzki" leia-se "Dioceli Aparecida Kornatzki".

Portaria Nº 2498/2013

PORTARIA Nº 2498, DE 07 DE JUNHO DE 2013

REVOGA PORTARIA Nº 2497/13

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Revogar a Portaria nº 2497/13 que nomeou servidora pública municipal ORIANE ROESLER DOS SANTOS, no cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, por desistência espontânea em 06 de junho de 2013.

São Bento do Sul, 07 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

SAMAE

Portaria SAMAE/SBS Nº 134, de 11 de Junho de 2.013

"AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar os servidores ocupantes de cargo em provimento efetivo Adair Chaves - Operador de Rede de Água e Esgoto, Arnaldo Dziedzic Junior - Operador de Rede de Água e Esgoto, Hélio Sandro Martins - Auxiliar de Serviços Operacionais, Luis Claudio Piechontcoski - Operador de Serviços de Pedreiro, Luiz Carlos Gelinski Pereira - Operador de Serviços de Pedreiro, Márcio Cleiton Braga da Silva - Operador de Rede de Água e Esgoto a dirigirem,

eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, abaixo relacionados:

- AGRAL PLACA MCN 3105;
- BONGO placa MHK 2123;
- CAÇAMBA placa MET 8608;
- CAMINHÃO placa MJM 0613;
- RANGER placa MDP 3377;
- F 350 placas MKA 0682 e MKA 1132;
- F 4000 placa LYT 7509;
- RETROESCAVADEIRA placa MCX 0667;
- SAVEIRO placas MHL 5606 e MIC 8993;
- STRADA placas MGY 3194, MGY 3254, MIB 6455, MIB 2925;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria SAMAE/SBS Nº 135, de 11 de Junho de 2.013

“ AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar os servidores ocupantes de cargo em provimento efetivo Adriano Alves - Operador de Rede de Água e Esgoto, Antônio Claudio Hack - Operador de Rede de Água e Esgoto, Ednilson Marcos Spoletti - Operador de Rede de Água e Esgoto, Eloir Sebastião André - Auxiliar de Serviços Operacionais, Jose Vilmar Varela - Operador de Rede de Água e Esgoto, Marcelo Ciriaco Airoso - Operador de Rede de Água e Esgoto, Mauro Boeno da Silva - Auxiliar de Serviços Operacionais, Zenildo Joao Ferreira de França - Operador de Rede de Água e Esgoto a dirigirem, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, abaixo relacionados:

- BONGO placa MHK 2123;
- RANGER placa MDP 3377;
- SAVEIRO placas MHL 5606 e MIC 8993;
- STRADA placas MGY 3194, MGY 3254, MIB 6455, MIB 2925;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria SAMAE/SBS Nº 136, de 11 de Junho de 2.013

“ AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar os servidores ocupantes de cargo em provimento

efetivo Aldo Marcos de Almeida - Operador de Rede de Água e Esgoto, Amarildo Chaves - Operador de Rede de Água e Esgoto, Genésio Alcindo Kobus - Operador Restaurador de Pavimentos, a dirigirem, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, abaixo relacionados:

- BONGO placa MHK 2123;
- RANGER placa MDP 3377;
- SAVEIRO placas MHL 5606 e MIC 8993;
- STRADA placas MGY 3194, MGY 3254, MIB 6455, MIB 2925;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria SAMAE/SBS Nº 137, de 11 de Junho de 2.013

“ AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar os servidores ocupantes de cargo em provimento efetivo Antônio Valdemir Baier - Auxiliar de Serviços Operacionais, Fabiano Vieira Kindermann - Operador de Rede de Água e Esgoto, Miguel Bonett - Auxiliar de Serviços Operacionais, Valdecir Ribeiro - Operador de ETA/ETE, Valdir dos Santos - Auxiliar de Serviços Operacionais, Valdir Grosskopf - Leiturista, Sandro Mateo Baier - Operador de ETA/ETE a dirigirem, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, abaixo relacionados:

- BONGO placas MHK 2123, MHD 8146, MIN 0813;
- RANGER placa MDP 3377;
- SAVEIRO placas MHL 5606 e MIC 8993;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria SAMAE/SBS Nº 138, de 11 de Junho de 2.013

“ AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar os servidores ocupantes de cargo em provimento efetivo Edson Luiz Feil - Auxiliar de Serviços Operacionais, Altair Luis do Prado - Operador de ETA/ETE, a dirigirem, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, abaixo relacionados:

- BONGO placas MHK 2123, MHD 8146, MIN 0813;

- RANGER placa MDP 3377;
- SAVEIRO placas MHL 5606 e MIC 8993;
- MOTOCICLETAS placas LZF 9081 e MDH 1432;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria SAMAE/SBS Nº 139, de 11 de Junho de 2.013

“ AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o servidor ocupante de cargo em provimento efetivo Dirceu Ferreira da Trindade - Operador de Rede de Água e Esgoto, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, abaixo relacionados:

- BONGO placas MHK 2123, MHD 8146, MIN 0813;
- CAMINHÃO DE HIDROJATEAMENTO placa MFX 3354;
- CAMINHÃO AGRAL placa MCN 3105;
- CAÇAMBA placa MET 8608;
- CAMINHÃO placa MJM 0613;
- RETROESCAVADEIRA placa MCX 0667;
- RANGER placa MDP 3377;
- SAVEIRO placas MHL 5606 e MIC 8993;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria SAMAE/SBS Nº 140, de 11 de Junho de 2.013

“ AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar os servidores a dirigirem, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, conforme abaixo:

ARNALDO DZIEDZIC JUNIOR - Operador de Rede de Água e Esgoto, os veículos:

- BONGO placas MHD 8146, MIN 0813;
- CAMINHÃO DE HIDROJATEAMENTO placa MFX 3354;
- MOTOCICLETAS placas LZF 9081 e MDH 1432;

JOSÉ AULÍSIO DOS SANTOS - Chefe da Divisão de Suporte Técnico, os veículos:

- BONGO placas MHK 2123, MHD 8146, MIN 0813;
- SAVEIRO placa MIC 8993;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

Decreto Nº 1327, de 12 de Junho de 2013.

Dispõe sobre desmembramento de lote urbano, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal; Lei Municipal nº 714, de 16 de junho de 1987; Decreto nº 474, de 12 de maio de 2010; Lei Municipal nº 1.647, de 07 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 1.663, de 17 de junho de 2011; Decreto nº 883, de 22 de novembro de 2011; e,

*Considerando o Requerimento protocolado sob nº 883/2013 e Processo nº 149/2013;

*Considerando parecer favorável emitido pela Área Técnica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica desmembrado Parte do Lote Urbano nº 05 da Quadra nº 11, localizado na Avenida Irineu Bornhausen esquina com a Rua Duque de Caxias, com área de 900,00 m², constante da Matrícula nº 999, do Cartório de Registro de Imóveis de São Domingos de São Domingos, de propriedade de Assumpta Gaggiola Moscon, o qual passará a denominar-se conforme segue:

I - Parte do Lote Urbano nº 05 "A", da Quadra nº 11, com área superficial de 537,50m², localizado no lado par da Avenida Irineu Bornhausen esquina com a Rua Duque de Caxias;

II - Parte do Lote Urbano nº 05 "B", da Quadra nº 11, com área superficial de 362,50m², localizado no lado par da Avenida Irineu Bornhausen esquina com a Rua Duque de Caxias;

Art. 2º Faz parte integrante do presente Decreto o mapa, o memorial descritivo e a Anotação de Responsabilidade Técnica, respectivos, pareceres do Setor de Tributação e da Assessoria Jurídica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 12 de junho de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ
Secretária de Administração e Fazenda

Portaria Nº 1458, de 11 de Junho de 2013.

Concede férias ao servidor público municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/2012 e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 e:

-Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS ao servidor Público Municipal, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Ademir Luis Schrader	Auxiliar de Serviços Gerais	24/03/10-11	15	11/06/13 a 25/06/13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de junho de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

São José

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº. 370, de 12 de Junho de 2013.

RESOLUÇÃO Nº. 370, DE 12 DE JUNHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DOS ATOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ/SC, NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO (DOM).

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFEREM OS ARTIGOS 23, INCISO III, ALÍNEA "a" c/c O ARTIGO 74, INCISO II, ALÍNEA "a", 1, DO REGIMENTO INTERNO, RESOLVE:

Art. 1º - Através da Resolução nº. 369/2013, publicada em 29 de maio de 2013, bem como, em observação as disposições do artigo 4º da Lei nº. 4.948/2010, e da Lei nº. 5.266/2013, todos os atos do Poder Legislativo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios (DOM).

Art. 2º - Os Poderes Executivo e Legislativo, através da Ata de Reunião do dia 06 e maio de 2013, estabeleceram que serão publicados no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios(DOM): Leis, Decretos, Resoluções, Portarias, Avisos de Editais de Licitação, Termos de Inexigibilidade e de Dispensa de Licitações, Extratos de Contratos e Convênios, Resumo de Atas, Editais de Audiências Públicas, Relatórios de Gestão Fiscal, Resumo de Execução Orçamentária e suas versões simplificadas, atos de ingresso, movimentação e dispensa de pessoal.

§1º - Os atos do Poder Legislativo deverão ser enviados pelos servidores responsáveis, através de documentos Word para as devidas publicações no diário oficial eletrônico para o email:diariooficial@cmsj.sc.gov.br.

RESOLUÇÃO Nº. 370, DE 12 DE JUNHO DE 2013.

§2º - Os servidores responsáveis pelo envio dos atos a serem publicação no diário oficial eletrônico deverão identificar-se com nome e a respectiva matrícula, ficando responsáveis pelo envio dos atos do Poder Legislativo, observando as disposições contidas no artigo 146, inciso VII c/c o artigo 147, incisos IV e XV, da Lei nº. 2.248 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São

José/SC.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 12 de Junho de 2013.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente

Portaria Nº 108/2013.

PORTARIA Nº 108/2013.

Considerando que os contratos devem ser executados fielmente pelas partes de acordo com a lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Considerando o disposto no art. 67 da lei 8.666/93, que determina a obrigação da Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar;

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, resolve:

III. - NOMEAR - O Servidor GABRIEL NIENCHOTTER, para gerir o contrato decorrente do Processo de INEXIGIBILIDADE nº 001/2013, firmado entre a Câmara Municipal de São José e a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

IV.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

V.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 29 de Maio de 2013.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Balancete Financeiro - por Categoria Econômica Mês/Ano : Maio/2013
SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	1.027.828,05
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	1.010.425,30
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	555.955,45
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	449.871,85
		INVESTIMENTOS	4.598,00
		Despesas Intra-orçamentárias	17.402,75
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.402,75
Receita Extra - Orçamentária	2.611.560,58	Despesa Extra - Orçamentária	1.067.930,06
DEPOSITOS	150.855,45	DEPOSITOS	99.452,83
CONSIGNACOES	136.914,61	CONSIGNACOES	90.716,59
PREVIDENCIA SOCIAL	50.954,97	PREVIDENCIA SOCIAL	12.514,87
PENSÃO ALIMENTICIA	3.617,71	PENSÃO ALIMENTICIA	3.617,71
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	45.267,08	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	41.367,80
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA	8.701,40	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA	8.737,29
PLANOS DE SEGUROS	34,63	PLANOS DE SEGUROS	34,63
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	28.255,56	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	24.361,03
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	83,26	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	83,26
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	13.940,84	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	8.736,24
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	13.940,84	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	8.736,24
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.035.130,88	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	968.477,23
OBRIGACOES A PAGAR	1.035.130,88	OBRIGACOES A PAGAR	968.477,23
FORNECEDORES	454.469,85	FORNECEDORES	468.967,56
PESSOAL A PAGAR	485.677,82	PESSOAL A PAGAR	480.916,45
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	84.044,42	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	7.654,43
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	10.938,79	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	10.938,79
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.425.574,25		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.425.574,25		
REPASSE RECEBIDO	1.417.919,82		
REPASSE RECEBIDO PARCELAMENTO INSS	7.654,43		
Saldos anteriores	2.600.317,45	Saldos atuais	3.116.119,92
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.595.823,33	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	3.113.354,80
BANCO C/ MOVIMENTO	4.494,12	BANCO C/ MOVIMENTO	2.765,12
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	5.211.878,03	Total	5.211.878,03

SAO JOSE, 12/06/2013

 SANDERSON ALMECI DE JESUS
 Presidente

 CANISIO VANDERLEI OSAIDA
 Contador CRC/SC-019121/O-6

 ROBERVAL ROGERIO WAN-DALL
 Diretoria Controle Interno

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Aviso de Licitações - Processo Nº 05 Icslo

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO INSTITUTO CULTURAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 17/07/2013, às 09:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no Edital nº 05/2013 MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2013, OBJETO: CONCESSÃO DE COPA E COZINHA PARA REALIZAÇÃO DO 41º FLIC (FESTIVAL LOURENCIANO DE INTERPRETAÇÃO DA CANÇÃO) QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 18,19 E 20 DE JULHO DE 2013. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

ALTAMIR LEMES DA ROSA
Gerente Executivo

Aviso de Licitações - Processo Nº 109/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 26/06/2013, às 14:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, PARA REALIZAR REVISÃO E REPAROS ELÉTRICOS DO CEIM MUNDO COLORIDO E ESPELHOS PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Aviso de Licitações - Processo Nº 110/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 27/06/2013, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARRO FUNCIONAL PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS DE LIMPEZA DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Aviso de Licitações - Processo Nº 111/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 26/06/2013, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRANSMISSOR DE RADIOFREQUÊNCIA COM ANTENA PARA COMUNICAÇÃO DOS ALARMES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO COM A EMPRESA QUE PRESTA SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE ALARMES. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais

8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Aviso de Licitações - Processo Nº 112/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 27/06/2013, às 14:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS PARA AS COZINHAS PARA AS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Aviso de Licitações FMS - Processo Nº 27/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC -FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 26/06/2013, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº 22, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato do Contrato Nº 185/2013, de 06 de Junho de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 185/2013, DE 06 DE JUNHO DE 2013. Origem: Processo Licitatório nº 063/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 045/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ANTONIO LISIAK ME, CNPJ nº 04.759.710/0001-50.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES, REQUISITO MÍNIMO VEÍCULO MICRO VAN OU KOMBİ ANO 1989, PARA OS CLUBES DE MÃES E GRUPO DE CONVIVÊNCIA DE MULHERES, PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA (PAIF) DO MUNICÍPIO, SENDO 250KM PARA CADA CLUBE.

Valor: R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 06/06/2013.

Vigência: De 06/06/2013 a 31/12/2013.

Signatários:
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal
pela contratante

ANTONIO LISIAK
pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 186/2013, de 06 de Junho de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 186/2013, DE 06 DE JUNHO DE 2013.
Origem: Processo Licitatório nº 089/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 063/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: VITALINO BALDIN ME, CNPJ nº 02.788.246/0001-03.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES, REQUISITO MÍNIMO VEÍCULO MICRO ÔNIBUS, VAN OU KOMBI ANO 1989, PARA OS CLUBES DE MÃES E GRUPO DE CONVIVÊNCIA DE MULHERES, PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA (PAIF) DO MUNICÍPIO, SENDO 250KM PARA CADA CLUBE.

Valor: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 06/06/2013.

Vigência: De 06/06/2013 a 31/12/2013.

Signatários:
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal
pela contratante

VITALINO BALDIN
pela contratada.

Extrato do Convênio Nº 011, de 06 de Junho de 2013.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 011, DE 06 DE JUNHO DE 2013.

Origem: Artigo 55, inciso XXIX da Lei Orgânica do Município, nos termos do Decreto nº 4.304, de 07 de novembro de 2011 e de acordo com a Lei Municipal nº 2.078, de 29 de abril de 2013.

Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Conveniada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, CNPJ nº 80.622.376/0001-77.

Objeto: REPASSE DE AUXÍLIO FINANCEIRO DO CONVENIENTE À CONVENIADA, PARA O CUSTEIO DAS DESPESAS COM A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ENTIDADE PARA O ANO DE 2013.

Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em 02 (duas) parcelas no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, sendo que a primeira parcela poderá ser paga até o dia 30/06/2013 e a segunda até o dia 30/07/2013, mediante depósito na Conta Corrente da conveniada.

Data da assinatura: 06/06/2013

Vigência: de 06/06/2013 a 31/12/2013.

Signatários:
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal
pelo Conveniente

ADEMIR MARIANI
pela Conveniada.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 417, de 05 de Junho de 2013.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 417, DE 05 DE JUNHO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 50368941, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Marivânia Fernandes, CPF nº 035.829.289-18.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726X32, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9731, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 417, de 05 de junho de 2013.

Data da assinatura: 05 de junho de 2013.

Signatários:
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste

MARIVÂNIA FERNANDES
responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 419, de 05 de Junho de 2013.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 419, DE 05 DE JUNHO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 800.504.593, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Eva Santana Pereira da Cruz, CPF nº 008.424.829-70.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A569TX2V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9829, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 419, de 05 de junho de 2013.

Data da assinatura: 05 de junho de 2013.

Signatários:
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste

EVA SANTINA PEREIRA DA CRUZ
responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 420, de 05 de Junho de 2013.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 420, DE 05 DE JUNHO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 500.414.947, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Carla Fernanda de Andrade, CPF nº 079.386.539-20.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SH69, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9915, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 420, de 05 de junho de 2013.

Data da assinatura: 05 de junho de 2013.

Signatários:

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste

CARLA FERNANDA DE ANDRADE
responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 421, de 05 de Junho de 2013.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 421, DE 05 DE JUNHO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 130.013.460.505-3, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Neiva Luiza Xaviel, CPF nº 031.496.829-67.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570V21W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10065, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 421, de 05 de junho de 2013.

Data da assinatura: 05 de junho de 2013.

Signatários:
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Neiva Luiza Xaviel - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 422, de 05 de Junho de 2013.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 422, DE 05 DE JUNHO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 211.686.344, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Denise Muraro, CPF nº 029.996.549-20.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726B92, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9638, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 422, de 05 de junho de 2013.

Data da assinatura: 05 de junho de 2013.

Signatários:
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste

DENISE MURARO
responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 423, de 05 de Junho de 2013.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 423, DE 05 DE JUNHO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 502.353.040, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Elza Arno, CPF nº 005.546.539-07.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SF2J, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9926, com as configurações descritas

na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 423, de 05 de junho de 2013.

Data da assinatura: 05 de junho de 2013.

Signatários:
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste

ELZA ARNO
responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 424, de 05 de Junho de 2013.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 424, DE 05 DE JUNHO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 302.273.514, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Adilio Ferraz de Araújo, CPF nº 024.584.399-00.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SJ6F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9863, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 424, de 05 de junho de 2013.

Data da assinatura: 05 de junho de 2013.

Signatários:
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste

ADILIO FERRAZ DE ARAÚJO
responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 425, de 05 de Junho de 2013.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 425, DE 05 DE JUNHO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 600.994.953, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Idiane da Costa, CPF nº 022.718.239-19.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570V427, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10051, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 425, de 05 de junho de 2013.

Data da assinatura: 05 de junho de 2013.

Signatários:
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste

IDIANE DA COSTA
responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 426, de 05 de Junho de 2013.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 426, DE 05 DE JUNHO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1300134605056, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maria Madalena dos Santos, CPF nº 005.123.640-01.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570V221, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10064, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 426, de 05 de junho de 2013.

Data da assinatura: 05 de junho de 2013.

Signatários:

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste

MARIA MADALENA DOS SANTOS

responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 427, de 05 de Junho de 2013.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 427, DE 05 DE JUNHO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 600.598.640, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Zilma do Amaral Maciel, CPF nº 760.575.859-68.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570V38Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10062, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 427, de 05 de junho de 2013.

Data da assinatura: 05 de junho de 2013.

Signatários:

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste

ZILMA DO AMARAL MACIEL

responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 428, de 05 de Junho de 2013.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 428, DE 05 DE JUNHO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 601.000.366, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Sirlei Teresinha Camelo, CPF nº 056.413.759-67.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A57043L, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9943, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 428, de 05 de junho de 2013.

Data da assinatura: 05 de junho de 2013.

Signatários:

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste

SIRLEI TERESINHA CAMELO

responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 429, de 05 de Junho de 2013.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 429, DE 05 DE JUNHO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 802.766.170, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Luzia Valmor Machado Detoni, CPF nº 924.615.069-49.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SG8G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9911, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 429, de 05 de junho de 2013.

Data da assinatura: 05 de junho de 2013.

Signatários:

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste

LUZIA VALMOR MACHADO DETONI

responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 430, de 05 de Junho de 2013.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 430, DE 05 DE JUNHO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 601.000.595, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Olair Andre Rosanelli, CPF nº 755.890.609-15.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A572706X, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9710, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 430, de 05 de junho de 2013.

Data da assinatura: 05 de junho de 2013.

Signatários:

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste

OLAIR ANDRE ROSANELLI

responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 431, de 11 de Junho de 2013.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 431, DE 11 DE JUNHO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 502352850, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Cleonice Picoli, CPF nº 066.185.199-00.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570V53F,, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10421, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 431, de 11 de junho de 2013.

Data da assinatura: 11 de junho de 2013.

Signatários:

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste

CLEONICE PICOLI

responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Permuta Nº 002, de 05 de Junho de 2013

EXTRATO DO TERMO DE PERMUTA Nº 002, DE 05 DE JUNHO DE 2013.

Origem: Lei Municipal nº 2.087, de 31 de maio de 2013.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08 e Cooperativa Agropecuária São Lourenço Ltda., CNPJ nº 83.675.918/0001-68.

Objeto: permuta dos seguintes bens imóveis: a) lote urbano número 19 (dezenove), da quadra 09 (nove), série "A", com área de 1.020m² (um mil e vinte metros quadrados), sem benfeitorias, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, localizado na rua Aldo Lemos, neste Município de São Lourenço do Oeste/SC, conforme a matrícula nº 15.619, do Cartório de Registro de Imóveis local, avaliado em R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); b) lote urbano número 20 (vinte), da quadra 09 (nove), série "A", com área de 1.020m² (um mil e vinte metros quadrados), sem benfeitorias, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, localizado na rua Gilio Rezzieri, neste Município de São Lourenço do Oeste/SC, conforme a matrícula nº 15.618, do Cartório de Registro de Imóveis local, avaliado em R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), imóveis estes pertencentes ao MUNICÍPIO e os seguintes imóveis de propriedade da PERMUTANTE: c) lote urbano número 03 (três), da quadra 09 (nove), série "A", com área de 1.020m² (um mil e vinte metros quadrados), sem benfeitorias, de propriedade da Cooperativa Agropecuária São Lourenço Ltda., localizado na rua Aldo Lemos, neste Município de São Lourenço do Oeste/SC, conforme a matrícula nº 219, do Cartório de Registro de Imóveis local, avaliado em R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais); d) lote urbano número 04 (quatro), da quadra 09 (nove), série "A", com área de 1.020m² (um mil e vinte metros quadrados), sem benfeitorias, de propriedade da Cooperativa Agropecuária São Lourenço Ltda., localizado na rua Aldo Lemos, neste Município de São Lourenço do Oeste/SC, conforme a matrícula nº 219, do Cartório de Registro de Imóveis local, avaliado em R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais).

Data da Assinatura: 05/06/2013.

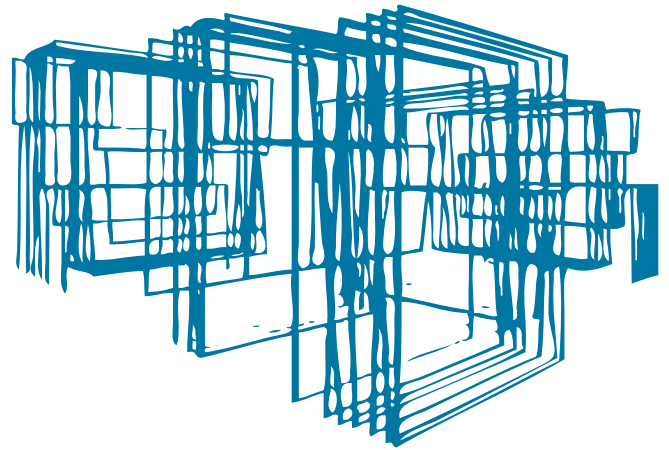
Signatários:

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal
pelo Município

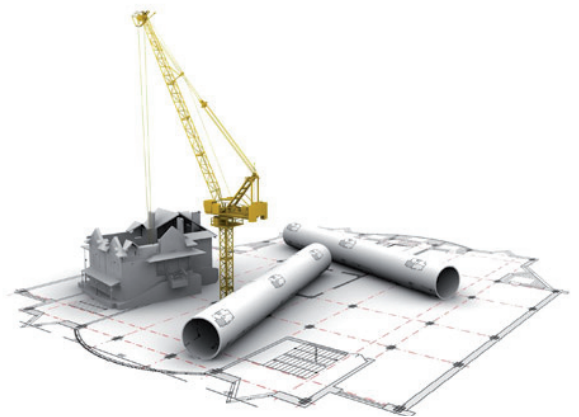
VALENTIN CASAGRANDE DE MACEDO

ARTEMIO JOSÉ FLACH
pela Permutante.



Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Notificação de Recebimento Recursos Federais 10/06/2013.**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 10/06/2013 até 10/06/2013

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		447.069,80
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	514.240,10
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	471.692,58
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	471.539,65
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Cota Parte do FPM 60%	282.923,79
4.1.7.2.1.01.02.02.00	Cota Parte do FPM 25%	117.884,91
4.1.7.2.1.01.02.03.00	Cota Parte do FPM 15%	70.730,95
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	152,93
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota Parte do ITR 60%	91,76
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota Parte do ITR 25%	38,23
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota Parte do ITR 15%	22,94
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	449,85
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	449,85
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	42.097,67
4.1.7.2.1.33.04.00.00	PAB FIXO	42.097,67
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	27.168,20
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	27.168,20
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	16.300,92
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	10.867,28
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução de Receita	-94.338,50
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-94.338,50
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-94.307,92
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - ITR	-30,58

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 13/06/2013

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPALLAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL**Aviso de Cancelamento de Licitação Nº 08/2013**

Aviso de Cancelamento de Licitação Nº 008/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, através do Sr. Presidente, torna público, por necessidade de adequação do edital, o CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO Nº 08/2013, MODALIDADE CARTA CONVITE Nº 05/2013, OBJETO: aquisição de mobiliário (móveis: mesas e revestimentos para paredes no plenário e plenarinho; poltronas e mesas de centro e canto para o hall).

WALMOR JOSÉ PEDERSSETTI

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

São Pedro de Alcântara**PREFEITURA****Decreto Nº 046, de 11 de Junho de 2013**

DECRETO Nº 046, de 11 de junho de 2013

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 45, inciso XVI, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Fórum de Educação, que tem por finalidade coordenar a Conferência Municipal e/ou Intermunicipal de Educação de São Pedro de Alcântara, acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações e promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum de Educação Estadual e dos demais municípios.

Art. 2º Compete ao Fórum Municipal de Educação:

I - Convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação, bem como, divulgar suas deliberações;

II - Acompanhar e avaliar o processo de encaminhamentos das deliberações da Conferência Municipal de Educação;

III - Zelar para que a Conferência Municipal de Educação esteja articulada com a Conferência Estadual de Educação;

IV - Organizar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, a Conferência Municipal de Educação, em data apazada para o dia 23 maio de 2013.

Art. 3º O Fórum terá acesso às informações e estatísticas educacionais, necessárias para o bom desempenho de seu trabalho.

Art. 4º O Fórum Municipal de Educação será integrado por membros representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, representada por:

a) Coordenador de Educação;

b) Diretora de Projetos e Articulação com o Ministério da Educação e Secretaria de Estado da Educação;

c) Técnica em Educação (Apoio Técnico Educacional);

d) Diretora do CEI Frei Ático;

e) Diretora do CEI Professora Leonida Vieira Francener;

f) Diretora da EM Adalberto Tolentino de Carvalho;

II - Entidades e instituições representativas do município de São Pedro de Alcântara:

a) Representante do Conselho Municipal de Educação (titular e suplente);

b) Representante do Conselho do FUNDEB (titular e suplente);

c) Representante da Escola de Educação Básica Gama Rosa - EE-BGR (titular e suplente);

d) Representante do Conselho Tutelar (titular e suplente);

e) Representante das Associações de Pais e Professores - APPs (titular e suplente);

Art. 5º Os representantes de que trata o art. 4º deste Decreto, serão indicados pelos dirigentes dos órgãos e entidades a que pertencem e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único - Serão indicados um titular e um suplente para cada órgão ou entidade, conforme o art. 4º.

Art. 6º Os representantes de que trata o art. 4º desde decreto não serão remunerados por sua atuação, a qualquer título, sendo o exercício de suas atividades considerado e relevante interesse público.

Art. 7º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de maio de 2013.

São Pedro de Alcântara 11 de junho de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Portaria N.º 203/2013

PORTARIA n.º 203/2013

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor OSLI SEIDLER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Transportes e Obras.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor OSLI SEIDLER, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar da data de 06/06/2013, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06/06/2013.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de junho de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Portaria N.º 204/2013

PORTARIA n.º 204/2013

Concede licença para tratamento de saúde a servidora JANICE DE FREITAS, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora JANICE DE FREITAS, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar da data de 03/06/2013, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03/06/2013.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de junho de 2013.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Decreto Nº 2.653/2013, de 13 de Junho de 2013
DECRETO Nº 2.653/2013, de 13 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto nos artigos 27 e 28, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, que trata da Progressão por Capacitação Profissional;

Considerando a avaliação realizada pelo Conselho Municipal de Educação (COMED), em 12 de junho de 2013, conforme Ofício nº 11/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, do funcionário abaixo relacionado, conforme disposto no art. 27 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Andreia Richter Wermeier	A-Inicial	A-Inicial-I
Leidy Maria Fogolari	B-1	B-1-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 13 de junho de 2013.
OSVALDO JURCK MAYKEL ROBERTO LAUBE
Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Aviso de Licitação de Edital de Chamada Pública No 02/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA No 02/2013-FMS

PROCESSO Nº. 50/2013-FMS

A Prefeitura Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, situada na Rua Marechal Castelo Branco, 3.201, Centro, representada para todos os fins de direito pelo seu Prefeito Municipal em exercício, senhor Osvaldo Jurck, torna público, para conhecimento

dos interessados que, observadas as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e Lei nº. 11947/09, de 16 de junho de 2009, torna público que se acha aberto o EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA

Objeto: contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, em consultas especializadas na área da Oftalmologia, visando buscar acesso para procedimento cirúrgico para paciente com diagnóstico de catarata, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes de Habilitação: A partir do dia 14 de junho de 2013 às 08h até dia 30 de novembro de 2013 às 17h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.
A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 14 de junho de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 35/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 35/2013-PMS

PROCESSO Nº. 97/2013-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de EPI's, itens de segurança, descartáveis e uniformes para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 28 de junho de 2013 às 08h45min.
Abertura do Processo: 28 de junho de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 14 de junho de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Dispensa Nº 33/2013-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 33/2013 - DL**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

Processo Nr.: 51/2013
Data: 12/06/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: RUBENS WALMORBIDA NETO
Endereço: RUA BERNARDO WELTER, Nº 391
Cidade: Joinville - SC
CNPJ: 17.419.122/0001-10

Código: 12618

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva com troca de peças em autoclaves da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Valor global das manutenções a seguir: Autoclave Vertical marca Stermax 23 litros (Manutenção Corretiva) (Peças: Resistência e válvula de alívio) / Autoclave fabbe primar modelo 103 – vertical (Manutenção Corretiva) (jateamento nas resistências e limpeza de tubulações e válvulas) / Autoclave Biodont 21 litros (Manutenção Corretiva) (Peças: Válvula de expurgo, termostato e selos de segurança) / Autoclave Cristofoli 12 litros (Revisão preventiva) (troca de selos de segurança limpeza interna e calibragem) / Autoclave Fabbe Primar- 60 litros (limpeza interna e calibragem) / Autoclave Stermax 12 litros (troca de válvula de alívio limpeza das tubulações e calibragem);	UN	945,55	945,55

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

A manutenção preventiva consiste em um conjunto de ações e testes nos equipamentos com o objetivo de minimizar os riscos de parada dos equipamentos, inclusive operações de calibração, devendo ocorrer no mínimo quadrimestralmente. A manutenção corretiva faz-se necessária, dada ocorrência de problema nos equipamentos, os quais deverão ser reparados, inclusive com troca de peças. Atualmente, não temos processo de licitação em vigência que contemple as manutenções elencadas, contudo, temos que ser ágeis, pois tais equipamentos são usados diariamente para esterelização de material de enfermagem, e não temos equipamentos que substituam os que estão sendo usados, sendo que uma unidade já esta sem uma das autoclaves, tendo que deslocar o material para outra unidade afim de que o processo seja realizado, mantendo a segurança necessária para realização dos procedimentos junto aos pacientes/municipes. A manutenção das autoclaves se torna essencial para o correto atendimento aos pacientes. As falhas apresentadas, por defeito de componentes, podem trazer riscos à saúde dos pacientes e transtornos para as equipes envolvidas no atendimento.

Schroeder, 12 de Junho de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 33/2013 - DL**

Processo Nr.: 51/2013
Data: 12/06/2013

Folha: 2/2

6/6/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 6 de Junho de 2013

Valor da Despesa:

945,55 (novecentos e quarenta e cinco reais e
cinquenta e cinco centavos)

Pagamento.....:

15 dias após recebimento do documento fiscal

Dispensa Nº 43/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 43/2013 - DL**Processo Nr.: 98/2013
Data: 13/06/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME

Código: 271

Endereço: RUA MAL CASTELO BRANCO 1120

Cidade: Schroeder - SC

CNPJ: 10.688.301/0001-03

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de material elétrico específico para manutenção do Ginásio Alfredo Passold da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	2,00	LUMINARIA DE EMERGÊNCIA AUTOMANICA INDUSTRIAL COM 2 FARÓIS COM BATERIA DE 60 AMPERES	UN	422,00	844,00
2	28,00	LAMPADA INCANDESCENTE DE 100 WATTS E-27	UN	2,30	64,40
3	29,00	SOQUETE PARA FLUORESCENTE MONOBLOCO	UN	1,85	53,65
4	10,00	TOMADA DUPLA 2P + T DE 10 AMPERES DE EMBUTIR	UN	10,55	105,50

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

ESTA SOLICITAÇÃO DAR-SE-Á EM VIRTUDE DA NÃO EXISTÊNCIA DO REFERIDO MATERIAL, NO PROCESSO DE LICITAÇÃO VIGENTE DE MATERIAIS ELÉTRICOS, E POR CONSEQUÊNCIA A MANUTENÇÃO DO LOCAL ACIMA CITADO.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 13 de Junho de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 43/2013 - DL**

Processo Nr.: 98/2013
Data: 13/06/2013

Folha: 2/2

06/06/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 6 de Junho de 2013

Valor da Despesa: 1.067,55 (um mil e sessenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Termo de Homologação e Adjudicação Licitação Modalidade Concorrência Nº. 03/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº. 03/2013-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da CONCORRÊNCIA Nº. 03/2013-PMS, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 65/2013-PMS, adjudicando em favor do senhor abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: Constitui objeto do presente o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de lombadas do tipo I e II em diversas ruas do Município de Schroeder (SC), de acordo com o projeto, memorial descritivo, parte integrante no instrumento convocatório, conforme ANEXO IX - TERMO REFERÊNCIA, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Vencedor: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12.

Valor da proposta vencedora: lombadas do tipo I no valor de R\$ 1.852,50 e lombadas tipo II no valor de R\$ 2.375,00, sendo 10 (dez) unidades cada, totalizando o valor de R\$ 42.275,00 (quarenta e dois mil e duzentos e setenta e cinco reais).

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 71/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro, CEP: 89275-000
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 71/2013-FMS
Processo de licitação nº. 51/2013-FMS - Dispensa de Licitação nº. 33/2013-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: RUBENS WALMORBIDA NETO, inscrita no CNPJ sob o nº 17.419.122/0001-10, estabelecida Rua Bernardo Welter, nº 391, Bairro Costa e Silva, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.220-230.

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva com troca de peças em autoclaves da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Valor global das manutenções a seguir: Autoclave Vertical marca Stermax 23 litros (Manutenção Corretiva) (Peças: Resistência e válvula de alívio) / Autoclave fabbe primar modelo 103 - vertical (Manutenção Corretiva) (jateamento nas resistências e limpeza de tubulações e válvulas)/ Autoclave Biodont 21 litros (Manutenção Corretiva) (Peças: Válvula de expurgo, termostato e selos de segurança)/ Autoclave Cristofoli 12 litros (Revisão preventiva) (troca de selos de segurança limpeza interna e calibragem) / Autoclave Fabbe Primar- 60 litros (limpeza interna e calibragem) / Autoclave Stermax 12 litros (troca de válvula de alívio limpeza das tubulações e calibragem);	1	Unidade	945,55	945,55
VALOR R\$ TOTAL					945,55

Valor do contrato: R\$ 945,55 (novecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

Data da Assinatura: 12/06/2013 - Vigência: 31/12/2013
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 115/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 115/2013 - PMS
Dispensa de Licitação nº. 43/2013-PMS - Processo nº. 98/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 10.688.301/0001-03, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº 5234, Centro, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de material elétrico específico para manutenção do Ginásio Alfredo Passold da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	LUMINARIA DE EMERGÊNCIA AUTOMANICA INDUSTRIAL COM 2 FARÓIS COM BATERIA DE 60 AMPERES	02	Unidade	422,00	844,00
02	LAMPADA INCANDESCENTE DE 100 WATTS E-27	28	Unidade	2,30	64,40
03	SOQUETE PARA FLUORESCENTE MONO-BLOCO	29	Unidade	1,85	53,65
04	TOMADA DUPLA 2P T DE 10 AMPERES DE EMBUTIR	10	Unidade	10,55	105,50
TOTAL R\$ 1.067,55					

Valor do contrato: R\$ 1.067,55 (um mil sessenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos).

Data da Assinatura: 14/06/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 114/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 114/2013 - PMS
Concorrência Registro de Preço nº. 03/2013-PMS - Processo Licitatório nº 65/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Objeto: Constitui objeto do presente o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de lombadas do tipo I e II em diversas ruas do Município de Schroeder (SC), de acordo com o projeto, memorial descritivo, parte integrante no instrumento convocatório, conforme ANEXO IX - TERMO REFERÊNCIA, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Valor do contrato: lombadas do tipo I no valor de R\$ 1.852,50 e lombadas tipo II no valor de R\$ 2.375,00, sendo 10 (dez) unidades cada, totalizando o valor de R\$ 42.275,00 (quarenta e dois mil e duzentos e setenta e cinco reais).

Data da Assinatura: 13/06/2013 - Vigência: 13/06/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A04/2013 - FMS

TERMO ADITIVO Nº. A04/2013 - FMS

1º TERMO ADITIVO DE CORREÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 67/2013 -FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: TODT COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.535.116/0001-89, estabelecida na Rua Edmundo Koch, nº 1.527, galpão A, Nereu Ramos, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89265-260, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Jonas Todt, inscrito no CPF sob o nº. 937.966.769-87 e portador da carteira de identidade nº. 3.117.935-5-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 67/2013-FMS, celebrado em 28 de maio de 2013, proveniente do Processo de licitação nº. 31/2013 - FMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 12/2013- FMS, o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o pedido de desistência do item 09 pela empresa EXPRESSÃO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.314.098/0001-38, devidamente aceito pela administração, de acordo com Parecer da Procuradoria nº 0032/2013-PROJUR.

Considerando que a terceira colocada para o item 9 a empresa TODT COMERCIAL LTDA, aceitou entregar o objeto licitado no mesmo valor ofertado na etapa de lance. Onde a administração possui um saldo de 6 (seis), unidades, no valor unitário de R\$ 362,57 (trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavos), totalizando o valor de R\$ 2.175,42 (dois mil, cento e setenta e cinco reais e quarenta e dois centavos),

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição", sendo aditivado o item 9, a quantidade de 6 (seis), unidades, no valor unitário de R\$ 362,57 (trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavos), totalizando o valor de R\$ 2.175,42 (dois mil, cento e setenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR R\$ UNITÁRIO	UNID.	VALOR R\$ TOTAL
09	Balcão para pia e pia com 02 portas e 3 gavetas com corrediças metálicas, dimensões (LxAxP): 120x81x52 cm em MDF, espessura mínima 15mm, padrão branco, puxadores em metal reforçado e dobradiças de pressão em metal, pia de inox AISI 304(8/10), espessura mínima 0,6mm, acabamento acetinado, com bordas altas(mínimo 5mm), tamanho de 1,20 metros, cuba retangular mínimo de 40x34cm, com profundidade de 15 cm ou superior.	6	362,57	Unidade	2.175,42

VALOR TOTAL R\$ 2.175,42

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 67/2013-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 12 de junho de 2013.
CONTRATADA:

TODT COMERCIAL LTDA
Jonas Todt
CPF nº. 937.966.769-87
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome: ORLANDO TECILLA
CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____
Nome: IVANDRA DE SOUZA
CPF nº. 047.563.299-00



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Ata de Registro de Preço Concorrência Nº 03/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2013**Número do Registro de Preços: 28/2013 Data do Registro: 13/06/2013 Válido até: 13/06/2014****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de lombadas do tipo I e II em diversas ruas do Município de Schroeder (SC), de acordo com o projeto, me

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Lombada física (comprimento 10 m X 1,50 largura X 0,80 m altura), pintura de ligação com RR 1C, fornecimento de CBUQ para execução de lombadas, fornecimento de máquinas-equipamentos-mão de obra e pintura de faixa de sinalização horizontal (durabilidade mínima 2 anos) - Lombada TIPO I	UN	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA (9522)		0	1.852,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/3

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2013

Número do Registro de Preços: 28/2013

Data do Registro: 13/06/2013

Válido até: 13/06/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de lombadas do tipo I e II em diversas ruas do Município de Schroeder (SC), de acordo com o projeto, me

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Lombada física (comprimento 10 m X 3,70 largura X 0,10 m altura), pintura de ligação com RR 1C, fornecimento de CBUQ para execução de lombadas, fornecimento de máquinas-equipamentos-mão de obra e pintura de faixa de sinalização horizontal (durabilidade mínima 2 anos) - Lombada TIPO II	UN	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA (9522)		0	2.375,0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/3

MUNICIPIO DE SCHROEDER**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2013****Número do Registro de Preços: 28/2013****Data do Registro: 13/06/2013****Válido até: 13/06/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de lombadas do tipo I e II em diversas ruas do Município de Schroeder (SC), de acordo com o projeto, me

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2013****PROCESSO Nº 65/2013**

(9522) - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Schroeder, 13 de Junho de 2013.

Siderópolis

PREFEITURA

Aviso do Resultado de Habilitação PR 38/2013 AVISO DE RESULTADO DA HABILITAÇÃO

O Município de Siderópolis, Estado de Santa Catarina, através de sua Pregoeira torna público, para conhecimento dos interessados, o Resultado da Habilitação do Pregão presencial PMS 38/2013, que tem por objeto a transporte e coleta dos resíduos sólidos domiciliares urbano do município, declarando inabilitada a seguinte empresa: RECICLE TRIAGEM E COMPOSTAGEM DE LIXO LTDA, sendo assim abre-se o prazo previsto em lei para interposição de recurso. As razões e motivos que ensejaram a inabilitação, da licitante acima mencionada, estão expostos no processo administrativo em referência, sendo franqueada vista dos autos a todos os interessados.

Siderópolis, 14 de junho de 2013.
FABÍOLA CARDOSO COMIN
Pregoeira

Timbé do Sul

PREFEITURA

Lei 1.674/2013

Lei Nº 1.674, de 11 de Junho de 2013.
AUTORIZA A DOAÇÃO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL EM FAVOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente LEI:

Art. 1º - Fica autorizado a doação o imóvel de propriedade do Município de Timbé do Sul, CNPJ 82.915.232/0001-34, constituído por um Terreno Urbano, com 10.832,40m2 (dez mil e oitocentos e trinta e dois metros e quarenta centímetros quadrados), sito no município de Timbé do Sul, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Turvo sob nº 26.328, em favor do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado da Educação - CNPJ 82.951.328/0001-58, destinado á construção do prédio da Escola de Educação Básica Timbé do Sul.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

TIMBÉ DO SUL - SC, 11 de junho de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Lei 1.675/2013

LEI Nº 1.675 de 12 de junho de 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL DO EXERCÍCIO DE 2.013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado e Abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Vigente no Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor total de R\$ 35.000,00(trinta e cinco mil reais) para a dotação abaixo identificada:

02 - Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul
06.01 - Fundo Municipal de Saúde
2.021- Mac Ambulatorial e Hospitalar
(17)3.3.90.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas
R\$ 35.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da dotação abaixo especificada:

02 - Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul
06.01 - Fundo Municipal de Saúde
1.012 - Aquisição de Veículos
(2)4.4.90.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas
R\$ 15.000,00
1.013 - Unidade Central de Saúde
(4)4.4.90.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 11 de junho de 2013
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria Ana data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Lei 1.676/2013

LEI Nº 1.676, de 11 de junho de 2013.

Dispõe sobre a instalação de câmeras de segurança em todos os veículos coletivos do Município que realizam o transporte escolar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente lei:

Art. 1º - Fica o Município autorizado a instalar câmeras de segurança no interior de todos os veículos que realizam o transporte coletivo escolar.

Art. 2º - Os veículos deverão possuir sistema de segurança baseado em monitoramento por meio de câmeras de vídeo, com transmissão de imagens em tempo real, em sua área interna.

Art. 3º - O disposto nesta lei aplica-se aos veículos de propriedade do Município, bem como aqueles pertencentes às empresas que prestam serviços de forma terceirizada no transporte de estudantes, nesse caso, com ônus para o contratado.

Parágrafo Único - O sistema de monitoramento de que trata esta lei destina-se exclusivamente a preservação da segurança, prevenção de atos inadequados e indevidos que ponham em risco a segurança, a integridade física, ética e moral dos usuários e funcionários.

Art. 4º - É obrigatória afixação de aviso informando a existência de monitoramento por meio de câmeras de vídeo no interior de cada veículo.

Art.5º - As imagens produzidas e armazenadas pelo sistema de que trata esta lei são de responsabilidade do Município, não podendo ser exibidas ou disponibilizadas a terceiros, exceto para fim administrativo ou judicial.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 11 de Junho de 2013
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Lei 1.677/2013

LEI Nº 1.677, de 11 de junho de 2013.
DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA PRAÇA CENTRAL DO BAIRRO SÃO LUIZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente lei:

Art. 1º - Fica denominada Praça Antônio Dal Pont, a Praça Central do Bairro São Luiz, Timbé do Sul/SC.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 11 de Junho de 2013
Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e registrada presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Lei 1.678/2013

LEI Nº 1.678, de 11 de junho de 2013.
DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA ACADEMIA DA SAÚDE, LOCALIZADA NA PRAÇA CENTRAL DO BAIRRO SÃO LUIZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente lei:

Art. 1º - Fica denominada Academia Melida Sauer Mezzari, a Academia da Saúde, localizada na Praça Central do Bairro São Luiz, Timbé do Sul/SC.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 11 de Junho de 2013
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 92/2013

DECRETO Nº. 92, DE 03 DE JUNHO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.647/2012, alterada pela Lei Municipal nº 1.658/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Vigente na Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, no valor total de R\$ 12.000,00(doze mil reais) para a dotação abaixo identificada:

11 - Secretaria de Assistência Social e Habitação

11.01 - Depto de Assistência Social e Habitação

2.018 - Ações de Inclusão Social de Famílias Carentes

(126)4.4.90.00.00.00.00.0395 - Aplicações Diretas

R\$ 12.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da dotação abaixo especificada:

11 - Secretaria de Assistência Social e Habitação

11.01 - Depto de Assistência Social e Habitação

2.018 - Ações de Inclusão Social de Famílias Carentes

(99)3.3.90.00.00.00.00.00.0395 - Aplicações Diretas

R\$ 12.000,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 03 de junho de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 93/2013

DECRETO Nº 93 de 11 de junho de 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.675 de 11/06/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Vigente no Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor total de R\$ 35.000,00(trinta e cinco mil reais) para a dotação abaixo identificada:

02 - Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul

06.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.021- Mac Ambulatorial e Hospitalar

(17)3.3.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas

R\$ 35.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional

suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da dotação abaixo especificada:

02 - Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul

06.01 - Fundo Municipal de Saúde

1.012 - Aquisição de Veículos

(2)4.4.90.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas

R\$ 15.000,00

1.013 - Unidade Central de Saúde

(4)4.4.90.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 11 de junho de 2013

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e finanças

Decreto 94/2013

DECRETO Nº 94, DE 11 DE JUNHO DE 2013.

DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitida a Servidora VANESSA ALESSIO, matrícula nº 2833, do Cargo de Professor 20 Hs, Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 11 de Junho de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 95/2013

DECRETO Nº. 95, DE 12 DE JUNHO DE 2013.

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica admitida VANESSA ALESSIO, CPF Nº 082.368.869-05 e RG nº 5.919.310, para ocupar o cargo de Professor de Educação Infantil 20 hs/semanais, Nível 1021, Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 12 DE JUNHO DE 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 96/2013

DECRETO Nº. 96, DE 12 DE JUNHO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO EXERCÍCIO DE 2.013, POR CONTA DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.647/2012, alterada pela Lei Municipal nº 1.658/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, abaixo discriminada, por conta do superávit do exercício anterior, no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), distribuídos da seguinte forma:

Órgão 06: Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade 2.021 - Mac. Ambulatorial e Hospitalar

3.3.90.00.00.00.00.0040(12) - Aplicações Diretas

R\$ 39.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, consta do saldo bancário apurado em 31 de dezembro de 2012, deduzido os Restos a Pagar, creditado na conta corrente 005.219-1, Agência 5.300-7 do Banco do Brasil.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 12 de Junho de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 58/2013

PORTARIA Nº 58, DE 11 DE JUNHO DE 2013.

CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 467, de 16 de dezembro de 1988;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Prêmio à Servidora Delir Lodeti, matrícula nº 412, ocupante do Cargo de Professor I 40 hs, por um período de 180 dias, referente ao período aquisitivo 28/02/2003 a 25/02/2013, com retorno previsto para 02/12/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 11 de junho de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 59/2013

PORTARIA Nº 59, DE 11 DE JUNHO DE 2013.
Concede Adicional de Especialização e Adicional de Graduação

O Prefeito Municipal de Timbó do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 1.176, Art. 2º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Roselei Goulart Biava, matrícula nº 2844, ocupante do cargo de Professor Mag 20Hs/semanais, adicional de especialização e adicional de graduação; cada adicional correspondendo a 25% sobre seu vencimento base:

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó do Sul/SC, 11 DE JUNHO DE 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

Ata de Abertura dos Documentos - Credenciamento Nº. 61 2013 PMT

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ
ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTOS
CREDENCIAMENTO Nº. 61/2013

Às quinze horas, do décimo primeiro dia, do mês de junho de dois mil e treze, na sala de licitações do município de Timbó, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria Nº. 32/2013, alterada pela portaria Nº. 338/2013. Após serem analisados os documentos, constatou-se que as empresas que apresentaram seus documentos com a devida regularidade foram:

Cód.Fornecedor	Nome
19695.9	VPA COMERCIO DE PEDRAS E PAVIMENTACAO LTDA. - ME
31408.0	FLORIANO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP

As empresas FLORIANO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP e VPA COMERCIO DE PEDRAS E PAVIMENTACAO LTDA - ME restaram credenciadas no presente certame. Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

Timbó (SC), 11 de junho de 2013.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DEISE A. N. MENDES
Presidente

BARBARA HOCHHEIM
Secretária

ALINE BURGER
Membro

Aviso Pregão Presencial N.º 24 2013 SAMAE - Aquisição de Kit Motobomba

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2013

OBJETO: aquisição de motobomba destinada à casa de bombas de abastecimento de água das Ruas Blumenau e Groelândia. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 28 de junho de 2013. ABERTURA: dia 28 de junho de 2013 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes

TIMBO (SC), 12/06/2013.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente SAMAE

Extrato Quarto Termo Aditivo Contrato 2010/194 - Timboprev

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO E REAJUSTE

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/194
CONTRATANTE: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó.
CONTRATADO: Somma Investimentos S.S.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada com a finalidade de prestação de serviços de assessoria em relação ao mercado financeiro.
PRAZO: prorrogado até 21/06/2014.
VALOR REAJUSTADO: R\$ 2.982,00 (dois mil novecentos e oitenta e dois reais)
DATA DA ASSINATURA: 12/06/2013.

OSMAIR DE CASTILHO
Presidente do TIMBOPREV

Extrato Quarto Termo Aditivo Contrato 2010/203 - FMAS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/203
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência.
CONTRATADO: Eduardo Antônio de Albuquerque.

OBJETO: Locação de imóvel destinado ao CRAS - Centro de Referência em Assistência Social, localizado a Rua Amazonas, Nº. 61, Bairro dos Estados, Timbó - SC.
PRAZO: prorrogado até 31/12/2013.
DATA DA ASSINATURA: 12/06/2013.
ELSON A.A. MARSON JUNIOR
Secretário Municipal da Assistência Social

Convocação Para Assinatura - C.M Ponciano

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

Através da presente publicação fica convocada a empresa C.M. Ponciano ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.918.310/0001-88 e representada por Manoel João Francisco Filho, a assinar o contrato referente ao processo licitatório de Pregão Presencial nº. 04/2013. A partir desta, fixa-se o prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos para comparecimento do representante responsável ao Setor de Licitações da Prefeitura de Timbó, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, Timbó - SC, sob pena de aplicação das penalidades citadas no processo licitatório mencionado.

Timbó, 13/06/2013

THOMAZ H. N. CAMPREGHER

Departamento de Licitações

Convocação Para Assinatura - Dentária

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

Através da presente publicação fica convocada a empresa Dentária Distr. Hosp. Porto Alegrense, inscrita no CNPJ sob o nº. 91.083.212/0001-35 e representada por Sérgio Carlos Zipf, a assinar a Ata de Registro referente ao processo licitatório de Pregão Presencial nº. 11/2013. A partir desta, fixa-se o prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos para comparecimento do representante responsável ao Setor de Licitações da Prefeitura de Timbó, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, Timbó - SC, sob pena de aplicação das penalidades citadas no processo licitatório mencionado.

Timbó, 13/06/2013

THOMAZ H. N. CAMPREGHER

Departamento de Licitações

Convocação Para Assinatura - Efetive

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

Através da presente publicação fica convocada a empresa Efetive Produtos Médico-Hospitalares LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.101.480/0001-01 e representada por Claudemir José dos Santos, a assinar a Ata de Registro referente ao processo licitatório de Pregão Presencial nº. 05/2013. A partir desta, fixa-se o prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos para comparecimento do representante responsável ao Setor de Licitações da Prefeitura de Timbó, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, Timbó - SC, sob pena de aplicação das penalidades citadas no processo licitatório mencionado.

Timbó, 13/06/2013

THOMAZ H. N. CAMPREGHER

Departamento de Licitações

Convocação Para Assinatura - Engeplan

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

Através da presente publicação fica convocada a empresa Engeplan Terraplanagem, Saneamento e Urbanismo LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.897.504/0001-83 e representada por Jair Osvaldo Galvão, a assinar o Quarto Termo Aditivo referente ao processo licitatório de Concorrência nº. 35/2012. A partir desta, fixa-se o prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos para comparecimento do representante responsável ao Setor de Licitações da Prefeitura de Timbó, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, Timbó - SC, sob pena de aplicação das penalidades citadas no processo licitatório mencionado.

Timbó, 13/06/2013

THOMAZ H. N. CAMPREGHER

Departamento de Licitações

Convocação Para Assinatura - Erh Marmoraria

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

Através da presente publicação fica convocada a empresa ERH Marmoraria e Funerária LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.919.421/0001-08 e representada por Rose Mary Purin, a assinar a Ata de Registro referente ao processo licitatório de Pregão Presencial nº. 31/2013. A partir desta, fixa-se o prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos para comparecimento do representante responsável ao Setor de Licitações da Prefeitura de Timbó, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, Timbó - SC, sob pena de aplicação das penalidades citadas no processo licitatório mencionado.

Timbó, 13/06/2013

THOMAZ H. N. CAMPREGHER

Departamento de Licitações

Convocação Para Assinatura - Expressão

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

Através da presente publicação fica convocada a empresa Expressão Com. Mat. Inf. Serv. LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.314.098/0001-38 e representada por Carolina Frutuoso dos Santos, a assinar a Ata de Registro referente ao processo licitatório de Pregão Presencial nº. 27/2013. A partir desta, fixa-se o prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos para comparecimento do representante responsável ao Setor de Licitações da Prefeitura de Timbó, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, Timbó - SC, sob pena de aplicação das penalidades citadas no processo licitatório mencionado.

Timbó, 13/06/2013

THOMAZ H. N. CAMPREGHER

Departamento de Licitações

Convocação Para Assinatura - Floriano

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

Através da presente publicação fica convocada a empresa Floriano Construtora e Incorporadora LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.508.217/0001-70 e representada por Deise Floriano, a assinar o Segundo Termo Aditivo referente ao processo licitatório de Carta

Convite nº. 57/2012. A partir desta, fixa-se o prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos para comparecimento do representante responsável ao Setor de Licitações da Prefeitura de Timbó, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, Timbó - SC, sob pena de aplicação das penalidades citadas no processo licitatório mencionado.

Timbó, 13/06/2013
THOMAZ H. N. CAMPREGHER
Departamento de Licitações

Convocação Para Assinatura - Maragno
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

Através da presente publicação fica convocada a empresa Química Maragno LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.410.848.0001-99 e representada por Leônidas Farias Oliveira, a assinar a Ata de Registro referente ao processo licitatório de Pregão Presencial nº. 15/2013. A partir desta, fixa-se o prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos para comparecimento do representante responsável ao Setor de Licitações da Prefeitura de Timbó, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, Timbó - SC, sob pena de aplicação das penalidades citadas no processo licitatório mencionado.

Timbó, 13/06/2013
THOMAZ H. N. CAMPREGHER
Departamento de Licitações

Convocação Para Assinatura - Polaris
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

Através da presente publicação fica convocada a empresa Polaris Serviços e Construções, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.547.887/0001-11 e representada por Roberto Carlos Imme, a assinar o contrato referente ao processo licitatório de Carta Convite nº. 08/2013. A partir desta, fixa-se o prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos para comparecimento do representante responsável ao Setor de Licitações da Prefeitura de Timbó, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, Timbó - SC, sob pena de aplicação das penalidades citadas no processo licitatório mencionado.

Timbó, 13/06/2013
THOMAZ H. N. CAMPREGHER
Departamento de Licitações

Convocação Para Assinatura - Suprimóveis
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

Através da presente publicação fica convocada a empresa Suprimóveis LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.563.256/0001-68 e representada por Anderson Santos Faria, a assinar a Ata de Registro referente ao processo licitatório de Pregão Presencial nº. 46/2013. A partir desta, fixa-se o prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos para comparecimento do representante responsável ao Setor de Licitações da Prefeitura de Timbó, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, Timbó - SC, sob pena de aplicação das penalidades citadas no processo licitatório mencionado.

Timbó, 13/06/2013
THOMAZ H. N. CAMPREGHER
Departamento de Licitações

Convocação Para Assinatura - Tv o Estado de Florianópolis

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

Através da presente publicação fica convocada a empresa TV O Estado de Florianópolis LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.875.902/0001-21 e representada por Marcos Roberto Fernandes da Silva, a assinar a Ata de Registro referente ao processo licitatório de Pregão Presencial nº. 47/2013. A partir desta, fixa-se o prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos para comparecimento do representante responsável ao Setor de Licitações da Prefeitura de Timbó, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, Timbó - SC, sob pena de aplicação das penalidades citadas no processo licitatório mencionado.

Timbó, 13/06/2013
THOMAZ H. N. CAMPREGHER
Departamento de Licitações

Edital de Contribuição de Melhoria Pela Pavimentação Asfáltica, da Rua Amazonas (Trecho)-Edital 01/2013

Edital nº 01/2013

Edital de Contribuição de Melhoria pela Pavimentação Asfáltica, da Rua Amazonas (trecho).

A Fazenda Municipal de Timbó faz saber a todos os proprietários ou possuidores de imóveis na Rua Amazonas (trecho), abaixo relacionados, que a Prefeitura Municipal de Timbó, com base no artigo 145, III da Constituição Federal, artigos 81,82 e 144 do Código Tributário Nacional, artigo 8º do Decreto- lei nº. 195/67 e Art.417 c/c 422 da Lei Complementar Municipal nº 142/98, executou a obra de melhoria através da Pavimentação Asfáltica, tendo como custo apurado o valor total de 359.270,74 (trezentos e cinquenta e nove mil, duzentos e setenta reais e setenta e quatro centavos), incluindo a infra-estrutura implantada, e está Lançando a Contribuição de Melhoria, conforme passa a expor:

Pavimentação asfáltica da Rua Amazonas (trecho)- Timbó-SC
1 - Memorial Descritivo da Obra:

1.1 - Identificação:

Projeto para pavimentação asfáltica, da Rua Amazonas (trecho) - (com área de de 5.395,72m²), no Bairro dos Estados, em Timbó - SC.

1.2 - Justificativa:

Considerando que a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, responsável pela manutenção das vias públicas, tem dificuldades para desenvolver esta atividade devido a grande quantidade de ruas e pelo fato de muitas destas possuírem apenas revestimento primário em macadame. A dificuldade de manutenção das ruas com macadame remete-se a necessidade de maquinário e de material, inclusive de jazida macadame, para reposição, bem como no fato destas ruas sofrerem ação constante de intempéries. Considerando que a retirada de material de jazida causa danos, de difícil recuperação, ao Meio Ambiente.

Considerando que a falta de pavimentação dificulta e prejudica a circulação e a segurança tanto de veículos quanto de pedestres, pois estas vias também não possuem passeios, e muitas vezes sequer meio-fio que delimite o espaço destinado aos pedestres. Considerando que é objetivo da administração municipal aprimorar e estimular o crescimento e desenvolvimento urbano adequado, valorizando o espaço público e o cidadão, e por consequência melhorando a qualidade de vida de todos.

Considerando que conforme apurado através de comissão técnica competente, com supedâneo em laudos fornecidos pelo Núcleo de Corretores do Município de Timbó, a obra em questão trouxe aos proprietários dos imóveis indubitável valorização de seu bem,

conforme demonstrado no item 6 deste edital.

Justifica-se, portanto, o lançamento da Contribuição de Melhoria, em razão da execução das obras de pavimentação, que resultam em benefícios diretos aos proprietários de imóveis atingidos pela melhoria, em razão da efetiva valorização pelo incremento comprovado nas condições de conforto, desenvolvimento, meios de transporte entre outros meios básicos de progresso.

Em vista destes aspectos, e outros intrínsecos ao processo de desenvolvimento urbano e social do Município, a Rua Amazonas (trecho) foi pavimentada, e em face a indubitável valorização dos imóveis, necessário o lançamento deste edital de Contribuição de Melhoria.

1.3 - Especificações:

Para a pavimentação asfáltica da Rua Amazonas (trecho final), será utilizado asfalto betuminoso usinado a quente, na espessura de 5,00 cm, conforme especificações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Todos os materiais e serviços serão executados e selecionados de acordo com os padrões e especificações do DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, DEINFRA - Departamento Estadual de Infra-estrutura e da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), inclusive a execução do meio-fio, e todos os demais detalhes.

2 - Orçamento para implantação:

2.1 - Pavimentação asfáltica da Amazonas (trecho final) - (com área de 5.395,72m²)- (cinco mil, trezentos e noventa e cinco metros e setenta e dois decímetros quadrados).

2.1.1 - Drenagem Pluvial:

- Custo Unitário por tubo de Ø 0,40 m R\$ 31,85
 - Custo Unitário por tubo de Ø 0,60 m R\$ 76,85
 - Custo Unitário por tubo de Ø 0,80 m R\$ 139,60
 * Nos custos estão inclusos fornecimento, implantação de tubulação sobre pranchas de madeira, aterro compactado.

Quantidade Total utilizada:

- Tubos de Ø 0,40 m 751 unidades
 - Tubos de Ø 0,60 m 75 unidades
 - Tubos de Ø 0,80 m 168 unidades
 - Custo Tubos de Ø 0,40 m 751 x 31,85 = R\$ 23.919,35
 - Custo Tubos de Ø 0,60 m 75 x 76,85 = R\$ 5.763,75
 - Custo Tubos de Ø 0,80 m 168 x 139,60 = R\$ 23.452,80
 - Custo Total da Drenagem R\$ 53.135,90

2.1.2 - Escavação e transporte do material retirado das valas:

- Custo Unitário por metro cúbico R\$ 4,20
 - Quantidade Total 2.055,20 m³
 - Custo 4,20 x 2.055,20 = R\$ 8.631,84
 - Custo Total da escavação e transporte de material R\$ 8.631,84

2.1.3 - Material e transporte de preenchimento (barro, argila) para aterro das valas:

- Custo Unitário por metro cúbico R\$ 6,28
 - Quantidade Total 1.837,70 m³
 - Custo 6,28 x 1.837,70 = R\$ 11.540,76
 - Custo Total do preenchimento R\$ 11.540,76

2.1.4 - Execução das Caixas de Captação e de Ligação:

- Custo Unitário por Boca de Lobo com grelha de ferro R\$ 224,00
 - Quantidade Total 41 unidades
 - Custo 224,00 x 41 = R\$ 9.184,00
 - Custo Unitário por Caixa de Ligação R\$ 150,00
 - Quantidade Total 2 unidades
 - Custo 150,00 x 2 = R\$ 300,00
 - Custo para nivelamento das caixa de captação e ligação R\$ 60,75
 - Quantidade Total 42 unidades
 - Custo 60,75 x 42 = R\$ 2.551,50
 - Custo Total execução das Caixas de Captação R\$ 12.035,50

2.1.6 - Rede de água potável (implantada pelo SAMAE):

- Custo por metro linear implantado nos dois lados da rua, incluindo materiais, mão-de-obra e
 - serviços de escavação e reaterro com máquina R\$ 14,00
 - Quantidade Total (em metros) 1.040,00
 - Custo 14,00 x 1.040,00 = R\$ 14.560,00
 - Custo Total da rede de água R\$ 14.560,00

2.1.7- Sinalização horizontal e vertical - pintura de faixas e placas :

- Custo Total sinalização R\$ 5.720,00

2.1.8 - Pavimentação asfáltica da Amazonas (trecho) - (com área de 5.395,72m²

- Serviços de terraplenagem, remoção de solos inservíveis, e espalhamento no bota-fora 3.237,44m³
 - Custo Unitário R\$ 4,05
 - Custo R\$ 13.111,63
 - Fornecimento de Material de jazida (macadame) p/ reforço de sub-leito 1.888,21m³
 - Custo Unitário R\$ 9,67
 - Custo R\$ 18.258,99
 - Regularização, base estabilizada, imprimação, pintura de ligação, e capa asfáltica incluindo a mão-de-obra.- valor unitário do m² R\$ 35,80
 - Quantidade Total 5.395,72m²
 - Custo 35,80 x 5.395,72 = R\$ 193.166,73
 - Custo Total da pavimentação R\$ 224.537,34

2.1.9 - Meio fio de Concreto 10/12x30x100cm:

- Custo Unitário do meio-fio e mão-de-obra R\$ 15,00
 - Quantidade Total 1.055,00 metros
 - Custo 15,00 x 1.055,00 = R\$ 15.825,00
 - Custo Total do meio-fio R\$ 15.825,00

Global da Obra R\$ 345.986,34

3 - Cronograma:

A obra teve início em 04/07/2008 e término em 26/07/2011 (com o cumprimento do Acordo Extrajudicial para solucionar os problemas apresentados ao termino da pavimentação).

4 - Projetos:

Foram executados de acordo com as plantas elaboradas pela Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

5 - Conclusão:

Restou apurado que a execução da obra de pavimentação beneficiou diretamente 31 (trinta e uma) propriedades, através da evidente valorização imobiliária decorrente da melhoria na qualidade de vida dos moradores e usuários das vias, trazendo melhores condições de tráfego aos veículos e locomoção de transeuntes, evitando transtornos e diminuindo as despesas na conservação da via, inclusive no que se refere a constante macadamização e irrigação.

6 - Delimitação da área, imóveis abrangidos, valorização dos imóveis com a obra:

6.1 A área a ser beneficiada por esta obra, abrange a Rua Amazonas (trecho) - (com área de 5.395,72m²).

6.2 Os imóveis abrangidos são todos os que possuem testadas para a rua e delimitações citadas, e constam no cadastro imobiliário do município, em nome dos contribuintes constantes da tabela abaixo item 6.3.

6.3 A verificação da valorização do imóvel pela obra publica em questão foi realizada por comissão competente, regularmente constituída nos termos da lei que, com supedâneo em avaliações de mercado fornecidas pelo Núcleo de Corretores de Timbó, fixou o valor do imóvel antes e após a realização da obra, resultando na seguinte valorização imobiliária:

Proprietário		Inscrição Imobiliária	Valor do imóvel antes pavimentação	Valor do imóvel após pavimentação	Valorização
1	PREFEITURA DE TIMBÓ	01.09.015.0990.001	250.000,00	265.000,00	15.000,00
2	JORGE VALT	01.09.015.0327.001	100.000,00	120.000,00	20.000,00
3	VITOR KANNENBERG	01.09.015.0395.001	100.000,00	120.000,00	20.000,00
4	RENATE KANNENBERG	01.09.015.0456.001	100.000,00	120.000,00	20.000,00
5	ERWINO KANNENBERG	01.09.015.0512.001	100.000,00	120.000,00	20.000,00
6	JOSÉ EVERALDO FIDENCIO	01.09.015.0564.001	85.000,00	100.000,00	15.000,00
7	M. S. CONFECÇÕES LTDA M. E.	01.09.015.0612.001	100.000,00	120.000,00	20.000,00
8	HERIBERTO KORTE (Espólio)	01.09.015.0622.001	55.000,00	70.000,00	15.000,00
9	HERIBERTO KORTE (Espólio)	01.09.015.0642.001	45.000,00	60.000,00	15.000,00
10	MARWIN WOLTER	01.09.015.0657.001	45.000,00	60.000,00	15.000,00
11	MARWIN WOLTER	01.09.015.0672.001	45.000,00	60.000,00	15.000,00
12	DIMAS NASATTO	01.09.015.0714.001	45.000,00	60.000,00	15.000,00
13	MARLY DEMUTH	01.09.017.1250.001	190.000,00	200.000,00	10.000,00
14	TERESINHA BURN BESEN	01.09.016.1071.001	130.000,00	150.000,00	20.000,00
15	ADEMAR GUTJAHR	01.09.016.0985.001	40.000,00	50.000,00	10.000,00
16	GUNTER ADOLFO BOEBEL	01.09.016.0961.001	50.000,00	65.000,00	15.000,00
17	GRAZIELE KRAUSE BITTENCOURT	01.09.016.0935.001	55.000,00	70.000,00	15.000,00
18	MARCOS ZILS	01.09.016.0922.001	50.000,00	65.000,00	15.000,00
19	CLUBE DOS UNIVERSITÁRIOS DE TIMBÓ	01.09.016.0905.001	250.000,00	300.000,00	50.000,00
20	SULCLOCK COM. LTDA	01.09.016.0815.001	250.000,00	300.000,00	50.000,00
21	DITMAR BORCHARDT	01.09.016.0729.001	55.000,00	70.000,00	15.000,00
22	ROLAND KANNENBERG	01.09.016.0709.001	45.000,00	60.000,00	15.000,00
23	ROLAND KANNENBERG	01.09.016.0707.001	65.000,00	80.000,00	15.000,00
24	ROLAND KANNENBERG	01.09.016.0666.001	45.000,00	60.000,00	15.000,00
25	ROLAND KANNENBERG	01.09.016.0651.001	45.000,00	60.000,00	15.000,00
26	ROLAND KANNENBERG	01.09.016.0636.001	40.000,00	50.000,00	10.000,00
27	VILMAR ANTUNES	01.09.016.0631.001	40.000,00	50.000,00	10.000,00
28	MARCOS ROGÉRIO GUSE	01.09.016.0626.001	45.000,00	60.000,00	15.000,00
29	ODAIR CHISTE	01.09.016.0611.001	45.000,00	60.000,00	15.000,00
30	SONIA KANNENBERG TOMIO	01.09.016.0596.001	45.000,00	60.000,00	15.000,00
31	HANS LORENZ JUNIOR	01.09.016.0581.001	45.000,00	60.000,00	15.000,00
	TOTAL				545.000,00

7- Critério de Rateio Individual compreendendo a determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria, e forma de cálculo do tributo:

7.1 - Participação da Prefeitura Municipal de Timbó = R\$ 103.795,90, o que corresponde a 30,00% da obra.

7.2 - Participação dos proprietários de imóveis (inclusive imóveis do município) = R\$ 242.190,44, o que corresponde a 70,00% da obra.

7.3 - O cálculo da Contribuição de Melhoria se dá através da seguinte fórmula: $CM = AxVi/Vtr$, onde:

a) CM = valor da contribuição de melhoria referente ao imóvel beneficiado;

b) A = valor da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria = R\$ 242.190,44

c) Vi = valor da valorização individual do imóvel, apurado pela comissão;

d) Vtr = somatório dos valores de valorização individuais de todos imóveis beneficiados = R\$ 545.000,00

7.4 - Diante da Valorização dos imóveis pela obra em questão, ficam lançados os seguintes valores individuais inerentes à Contribuições de Melhoria a ser custeado pelos contribuintes infra mencionados:

Proprietário	Inscrição Imobiliária	Vi	CM (em R\$)	
1	PREFEITURA DE TIMBÓ	01.09.015.0990.001	15.000,00	6.665,84
2	JORGE VALT	01.09.015.0327.001	20.000,00	8.887,72
3	VITOR KANNENBERG	01.09.015.0395.001	20.000,00	8.887,72
4	RENATE KANNENBERG	01.09.015.0456.001	20.000,00	8.887,72
5	ERWINO KANNENBERG	01.09.015.0512.001	20.000,00	8.887,72
6	JOSÉ EVERALDO FIDENCIO	01.09.015.0564.001	15.000,00	6.665,79
7	M. S. CONFECÇÕES LTDA M. E.	01.09.015.0612.001	20.000,00	8.887,72
8	HERIBERTO KORTE (Espólio)	01.09.015.0622.001	15.000,00	6.665,79
9	HERIBERTO KORTE (Espólio)	01.09.015.0642.001	15.000,00	6.665,79
10	MARWIN WOLTER	01.09.015.0657.001	15.000,00	6.665,79
11	MARWIN WOLTER	01.09.015.0672.001	15.000,00	6.665,79
12	DIMAS NASATTO	01.09.015.0714.001	15.000,00	6.665,79
13	MARLY DEMUTH	01.09.017.1250.001	10.000,00	4.443,86
14	TERESINHA BURN BESEN	01.09.016.1071.001	20.000,00	8.887,72
15	ADEMAR GUTJAHR	01.09.016.0985.001	10.000,00	4.443,86

16	GUNTER ADOLFO BOEBEL	01.09.016.0961.001	15.000,00	6.665,79
17	GRAZIELE KRAUSE BITTENCOURT	01.09.016.0935.001	15.000,00	6.665,79
18	MARCOS ZILS	01.09.016.0922.001	15.000,00	6.665,79
19	CLUBE DOS UNIVERSITÁRIOS DE TIMBÓ	01.09.016.0905.001	50.000,00	22.219,31
20	SULCLOCK COM. LTDA	01.09.016.0815.001	50.000,00	22.219,31
21	DITMAR BORCHARDT	01.09.016.0729.001	15.000,00	6.665,79
22	ROLAND KANNENBERG	01.09.016.0709.001	15.000,00	6.665,79
23	ROLAND KANNENBERG	01.09.016.0707.001	15.000,00	6.665,79
24	ROLAND KANNENBERG	01.09.016.0666.001	15.000,00	6.665,79
25	ROLAND KANNENBERG	01.09.016.0651.001	15.000,00	6.665,79
26	ROLAND KANNENBERG	01.09.016.0636.001	10.000,00	4.443,86
27	VILMAR ANTUNES	01.09.016.0631.001	10.000,00	4.443,86
28	MARCOS ROGÉRIO GUSE	01.09.016.0626.001	15.000,00	6.665,79
29	ODAIR CHISTE	01.09.016.0611.001	15.000,00	6.665,79
30	SONIA KANNENBERG TOMIO	01.09.016.0596.001	15.000,00	6.665,79
31	HANS LORENZ JUNIOR	01.09.016.0581.001	15.000,00	6.665,79
	TOTAL			242.190,44

8 - Disposições Finais:

8.1 - Condições de Pagamento:

8.1.1 - Contribuição de Melhoria: os contribuintes supra mencionados que optarem pelo pagamento a vista dos valores constantes do item 7 deste edital, até a data do vencimento, terão desconto de 10% sobre o valor lançado.

8.1.2 - O valor lançado poderá ser parcelado nos termos do Código Tributário Municipal, hipótese em que as parcelas serão corrigidas pela UFM.

8.1.3 - A falta de pagamento do débito importará na inscrição do mesmo em dívida ativa.

8.2 - Da Impugnação do Edital:

Para eventual impugnação, o contribuinte interessado terá o prazo de 30 dias a contar da publicação do presente edital para fazê-lo, cabendo ao mesmo o ônus da prova, devendo para tanto, proceder da seguinte forma:

a) Encaminhar ao Executivo Municipal exposição de motivos, contendo o fundamento legal que originou a impugnação, bem como a justificativa e demais elementos que possam evidenciar o fato alegado;

b) Apresentar parecer técnico, devidamente assinado por um engenheiro civil registrado no CREA, quando a impugnação referir-se à parte técnica da obra;

c) Apresentar parecer jurídico, devidamente assinado por um advogado registrado na OAB, quando a impugnação referir-se à parte jurídica do Edital/Obra;

d) Apresentar planta de localização e situação da obra, com identificação da parte a ser impugnada.

O julgamento das impugnações, será efetuado através do profissional competente, podendo ser designado através de ato do executivo.

O executivo municipal terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para responder às impugnações apresentadas.

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Timbó, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas."

8.3. Os Contribuintes que já quitaram ou parcelaram os valores lançados anteriormente e anulados pelo Decreto nº 2285 de 25/02/2011, terão os valores devidamente compensados pela Secretaria da Fazenda e Administração através do Setor de Tributos que adotará os procedimentos administrativos adequados.

Prefeitura de Timbó, 10 de junho de 2013

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito





MARIA ANGÉLICA FAGGIANI LUCIANA HARTMANN

Secretária da Fazenda e Administração Engenheira Civil

PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



-  Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
-  Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
-  Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
-  Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 408/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFM3259	8756030504	7455/0	27/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
AJV2578	8756027212	7463/0	18/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
ALO5537	8756030507	7455/0	30/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
BJJ9902	8756030514	7455/0	28/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
BQJ7698	8756029618	7455/0	24/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
CMJ9987	8756030655	7455/0	25/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
IHQ7007	8756029489	7455/0	28/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXS0430	8756030767	7455/0	03/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXX0774	8756027819	7455/0	14/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZE2705	8756030833	7455/0	05/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZM5611	8756027302	5673/2	24/12/2012	R\$ 85,12	183
LZU0743	8756029672	7455/0	24/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBL5127	8756030881	7455/0	01/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCB0425	8756029455	7455/0	25/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCT9254	8756030433	5673/2	26/03/2013	R\$ 85,12	183
MDH9963	8756026757	7455/0	13/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDM9389	8756029709	7455/0	02/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDW4466	8756027642	7455/0	05/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEB9469	8756030659	7455/0	25/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEL6472	8756029598	7455/0	28/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEN4129	8756030871	7455/0	31/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFT3050	8756030866	7455/0	03/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGR6237	8756029262	7471/0	22/02/2013	R\$ 574,61	218 * III
MIM8352	8756030359	7455/0	22/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJR6001	8756029542	5673/2	02/03/2013	R\$ 85,12	183
MJX5374	8756030223	7455/0	22/03/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKE0258	8756029567	5673/2	28/02/2013	R\$ 85,12	183
MKM0699	8756029514	7455/0	01/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MNJ7336	8756030958	7455/0	06/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MWU4740	8756029562	5673/2	25/02/2013	R\$ 85,12	183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 12 DE JUNHO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1486/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCP9588	55370811D	5010/0	03/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCP9588	55370812D	6599/2	03/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFD7329	55371651D	6653/1	27/03/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MFD7329	55371652D	6637/2	27/03/2013	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 12 DE JUNHO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1487/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIZ5211	55371784D	5185/1	02/04/2013	R\$ 127,69	167
AIZ5211	55371785D	5835/0	02/04/2013	R\$ 127,69	195
LZB7244	55643165D	5967/0	15/01/2013	R\$ 191,53	203 * V
LZX3645	55643457D	6033/0	08/03/2013	R\$ 191,53	206 * V
LZX3645	55643458D	5835/0	08/03/2013	R\$ 127,69	195
MDL0602	55371780D	5185/1	02/04/2013	R\$ 127,69	167
MDL0602	55371781D	5835/0	02/04/2013	R\$ 127,69	195
MEC2444	55643469D	5967/0	13/03/2013	R\$ 191,53	203 * V
MEH2511	55643151D	7030/2	15/01/2013	R\$ 191,53	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 12 DE JUNHO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 407/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CMP7559	8756032251	6050/3	10/05/2013	208
DHZ2170	8756032137	7455/0	06/05/2013	218 * I
DRI6779	8756031322	5673/2	20/04/2013	183
IAU9726	8756031262	7455/0	22/04/2013	218 * I
IIT5057	8756031320	5673/2	18/04/2013	183
ILA3009	8756032226	6050/3	06/05/2013	208
LXC2037	8756031209	7455/0	12/04/2013	218 * I
LXV8964	8756032122	5673/2	11/05/2013	183
LXX1032	8756032241	7455/0	09/05/2013	218 * I
LYI1391	8756031324	5673/2	20/04/2013	183
LYO4454	8756031282	7455/0	23/04/2013	218 * I
LYQ2993	8756031386	7463/0	14/04/2013	218 * II
LZA4214	8756031510	5673/2	27/04/2013	183
LZA9907	8756031630	7455/0	21/04/2013	218 * I
LZF1446	8756031415	7455/0	19/04/2013	218 * I
LZH1958	8756032145	7455/0	07/05/2013	218 * I
LZH4748	8756031213	7463/0	18/04/2013	218 * II
MAH1949	8756031454	6050/3	15/04/2013	208
MAQ5349	8756031542	7455/0	22/04/2013	218 * I
MAZ4119	8756032150	7455/0	05/05/2013	218 * I
MBR6608	8756031382	7455/0	20/04/2013	218 * I
MBZ2437	8756032260	6050/3	11/05/2013	208
MCG6502	8756032337	7463/0	10/05/2013	218 * II
MCG8046	8756031252	7455/0	22/04/2013	218 * I
MCV1255	8756031201	7455/0	12/04/2013	218 * I
MCX4166	8756031357	7455/0	15/04/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDO3132	8756031354	7455/0	14/04/2013	218 * I
MDT0342	8756031384	6050/3	14/04/2013	208
MDT3519	8756031550	7471/0	21/04/2013	218 * III
MEC0112	8756031372	7455/0	14/04/2013	218 * I
MED5577	8756031345	7455/0	15/04/2013	218 * I
MED7652	8756031393	7455/0	14/04/2013	218 * I
MEE9880	8756031578	7463/0	22/04/2013	218 * II
MEE9880	8756031641	7455/0	22/04/2013	218 * I
MEJ4567	8756031450	6050/3	14/04/2013	208
MEY7657	8756031234	7455/0	22/04/2013	218 * I
MEY7657	8756031373	7455/0	16/04/2013	218 * I
MFH7166	8756032064	5673/2	05/05/2013	183
MFV1518	8756031467	7455/0	17/04/2013	218 * I
MGF3015	8756031193	7455/0	11/04/2013	218 * I
MGM6603	8756031272	7455/0	23/04/2013	218 * I
MGO6964	8756031086	7455/0	08/04/2013	218 * I
MGP0394	8756032100	7455/0	09/05/2013	218 * I
MGS0827	8756031336	5673/2	16/04/2013	183
MGY7033	8756031401	7463/0	16/04/2013	218 * II
MGY7033	8756031576	7455/0	22/04/2013	218 * I
MHO7687	8756031216	7455/0	18/04/2013	218 * I
MHQ9083	8756031366	7455/0	14/04/2013	218 * I
MHV0923	8756031428	7455/0	20/04/2013	218 * I
MIS7068	8756031498	7455/0	20/04/2013	218 * I
MJH1599	8756031479	7455/0	19/04/2013	218 * I
MJT5154	8756031442	7455/0	14/04/2013	218 * I
MJV5252	8756031334	6050/3	14/04/2013	208
MJZ3976	8756032067	5673/2	05/05/2013	183
MKK8157	8756031435	6050/3	18/04/2013	208
MLB6319	8756032229	7455/0	07/05/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 12 DE JUNHO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1484/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIM3066	55371832D	6920/0	02/05/2013	233
LYK7020	55371051D	6920/0	02/05/2013	233
LZO9362	55371108D	6637/1	23/05/2013	230 * IX
MAX2491	55371052D	6920/0	02/05/2013	233
MAZ3480	55371303D	6599/2	20/05/2013	230 * V
MAZ3480	55371304D	6912/0	20/05/2013	232
MCD6660	55371107D	6556/1	23/05/2013	230 * I
MDS4892	55371702D	6912/0	27/04/2013	232
MEB1737	55371068D	6920/0	02/05/2013	233
MEM5939	55370644D	6599/2	26/04/2013	230 * V
MEN3460	55370825D	6599/2	24/04/2013	230 * V
MEY1329	55371846D	6920/0	02/05/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 12 DE JUNHO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1485/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHS9207	55371603D	7293/0	05/05/2013	251 * I
MJD9055	55370882D	5835/0	27/05/2013	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 12 DE JUNHO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

CÂMARA MUNICIPAL**Termo de Homologação Pregão 03/2013**

Termo de Homologação
Processo Licitatório : 09/2013.
Modalidade: Pregão.
Número da Licitação: 03/2013.

Objeto: Aquisição de móveis, cadeiras, sofás de espera, para a Câmara Municipal de Timbó (SC).

O Presidente da Câmara de Vereadores de Timbó, Rubens Borchardt, CPF nº 381.777.579-20, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, com amparo na Lei 8.666/93, verificando a validade dos atos praticados e a conveniência da licitação, homologa o Processo Licitatório nº 09/2013.

Timbó, 11 de Junho de 2013.
RUBENS BORCHARDT
Presidente

Três Barras**PREFEITURA****Decreto Nº 4.247 de 10 de Junho de 2013**

DECRETO Nº 4.247 DE 10 DE JUNHO DE 2013
RERRATIFICA O DECRETO Nº 3.428 DE 30 DE MARÇO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a edição do Decreto nº 3.428 de 30 de março de 2009 que nomeou membros do Conselho Municipal do FUNDEB antes do prazo de término do mandato dos conselheiros nomeados pelo Decreto nº 3.191/2007;

CONSIDERANDO a constatação de irregularidade no funcionamento do Conselho Municipal do FUNDEB;

CONSIDERANDO a necessidade de corrigir e atualizar os dados no cadastro no sistema do CACS - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, junto ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

DECRETA:

Art. 1º. Fica rerratificado o Decreto nº 3.428 de 30 de março de 2009 para efeitos de cadastro no sistema do CACS - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, junto ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos seguintes termos:

“Art. 1º - Fica decretado a instituição do Conselho Municipal do FUNDEB.

Art. 2º - O Conselho Fiscal será composto dos seguintes membros:

I - Representantes do Poder Executivo e Secretaria de Educação:

Titular - Sônia Marcia Szczerbowski Küchler
Titular - Tadeu Kurpiel Junior
Suplente - Viviane A. W. Zimmermann

Suplente - Irineu Jascuf

II - Representantes dos Professores:

Titular - Alexandre Antonio dos Passos
Suplente - João Marlon Jungles

III - Representantes dos Diretores:

Titular - Jucimar B.P. Dobrochinski
Suplente - Silvana Cornelsen Jarschel

IV - Representantes dos Servidores Técnico-Administrativo:

Titular - Maria Massaneiro Novitzki
Suplente - Jocelma Pereira Blanck

V - Representantes dos pais de alunos da educação básica pública:

Titular - Analete Gomes Teles Hendler
Titular - Tânia Cristina Porfírio Ignazevski
Suplente - Rosimari Gevieski
Suplente - Marli Antunes Alves Leite

VI - Representante dos estudantes da educação básica pública:

Titular - Robson Sevilha de Oliveira
Titular - Cleiton José Ferreira
Suplente - Silmara Correa Alves
Suplente - Roger de Campos

VII - Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular - Edson Luiz de Souza
Suplente - Mona Uba Dequêch Denk

VIII - Representantes do Conselho Tutelar:

Titular - Nairaluz Schroeder Rosário
Suplente - Sandra R. S. Duarte

Art. 3º - O referido Conselho terá as atribuições previstas na legislação federal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de 19 de dezembro de 2009.”

Art. 2º. Fica autorizada a adoção de providências necessárias nos registros permanentes, em especial para efeito do cadastro no sistema do CACS - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, junto ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 10 de junho de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras.

Tunápolis

PREFEITURA

Lei Nº 1.122/2013 de 14 de Junho de 2013.

LEI Nº 1.122/2013 DE 14 DE JUNHO DE 2013.

INSTITUI O PROGRAMA MAIS PRODUÇÃO E SERVIÇOS EM FORMA DE INCENTIVOS AGRÍCOLAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica instituído o programa "MAIS PRODUÇÃO E SERVIÇOS", em forma de incentivos agrícolas, autorizando o Chefe do Poder Executivo Municipal a conceder um prêmio aos agricultores do Município com base no movimento econômico gerado a partir da venda de produtos agrícolas comprovados através da Emissão de Nota Fiscal de Produtor Rural, bem como com a comprovação das notas fiscais das compras efetuadas no Comércio do Município de Tunápolis, em nome do Produtor Rural.

Art. 2º - O Prêmio será definido anualmente por ato próprio do Executivo Municipal, estabelecendo no mesmo os percentuais e as faixas de enquadramento decorrentes das vendas por bloco de produtor rural e das compras efetuadas em nome do produtor rural no comércio local de Tunápolis, assim como a definição do prêmio, visando sempre mais produção e renda aos Produtores Rurais.

Art. 3º - Fica estabelecido que as Notas Fiscais de Produtor Rural, serão analisadas através da prestação de contas no ano seguinte, sendo gerado para tanto o relatório fornecido pela Secretaria Estadual da Fazenda anualmente da prestação de contas, demonstrando o Nome do Produtor Rural e seu respectivo crédito conquistado.

Art. 4º Fica também o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer e saldar aos Produtores Rurais os saldos do Bônus Agrícola ainda existente em conformidade com os preceitos da Lei 378/1997, convertendo os saldos em conformidade com a relação constante no Anexo I.

Parágrafo único. Os saldos existentes abaixo do valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), poderão ser ainda descontados com serviços prestados de Máquinas do Município ao produtor rural e pelos programas de inseminação artificial, até o limite da data de 31.08.2013.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei 378/1.997 de 24 de setembro de 1.997 e a Lei 502/2001 de 18 de abril de 2001.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, em 14 de junho de 2013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Anexo I

Saldos de Bônus convertidos em fertilizantes (qtde de sacos)

Nome do Beneficiado	Qtde	Nome do Beneficiado	Qtde
Ademar Back	3	saldo tabela anterior	79
Afonso Toillier	1	Ernesto Kipper (Isolde)	2
Albano Sehn	1	Evaldo Kerkhoff	1
Alcides Fabi	1	Flavio Spohr	2
Alcino Andres	1	Flavio Rohr	2
Alexandre Sehn	1	Flavio Wagner	1
Afonso Hermes	2	Flavio Grings	2
Alice Malmann	1	Francisco Alceu Heck	1
Alipio Wolfart	2	Francisco Heck	4
Alvicio Arlindo Rempel	1	Günter Rambo	2
Alvisio Spaniol	1	Hercilio Melz	2
Anastacio Anschau	1	Hermeto Bieger	1
Antonio Wassmuth	2	Hilario Ternus	1
Ari Epping	3	Honório Groth	1
Ari Francois (Elma)	2	Inacio Hammes	4
Arlindo Rhoden	1	Inacio Junges	1
Arlindo Franzen	3	Ireneu Christ	1
Arlindo Strack	2	Ireneu Preis	1
Arno Immig	4	Iricenio Weis	1
Arno Muller	3	Irmgard Strack	2
Arnoldo Rodhen	1	Ivete Schaab	1
Auri José Zoz	1	Ivo Bracht	1
Avelino Immig	1	Ivo Herschaft	3
Avelino Bourscheid	2	Ivo Hoscheid	1
Basilio Rhoden	3	Jairo Luis Flach	1
Beno Flach	3	Jandir Stulp	3
Beno Heberle	1	Joao Dionisio Hartmann	1
Beno Rechmann	2	José Joao Rechmann	2
Blasio Back	2	José Klein	3
Canisio Kist	2	José Orlando do Nascimento	1
Carlos Henrique Deters	3	Julio Klein	4
Carlos Petri	1	Julio Schneider	3
Clarice Juchem Wink	1	Lácio Laux	1
Clarimundo Kraemer	1	Lauricio Nicodem	2
Claudio Ternus	1	Leo Groth	1
Claudio Schaab	3	Lidiane Lorenz (Kiko Secco)	2
Cleno Meurer	1	Lirio Albring	3
Darci Pauli (Olmar)	3	Luis Walter	2
Darci Roque Scherer	2	Luis Cicone	1
Darcilo Weis	2	Marcio Hartmann	2
Dirceu Rhoden	2	Maria Agata Alles	1
Donato Sehn	1	Mario Gaspar Scheren	1
Edmundo Rother	1	Matilde Sehn	1
Edvino Rempel	2	Meno Kohler	1
Elmar Heck	1	Neiva Albuquerque	1
Total	79	Total	154
Saldo tabela anterior	154	Saldo tabela anterior	180
Nelson Oscar Horn	2	Roque Rudar Both	1
Otavio Dieter	2	Roque Grings	1
Otto Grings	2	Rui Schmidt	4
Paulo Elmo Hermes	3	Terezinha Mombach	3
Pedro Claudino Schmidt	1	Turibio Meurer	2
Pedro Klauck	3	Urbano Christ	3
Pedro Schaab	1	Valdir Fritzen	1
Bertilo Bonhemberger	1	Valdir Luis Back	1
Renato José Scheren	1	Valdir Specht	2
Renato Wolfart	3	Werno H. Kunh	3
Renito Kaefer	1	Vilmar Ebbing	2
Rita Baumgratz	4	Vunibaldo Heck	2
Roberto Braun	1	Werner Kichow	4
Rolando Zoz (Alzira)	1	Total	209
Total	180	TOTAL GERAL	209

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Portaria Nº. 3.375/2013.

PORTARIA Nº. 3.375/2013.

Em 12 de Junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações, bem como o Edital de Processo Seletivo SMECETT nº 07/2012;

1)Considerando que a Administração Municipal realizou seleção para contratação em Caráter Temporário (ACT) para o Magistério Público Municipal, para o ano de 2.013, conforme Edital 007/2012 SMECETT - para vagas cujo preenchimento é de caráter temporário;

2)Considerando que o ano letivo não poderá sofrer paralisação das aulas, em razão do comprometimento, não só do calendário escolar, mas também das pessoas envolvidas;

3)Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pela Carta Magna na área da Educação.

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o (a) professor (a) DANIELA GEREMIA, com cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município, com carga horária de 20 (VINTE) horas aula, para o período de 03 de Junho à 20 de Dezembro de 2013, com licenciatura, recebendo vencimentos e vantagens previstas na lei acima citada.

Art. 2º - CONCEDER vantagem de Regência de Classe de 6% (seis por cento) sobre o vencimento, não recebendo ajuda de custo referente deslocamento dentro do município, conforme Art. 64, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº. 027/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 03 de Junho de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Junho de 2013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta Portaria foi publicada
na presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria Nº. 3.376/2013.

PORTARIA Nº. 3.376/2013.

Em 12 de Junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações, bem como o Edital de Processo Seletivo SMECETT nº 07/2012;

1)Considerando que a Administração Municipal realizou seleção para contratação em Caráter Temporário (ACT) para o Magistério Público Municipal, para o ano de 2.013, conforme Edital 007/2012 SMECETT - para vagas cujo preenchimento é de caráter temporário;

2)Considerando que o ano letivo não poderá sofrer paralisação

das aulas, em razão do comprometimento, não só do calendário escolar, mas também das pessoas envolvidas;

3)Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pela Carta Magna na área da Educação.

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o (a) professor (a) LISETE FREY STEFFEN, com cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município, com carga horária de 40 (QUARENTA) horas aula, para o período de 03 de Junho à 20 de Dezembro de 2013, com licenciatura, recebendo vencimentos e vantagens previstas na lei acima citada.

Art. 2º - CONCEDER vantagem de Regência de Classe de 6% (seis por cento) sobre o vencimento, não recebendo ajuda de custo referente deslocamento dentro do município, conforme Art. 64, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº. 027/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 03 de Junho de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Junho de 2013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta Portaria foi publicada
na presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria Nº. 3.377/2.013

PORTARIA Nº. 3.377/2.013

Em 12 de Junho de 2.013

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, INCO LÚCIO NYLAND, para o cargo efetivo de AUXILIAR DE ENSINO, 40 (quarenta) horas/semanais, nível PROFESSORES A-1, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, percebendo vantagens previstas em Lei e sujeito ao Estágio Probatório.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 03 de Junho de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Junho de 2.013.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria Nº. 3.378/2013.

PORTARIA Nº. 3.377/2.013

Em 12 de Junho de 2.013

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, INCO LÚCIO NYLAND, para o cargo efetivo de AUXILIAR DE ENSINO, 40 (quarenta) horas/semanais, nível PROFESSORES A-1, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, percebendo vantagens previstas em Lei e sujeito ao Estágio Probatório.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 03 de Junho de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Junho de 2.013.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Aviso de Anulação

Aviso de Anulação

Comunica anulação do Processo de Licitação nº19/2013, cujo extrato foi publicado no DOM dia 07/06/2013, onde se lê : "Pregão Presencial nº 11/2013 do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, referente "Contratação de empresa especializada para desenvolvimento de cursos para atualização aos Profissionais da área da Saúde do Município de Tunápolis, conforme Termo de Referencia constante no Anexo I.

com abertura para o dia 20/06/2013 às 14h15min.

Motivo da Anulação:Orçamento único de valores e incompatibilidade de valores.

Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 14 de junho de2013

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

SHEILA INÊS BIEGER

Pregoeira

Processo de Licitação Nº 64/2013 Brinquedos Para Escolas

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 64/2013

Edital de Pregão Presencial nº 51/2013

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de

Licitação, através de Pregão Presencial, com o menor preço por item que tem por objeto a aquisição de brinquedos destinados para as Escolas Municipais do Ensino Infantil desta Municipalidade. Entrega das propostas até às 8h15min do dia 27/06/2013 Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Processo de Licitação Nº 66/2013 Peças Originais

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 66/2013

Edital de Pregão Presencial nº 52/2013

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através de Pregão Presencial, com o menor preço por item que tem por objeto a aquisição de peças originais para o conserto do Rolo Compactador CR 12HD Cowdin do DMER.

Entrega das propostas até às 14h15min do dia 27/06/2013

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Vidal Ramos**PREFEITURA****Lei Nº. 1.818/2012, de 19 de Dezembro de 2012.**

LEI Nº. 1.818/2012, de 19 de Dezembro de 2012.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS PARA O EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NABOR JOSÉ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. - O Orçamento Geral do Município de Vidal Ramos para o Exercício de 2013 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$. 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais).

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS, PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º. - O Orçamento da Prefeitura Municipal para o Exercício de 2013 estima a Receita em R\$. 14.637.489,00 (quatorze milhões, seiscentos e trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta e nove reais), fixa a Despesa da Prefeitura em R\$. 10.907.444,00 (dez milhões, novecentos e sete mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$. 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais), em R\$. 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) as transferências financeiras para o Fundo Municipal da Infância e Adolescência, R\$. 2.026.145,00 (dois milhões, vinte e seis mil, cento e quarenta e cinco reais) para o Fundo Municipal

de Saúde, R\$. 256.000,00 (duzentos e cinquenta e seis mil reais) para o Fundo Municipal da Assistência Social e R\$. 499.900,00 (quatrocentos e noventa e nove mil e novecentos reais) para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Vidal Ramos e R\$. 26.000,00 (vinte e seis mil reais) para o Fundo Rotativo Habitacional de Vidal Ramos e R\$. 117.000,00 (cento e dezessete mil reais) para o FUNDEMA - Fundação Municipal do Meio Ambiente.

§ 1º.- A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES R\$. 15.317.900,00

1.1 Receita Tributária R\$. 1.514.000,00

- 1.1.1 - Prefeitura R\$. 1.494.000,00

- 1.1.2 - Fundo Municipal de Saúde R\$. 20.000,00

1.2 Receita de Contribuições R\$. 210.000,00

1.3 Receita Patrimonial R\$. 20.300,00

- 1.3.1 - Prefeitura R\$. 16.200,00

- 1.3.2 - Funderural R\$. 100,00

- 1.3.3 - Fundo da Saúde R\$. 2.600,00

- 1.3.4 - Fundema R\$. 100,00

- 1.3.5 - Fundo Municipal Assistência Social R\$. 1.100,00

- 1.3.6 - Fundo da Habitação R\$. 100,00

- 1.3.7 - Fundo da Infância e Adolescência R\$. 100,00

1.4 Receita Agropecuária R\$. 0,00

1.5 Receita de Serviços R\$. 110.000,00

- 1.5.1 - Prefeitura R\$. 10.000,00

- 1.5.2 - Funderural R\$. 100.000,00

1.6 Transferências Correntes R\$. 12.951.511,00

- 1.6.1 - Prefeitura R\$. 11.967.300,00

- 1.6.2 - Fundo Municipal de Saúde R\$. 831.211,00

- 1.6.3 - Fundo Municipal Assistência Social R\$. 121.000,00

- 1.6.4 - Fundema R\$. 27.000,00

- 1.6.5 - Fundo da Habitação R\$. 1.000,00

- 1.6.6 - Fundo da Infância e Adolescência R\$. 2.000,00

- 1.6.7 - Fundo Rural R\$. 2.000,00

1.7 Outras Receitas Correntes R\$. 512.089,00

- 1.7.1 - Prefeitura R\$. 511.989,00

- 1.7.2 - Fundo de Saude R\$. 100,00

2. RECEITAS DE CAPITAL R\$. 682.100,00

2.1 Operações de Crédito R\$. 3.000,00

2.2 Alienação de Bens R\$. 30.000,00

- 2.2.1 - Prefeitura R\$. 20.000,00

- 2.2.2 - Fundo Municipal de Saúde R\$. 10.000,00

2.3 Transferências de Capital R\$. 649.100,00

- 2.3.1 - Prefeitura R\$. 405.000,00

- 2.3.2 - Fundo Municipal de Saúde R\$. 147.500,00

- 2.3.3 - Fundo Rotativo Habitacional de V. Ramos R\$. 30.000,00

- 2.3.4 - Fundo Municipal de Assistência Social R\$. 7.600,00

- 2.3.5 - Funderural R\$. 55.000,00

- 2.3.6 - Fundema R\$. 2.000,00

- 2.3.7 - Fundo da Infância e Adolescência R\$. 2.000,00

T O T A L R\$. 16.000.000,00

§ 2º. - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 - Câmara Municipal R\$. 680.000,00

02 - Gabinete do Prefeito R\$. 390.500,00

03 - Administração e Finanças R\$. 1.798.666,00

05 - Educação e Cultura R\$. 5.560.675,00

07 - Departº. Mun Estradas de Rodagem R\$. 3.197.603,00

10 - Fundo Municipal de Saúde R\$. 3.037.556,00

11 - Fundo Rotativo Habitacional R\$. 57.100,00

12 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência R\$. 69.100,00

13 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural R\$. 657.000,00

14 - Fundo Municipal de Assistência Social R\$. 385.700,00

15 - Fundação Municipal Meio Ambiente R\$. 146.100,00

99 - Reserva de Contingência R\$. 20.000,00

TOTAL GERAL. R\$. 16.000.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa R\$. 680.000,00

04 - Administração R\$. 1.868.666,00

06 - Segurança Pública R\$. 58.500,00

08 - Assistência Social R\$. 454.800,00

10 - Saúde R\$. 3.037.556,00

12 - Educação R\$. 5.205.475,00

13 - Cultura R\$. 9.100,00

15 - Urbanismo R\$. 369.900,00

16 - Habitação R\$. 57.100,00

18 - Gestão Ambiental R\$. 146.100,00

20 - Agricultura R\$. 657.000,00

23 - Comércio e Serviços R\$. 51.000,00

24 - Comunicações R\$. 10.000,00

26 - Transportes R\$. 2.769.203,00

27 - Desporto e Lazer R\$. 295.100,00

28 - Encargos Especiais R\$. 310.500,00

99 - Reserva de Contingência R\$. 20.000,00

SOMA. R\$. 16.000.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

1101 - Processo Legislativo R\$. 680.000,00

1201 - Gestão Administrativa Superior R\$. 390.500,00

1301 - Administração Geral R\$. 1.478.166,00

1303 - Com. E Retransmissão de Sinais de TV R\$. 10.000,00

1401 - Saúde para Todos R\$. 3.037.556,00

1402 - Assistência Social R\$. 385.700,00

1403 - Menor Assistido R\$. 69.100,00

1404 - Moradia ao alcance de Todos R\$. 57.100,00

1501 - Criança na Escola R\$. 5.205.475,00

1502 - Esporte é Vida R\$. 295.100,00

1503 - Vidal Ramos Cultura e Turismo R\$. 60.100,00

1504 - Educação Ecológica R\$. 146.100,00

1601 - Pequeno Produtor Assistido R\$. 657.000,00

1701 - Estradas Vicinais R\$. 2.769.203,00

1702 - Urbanização de Vias e Infr.Urbana R\$. 428.400,00

0000 - Encargos Especiais R\$. 310.500,00

9099 - Reserva de Contingência R\$. 20.000,00

SOMA. R\$. 16.000.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$. 14.544.914,00

3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais R\$. 7.299.382,00

3.2.00.00 - Juros e Encargos da Dívida R\$. 10.000,00

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes R\$. 7.235.532,00

DESPESAS DE CAPITAL R\$. 1.445.086,00

4.4.00.00 - Investimentos R\$. 1.395.086,00

4.5.00.00 - Inversões Financeiras R\$. 0,00

4.6.00.00 - Amortização da Dívida R\$. 50.000,00

9.9.99.99 - Reserva de Contingência R\$. 20.000,00

SOMA. R\$. 16.000.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUN. DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Art. 5º. - O Orçamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência para o Exercício de 2013, fixa a Despesa em R\$. 69.100,00 (sessenta e nove mil e cem reais).

§ 1º. - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras

do Tesouro Municipal, no valor de R\$. 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) na forma da legislação em vigor e transferências de Convênios de outras esferas de governo.

§ 2º. - A Despesa será realizada, conforme detalhamento abaixo, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza da despesa:

12 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência
01 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
1403 - Menor Assistido
2070 - Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência
RECEITAS DESPESAS
Código Especificação Valor Código Especificação Valor
Transferências Financeiras 65.000,00 3190.1.0000 Aplicações Diretas 39.700,00
4.1325.01.99 Rendimentos 100,00 3350.1.0000 Transf. Instit. Privadas 1.000,00
4.1761.99.00 Transf. Convênio União 1.000,00 3390.1.0019 Aplicações Diretas 1.000,00
4.1762.99.99 Transf. Convênio Estado 1.000,00 3390.1.0018 Aplicações Diretas 1.000,00
4.2471.99.02 Convênio União - Fia 1.000,00 3390.1.0000 Aplicações Diretas 20.000,00
4.2472.99.00 Convênio Estado - Fia 1.000,00 4490.1.0018 Aplicações Diretas 1.100,00
3171.1.0000 Trans. Consórcios Públicos 100,00
3393.1.0000 Trans. Consórcios Públicos 100,00
4493.1.0000 Trans. Consórcios Públicos 100,00
4490.1.0019 Aplicações Diretas 1.000,00
4490.1.0000 Aplicações Diretas 4.000,00
TOTAL 69.100,00 TOTAL
..... 69.100,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 6º. - O Orçamento do Fundo Municipal da Saúde para o Exercício de 2013, fixa a Despesa em R\$. 3.037.556,00 (três milhões, trinta e sete mil, quinhentos e cinquenta e seis reais).

§ 1º. - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, no valor de R\$. 2.026.145,00 (dois milhões, vinte e seis mil, cento e quarenta e cinco reais), Transferência de Outras Esferas de Governo, Convênios com Outras Esferas de Governo e Receitas Diversas, na forma da legislação em vigor.

§ 2º. - A Despesa será realizada, conforme detalhamento abaixo, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza da despesa:

10 - Fundo Municipal da Saúde
01 - Fundo Municipal da Saúde
10 - SAÚDE
301 - Atenção Básica
1401 - Saúde para Todos
2073 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
RECEITAS DESPESAS
Código Especificação Valor Código Especificação Valor
Transferência Financeira 2.026.145,00 3171.1.0003 Transf. a Consórcios Públicos 1.000,00
4.1121.17.00 Taxa de Fiscaliz. Sanitária 20.000,00 3190.1.0003 Aplicações Diretas 924.145,00
4.1325.01.03.01 Rendimentos PAB Fixo 1.000,00 3390.1.0019 Aplicações Diretas 1.000,00
4.1325.01.03.02 Rendimentos FB União 100,00 3190.1.0006 Aplicações Diretas 453.311,00
4.1325.01.03.03 Rendimentos FB Estado 100,00 3190.1.0805

Aplicações Diretas 24.200,00
4.1325.01.03.04 Rendiment Vig. Sanitária 100,00 3350.1.0003 Transf.inst.Privadas 420.000,00
4.1325.01.03.05 Rendim. Atenção Básica 500,00 3350.1.0006 Transf.inst.Privadas 4.500,00
4.1325.01.03.06 Rendimentos Dengue 100,00 3393.1.0003 Transf. a Consórcios Públicos 80.000,00
4.1325.01.03.07 Rendimentos Bipartite 100,00 3393.1.0804 Aplicações Diretas 8.600,00
4.325.01.03.16 Rendimentos PMAQ 500,00 3393.1.0810 Aplicações Diretas 10.000,00
4.1325.01.99.00 Rendim. Não Vinculados 100,00 3390.1.0003 Aplicações Diretas 550.000,00
4.1721.33.01 Transf.Vigilância Sanitária 8.000,00 3390.10006 Aplicações diretas 100.000,00
4.1721.33.02 Transf. PSF Odontológico 66.900,00 3390.1.0804 Aplicações Diretas 26.500,00
4.1721.33.04 Transf. ECD - Dengue 15.000,00 3390.1.0805 Aplicações Diretas 14.000,00
4.1721.33.05 Transferência PSF 213.900,00 3390.1.0808 Aplicações Diretas 75.900,00
4.1721.33.06 Transferência PAC 169.845,00 3390.1.0809 Aplicações Diretas 41.600,00
4.1721.33.09 Transf. Farmácia Básica 35.000,00 3390.1.0810 Aplicações Diretas 25.100,00
4.1721.33.10 Transferência Preventivos 2.000,00 4493.1.0003 Transf. a Consorcio Públicos 1.000,00
4.1721.33.13 PAB Fixo 113.166,00 4490.1.0003 Aplicações Diretas 50.000,00
4.1721.33.14 Transf. SUS - Bipartite 42.000,00 4490.1.0006 Aplicações Diretas 10.000,00
4.1721.33.99 Outras Transf.do SUS 1.000,00 44901.0023 Aplicações Diretas 10.000,00
4.1721.33.06 Recursos PMAQ 48.000,00 4490.1.0037 Aplicações Diretas 47.600,00
4.1722.33.01 Transf.Assit.Farm. Estado 35.000,00 4490.1.0057 Aplicações Diretas 100.000,00
4.1762.99.99 Outras Transf. Estado 1.000,00 4490.1.0805 Aplicações Diretas 5.100,00
4.1722.33.03 Trans.Estado-At. Basica 80.400,00 4490.1.0808 Aplicações Diretas 5.000,00
4.2216.02.00 Alienações de Bens 10.000,00 4490.1.0809 Aplicações Diretas 500,00
4.2471.01.01 Convênio Saúde União 100.000,00 3390.1.0878 Aplicações Diretas 24.500,00
4.2472.01.01 Convênio Saúde Estado 47.500,00 4490.1.0878 Aplicações Diretas 24.000,00
4.19.00.35.00 Multa/Juros Vig.Sanitária 100,00
TOTAL 3.037.556,00 TOTAL
..... 3.037.556,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 7º. - O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social para o Exercício de 2013 fixa a Despesa em R\$. 385.700,00,00 (trezentos e oitenta e cinco mil e setecentos reais).

§ 1º. - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, no valor de R\$. 256.000,00 (duzentos e cinquenta e seis mil reais) e Transferência de Outras Esferas de Governo e Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor.

§ 2º. - A Despesa será realizada, conforme detalhamento abaixo, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza da despesa:

14 - Fundo Municipal da Assistência Social

01 - Fundo Municipal da Assistência Social
 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
 244 - Assistência Comunitária
 1402 - Assistência Social
 2071 - Manutenção do Fundo Municipal da Assistência Social
RECEITAS DESPESAS
 Código Especificação Valor Código Especificação Valor
 Transferência Financeira 256.000,00 3190.1.0000 Aplicações Diretas 170.000,00
 4.1325.01.10.01 Rendimentos PAC 100,00 3350.1.0000 Transferências Inst. Privadas 3.000,00
 4.1325.01.10.02 Rendimentos PPD 100,00 3350.1.0705 Transf. Inst. Privadas 2.100,00
 4.1325.01.10.03 Rendimentos Bolsa Família 100,00 3350.1.0707 Transf. Inst. Privadas 1.600,00
 4.1325.01.10.04 Rendimentos Convênio União 100,00 3390.1.0000 Aplicações Diretas 75.000,00
 4.1325.01.10.05 Rendimentos Conv. Estadual 100,00 3390.1.0701 Aplicações Diretas 900,00
 4.1325.01.10.06 Rendimentos CRAS 100,00 3390.1.0705 Aplicações Diretas 17.000,00
 4.1325.01.10.07 Rendimentos IGD-Suas 500,00 3390.1.0707 Aplicações Diretas 6.000,00
 4.1721.34.01.00 Transferência PAC FMAS 22.000,00 3390.1.0811 Aplicações diretas 7.100,00
 4.1721.34.03.00 Transferência PPD FMAS 8.000,00 4490.1.0000 Aplicações Diretas 8.000,00
 4.1721.34.04.00 Recursos do CRAS 54.000,00 4490.1.0701 Aplicações Diretas 200,00
 4.1721.34.08.00 Transferência Bolsa Família 10.000,00 4490.1.0705 Aplicações Diretas 3.000,00
 4.1721.34.09.00 Transferência IGD -SUAS 25.000,00 4490.1.0707 Aplicações Diretas 500,00
 4.1761.99.00.00 Outros Convênios União 1.000,00 4490.1.0807 Aplicações Diretas 6.700,00
 4.1762.99.00.00 Outros Convênios Estado 1.000,00 4490.1.0811 Aplicações Diretas 3.000,00
 4.2471.99.08.00 Convênios União Assistência 6.600,00 3390.1.0018 Aplicações Diretas 1.000,00
 4.2472.05.01.00 Convênio Estado Assistência 1.000,00 3390.1.0019 Aplicações Diretas 1.000,00
 31901.0876 Aplicações Diretas 1.000,00
 3390.1.0876 Aplicações Diretas 52.100,00
 4490.1.0876 Aplicações Diretas 1.000,00
 3390.1.0877 Aplicações Diretas 12.500,00
 4490.10.0877 Aplicações Diretas 13.000,00
TOTAL 385.700,00 TOTAL 385.700,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE VIDAL RAMOS (FUNDERURAL)

Art. 8º. - O Orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Vidal Ramos - FUNDERURAL para o Exercício de 2013, fixa a Despesa em R\$. 657.000,00 (Seiscentos e cinquenta e sete mil reais).

§ 1º. - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, no valor de R\$. 499.900,00 (quatrocentos e noventa e nove mil e novecentos reais) e Receitas de Serviços e Receitas de Capital, na forma da legislação em vigor.

§ 2º. - A Despesa será realizada, conforme detalhamento abaixo, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza da despesa:

13 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
 01 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
 20 - AGRICULTURA

606 - Extensão Rural
 1601 - Pequeno Produtor Assistido
 2074 - Manutenção do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
RECEITAS DESPESAS
 Código Especificação Valor Código Especificação Valor
 Transferências Financeiras 499.900,00 3190.1.0000 Aplicações Diretas 320.000,00
 4.1325.01.99 Rend. Convênios União 100,00 3350.1.0000 Transf. A Inst.Privadas 50.000,00
 4.1600.45.00 Serv. Prep. Terra Propr. Part. 90.000,00 3390.1.0000 Aplicações Diretas 200.000,00
 4.1600.99.00 Outros Serviços 10.000,00 3390.1.0018 Aplicações Diretas 1.000,00
 4.1761.99.00 Outras Transf. União 1.000,00 3390.1.0019 Aplicações Diretas 1.000,00
 4.1762.99.99 Outras Transf. Estado 1.000,00 4490.1.0000 Aplicações Diretas 30.000,00
 4.2471.06.03 Convênio União - Agricultura 30.000,00 4490.1.0018 Aplicações Diretas 30.000,00
 4.2472.06.02 Convênio Estado - Agricultura 25.000,00 4490.1.0019 Aplicações Diretas 25.000,00
TOTAL 657.000,00 TOTAL 657.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Art. 9º. - O Orçamento do Fundo Rotativo Habitacional de Vidal Ramos para o Exercício de 2013, fixa a Despesa em R\$. 57.100,00 (cinquenta e sete mil e cem reais) e fixa a Despesa em igual importância.

§ 1º. - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal no valor de R\$. 26.000,00 (vinte e seis mil reais) e Receitas de Convênios de Outras Esferas de Governo, na forma da legislação em vigor.

§ 2º. - A Despesa será realizada, conforme detalhamento abaixo, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza da despesa:

11 - Fundo Rotativo Habitacional
 01 - Fundo Rotativo Habitacional
 16 - HABITAÇÃO
 482 - Habitação Urbana
 1404 - Moradia ao Alcance de Todos
 2070 - Manutenção do Fundo Rotativo Habitacional
RECEITAS DESPESAS
 Código Especificação Valor Código Especificação Valor
 Transferência Financeira 26.000,00 3390.1.0000 Aplicações Diretas 5.000,00
 4.1325.01.99 Rendimentos 100,00 3390.1.0019 Aplicações Diretas 1.000,00
 4.1762.9999 Outras Transferências Estado 1.000,00 4490.1.0000 Aplicações Diretas 20.000,00
 4.2471.9901 Convênio União - Habitação 15.000,00 4490.1.0018 Aplicações Diretas 15.000,00
 4.2472.9903 Convênio Estado - Habitação 15.000,00 4490.1.0019 Aplicações Diretas 16.100,00
TOTAL 57.100,00 TOTAL 57.100,00

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 10º. - O Orçamento do Fundo Municipal do Meio Ambiente de Vidal Ramos - FUNDEMA para o Exercício de 2013, fixa a Despesa em R\$. 146.100,00 (cento e quarenta e seis mil e cem reais) e fixa a Despesa em igual importância.

§ 1º. - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal no valor de R\$. 117.000,00 (cento e

dezessete mil reais) e Receitas de Convênios de Outras Esferas de Governo, na forma da legislação em vigor.

§ 2º. - A Despesa será realizada, conforme detalhamento abaixo, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza da despesa:

15 - Fundação Municipal do Meio Ambiente
 01 - Fundação Municipal do Meio Ambiente
 18 - GESTÃO ECOLÓGICA
 541 - Habitação Urbana
 1504 - Moradia ao Alcance de Todos
 2031 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente
RECEITAS DESPESAS
 Código Especificação Valor Código Especificação Valor
 Transferência Financeira 117.000,00 3190.1.0000 Aplicações Diretas 7.000,00
 4.1325.01.99 Rendimentos Convênios União 100,00 3350.1.0000 Transf. Inst. Privadas 3.000,00
 4.1722.01.99 Conv. Estado - Meio Ambiente 25.000,00 3390.1.0000 Aplicações Diretas 52.000,00
 4.1761.99.00 Outras Transferências União 1.000,00 3390.1.0018 Aplicações Diretas 1.000,00
 4.1762.99.99 Outras Transf. Estado 1.000,00 3390.1.0019 Aplicações Diretas 1.000,00
 4.2471.0502 Conv. União - Meio Ambiente 1.000,00 3390.1.0812 Aplicações Diretas 20.000,00
 4.2472.9905 Outras Transf. Rec. Estados 1.000,00 4490.1.0000 Aplicações Diretas 55.000,00
 4490.1.0018 Aplicações Diretas 1.000,00
 4490.1.0019 Aplicações Diretas 1.100,00
 4490.1.0812 Aplicações Diretas 5.000,00
TOTAL 146.100,00 TOTAL 146.100,00

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 11º. - O Orçamento da Câmara Municipal de Vidal Ramos para o Exercício de 2013, fixa a Despesa em R\$. 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais) e fixa a Despesa em igual importância.

§ 1º. - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal no valor de R\$. 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais).

§ 2º. - A Despesa será realizada, conforme detalhamento abaixo, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza da despesa:

01 - Câmara Municipal
 01 - Câmara Municipal
 01 - LEGISLATIVA
 482 - Habitação Urbana
 1101 - Processo Legislativo
 2001 - Manutenção da Câmara Municipal
RECEITAS DESPESAS
 Código Especificação Valor Código Especificação Valor
 Transferência Financeira 680.000,00 3190.1.0000 Aplicações Diretas 350.000,00
 3350.1.0000 Transf. Inst. Privadas 10.000,00
 3390.1.0000 Aplicações Diretas 300.000,00
 4490.1.0000 Aplicações Diretas 20.000,00
TOTAL 680.000,00 TOTAL 680.000,00

Art. 12º. - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

I - Passivos Contingentes R\$. 10.000,00
 II - Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos R\$. 10.000,00
TOTAL R\$. 20.000,00

§ 1º. - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º. - Para efeito desta Lei, entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º. - Não se efetivando até o dia 10/12/2013 os riscos fiscais relacionados

a passivos contingentes (intempéries) previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º. deste artigo, desde que o Orçamento para 2012 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 13º. - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar, por Decreto, recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação dentro de cada órgão/unidade orçamentária.

Parágrafo Único - Os recursos do Fundo de Reserva de Contingência também poderão ser remanejados pelo Executivo Municipal, através de Decreto, para suplementação de dotações orçamentárias que apresentarem insuficiência de saldo durante o exercício.

Art. 14º. - O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º., da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Total do Município, utilizando como fontes de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, apurado em cada fonte de distinção de recurso.
- II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.
- III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Primeiro - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Parágrafo Segundo - As suplementações oriundas do superávit financeiro e do excesso de arrecadação verificado em cada fonte de destinação de recurso, poderão ser realizados através de Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Terceiro - Para a abertura de crédito suplementar com recursos do Superávit Financeiro utilizar-se-á obrigatoriamente o grupo de destinação do recurso 3 - Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores.

Art. 15º. - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 16º. - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 17º. - Durante o exercício de 2013, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas prioritizados nesta lei.

Art. 18º. - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 19º. - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 20º. - Fica o Executivo Municipal autorizado a alterar através de Decreto dentro de cada Projeto/Atividade as modalidades de aplicação para adequação as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Art. 21º. - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2013, a partir de 1º. de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 19 de Dezembro de 2012.
NABOR JOSÉ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei, nesta Secretaria e nos locais de costume em 19 de Dezembro de 2012.

FRANCISCO SCHMITZ
Secretário

Videira

PREFEITURA

Decreto Nº 10.466/13

DECRETO Nº 10.466/13, DE 07 DE JUNHO DE 2013.
Convoca a II Conferência Municipal de Cultura e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Portaria nº 33, de 16 de abril de 2013, do Ministério da Cultura,

DECRETA

Art. 1º Fica convocada a II Conferência Municipal de Cultura, etapa preparatória da III Conferência Nacional de Cultura, a se realizar no dia 03 de julho de 2013, no CEVI - Centro de Eventos Vitória, situado na Rua XV de Novembro, 115, Bairro Centro, Videira/SC, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura,

Art. 2º A II Conferência Municipal de Cultura desenvolverá seus trabalhos a partir do tema "UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA", tendo por Eixos e Sub-Eixos a orientação da Portaria supracitada, conforme segue.

Art. 3º Observados os princípios e objetivos do Plano Nacional de Cultura, definidos na Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, os temas da III Conferência Nacional de Cultura estarão alinhados com as diretrizes e metas do PNC e constituirão os seguintes eixos e sub-eixos temáticos:

I - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA - Foco:

Impactos da Emenda Constitucional do SNC na organização da gestão cultural e na participação social nos três níveis de governo (União, Estados/Distrito Federal e Municípios).

- a) Marcos Legais, Participação e Controle Social e Funcionamento dos Sistemas Municipais, Estaduais/Distrito Federal e Setoriais de Cultura, de acordo com os Princípios Constitucionais do SNC;
- b) Qualificação da Gestão Cultural: Desenvolvimento e Implementação de Planos Territoriais e Setoriais de Cultura e Formação de Gestores, Governamentais e Não Governamentais, e Conselheiros de Cultura;
- c) Fortalecimento e Operacionalização dos Sistemas de Financiamento Público da Cultura: Orçamentos Públicos, Fundos de Cultura e Incentivos Fiscais;
- d) Sistemas de Informação Cultural e Governança Colaborativa.

II - PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL - Foco: O fortalecimento da produção artística e de bens simbólicos e da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, com atenção para a diversidade étnica e racial.

- a) Criação, Produção, preservação, intercâmbio e circulação de Bens Artísticos e Culturais;
- b) Educação e Formação Artística e Cultural;
- c) Democratização da Comunicação e Cultura Digital;
- d) Valorização do Patrimônio Cultural e Proteção aos Conhecimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais.

III - CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS - Foco: Garantia do pleno exercício dos direitos culturais e consolidação da cidadania, com atenção para a diversidade étnica e racial.

- a) Democratização e Ampliação do Acesso à Cultura e Descentralização da Rede de Equipamentos, Serviços e Espaços Culturais, em conformidade com as convenções e acordos internacionais;
- b) Diversidade Cultural, Acessibilidade e Tecnologias Sociais;
- c) Valorização e Fomento das Iniciativas Culturais Locais e Articulação em Rede;
- d) Formação para a Diversidade, Proteção e Salvaguarda do Direito à Memória e Identidades.

IV - CULTURA E DESENVOLVIMENTO - Foco: Economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

- a) Institucionalização de Territórios Criativos e Valorização do Patrimônio Cultural em Destinos Turísticos Brasileiros para o Desenvolvimento Local e Regional;
- b) Qualificação em Gestão, Fomento Financeiro e Promoção de Bens e Serviços Criativos Nacionais no Brasil e no Exterior;
- c) Fomento à Criação/Produção, Difusão/Distribuição/Comercialização e Consumo/Fruição de Bens e Serviços Criativos, tendo como base as Dimensões (Econômica, Social, Ambiental e Cultural) da Sustentabilidade;
- d) Direitos Autorais e Conexos, Aperfeiçoamento dos Marcos Legais Existentes e Criação de Arcabouço Legal para a Dinamização da Economia Criativa Brasileira.

Art. 4º A II Conferência Municipal de Cultura será presidida pelo Secretário Municipal de Turismo e Cultura, Clemir Schmitt.

Art. 5º A Secretaria expedirá o regulamento da II Conferência Municipal de Cultura.

Parágrafo único - O regulamento irá dispor sobre a organização e o funcionamento da Conferência Municipal de Cultura, inclusive sobre o processo de escolha de seus delegados.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 07 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL' AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.466/13

DECRETO Nº 10.466/13, DE 07 DE JUNHO DE 2013.

Convoca a II Conferência Municipal de Cultura e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Portaria nº 33, de 16 de abril de 2013, do Ministério da Cultura,

DECRETA

Art. 1º Fica convocada a II Conferência Municipal de Cultura, etapa preparatória da III Conferência Nacional de Cultura, a se realizar no dia 03 de julho de 2013, no CEVI - Centro de Eventos Vitória, situado na Rua XV de Novembro, 115, Bairro Centro, Videira/SC, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura,

Art. 2º A II Conferência Municipal de Cultura desenvolverá seus trabalhos a partir do tema "UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA", tendo por Eixos e Sub-Eixos a orientação da Portaria supracitada, conforme segue.

Art. 3º Observados os princípios e objetivos do Plano Nacional de Cultura, definidos na Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, os temas da III Conferência Nacional de Cultura estarão alinhados com as diretrizes e metas do PNC e constituirão os seguintes eixos e sub-eixos temáticos:

I - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA - Foco: Impactos da Emenda Constitucional do SNC na organização da gestão cultural e na participação social nos três níveis de governo (União, Estados/Distrito Federal e Municípios).

- a) Marcos Legais, Participação e Controle Social e Funcionamento dos Sistemas Municipais, Estaduais/Distrito Federal e Setoriais de Cultura, de acordo com os Princípios Constitucionais do SNC;
- b) Qualificação da Gestão Cultural: Desenvolvimento e Implementação de Planos Territoriais e Setoriais de Cultura e Formação de Gestores, Governamentais e Não Governamentais, e Conselheiros de Cultura;
- c) Fortalecimento e Operacionalização dos Sistemas de Financiamento Público da Cultura: Orçamentos Públicos, Fundos de Cultura e Incentivos Fiscais;
- d) Sistemas de Informação Cultural e Governança Colaborativa.

II - PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL - Foco: O fortalecimento da produção artística e de bens simbólicos e da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, com atenção para a diversidade étnica e racial.

- a) Criação, Produção, preservação, intercâmbio e circulação de Bens Artísticos e Culturais;
- b) Educação e Formação Artística e Cultural;
- c) Democratização da Comunicação e Cultura Digital;
- d) Valorização do Patrimônio Cultural e Proteção aos Conhecimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais.

III - CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS - Foco: Garantia do pleno exercício dos direitos culturais e consolidação da cidadania, com atenção para a diversidade étnica e racial.

- a) Democratização e Ampliação do Acesso à Cultura e Descentralização da Rede de Equipamentos, Serviços e Espaços Culturais, em

- conformidade com as convenções e acordos internacionais;
- b) Diversidade Cultural, Acessibilidade e Tecnologias Sociais;
- c) Valorização e Fomento das Iniciativas Culturais Locais e Articulação em Rede;
- d) Formação para a Diversidade, Proteção e Salvaguarda do Direito à Memória e Identidades.

IV - CULTURA E DESENVOLVIMENTO - Foco: Economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

- a) Institucionalização de Territórios Criativos e Valorização do Patrimônio Cultural em Destinos Turísticos Brasileiros para o Desenvolvimento Local e Regional;
- b) Qualificação em Gestão, Fomento Financeiro e Promoção de Bens e Serviços Criativos Nacionais no Brasil e no Exterior;
- c) Fomento à Criação/Produção, Difusão/Distribuição/Comercialização e Consumo/Fruição de Bens e Serviços Criativos, tendo como base as Dimensões (Econômica, Social, Ambiental e Cultural) da Sustentabilidade;
- d) Direitos Autorais e Conexos, Aperfeiçoamento dos Marcos Legais Existentes e Criação de Arcabouço Legal para a Dinamização da Economia Criativa Brasileira.

Art. 4º A II Conferência Municipal de Cultura será presidida pelo Secretário Municipal de Turismo e Cultura, Clemir Schmitt.

Art. 5º A Secretaria expedirá o regulamento da II Conferência Municipal de Cultura.

Parágrafo único - O regulamento irá dispor sobre a organização e o funcionamento da Conferência Municipal de Cultura, inclusive sobre o processo de escolha de seus delegados.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 07 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL' AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0370/13

PORTARIA nº 0370/13

Revoga a Portaria nº 1030/09

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a cessação dos motivos ensejadores da disposição da servidora Jussara Zambom, constantes no Processo n. 326919-2009.1, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, em virtude da aposentadoria da servidora Maria Eneida Furlin Dresch, através do Ato DGA n.1.116, de 5 de junho de 2013;

RESOLVE

Revogar a Portaria nº 1030/09, que colocou a servidora Jussara Zambom à disposição do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 11 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino
Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração
aos 11 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL' AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0372/13

PORTARIA nº 0372/13
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 8435/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a MAURO ANTONIO SCHONS, Trabalhador Braçal, de 1º de julho de 2013 até 1º de outubro de 2013, referente ao quinquênio de 18 de junho de 2008 até 17 de junho de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2013.

Videira, 12 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração
aos 12 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL' AGNOL
Secretário de Administração

Dispensa de Licitação N. 01/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2013 - FMS

O Município de Videira através do Fundo Municipal de Saúde comunica a homologação dos seguintes atos:
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2013 - FMS
HOMOLOGAÇÃO: 12/06/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSCRIÇÃO EM PROGRAMA DE CONTROLE DE QUALIDADE DE EXAMES LABORATORIAIS PELA SECRETARIA DE SAÚDE.
CONTRATADA: PNCQ - PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE.
VALOR: R\$ 6.629,16 (seis mil seiscentos e vinte e nove reais e dezesseis centavos).
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II, da Lei de Licitações.

Videira - SC, 12 de Junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Encerramento do PR Nº 78/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2013-PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2013-PMV, a qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE PLACAS DE INAUGURAÇÃO PARA SEREM UTILIZADAS POR TODAS AS SECRETARIAS E PELO GABINETE DO PREFEITO, foi encerrada sem vencedores, ante a falta de interessados em participar do certame. Informações na Av. Manoel Roque, 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira, 12 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Pregão Presencial Nº 40/2013-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2013 - FMS
REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal Interino de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 40/2013 - FMS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE KITS DE EPI's PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE AOS MANIPULADORES DE ALIMENTOS NAS FESTAS E EVENTOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 03 de Julho de 2013, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 às 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 12 de Junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Extrato do Contrato N. 0129/2013

Extrato do Contrato n. 0129/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FRANCIELI FERNANDA DOS SANTOS
CPF: 065.636.589-70

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA NANCITEZINHA BRESCIANI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 30 de abril de 2013
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0370/2013

Extrato do Contrato n. 0370/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA LUIZA CORONETTI

CPF: 053.060.829-47

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2013 a 30 de março de 2013

FUNÇÃO: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais)

Extrato do Contrato N. 0469/2013

Extrato do Contrato n. 0469/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANDREIA TERESINHA MORESCO

CPF: 052.664.199-11

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA CANDIDA DE ALMEIDA RALDI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 a 18 de abril de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0471/2013

Extrato do Contrato n. 0471/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA GORETE GALON MARTINS

CPF: 692.556.529-15

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA CAROLINE PASQUALIN EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 a 01 de julho de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0486/2013

Extrato do Contrato n. 0486/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CLAUDETE SALETE ZUFFO

CPF: 033.710.889-79

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA VANDA SALETE KOKOVISKI DUARTE EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 02 de abril de 2013 a 30 de junho de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0503/2013

Extrato do Contrato n. 0503/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILVANA CARDOSO DE LIMA

CPF: 001.145.059-26

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 08 de abril de 2013 a 30 de junho de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0518/2013

Extrato do Contrato n. 0518/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FABIANE SOVRANI FERNANDES

CPF: 049.016.529-07

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA DIRCE MARIA CERBATO EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 19 de abril de 2013 a 19 de julho de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.074,00 (dois mil e setenta e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0523/2013

Extrato do Contrato n. 0523/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA PAULA RISSI

CPF: 022.802.099-93

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 19 de abril de 2013 a 30 de junho de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0534/2013

Extrato do Contrato n. 0534/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PATRÍCIA FERNANDES FRANÇA

CPF: 044.053.639-19

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SANDRA REGINA TESTA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 02 de maio de 2013 a 15 de julho de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0546/2013

Extrato do Contrato n. 0546/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: BRUNA MANTOANI

CPF: 064.583.649-46

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA GRAZIELA PERONDI RIBEIRO EM GOZO DE LICENÇA PREMIO

VIGÊNCIA: de 13 de maio de 2013 a 13 de agosto de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0548/2013

Extrato do Contrato n. 0548/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSANA EVA DE OLIVEIRA

CPF: 877.061.051-72

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA APOSENTADA EDITE DA SILVA E SOUZA

VIGÊNCIA: de 21 de maio de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Termo Aditivo N. 0358/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0358/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA

CPF: 960.893.349-87

VIGÊNCIA: de 01 de março de 2012 até 31 de julho de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0401/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0401/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARILENE SUTIL RIBEIRO

CPF: 526.226.819-68

VIGÊNCIA: de 15 de março de 2013 até 31 de dezembro de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

Editais de Convocação Nº 029/13

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 029/2013

PROCESSO SELETIVO Nº 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADO	CARGO
1-Ivanor Lucas de Mello	Agente Administrativo II

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

a) Realização de Exame Médico Admissional;

- b) Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) Uma foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 12 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Editais de Convocação Nº 030/13

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030/2013

PROCESSO SELETIVO Nº 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocadas as candidatas abaixo relacionadas para comparecerem no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para o qual foram classificadas no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADAS	CARGO
1 - Glaucimara Ramos	Agente Administrativo II
2 - Karoline Grando	Agente Administrativo II

As convocadas deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) Uma foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;



- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
p) Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo;

Videira, 12 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Vitor Meireles

PREFEITURA

Decreto N.º 029/2013

DECRETO Nº 029, de 12 de Junho de 2013

“INSTITUI O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES A SEREM IMPLEMENTADAS PARA O ATENDIMENTO INTEGRAL DOS DISPOSTOS CONSTANTES NO MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO - MCASP.”

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal de Vitor Meireles,

CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE:

- a) Padronizar os procedimentos contábeis municipais, com o objetivo de orientar e dar apoio à gestão patrimonial na forma estabelecida na Lei Complementar n. 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal;
b) Elaborar demonstrações contábeis consolidadas e padronizadas com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a ser utilizado por todos os entes da Federação;
c) Atender aos dispostos da Portaria n. 828, de 14 de dezembro de 2011, da Secretaria do Tesouro Nacional; e
d) Proporcionar maior transparência sobre as contas públicas.

DECRETA:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos prazos definidos na forma do anexo I:

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no Anexo I, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto n.º 031/2012, de 28/06/2012.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 12 de junho de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/ __/ ____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

ANEXO 1

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DAS AÇÕES - NBCASP

CONFORME PORTARIA STN N. 828, de 14/12/2011, e suas alterações

Tópico	Data
I - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas	2014
II - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência	2014
III - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis	2014
IV - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão	2014
V - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura	2014
VI - Implementação do sistema de custos	2014
VII - Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	2014
VIII - Demais aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	2014

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 28 de junho de 2012.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Decreto N.º 030/2013

DECRETO 030/2013

Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0851, de 07/06/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada a seguinte dotação orçamentária:

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS

17.512.017.2039 - Saneamento Básico

33000000 - Outras Despesas Correntes

33900000 - Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Livres R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais)

Art. 2º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.009.2016 - Atenção as Famílias

33000000 - Outras Despesas Correntes

33500000 - Transf. A Instituições Privadas S/ Fins Lucrativos

0.1.0000 - Recursos Livres R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 13 de Junho de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/ __/ ____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xavantina

PREFEITURA

PP 28/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2013 - PMXV

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Consultoria Municipal, para fins de Captação de Recursos, Acompanhamento e Assessoria nos Processos e Projetos de interesse Municipal em Nível Federal em Brasília-DF, conforme relação de lotes e especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 16:00 do dia 25/06/2013.

Abertura: dia 26/06/2013, às 08:30.

O Edital estará à disposição dos interessados na home page www.xavantina.sc.gov.br. Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 14 de junho de 2013.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

PP 29/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2013 - PMXV

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão pública para todos os Departamentos, incluindo o Fundo Municipal de Saúde, de acordo com os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e em seu Anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 16:00 do dia 28/06/2013.

Abertura: dia 03/07/2013, às 08:30.

O Edital estará à disposição dos interessados na home page www.xavantina.sc.gov.br. Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 14 de junho de 2013.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Associações

EGEM

Aditivo ao Edital 27/2013 - Pas _amarp

ADITIVO AO EDITAL Nº 27/2013 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO NA CAPACITAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Escola de Gestão Pública - EGEM informa a alteração da data de realização da Capacitação para Elaboração dos Planos Municipais de Assistência Social, a realizar-se em Videira de acordo com o edital nº 27/2013 publicado em 14/03/2013.

Cidade/Local	Videira - SC Auditório da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP Rua Manoel Roque, 99 Bairro: Paço Municipal
Período das inscrições	14/03/2013 a 03/06/2013
Vencimento do boleto de cobrança	03/06/2013
Homologação das inscrições	05/06/2013
Período de realização (CAPACITAÇÃO)	20 e 21 de junho de 2013 26 e 27 de junho de 2013
Período de realização (ASSESSORIA)	31 de julho de 2013
Carga horária total	40 horas/aula
Quantidade de vagas	50 vagas

Florianópolis, 12 de junho de 2013.

Consórcios

CIDEMA

Resolução Nº 03/2013

RESOLUÇÃO Nº 03/2013

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI, Prefeito de Chapecó, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, no uso das atribuições conferidas pelos art. 23 e 24 do Estatuto Social:

RESOLVE

Art. 1º Contratar LUIZ CARLOS JORNADA DO AMARAL, para exercer o emprego público de Engenheiro Agrônomo, nível superior, no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, aprovada no Concurso Público nº 01/2013, pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) mensais, acrescido do vale alimentação de R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais) mensais.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 10 de junho de 2013.

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI

Prefeito de Chapecó

Presidente do CIDEMA